Cícera Nunes
ORGANIZADORA

XIII CONGRESSO INTERNACIONAL

ARTEFATOS DA CULTURA NEGRA

abpn

E-BOOK

CÍCERA NUNES

(ORGANIZADORA)

REALIZAÇÃO

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO
GÊNERO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS – NEGRER/UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA
NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIRO E INDÍGENA - NEABI/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE
NÚCLEO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO, HISTÓRIA, DIVERSIDADE, RAÇA, ETNIA E MOVIMENTOS SOCIAIS - NEEHDREM
PRÓ-REITORIA DE CULTURA – PROCULT/UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI – UFCA
GRUPO DE VALORIZAÇÃO NEGRA DO CARIRI – GRUNEC
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS - ABPN
ASSOCIAÇÃO LIBERTARIA DE DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO INTERATIVA AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL
ALDEIAS PONTO DE CULTURA

PARCERIA

NÚCLEO DE DESCOLONIZAÇÃO DO SABER – NEDESA
GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM HISTÓRIA AFRODIASPÓRICA - GEPAFRO/URCA
LABORATÓRIO DE IMAGENS E ESTÉTICAS COMUNICACIONAIS – LIMBO
TERREIRO DAS PRETAS
PROGRAMAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA – UFC
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO – URCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA – URCA
UNIVERSIDADE DO TENNESSEE
MOVIMENTO DE ARTE E CULTURA DO SOPÉ E SERRA DO ARARIPE - MOACPÉS
NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE DA URCA – NUARC
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO DA URCA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA URCA
ASSOCIAÇÃO REMOP
CASA DA MEMÓRIA DE PORTEIRAS
SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADE FEDERAIS DO ESTADO DO CEARÁ – ADUFC
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PARA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - NEPIR/JUAZEIRO DO NORTE
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES
CENTRO CULTURAL DO CARIRI
SECRETARIA DE CULTURA DO CRATO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO/CRATO
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS - ABPN

ISBN: 978-65-88971-45-1

CBL

9 786588 971451

Ficha Catalográfica elaborada pelo autor através do sistema
de geração automático da Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri - URCA

Nunes, Cícera
N972x XIII CONGRESSO INTERNACIONAL ARTEFATOS DA CULTURA NEGRA / Cícera Nunes. Crato-CE, 2022.
342p. il.

Anais. Licenciatura em Pedagogia da Universidade Regional do Cariri - URCA.
Orientador(a): Prof.ª Dr.ª Cícera Nunes

1.Artefatos da Cultura Negra, 2.Educação antirracista, 3.Cariri cearense; I.Título.

CDD: 379

XIII CONGRESSO INTERNACIONAL
ARTEFATOS DA CULTURA NEGRA

APRESENTAÇÃO

O Artefatos da Cultura Negra é um congresso de caráter internacional e multidisciplinar que busca criar um território de conhecimentos e de promoção de uma educação antirracista entre universidades, ativistas dos movimentos sociais, escolas de educação básica e comunidades tradicionais, ao tempo em que se constitui enquanto espaço importante de proposição de políticas públicas antirracistas.

As discussões propostas na sua décima terceira edição que acontecerá no período de 19 a 24 de setembro de 2022 pretendem oportunizar uma (re)conexão com o contexto africano através de uma releitura das realidades sociais, políticas e culturais da população negra na diáspora destacando a potência da juventude negra nos debates atuais sobre ações de resistência e construção de identidades positivas destes jovens, no enfrentamento do panorama social de racismo e das desigualdades raciais e inferiorizações das práticas sociais e culturais do povo negro, historicamente reproduzidas no país.

Com uma programação ampla envolvendo mesas redondas, rodas de conversa, feiras culturais, terreiradas culturais, exposições artísticas, mostra de cinema, lançamento de livros e comunicações científicas, o evento terá lugar no Cariri cearense e estabelecerá diálogo com pesquisador@s e ativistas de vários estados brasileiros e outros países.

São objetivos do evento:

- Dialogar com instituições de ensino superior do estado do Ceará, movimentos negros, estudantes, professorxs da educação básica e pesquisadorxs vinculados às questões da população negra no Brasil e em outros países sobre a produção do conhecimento africano e afro-diaspórico;
- Promover discussões no campo da formação dos profissionais da educação, voltadas para a implantação da obrigatoriedade da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar, Lei Nº. 10.639/03, Lei Nº. 11.645/08, da Educação Escolar Quilombola, (DCN's, 2012) e das políticas de ações cotas;
- Fortalecer os elos ancestrais que nos unem e assegurar uma agenda que sinalize o fortalecimento da luta antirracista no Brasil;
- Promover a discussão acerca de temas e políticas destinadas a população negra como Saúde Mental e Política Nacional de Saúde Integral da População Negra;
- Promover diálogos voltados aos impactos que a Covid-19 está causando à população negra;
- Dar visibilidade a migração e refúgio no Cariri cearense e as ações que estão sendo realizadas;
- Fomentar o protagonismo de grupos populares em eventos técnico-científicos artísticos, culturais e educacionais da região;
- Fortalecer o diálogo da academia com os espaços informais de educação como os terreiros e quilombos;
- Viabilizar a interação entre diferentes grupos e linguagens artístico-culturais na região do Cariri cearense;
- Realizar formação de educadores formais e educadores populares nas comunidades quilombolas;
- Dar visibilidade à mulher como protagonista nas manifestações da cultura afro-brasileira;
- Oportunizar o intercâmbio e troca de saberes entre mestres (as), grupos e artistas de diferentes linguagens;
- Promover acessibilidade do grande público à arte de matriz afro-brasileira produzida no Cariri cearense.
- Combater o racismo e a intolerância religiosa.

XIII CONGRESSO INTERNACIONAL

ARTEFATOS DA CULTURA NEGRA

Comissão organizadora

Antônio Carlos Dias de Oliveira
GRUNEC

Cicera Nunes
NEGRER/URCA

Dawn Alexis Duke
Universidade do Tennessee

Henrique Cunha Junior
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFC

Jean Alex Silva de Alencar
ALDEIAS

Joquebede Alencar Torres
NEABI/IFCE

Luciano das Neves Carvalho
NEABI/IFCE

Reginaldo Ferreira Domingos
NEEHDREMUFCA

Thiago Rodrigues
PROCULT/UFCA

Valéria Gercina das Neves Carvalho
GRUNEC

Verônica Neuma das Neves Carvalho
GRUNEC

Projeto Gráfico e diagramação

Yure Gonçalves da Silva - ABPN
Maria Vitória Gonçalves da Silva - ABPN

XIII CONGRESSO INTERNACIONAL

ARTEFATOS DA CULTURA NEGRA

Comissão científica

Cicera Nunes (URCA)
Itacir Luz (UNILAB)
Joice Lima (UNILAB)
Dawn Alexis Duke (Universidade do Tennessee)
Carmen Same-Yusuf (Universidade da Guyana)
Anuli Njoku (Connecticut University)
Maria Raiane Felix Bezerra (UECE)
Tiago Alexandre dos Santos (UECE)
Maria Gabriela Vieira Leite (UECE)
André Álcman Oliveira Damasceno (URCA)
Alexandro Batista de Oliveira - Alex Baoli (Educação Básica-CE)
Thiago Florencio (URCA)
Túlio Henrique Pereira (URCA)
Maria Telvira da Conceição (URCA)
Francisco de Assis de Sousa Nascimento (UFPI)
Francisco José da Silva (UFCA)
Emanuel Marcondes Torquato (UFCA)
Elane Abreu (UFCA)
Gabriel Soares (UFCA)
Henrique Cunha Junior (UFC)
Meryelle Macedo da Silva (NEGRER/URCA)
Rafael Ferreira da Silva (NEGRER/URCA)
Otilia Aparecida Silva Souza (URCA)
Hayanne Mateus Silva Gomes (URCA)
Vitória Tavares de Amaral Sousa (URCA)
Marla Vieira Moreira de Oliveira (URCA)
Martha Milene Fontenelle Carvalho (URCA)
Andson Germano Vieira Silva (NUARC/URCA)
Layenne Humberto de Oliveira (IFCE)
Fernanda Custódio Cavalcanti (IFCE)
Cauê Jucá Ferreira Marques (IFCE)

Direitos autorais

A ABPN e a equipe organizadora do evento não se responsabilizam pelas fotos, imagens, opiniões, ideias e conceitos emitidos nos textos, por serem de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es).

XIII CONGRESSO INTERNACIONAL

ARTEFATOS DA CULTURA NEGRA

Sessões Temáticas

1. Ensino de história, memória e patrimônio na afro diáspora
Cicera Nunes, Itacir Luz, Joice Lima

2. Juventudes negras: experiências da construção do hoje
Maria Raiane Felix Bezerra, Tiago Alexandre dos Santos, Maria Gabriela Vieira Leite

3. Narrativas afrodiaspóricas e indígenas: imagem e som
André Álcman Oliveira Damasceno, Alexandro Batista de Oliveira - Alex Baoli, Thiago Florencio

4. História e cultura das visualidades afro-diaspóricas
Túlio Henrique Pereira, Maria Telvira da Conceição, Francisco de Assis de Sousa Nascimento

5. Filosofia, Ancestralidade e Afrofuturismo
Franzé, Emanuel Torquato, Elane Abreu e Gabriel Soares

6. Patrimônio cultural negro e educação
Henrique Cunha Junior, Meryelle Macedo da Silva, Rafael Ferreira da Silva

7. Artes africanas e afro-diaspóricas
Otilia Aparecida Silva Souza, Hayanne Mateus Silva Gomes, Vitória Tavares de Amaral Sousa

8. A pessoa com deficiência, acessibilidade e racismo
Marla Vieira Moreira de Oliveira; Martha Milene Fontenelle Carvalho; Andson Germano Vieira Silva

9. Ensino de línguas antirracista: desafios e possibilidades
Layenne Humberto de Oliveira, Fernanda Custódio Cavalcanti, Cauê Jucá Ferreira Marques

Obs.º Todas as produções à seguir foram devidamente apresentadas nas sessões temáticas (acima listadas) do XIII Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra.

Sumário

A CAPOEIRA E O FADO GINGANDO NA RODA 09

A RELEVÂNCIA DOS LIVROS DIDÁTICOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DAS MATERIALIDADE EXTERNAS E INTERNAS DE LDS DA COLEÇÃO HISTÓRIA SOCIEDADE E CIDADANIA DO ALFREDO BOULOS JÚNIOR 19

ANTROPOLOGIA CONTRA HEGEMÔNICA: O ENSINO DE TEORIA DA DIÁSPORA NA GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA NA UNILAB 29

CAPOEIRA E ENSINO SOB UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR NO GÊNERO CONTO: UMA PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 EM ESCOLAS PROFISSIONAIS E TECNOLÓGICAS DE ENSINO MÉDIO BRASILEIRAS 42

COLONIALISMO, PODER E EPISTEMOLOGIAS DO SUL: PERSPECTIVAS DECOLONIAIS NO MESTRADO ASSOCIADO EM ANTROPOLOGIA UFC/UNILAB 58

E POR FALAR EM RACISMO, O QUE MUDOU APÓS A IMPLANTAÇÃO DA LEI 10.639/2003? UM ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DA LEI 10.639/03 EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DE CRATO-CE 74

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E OS PROBLEMAS SOCIAIS DA POPULAÇÃO NEGRA: UMA PROPOSTA DE ENSINO PARA AS RELAÇÕES RACIAIS EM UMA ABORDAGEM ANTIRRACISTA 87

ESCREVIVÊNCIAS: TRAJETÓRIAS DO FILME "CAROLINA MARIA DE JESUS: FACETAS DE UM BRASIL DESIGUAL" DO LIVRO QUARTO DE DESPEJO - DIÁRIO DE UMA FAVELADA 101

EXPERIÊNCIA FORMATIVA COM PROFESSORES(AS) E GESTORES(AS): FORTALECENDO O PERTENCIMENTO AFRO A PARTIR DOS MARCADORES DAS AFRICANIDADES 112

'EXÚS, A SAPUCAÍ É VOSSA!': O CARNAVAL CARIOCA COMO PONTO DE PARTIDA PARA A DEFESA DA FÉ AFROBRASILEIRA 128

GRUPO DE ESTUDOS DE RELIGIOSIDADES DO NEGRACT: UMA SISTEMATIZAÇÃO AUDIOVISUAL DE RITOS DE CIÊNCIA E MACUMBA 142

HISTÓRIA E MEMÓRIA NUMA PERSPECTIVA DECOLONIAL A PARTIR DAS RELAÇÕES LUSO-INDÍGENAS DE EXU-PE 157

HOMICÍDIOS TEM COR: UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE GERENCIAMENTO NECRO-POLÍTICO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL EM INVESTIGAÇÕES DE CASOS HOMICÍDIOS EM FORTALEZA – CE 172

IDENTIDADE DO POVO BRASA (BALANTA): DANÇA DE KUSSUNDÉ 185

(IN)VISIBILIDADES NEGRAS: O MOVIMENTO DE VISIBILIDADE DOS (AS) AUTORES (AS) NEGROS (AS) A PARTIR DAS PRODUÇÕES TEXTUAIS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – URCA **199**

MATERNIDADE E REDES DE APOIO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA DE DOCENTES MÃES UNIVERSITÁRIAS **212**

NEGROS NO CARIRI NO SÉCULO XIX: FONTES, TEMÁTICAS E PROBLEMÁTICAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA **225**

O AFROFUTURISMO: A ASCENSÃO DOS VALORES ANCESTRAIS AFRODESCENDENTES NA ARTE BRASILEIRA NO SÉCULO XXI **238**

O ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS EDUCACIONAIS SOBRE O ENSINO AFRODESCENDENTE ATRAVÉS DO REISADO NO CARIRI CEARENSE **243**

OS DESAFIOS DA MULHER NEGRA NO CAMPO DA ARQUITETURA E URBANISMO E SEUS IMPACTOS NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS NARRATIVAS ATRAVÉS DA PRÁTICA ARQUITETÔNICA **261**

PATRIMÔNIOS CULTURAIS DA POPULAÇÃO NEGRA: REVISITANDO O TEMA **278**

QUILOMBOS: APROFUNDAMENTO DO RACISMO ESTRUTURAL E INSTITUCIONAL COM A PANDEMIA DA COVID - 19, MOROSIDADE E NEGAÇÃO DO DIREITO À VACINA COMO GRUPO PRIORITÁRIO **283**

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM BREVE ESTUDO DA ARTE **300**

REVISTA ÁFRICA NA UNILAB: APLICAÇÃO DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL GLOBAL EM FAVOR DA LEI 10.639/03 **313**

TERREIRO ESPAÇO DE DISPUTA URBANA EM SÃO PAULO: O CASO DO AXÉ ILÊ OBÁ NO BAIRRO DO JABAQUARA. **324**

A CAPOEIRA E O FADO GINGANDO NA RODA

Gabriela Honorato dos Santos[1]
Nilene Trigueiro Marinho[2]

RESUMO

Após a abolição da escravatura no Brasil houve um aumento significativo da imigração incentivada pelo governo brasileiro. Os indivíduos vinham para ocupar os novos postos de trabalho antes destinados aos escravos, com o objetivo de alcançar melhores padrões de vida no país considerado "O novo mundo", entretanto acabavam se deparando com uma realidade de vida insalubre e sem dignidade esta a qual os ex escravos já vivenciavam. Negros recém-libertos e imigrantes europeus passaram a dividir os mesmos nichos sociais e ocupacionais, o que provocou a miscigenação de suas culturas. Diante das questões apresentadas, o trabalho assume como objetivo geral: compreender as relações e semelhanças presentes entre o fado de origem portuguesa e a capoeira, proveniente da cultura afro-brasileira. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, e o método utilizado foi o bibliográfico-documental, explorando artigos e teses a respeito da temática, nas plataformas Google Acadêmico, e publicações em jornais, revistas publicados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no jornal O Estadão. Este trabalho insere-se na temática do simpósio de nominada "Patrimonio cultural negro e educação" Os resultados das nossas pesquisas evidenciaram que a convivência entre fadistas e capoeiristas, mais precisamente ao final do século XIX e início do século XX, moldaram e aproximaram essas culturas, adicionando a formação identitária aspectos culturais de seus nichos sociais.

Palavras–chave: Capoeira, Fado, Imigração, aculturação.

[1]Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica (PIBIC), Estudante do curso de Licenciatura em Educação Física do IFCE – *campus* Juazeiro do Norte-CE. gabriela.honorato.santos02@aluno.ifce.edu.br

[2]Professor orientador do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica (PIBIC), Professor Orientador curso de Licenciatura em Educação Física do IFCE – *campus* Juazeiro do Norte-CE. nilene@ifce.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Quando os negros africanos aportaram no Brasil, a partir do século XVI, depararam-se com outra cultura, idioma, e muita violência por parte de alguns senhores, além de serem submetidos a uma vida sem dignidade, insalubre, e a atividades desumanas em ambientes inóspitos.

Mesmo brutalmente reprimidos, estes indivíduos procuraram meios distintos de sobrevivência, e acharam refúgio em diversas práticas culturais, dentre elas, a capoeira, objeto de estudo do respectivo texto. Os negros, no período da escravidão, procuravam meios distintos de sobrevivência, e acharam refúgio em diversas práticas, dentre elas, a capoeira. Há teorias que afirmam que seu exercício os preparava para a luta, e poderia facilmente ser confundida com a dança. Manchetes de jornais destacaram em diversos momentos históricos a capoeira, abordando através de diversas teorias a sua origem,assim como o periódico Manchete do Rio de Janeiro (1954),afirma que os capoeiristas vieram junto com os primeiros escravos, ao Brasil.

Manchetes de jornais destacaram em diversos momentos históricos a capoeira, aventando teorias acerca de sua origem. No entanto, a ausência de representatividade do negro na cultura, nas artes marciais e em registros históricos, de forma mais intensa, desde sua chegada ao Brasil até meados do século XX, provocados pelo comportamento preconceituoso da elite branca, não permite que haja uma precisão histórica que demarque o momento de surgimento desta prática. Ao passo em que foram implementadas as leis de abolição a escravatura no Brasil, foram desenvolvidas políticas de incentivo à imigração, que tinham como objetivo trazer indivíduos pra substituir os campos de trabalho, anteriormente ocupados pelos negros escravizados.

Ao aportar em terras brasileiras, os estrangeiros chegaram ao país

para trabalhar na grande lavoura, entre os séculos XIX e XX. Assumiram postos de trabalho sem direitos trabalhistas, e com patrões que advinham das relações de trabalho estabelecidas no sistema servil da escravidão, deste modo, muitos passaram a vivenciar problemas comuns aos antigos escravos libertos, no que concerne a ausência de condições dignas de vida. Estes indivíduos passaram a conviver em um mesmo nicho social, construindo casebres em favelas e cortiços, dividindo não apenas o mesmo espaço, mas também suas histórias, culturas, dificuldades e muitas vezes chegavam a relacionar-se amorosamente.

Acerca do processo de imigração é possível destacar uma publicação feita no jornal O Estado de São Paulo (1958, p. 10) Mesmo em grandes pioneiros da imigração entre nós
sempre encararam os imigrantes como "braços" e não como 'homens": inconscientemente, o imigrante não passava, e não devia passar, de um escravo assalariado.

É a partir desta relação entre os imigrantes de origem portuguesa e os negros escravizados no Brasil que o presente texto se debruça. Acreditando ter havido uma relação de proximidade entre os praticantes de capoeira e os fadistas portugueses capaz de possibilitar uma troca de saberes capaz de influenciar o desenvolvimento da capoeira no Brasil.

A capoeira e o fado foram culturas perseguidas e estigmatizadas em seus países de origem, pois os seus praticantes, por serem em sua maioria pobres, eram vistos como vadios, desordeiros e violentos, sendo estigmatizados com leis que proibiam as suas práticas, em seus respectivos países, ao final do século XIX e início do século XX.

A partir do exposto, o trabalho desenvolve a seguintes questões-problema: Quais as aproximações entre a capoeira e o fado de origem

portuguesa, ao final do século XIX e início do século XX? Que características haveria em comum entre estas duas manifestações corporais?

No intuito de responder as questões que se apresentam, o trabalho elenca os seguintes objetivos: conhecer as relações e aproximações entre a capoeira, praticada entre os séculos XIX e XX, e outras culturas originárias de grupos estigmatizados, aqui representado pelo fado, desenvolvido pelos imigrantes de origem portuguesa.

2. METODOLOGIA

O estudo selecionou a abordagem qualitativa, tendo como foco a pesquisa exploratória, sob o método bibliográfico-documental, fundamentado na literatura acerca do tema.

Foram analisados e catalogados processos crimes disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, assim como artigos de jornal que contavam a "história" da capoeira e do fado entre os séculos XIX e XX. Para a pesquisa foram selecionados os seguintes descritores: capoeira, fado, batuques, maltas, ataques de navalha, lutas corporais, desordens.

Outros jornais do mesmo período histórico, como O Estadão, também fizeram parte da pesquisa, em busca de compreender como os praticantes de fado e capoeira eram percebidos e descritos pela imprensa da época.

Para complementar o quadro de análise, o trabalho não se furtou a pesquisa em plataformas digitais, como o Google Acadêmico, Scielo, assim como, bancos de monografias e dissertações de universidades brasileiras.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO (REVISÃO DE LITERATURA)

Estudos apontam que a capoeira foi desenvolvida no período da escravidão, e que não há comprovações na literatura de que a mesma já existia em épocas anteriores (LOTT, 2018). Conforme a Revista Dom Casmurro (1911, p. 3):

> (...)A capoeira não é portuguesa nem negra, é confusa e mameluca. Isto é - cruzada, é mestiça, tendo-lhe o mestiço anexado, por princípios lávicos e com adaptação inteligente, a navalha do fadista da "mouraria" lisboeta, alguns movimentos sambados e simiescos do africano e sobretudo, a agilidade, e levipedes felina e pasmosa do indio aos saltos rápidos e leves e imprecisos.(...)

Medeiros (2016) caracteriza a capoeira por movimentos ágeis e harmoniosos, em ritmo de músicas e aspectos coreografados. Os praticantes desta arte utilizam os pés e as mãos incorporados a uma malandragem tipicamente brasileira num diálogo rítmico de corpo, mente e espírito, onde a capoeira torna-se um exercício físico e mental. (MEDEIROS, 2016, p. 13).

Ao se tratar do fado, sua origem também é uma vertente bastante discutida, pois alguns historiadores especulam que ocorreu em meio às grandes navegações portuguesas, em períodos de expedições marítimas no processo de globalização, a qual têm fortes influências árabes, mas não se sabe ao certo sobre como e quando foi criado. (MATARAZZO, 2013).

A capoeira e o fado se desenvolveram em ambientes inóspitos onde os praticantes precisam de motivos para se manterem vivos. Pobres, mendigos, marginalizados e excluídos os praticantes passavam sua fama às suas práticas que sofriam grande preconceito e causavam incômodo à sociedade.

Em meados do século XIX e XX muitos estrangeiros de origem europeia, ao adentrarem na cidade do Rio de Janeiro, encontravam uma

"porta de entrada" na prática da capoeira, assim como, uma forma de reconstrução de valores simbólicos de suas culturas. (FALCÃO, 2005).

O jornal Manchete, do Rio de Janeiro, publicado em 1968, p 11, faz menção a obra de um escritor denominado João do Rio, de 1909, denominada Fados, canções e danças de Portugal, que realizou comparações entre as "[...] faias de outrora e os malandros cariocas, mas destaca que são muito mais pitorescos e com um léxico muito maior [...] a gente do fado morre no hospital ou na ponta da faca e não teme as desgraças desde que nasceu para ir de encontro com a sorte adversa".

Há semelhanças no modo de se vestir do capoeirista e do tocador de viola fadista, como as calças com pernas largas, paletós brancos costurados a mão, que faziam parte de seus estilos. Os capoeiristas ainda utilizavam chapéus e lenços de seda no pescoço, o chapéu utilizado para dar estilo, mas também para ajudar a disfarçar o rosto.

Nas maltas – assim denominados os grupos de capoeiristas no Rio de Janeiro, no século XIX – os chapéus acompanhavam fitas vermelhas ou brancas que diferenciavam a qual grupo o capoeirista pertencia. Quando um integrante recebia uma missão a ser cumprida também se usava o chapéu como forma de representar que a missão fora concluída. Quanto ao lenço, a finalidade era proteger a região mais sensível do corpo, o pescoço, contra os golpes de navalhas em possíveis brigas.

"A arma comum das capoeiras, na época, era a temível navalha, a qual manejavam com a mais absoluta destreza, e em virtude disto, usavam um lenço de seda pura em torno do pescoço como precaução para se defenderem, sabido que a mesma embota o fio da navalha". (VIEIRA, 2004, pág. 5)

Fadistas e capoeiras têm muito em comum: a linguagem, os trajes, a

violência e a predileção pela vida na cidade. Fadistas deixaram sua marca nas maltas, tanto que a navalha tornou-se o símbolo da capoeira, quando antes era a cabeçada. (Brito, 2015).

Neste contexto, autores deste período, começaram a descrever que a capoeira deixou de ser praticada exclusivamente por negros e passou a ser exercida também por outros povos, agregando elementos e diversificações em sua execução. É possível identificar tais afirmações em uma manchete publicada no Jornal Estado de São Paulo, de 1808, P 14:

> (...)José Basson, era baixo e musculoso, olhos garços, pele mui clara, cabellos e bigodes loiros. Valente e bom capoeira. Chefe do grupo de matadores de cabrito. Entrou em vários rolos, deu muita pancada e também apanhou alguma. Dedicado aos seus amigos até ao sacrifício da sua própria vida, que por vezes arriscou[...]

O jornal demonstra a presença de indivíduos de outras origens étnicas, como o sujeito de pele clara citado acima, denotando a miscigenação presente nesta prática, ainda na primeira década do século XX.

Soares (1997) evidencia a presença de lusitanos nas maltas de capoeira como consequência da troca cultural entre a população mais pobre das cidades, sejam eles os negros, em sua grande maioria, ou mesmo os imigrantes portugueses que desembarcaram no Brasil após os anos de 1850.

A intensificação na imigração de portugueses, entre o século XIX e XX, para o Brasil permitiu a dissipação de suas culturas, no caso dos portugueses destacamos o desenvolvimento do Fado em constante troca experiências com a Capoeira.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa observamos e analisamos diversos pontos

de vista sobre o fado, sobre sua formação e desenvolvimento no processo histórico, foi possível verificar divergências entre os autores desde a origem ao período de ascensão, as pesquisas nos jornais e revistas do período entre os séculos XVII e XIX possibilitou ver de um ângulo mais próximo a realidade do que se passava em cada época, quais fatos eram mais evidenciados e como era retratados. Buscamos levar em consideração autores que fossem de encontro com o que foi visto nas descrições dos jornais e revistas para evitar conclusões fora de contexto.

Sobre o fado ter se desenvolvido com maior destaque em Portugal torná-lo-ia identidade cultural e social deste lugar. Mas os autores ainda divergem acerca desse assunto, mesmo nos jornais e revistas estas opiniões são diversas, foi possível observar desde afirmações de que a origem é portuguesa, arábe ou a de que possivelmente é brasileira. Mas a maioria concorda que o ritmo foi desenvolvido pela baixa esfera social, incluindo as escórias sociais da época (Vadios, prostitutas, mendigos e outros).

A origem da capoeira tem argumentos mais próximos, poucos autores divergem entre ter sido desenvolvido no continente africano e trago para o brasil ou de ter se originado totalmente em nosso país. A definição mais aceita é a de que surgiu em nossas terras, influenciada pela miscigenação racial dos negros, indios e portugueses imigrantes, mas o fato é que a predominacia na prática eram dos negros escravos e ex escravos mesmo tendo a participação em massa de outros individuos.

O fato é que o Brasil sendo colônia de Portugal aproxima esses sujeitos que emergem e dividem o mesmo ambiente, inóspito, deflagrante, compartilhando diversas situações de vida. Em uma perspectiva rasa não é possível perceber a proximidade do fadista com o capoeirista mas ao emergir nessa formação ao longo do desenvolvimento é notável a proximidade não

apenas dos sujeitos mas das suas culturas.

A violência sempre esteve presente nos fadistas em Portugal assim como como também na capoeira no Brasil, mesmo antes do contato e miscigenação destes. Mas o fado integra na capoeira a temida navalha que antes usava na luta apenas o próprio corpo as famosas cabeçadas e pernadas, a navalha que antes já era fatal nas mãos de um fadistas torna-se ainda mais nas mãos e pés de um capoeirista.

A grande participação dos portugueses em grupos de maltas destaca essa miscigenação cultural, bem como brasileiros fadistas que carregavam consigo a viola e a guitarra propagando a melodia e as tristes histórias cantadas.

A imersão na literatura permitiu perceber as semelhanças entre as o fado e a capoeira, presentes de modo significativo em seus praticantes, em sua grande maioria, pobres, que tinham em comum os locais de moradia, as vestimentas, e o meio social em que frequentavam, a criminalidade sempre presente em seus cotidianos e a forte influência do fadista ao capoeirista pela predileção do uso da navalha como arma branca para luta.

A discriminação pela pobreza e as difíceis condições de vida torna estas duas práticas atividades de estigmatizados, desenvolvidas em meio a lutas e resistências. Somando-se a isso, as duas manifestações, a capoeira e o fado, também serviram como espaço de resistência, lazer e reconhecimento entre imigrantes originários de nações diferentes, que buscavam reconhecer-se em meio a uma cultura nova que se depararam ao aportar no Brasil.

5. REFERÊNCIAS

BRITO, Eleonora Zicari Costa de. **Música brasileira em vozes portuguesas.**

Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte, v. 18, n. 33, p. 175-184, 2016. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8250165 Acesso em: 09 Set 2021.

BOM DE CABEÇA E CORPO. Jornal do Estado de São Paulo. São Paulo, 1808. P 14. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/ Acesso em: 14 Mai 2022.

Crônica do Rio no início do século, **"capoeira"**. Revista Dom Casmurro. Rio de Janeiro, Setembro de 1941, N.216, Disponível em: http://bndigital.bn.br/acervo-digital/dom-casmurro/095605 Acesso em: 11 Fev 2022.

FALCÃO, José Luiz Cirqueira. **Fluxos e refluxos da capoeira:** Brasil e Portugal gingando na roda. Análise social, , 2005, V.40, N.1774p. 111-133. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/i40045759 Acesso em: 14 Jan 2022.

LOTT, Wanessa Pires. **A Capoeira no Brasil:** da proibição à salvaguarda. LICERE, v. 21, n. 4, p. 450-470, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.35699/1981-3171.2018.1949. Acesso em: 28 Out 2021.

MATARAZZO, Thais. **Fado no Brasil:** Artistas & Memórias. São Paulo: ABR Editora, 2013.

MEDEIROS, Marilene Pereira da Silva. **Capoeira**: da marginalização à reafirmação identitária. 2016. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/44333 . Acesso em: 19 Nov 2021

SOARES, Carlos Eugénio Líbano. **Dos Fadistas e Galegos:** Os Portugueses Na Capoeira. Análise Social, vol. 32, no. 142, 1997, pp. 685–713. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/i40045726 . Acesso em: 29 Jul. 2022.

VIEIRA, Sergio Luiz de Souza et al. **Da Capoeira:** como patrimônio cultural. 2004. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/4099 . Acesso em: 30 mar 2022.

A RELEVÂNCIA DOS LIVROS DIDÁTICOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DAS MATERIALIDADE EXTERNAS E INTERNAS DE LDS DA COLEÇÃO HISTÓRIA SOCIEDADE E CIDADANIA DO ALFREDO BOULOS JÚNIOR

Iara Santos Vieira[1]
Vitória D'avila Serafim de Barros [2]
Edson Borges[3]

RESUMO

Os livros didáticos (LDs) são ferramentas fundamentais no processo de ensino-aprendizagem, principalmente no que tange à realidade de escolas públicas brasileiras, sendo muitas vezes o principal ou único material acessível para os alunos no cotidiano escolar. Os debates que cercam a constituição, distribuição dos LDs no novo ensino médio perpassam e refletem os aspectos sociais presentes na atualidade e impactam diretamente a formação dos LDs ou a substituição destes materiais por ebooks ou cartilhas digitais. Com isso, os LDs, para além de material didático, são uma conquista histórica da luta de professores, bem como um documento histórico. Assim sendo, para refletirmos sobre o ensino de História, consideramos crucial a análise das materialidades externas e internas do LD. O objetivo deste trabalho é analisar o livro didático do 6° e 7° ano do fundamental II da coleção História Sociedade e Cidadania, 4ª edição,

[1] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Bolsista Produtividade de Iniciação Científica pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), e-mail: iaravieira@aluno.unilab.edu.br
[2] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Bolsista de Educação Tutorial de Humanidades e Letras (PETHL), e-mail: vitoriadadavila@aluno.unilab.edu.br
[3] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades (UNILAB), e-mail:edsonbg@unilab.edu.b

do ano de 2018, do Alfredo Boulos Júnior. Trazendo apontamentos metodológicos, analisando desde dos elementos textuais e históricos de concepção deste LD, damos enfoque, principalmente, no capítulo 10 do LD do sétimo ano, intitulado “Africanos no Brasil”, destinado a questões como o tráfico atlântico, ao trabalho a que eram destinados e as formas de resistência praticadas, como a capoeira, congado e a formação de irmandades.

Palavras-chaves: Livro didático, ensino de História

1. INTRODUÇÃO

Destacamos a importância de considerarmos os livros didáticos enquanto documentos históricos, que precisam ser localizados no espaço tempo de sua produção. A coleção de livros analisada, pertencem aos LDS, avaliados e distribuídos pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Que tem por objetivo avaliar e disponibilizar gratuitamente obras didáticas às escolas públicas, das redes municipais, estaduais e federais de todo o país, desde o ensino infantil até o ensino médio. Os livros passam por avaliações pedagógicas coordenadas por uma equipe técnica do Ministério da Educação, integrada por profissionais das diversas áreas do conhecimento, entre eles professores universitários de da rede básica. A coleção analisada pertence à 4º edição, São Paulo, 2018. O LD possui 6 edições ao todo, com a última sendo lançada em 2022. Ela é composta de quatro volumes que buscam apresentar os conteúdos relativos à História do Brasil e à História Geral de forma integrada, que são demarcados por acontecimentos e ações de indivíduos.

Alfredo Boulos trabalha em seus livros didáticos planos problemas, onde ele traz uma problemática para cada capítulo. Na primeira unidade, por exemplo, os capítulos estão intitulados por “povos indígenas: saberes e técnicas” e “povos e culturas africanas: malines, bantos e iorubás”; na segunda unidade ele traz “mudanças na Europa feudal”, “renascimento e humanismo” e “reforma e contrarreforma”; na terceira unidade ele apresenta o “estado moderno, absolutismo e mercantilismo”, “as grandes navegações”, a “conquista e colonização espanhola da América” e “América portuguesa: colonização”; já na quarta e última parte ele discute os “africanos no Brasil”,

"europeus disputam o mundo atlântico" e a formação do território da América portuguesa".

Dessa forma, buscamos fazer uma análise interna e externa do livro didático do 7° ano do ensino fundamental. Focamos nossa análise no capítulo 10, intitulado "Africanos no Brasil", no qual traz elementos sobre a origem dos africanos tragos para o Brasil, sobre a travessia e sobre as formas de resistência. O capítulo destaca pontos importantes sobre os quilombos e traz materiais de apoio para embasar o conteúdo apresentado.

Nosso objetivo consiste em analisar as materialidades do LD e apresentar os pontos mais pertinentes para o ensino de história Afro-Brasileira. Nossa análise também consistirá em avaliar as ferramentas da internet disponíveis para os estudantes e de que forma elas aparecem ao longo do capítulo. À vista disso, temos como pergunta de pesquisa: como o capítulo 10, do livro didático História, Sociedade e Cidadania, auxilia o professor no ensino de história e cultura afro-brasileira corroborando para o cumprimento da Lei N° 10.639/03?

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa, inicialmente, foi desenvolvida durante a componente curricular obrigatória do curso de Licenciatura em História da Unilab "Expansão Europeia 90 h/a", que foi ministrada pelo professor Edson Borges. Foi-nos proposto a análise de livros didáticos de forma a considerarmos o LD como documento histórico e um importante instrumento do fazer docente.

Logo, a análise foi estruturada com base na Lei N° 10.639/03, que trata sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas instituições escolares. Focamos no capítulo 10, "Africanos no Brasil", do livro

didático História, Sociedade e Cidadania e destacamos os pontos mais pertinentes ao ensino da cultura afro-brasileira.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

É possível identificar que o autor dedica-se a demonstrar a História relacionada com aspectos centrais do mundo contemporâneo e com aspectos do cotidiano dos estudantes e professores. No tópico Metodologia da História - Visão de Área, do manual do professor, Boulos defende como o passado é importante e lembrá-lo dele é essencial para as novas gerações, o passado está continuamente conectado com o presente e só o compreendendo é que se entende o que vive-se no momento. Boulos afirma que:

> Se a destruição do passado pode resultar em uma tragédia para as novas gerações, a alienação dela decorrente pode facilitar a emergência e a imposição de ditaduras brutais, como as que vistoriaram nas décadas de 1930 e 1940 em países da Europa Ocidental e Oriental. Ademais, a consciência de que o passado se perpetua no presente é fundamental para o nosso sentido de identidade. Saber o que fomos ajuda-nos a compreender o que somos; o diálogo com outros tempos aumenta a nossa compreensão do tempo presente (BOULOS, 2018, p. IV)

O autor traz discussões sobre como a História, para além de estudar as mudanças, dedica-se também ao estudo as permanências, assim citando como exemplos das construções nas cidades de Ouro preto, São Luís, Olinda, Goiás e Salvador; além de também trazer as brincadeiras antigas de crianças que até hoje perduram, como pular corda, esconde-esconde, etc. Com esses exemplos, podemos analisar como a ciência histórica nos ajuda a compreender o presente e refletir sobre as mudanças e permanências presentes no mundo. O livro está cheio desses instrumentos, ao longo da

leitura vamos percebendo várias nuances que estão abertas a discussões e reflexões.

A narrativa do LD segue uma história conectada, onde vigora um saber história através de questões colocadas pelo presente e um saber que trabalha a simultaneidade dos acontecimentos em um mesmo tempo histórico. O LD enfatiza a importância de saber o contexto histórico e evitar o anacronismo. Boulos afirma na parte dedicada ao professor que "a coleção é composta de quatro volumes que buscam apresentar os conteúdos relativos à História do Brasil e à História Geral de forma integrada." (2018, p. XXIX). O autor dedica-se a discutir a existência de sistema escravistas no continente africanos, apresentando sua existência antiga e sendo possível encontrar em vários lugares no mundo, bem como as modificações ocorridas após a chegada dos europeus no continente.

Para apresentar as principais razões pelas quais as pessoas poderiam ser escravizadas nas sociedade africanas, o autor faz referência a professora Leila Leite Hernandez,sendo elas então: a guerra; a fome; a punição judicial; a penhora humana. No que tange às orientações ao professor o autor propõe como encaminhamento, sugere a utilização de "IMAGENS EM MOVIMENTOS", com referência dedicadas a escravidão africana praticada tanto por árabes quanto por europeus, bem como a escravidão islâmica na África. Posteriormente o autor apresenta a origem dos africanos trazidos para o Brasil, por meio do tráfico atlântico. Propõe reflexões no que tange ao processo de desumanização que os povos africanos foram submetidos, partindo então da relevância da identidade, do nome, refletindo sobre o "batizado", que tinha por objetivo contribuir para o apagamento daquilo que constitui sua identidade e sua história, central no processo de feitura do escravo. No que refere-se às formas de resistência culturais dos povos

escravizados, o autor apresenta as práticas conectadas ao cotidiano dos alunos bem como suas contribuições para a formação da identidade brasileira, e influência histórica de diversos povos e culturas na formação do Brasil. Com isso, o autor dedica-se a uma abordagem histórica conectada com acontecimentos históricos no mundo, simultaneamente, propondo-se a aproximar o ensino de história do cotidiano dos alunos. Contribuindo assim para o desenvolvimento de uma consciência histórica.

Pode-se perceber, entre outros aspectos, que em um mesmo tempo histórico foram vivenciadas situações diferentes em diversas sociedades. O LD traz as várias etnias e classes sociais para explicar as mudanças históricas. Em uma parte do LD da 7ª série ele traz os povos bantos e suas descendências, afirmando que boa parte dos habitantes do Rio de Janeiro é descendente deles. Como também os povos iorubás, que foram essenciais para a formação do Brasil. Boulos destaca que: "Os iorubás e sua arte foram e continuam sendo decisivos na formação cultural do Brasil; estudá-los pode nos ajudar a compreender aspectos importantes de nossa história e cultura." (2018, p. 35).

Por toda a LD, é possível encontrar sugestões, nos balões " para saber mais" o autor sugere materiais audiovisuais, recursos da internet, livros, filmes, que possibilitem um aprofundamento nos conteúdos conectando a aprendizagem a ferramentas presentes no cotidiano dos alunos, quadrinhos, imagens, mapas. Nos capítulos destinados ao tráfico transatlântico, ocupação portuguesa na América, não há um aprofundamento na história do continente Africano, mas é possível encontrar uma página dedicada a apresentar os países de origem dos povos escravizados. Boulos afirma, no capítulo analisado, que a inserção dos africanos se deu, principalmente, pela necessidade de mão de obra nos engenhos

> Na passagem do século XVI para o XVII, no Nordeste, os senhores de engenho começaram a comprar africanos para substituir os indígenas no trabalho. E o fizeram pelas seguintes razões: a) a falta de indígenas nas áreas açucareiras por fuga ou morte devido a doenças e maus-tratos; b) os interesses envolvendo o tráfico de africanos pelo Atlântico; c) a experiência dos africanos na produção de açúcar nas plantações portuguesas das ilhas de Cabo Verde e Madeira. Muitos africanos trazidos para o Brasil nos séculos XVI e XVII eram bantos, povos agricultores e pastores com grande domínio da metalurgia do ferro." (BOULOS, 2018, p. 165).

O livro configura-se enquanto ferramenta fundamental no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para o fazer docente assim como para o auxílio da aprendizagem dos alunos. A lei 10.639, que estabelece que diretrizes e bases da educação nacional, a obrigatoriedade da inclusão oficial da rede de ensino a História e Cultura Afro-brasileira, a coleção História e Sociedade do Alfredo Boulos configura-se enquanto um bom material didático a ser trabalhado em sala de aula, objetivando o desenvolvimento da consciência histórica, bem como disponibiliza ao docente um acervo de referência bibliográfica (livros, artigos), iconográficas (pinturas, gravuras, imagens, desenhos), e recursos digitais, como vídeos, documentários, imagens em movimentos, disponíveis virtualmente, que contribuem para um melhor aprofundamento dos temas abordados.

No que refere-se ao capítulo analisado, dedicado exclusivamente a temáticas que envolve as relações Brasil-África, o autor dedica-se minuciosamente a conectar a chegada desses povos africanos no Brasil, com as dinâmicas e processos históricos mundiais, bem como apresentando a relação e contribuição destes para a construção da identidade brasileira, promovendo assim uma compreensão dos sujeitos escravizados enquanto sujeitos históricos, compreendendo as relações enquanto fruto das interações destes sujeitos, apresentando as inúmeras manifestações culturais de resistência, assim como as heranças dessas presentes nA

atualidade e no cotidiano dos alunos. No que refere-se ao uso de documentos no livro didático, o autor direciona em suma seu uso para ilustração, a fim de atrair a atenção e aguçar a imaginação dos alunos. Nas orientações presentes no manual do professor, o autor sugere aos professores, alguns exercícios a serem realizados com base nos documentos presentes que atribui aos educandos, o exercício de analisar, observar e descrever as ilustrações presentes. As ilustrações exercem um papel importante de trazer o visual, e aproximar o tema proposto aos alunos, atraindo assim sua atenção, sendo fundamental principalmente na realidade escolar onde os livros são os únicos recursos didáticos disponíveis aos alunos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos analisar o presente capítulo considerando, principalmente, a Lei N° 10.639/03, que trata sobre a obrigatoriedade do ensino afro-brasileiro nas escolas. Em conformidade com a Lei, o LD traz informações sobre as irmandades criadas como formas de resistência pelos escravizados. Apesar de ter irmandades de brancos e mestiços, os negros também formaram suas próprias irmandades, como as de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e a Irmandade dos Homens Pretos, de Salvador. Além de apresentar as Irmandades, Boulos também evidencia os quilombos, dando enfoque no Quilombo dos Palmares e nos descendentes dos quilombolas.

Amparada na nossa pergunta de pesquisa, que foi “como o capítulo 10, do livro didático História, Sociedade e Cidadania, auxilia o professor no ensino de história e cultura afro-brasileira corroborando para o cumprimento da Lei N° 10.639/03?”, percebemos que Boulos traz assuntos

importantes que o professor deve trabalhar na sala de aula, de forma a conectar com o cotidiano dos alunos. Discute sobre os quilombolas e seus remanescentes em ambiente acadêmico abre discussões que vão para além do espaço escolar. O docente pode trazer a cultura, crenças e lutas sociais dos quilombolas, como também aproximar essa realidade dos estudantes ao questioná-los se em sua cidade há remanescentes de quilombo. Isto posto, consideramos então, a partir da análise do capítulo supracitado, o LD uma excelente ferramenta a ser trabalhada em sala, seguindo as diretrizes da Lei N 10.639/03.

5. REFERÊNCIAS:

JUNIOR, Alfredo Boulos. **História, Sociedade e Cidadania 7° ano**. 4ª edição. São Paulo: FTD, 2018.

ANTROPOLOGIA CONTRA HEGEMÔNICA: O ENSINO DE TEORIA DA DIÁSPORA NA GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA NA UNILAB

Deybson de Sousa Cavalcante[1]
Guilherme Viana[2]

RESUMO

O presente artigo é fruto das interlocuções e reflexões travadas por dois estudantes do curso de bacharelado em antropologia da Universidade da integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira, Unilab. as reflexões do presente artigo são fruto da problemática norteadora dessa pesquisa: Qual a importância da disciplina teoria da diáspora na formação epistemológica dos e das estudantes do curso? Os atravessamentos da monitoria acadêmica, realizada por um dos autores, corroborou na busca por entender a disciplina como um dos momentos de formação contra hegemônica do curso. Em carácter metodológico, realizamos uma pesquisa bibliográfica, baseadas em autores e autoras que versam sobre arelevância da teoria da diáspora para formação em ciências sociais e antropologia. Realizamos também a coleta dados empíricos pautados na trajetória de uma amostragem de três estudantes que cursaram a disciplina, tendo como foco a percepção dos(as) interlocutores sobre os processos formativos fornecidos na disciplina eseu aproveitamento das/nas agendas de pesquisas dos estuantes. Entendemos que a descentralização do pensamento hegemônico reside na produção de uma antropologia héteroglossica (Ribeiro, 2006), inclusive como espaço para a reverberação das teorias afro-diaspóricas, nossa conclusão é que o fomento epistêmico que a disciplina oferece, possibilita uma grande contribuição para as tendências paradigmáticas que regem o nosso tempo e nossos

[1] Bacharel em Ciências Humanas, formando no bacharelado em Antopologia – Unilab; Mestrando em Antropologia Social UFC/Unilab e-mail: deysbon.cavalcante@gmail.com
[2] Bacharel em Ciências Humanas, formando no bacharelado em Antopologia – Unilab; Mestrando em Antropologia Social UFRN e-mail: guiviana.22@outlook.com

atravessamentos locais, globais e transnacionais. Seguimos entendendo que a disciplina situa-senum bojo de disciplinas de suma importância para as teorias do curso de antropologia. Por se tratar de uma teoria que segue um padrão contra hegemônico das teorias ditas clássicas a teoria da diáspora assume um carácteralvissareiro frente as demais disciplinas do curso de bacharelado em antropologia.

Palavras chave: Teoria da diáspora; Antropologia; Epistemologia.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu com a experiência de reflexão sobre a importância da teoria da diáspora no momento de atuação de um dos autores como monitor na disciplina de Teoria da Diáspora, minitrada na Universidade da Integração da Lusofonia Afro Brasileira – Unilab, A Unilab, é uma universidade pública federal situada em dois estado brasieliro Ceará e Bahia, sendo respectivamente os campos Liberdade, Palmares e Auroras no Ceará entre as Cidades de Redençãoe e Acarape. Na macroregião do Macicço de Baturité e o Campus do Malês na Bahia na cidade São Francisco do Conde na Região Metropolitana de Salvador.

A Unlab é uma univseridade que realiza parcerias coms os países de língua oficial portuguesa para o intercâmbio epitêmico e culutural de diversos países falantes de língua: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Atualmente, há majoriatariamente estudantes de países do continente Africano de países como Angola, Guiné Bissau e Cabo Verde.

A integração internacional que a Unilab oferece nos fomentou uma importante reflexão sobre o nosso próprio ciclo formativo em antropologia e em ciências humanas: qual o papel da teoria da diápora na formação em antropologia? A necessidade se estudantar uma disciplina que é obrigatória no curso de curso de antropoloia surge na iminêcia de entender que tipo de representações são feitas de nós por nós equanto discentes e que tipos de reflexões nao hegemônicas as refelxões oferecem para se pensar diáspora sobre tudo em uma universidade que congrega estudantes de diversos países do continente Africano, que estão no cerne de desenvolvimento do conhciemto antropológico.

Metodológicamente reunimos aqui reflexões teoricas, aboradas na disciplina, mas, também, empíricas de colegas do nosso curso, que atualemnte seguem diferentes caminhos acadêmicos e artísticos e que, sentem-se contemplados com a importânca do curso de teoria da diáspora na grduação em antropologia.

Optmaos por utilizar nomes fictícios dos e das nossas interlocutoras, para mantermos uma respnsabilidade ética com nossas interlocutoras, por isso, fazemos referência por meio de nomes de intelectuais negras para nos referirmos aos nosso sinterlocutores, os nomes foram escolhidos em consenso entre nossos entrevistados entrevistadas de modo a garantir que a referência seja também uma referência política e contra hegêmonica.

2. DIÁSPORA(s)

Ao recorrer ao conceito de diáspora logo imaginamos o cenário ligado ao consenso maginativo da diápora judaíca. Gostatísmos de chamar atenção para os modos como nós estuantes do curso de gradação antropologia pensamos diásporas atualmente, um de nossos interlocitores que chamaremos aqui de fFranz Fanon, que foi estudante do curso de antropologia, entretanto não finalizou, ao ser questionado sobre o que é o curso de antropologia e qual sua função no sentido de diáspora penso e afirmou da seguinte forma:

> "é uma disciplina muito importante não só para antropologia mas todos os cursos da Unilab eu acho que ela pode ser... é muito difícil... porque falar da diáspora é... falar de mundo, né?... mas eu acho que a disciplina ela pode ser mais abrangente, ela pode sair de uma caracter quase que absolutamente teorico voltado soente pra texto e a gente pode ir pras muitas outras formas que a diáspora se manisfestaram que é pela música, pelo cinema, pelo teatro, pela dança, enfim, por infinitas linguagens artisticas...

(Entrevista com interlocutor entitulado Franz Fanon, 2022)

Percebemos que a noção de diáspora fruto da trajetória de um de nosos interlocutores abrange para além de um conceitualização teórica, mas sim, a ideia de artes e linguagens artísticas, nosso iterlocutor foi um estudate de graduação em antropologia, mas, que por diveros motivos teve de abandonar o curso, entretanto sua conexão com o cinema nos faz probelamatizar a nção e ideia de diápora como uma idia de *mundo,* estabelecido quando ele diz que falar de diáspora é falar de mundo, e é justamente nessa perspectiva transglobal de entendiemnto da diáspora africana que as reflexões diásporicas se situam.

O tráfico trasatlantico de modo cruel forçou a saída de milhares de seres humanos do continente africano para a escravização. O termo diáspora se relaciona com a dispersão de qualquer povo e refere-se ao um processo de deslocamento, podendo ser forçado ou não. É importante pensar a diáspora enquanto realidade e conceito, pois, os processos diaspóricos são fundamentais para se compreender as relações históricas e sociais entre os povos ao longo do tempo.

A origem desse termo/conceito pode também ter relação com o tráfico transatlântico, mas não limitando-se a isso, acredita-se que foram entre 10-12 milhões de escravizados. Sujeitos que foram transformados em propriedade, com a formação racial global. O genocídio da população negra e de povos originários, a construção de identidades nacionais baseadas na articulação de noções como: territórios, raça, civilização e cultura que também configuram a construção das subjetividades negras decorrente de “interpretações” e “construções” do outro no sentido diaspórico que tem oferecido grande cenário para investigação antropológica sobre a diáspora africana.

Nessas transições forçadas, embarcavam dentro dos navios negreiros modos de vida, culturas, práticas religiosas, línguas e formas de organização política e estatal que tiveram e ainda tem um papel de desenvolvimento na construção das sociedades e identidades das quais africanos escravizados tiveram como destino. Nesse sentido, a diáspora é compreendida por um conceito que é construído com múltiplos significados e os seus estudos se concentram dentro de um território de reflexão teórica metodológica.

O movimento que realizamos aqui é de entender que a teoria da diáspora é também o movimento de reencontro, ou seja, é nele que há um retorno das construções das diversas linguagens para a constituição deste conceito. Recorrendo mais uma vez ao que nosso interlocutor intitulado Franz Fanon reflete:

> "Eu entendendo dentro desse universo, né? Que a diáspora é pra mim... pensar a diáspora... é de certa maneira ir contra o discurso de uma movimentação África-Brasil dada apenas pelo tráfico de pessoas escravizadas, então, uma coisa pra mim é a gente falar do tráfico de pessoas escravizadas e outra e a agente falar de diáspora... quando a gente fala de tráfico de pessoas escravizadas a agente tá falando diretamente disso: dessa negociação dessa relação de capital quando a gente esta falando de diáspora agente falando de pessoas africanas para o mundo e dentro do mundo essa diáspora para o Brasil, então eu acho que pensar diáspora faz uma realocação do que a gente tem e faz no que diz respeito a estudos afro brasileiros e africanos, sabe? A gente saí de um lugar que foi muito visto pela branquitude que usou dessa ferramenta capitalista de escravização dos povos e vai para esse outro lugar que é o da diáspora" (entrevista com interlocutor intitulado Franz Fanon)

Quando nosso interlocutor entender que a diáspora africana não se limita somente aos sentidos que são colocados pelos mecanismos capitais de escravização e de violência dos povos, estamos entendendo que os estudos de diáspora recorrem também a uma ideia de lugar do centro dos sujeitos que saem.

Por isso o historiador norte americano George Andrews, irá discutir a diáspora em perspectiva continental, a sua obra “América Afro-Latina” abrange uma temporalidade de 1800 á os anos 2000, na qual ele inicia no começo do século XIX, onde ele vem discutindo políticas estatais elaboradas e operadas pelos Estados Latinos-Americanos no período que antecede abolição da escravatura.

Desse modo, o autor cria um trabalho que consegue mostrar pontos que tanto marca as diferenças e particularidades de cada país, como coloca os pontos em comum, tendo uma abordagem macro do continente para pensar política, cultura e identidade do movimento afro diaspórico.

Andrews (2007) faz uma discussão do Brasil de modo interseccional com as realidades dos outros países que possuem pontos em comum no processo de formação de uma “identidade nacional” dentro desse projeto colonial continental. De modo geral, a proposta desenvolvida pelo autor sobre diáspora se dá na mediada que ele propõe pensar as diversas realidades da américa latina, pois, esses países estão conectados por um processo de branqueamento que se reverbera em aspectos: raciais, culturais, estéticos e políticos. Nesse sentindo, da mesma forma que é um projeto colonial continental também é um processo diaspórico. Refletir as conexões entre as demandas de acontecem no Brasil por aqueles que os vivem na condição da diáspora requer pensa as condições dessas realidades de branqueamento.

Nesse sentido, recorremos aos pensamento de uma interlocutora nossa que iremos chamá-la aqui Carolina Maria de jesus, nossa interlocutora é estudante de doutorado em antropologia foi aluna do curso de antropologia da Unilab e hoje colabora como docente de um curso de antropologia que iremos resguardar o nome da instituição para mantermos

o sigilo ético, nossa interlocutora é da Guiné-Bissau e fala um pouco sobre essa dimensão da diáspora no Brasil:

> "Eu sou uma menina africana que não nasceu numa família tradicional [...] eu convivo e sou fruto de criação de várias mulheres, minha família é grande numericamente é uma família diferente [...] em termos de conhecimento e de saberes [..] minha trajetória acadêmica é colocada, por uma orientação de que um mulher precisa estudar também, além das obrigações que somos colocadas eu desde criança não tive essa divisão entre homens e mulheres [...] eu vim pra Unilab fazer antropologia [...] (entrevista com a interlocutora intitulada Maria Carolina de Jesus)

A reflexão sobre a diáspora e sobre quem vem estudar na Unilab estamos acionando a dimensão de uma antropologia transnacional e diaspórica quando reificamos a trajetória da nossa interlocutora que foi aluna de graduação em antropologia e hoje é doutoranda e colaborada de um curso de graduação também em antropologia estamos cristalizando e vendo nascer a noção epistêmica e conceitual de antropologia contra hegemônica.

A noção de diáspora pode também ser acionada e reificada com a fala de uma interlocutora que aqui chamaremos de Meg Raiara, o nome fictício para nossa interlocutora que faz referência a primeira travesti a ter o título de doutora em Educação, nossa interlocutora que é uma travesti, atualmente mestranda em antropologia e foi aluna do curso de antropologia da Unilab, entende que o lugar de um antropologia contra hegemônica pelos caminhos da diáspora são entendidos pelo:

> "Pensar a diáspora como uma ferramenta contra hegemônica eu acredito que seja mesmo na pluralidade de conhecimentos outros que não somente né? Foram... porque no Brasil a gente sofre uma questão muito da questão historiográfica do nosso país assim... que outros conhecimentos que principalmente vem do continente africano diversos países, é colocado como não saberes, e disciplinas como essas que coloca a questão da diáspora em perspectiva reúne esses conhecimentos colocando em cheque quais são as questões [...] não tem como a gente discutir o Brasil sem levar em

> consideração as questões epistemológicas do continente africano, né? E aí tô falando de mais de 54 países... [..] Então pra mim é uma ferramenta pedagógica, epistemológica, ontológica... [..] essa ferramenta é extremamente política e necessária pra gente entender enquanto indivíduo que tem que ter a questão da diáspora como central.

Nesse sentido a diáspora para nós estudantes que somos egressos do curso de antropologia da Unilab, se apresenta como uma maneira de se pensar descentramentos de grupos hegemônicos e de polos que não sejam somente locais de produção do conhecimento. As diásporas são mecanismos de reencontro e de reconexão entre saberes que se conectam com o sentido e a noção de cultura.

Para Hall (2003) cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar. Nessa perspectiva já superamos a discussão sobre ser ou não caribenho, ser ou não brasileiro, ser ou não de origem africana, mas de se tornar-se africano, caribenho e brasileiro. A cultura para Hall (2003) é uma produção, esse movimento de retornar à tradição, não é sobre voltar a uma cultura como ela era, mas de se afirmarem e questionarem suas identidades, dessa forma as identidades estariam não em uma concepção fixa, mas em deslocamento. Entretanto apesar que a globalização acabara levando a identidades culturais a entrar em contato com a suas raízes ou fazer o movimento de apagamento através de um processo de assimilação por essa homogeneização, hall coloca a possibilidade de formação de novas identidades.

Hall (2003) afirma que a fragmentação do sujeito na diáspora e sua identidade cultural influência diretamente a identidade nacional, essa identidade e cultura se caracteriza dentro de um discurso hegemônico e universal, que se utiliza para unificar ou representar identidades nacionais como “um único povo” dessa forma, esta concepção de cultura nacional

unificada não se mantém, pois as maiorias das nações foram unificadas por um processo de "conquista" violento que elaborou uma hegemonia cultural sobre os colonizados, e que certamente uma nação é composta por diferentes grupos étnicos e de gênero, gerando nações com culturas hibridas. Nesse sentido, a proposta conceitual que o autor coloca para pensar a diáspora, se situa numa perspectiva de uma diáspora hibrida, que não está presa no binarismo de ser ou não ser, que vem de uma visão essencial do ser. A diáspora é um ponto de junção de identidades.

Em suma, a diáspora nos dá a dimensão e a complexidade que esses processos têm em seus aspectos culturais, indenitários e continentais. Mostrando os pontos comuns e diferentes entre as realidades colocadas pelas realidades locais. Possibilitando uma compressão sobre a realidade que se cria a partir de fragmentos do passado e do presente por meios dos significados epistêmicos que são produzidos

3. CAMINHOS E TRAGETÓRIAS CONTRA HEGEMÔNICAS

Pensar uma antropologia contra hegemônica por parte de nós estudantes que agora estamos trilhando espaços em diferentes agencias: docência, arte, pesquisa e intelectualidades por meio da antropologia se dá no sentido de entender que uma antropologia da diáspora é conra hegêmonica porque renova e reverbera os sentidos que são atribuídos aos modos de se fazer ciência. Ao ser indagada sobre a teoria da diáspora como sendo uma ferramenta contra hegomica nossa interlocutora intitulada aqui como Carolina Maria de Jesus, fala:

> "A teoria da diáspora passa a ser contra hegemônica a partir de construções e contribuições que leva em consideração os prismas metodológicos da pesquisa de intelectuais negro, negras afro-descentes, seja elas: brasileiras, brasileiros, estadunidense,

> africanas, africanos do continente com dignidade e merecimento. Não trazer suas obras como mera demostração de outras formas alternativas do hegemônica. Suas contribuições são revolucionários a um sistema: racista, xenofóbico: para as mulheres além do sistema racista e xenofóbico, o machista, misógino, etc, acompanha." (entrevsista com a interlocutora intitulada Marolina Maria de Jesus)

Entendemos que a antropologia tem se modificado nos últimos anos, esse movimento é fruto da crescente demanda em favor da diversidade no pensamento antropológico. Entendemos também que esse movimento é decorrente da concepção de sujeito do objeto, e não objetos do sujeitos, sobretudo ausente da concepção de "objeto" antropológico; povos nativos, negros e negras ao redor do planeta, como aponta (Ribeiro, 2006). Logo, entendemos que a relevância da reflexão antropológica produzida em cenários não hegemônicos tem ganhado cada vez mais espaço nas reflexões internas sobre o processo de construção dos saberes antropológicos.

E, tratando-se, da problematização de cenários hegemônicos, conseguimos entender que os movimentos de descolonização das ciências sociais têm ganhado cada vez mais espaço na reflexão antropológica. A antropóloga, Luena Nascimento Nunes Pereira, no seu texto "Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramento nas ciências sociais brasileiras" chama atenção para o descentramento das ciências sociais que tem sido inspirada pelos novos movimentos de descolonização e construção de novas tendências paradigmáticas e epistêmica na antropologia, que são fruto de novas populações que estão ocupando as universidades, aqui entendemos que são estes os sujeitos que estão construindo novos conhecimentos.

Sua percepção sobre o descentramento reside em entender que o reconhecimento e a politização da branquidade hegemônica gerou uma

revisão crítica para a condição de se fazer ciências sociais no Brasil. Ela buscou por meio da Alteridade, em sua pesquisa de campo, entender como esse movimento pode contribuir para a reflexão antropológica de modo a não tratar o outro em condição de objeto, reside, portanto nessa sua reflexão uma das importantes mudanças que são colocadas na antropologia atualmente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gustavo Lins Ribeiro, em seu texto "ANTROPOLOGIAS MUNDIAS – Para um novo cenário global da Antropologia", o autor nos mostra e problematiza que os meios de disseminação e, portanto, os meios hegemônicos de produção do saber antropológico, devem ser descentrados, ocasionando um gradiente de que sujeitos produtores de conhecimento na área são reverberados nos pares acadêmicos. Isso quer dizer que, ao pensar a antropologia em uma escala global restringir seu pensamento ao "atlântico norte" (Ribeiro, 2006, p.148) pode não ser suficiente para dar conta de um cenário global da antropologia e sobre diáspora.

Poratanto, visualizamos que a Unilab, uma universidade pública interiorizada e com coperação entre paíeses africanos, cristaliza e simboliza os sentidos atribuídos aos modos de produção contra o padrão global de conheciemto, entendo a diáspora como ferramenta de produção de um antropologia heteróglossica e diferenciada dos padrões hegemonicos de produão de conhecimento na disciplina.

Para nossas e nossos interlocutores a discuplina de toria da diáspora fornece uma relfexão de extrema importância no sentido de compreender as reflexões como *"prismas metodológicos para a prdução de conheciemnto negro"*(fala da nossa interlocutora intitulada Carolina Maria de Jesus)

Por fim acreditamos que discussões sobre as possibilidades de antropologias plurais e que a diversidade ou a produção não hegêmonica da antropologia possibilita uma quebra nas tradições autoritárias em antropologia, recriando o cenário epistêmico e conceitual do curso.

5. REFERÊNCIAL TEÓRICO:

Andrews, George R. **América Afro-Latinas (1800-2000)**. Tradução Magda Lopes. São Carlos, São Paulo: EDUFSCAR, 2007.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

HALL, Stuart. **Pensando a Diáspora (Reflexões Sobre a Terra no Exterior)**. In: Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Antropologias mundiais**: para um novo cenário global na antropologia. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21, n. 60, p. 147-185, 2006.

PEREIRA, Luena. **Alteridade e raça entre África e Brasil:** branquidade e descentramentos nas ciências sociais brasileiras. Revista de Antropologia, v. 63, n. 02,

CAPOEIRA E ENSINO SOB UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR NO GÊNERO CONTO: UMA PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 EM ESCOLAS PROFISSIONAIS E TECNOLÓGICAS DE ENSINO MÉDIO BRASILEIRAS

Francisco Orismidio Duarte da Silva[1]
Polyana Carvalho Nunes[2]

RESUMO

Este trabalho parte da percepção da capoeira como potencial ferramenta interdisciplinar e importante possibilidade de educação e aplicação da Lei 10.639/03 para as escolas profissionais e tecnológicas de ensino médio brasileiras. Nessa investigação, lançamos um olhar aos aspectos sociais e culturais da capoeira por meio do conto "Quilombo Cariri", buscando outras possibilidades para a educação das relações étnico-raciais, através da proposição de uma sequência didática para a Educação Profissional e Tecnológica Básica. A reflexão sobre essa temática surgiu a partir de nossa inquietude quanto ao currículo eurocêntrico existente, bem como das experiências pessoais e profissionais que nos apontaram para outras possibilidades de inserção e utilização da capoeira, como possibilidade educativa afroreferenciada nas escolas. As bases teóricas que auxiliaram essa reflexão partem dos estudos realizados por (ABIB, 2019), (COSTA, 2013), (CANDAU, 2013), (CUNHA JUNIOR. 2001, 2005) (MATA MACHADO e ARAUJO, 2015) (PETIT, 2015) e (SILVA, 2020) acerca da capoeira, educação e cultura, associados ao estudo da interdisciplinaridade realizado por (CIAVATTA, 2015).

Palavras-chave: Capoeira; Educação; Interdisciplinaridade; Lei 10639/03.

[1] Universidade Regional do Cariri – URCA. Secretaria da Educação do Estado do Ceará – Seduc-CE. Crato-Brasil. orismidioduarte@gmail.com
[2] Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Instituto Federal do Piauí – IFPI. Corrente-Brasil. polyanaportugues@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresentamos uma sugestão para a aplicação da lei 10.639/03, alterada pela lei 11645/08, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira e indígena em todo currículo escolar de instituições públicas e privadas do nosso país. Intentamos, como objetivo geral, criar possibilidades para a reflexão sobre aspectos referentes à afrodescendência, à ancestralidade e à cultura brasileira partindo da capoeira como uma possibilidade para a educação das relações étnico-raciais, por meio de uma proposta interdisciplinar, aplicada ao gênero conto. Assim, definimos como objetivos específicos a ênfase aos valores ancestrais, sobre os quais assentam nossa vivência em sociedade e dos quais somos parte integrante, e a reflexão sobre as feridas herdadas do processo de escravização e sua perpetuação na contemporaneidade.

O público-alvo para quem essa proposta está voltada, ou seja, para quem ela foi pensada, são estudantes do Ensino Médio e a/o professora/o poderá, ao seu critério, aplicar esta proposta sob a forma de aulas ou, se preferir, desenvolvê-la sob o formato de projeto interdisciplinar, ajustando, se necessário, a metodologia proposta aqui à realidade de cada turma de modo que melhor possa explorar as potencialidades sugeridas por este material.

Estabelecemos como pré-requisitos, para o desenvolvimento desta sequência, a compreensão, por parte da/o discente, acerca da importância que a leitura tem em nossas vidas por nos possibilitar experienciar, compreender, reconhecer e nos reconectar com os diálogos que permeiam o universo e por meio dos quais nos constituímos por sermos também indivíduos sociais afrodescendentes.

Para auxiliar o trabalho docente, subdividimos essa proposta em cinco importantes momentos, perfazendo um total de 10 horas aula para sua aplicação, discussão e construção dos diálogos interdisciplinares em busca dos resultados esperados. Desse modo, esboçamos a proposta metodológica, de nossa autoria, pensada para a elaboração da sequência didática "capoeira e ensino sob uma perspectiva interdisciplinar no gênero conto".

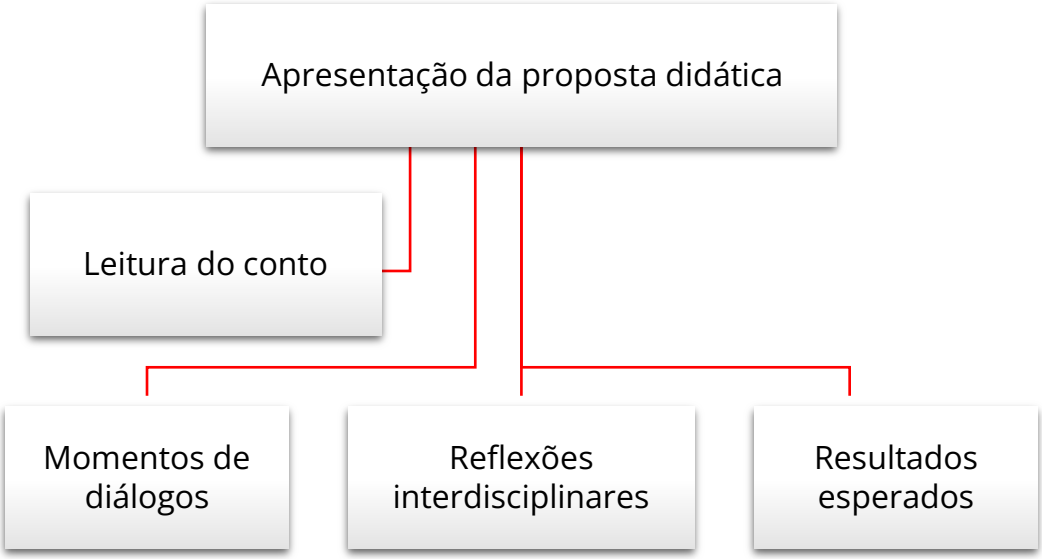


Figura 1. Detalhamento dos procedimentos metodológicos elaborado pelas/os autoras/es

Os procedimentos metodológicos, adotados na construção da sequência, descrevem e detalham o que se espera de cada momento, instruem a/o docente na construção do percurso investigativo e reflexivo, apontam para questões norteadoras e, ao final de cada momento, apresentam um panorama sobre os resultados esperados e instigam a/o docente a aprofundar a discussão empreendida em cada seção metodológica.

Nós, enquanto também educadoras/es, partimos da compreensão de que a capoeira deva ser entendida enquanto uma manifestação cultural afrodescendente e que, portanto, encontra-se imersa em aspectos culturais,

sociais, históricos, geográficos, artísticos, literários, dentre outros, e entendemos que estes fatores constituem rica fonte motivadora de uma aproximação entre o contexto de vida da/o aluna/o e o suscitar de reflexões acerca de seu modo de interagir com as construções sociais que o circundam.

2. A CAPOEIRA COMO POTENCIAL FERRAMENTA INTERDISCIPLINAR NA FORMAÇÃO CRÍTICA DO DISCENTE E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO

Por ser a capoeira uma manifestação cultural afro-brasileira, compreendemos que a mesma tenha um forte potencial à educação, uma vez que as manifestações culturais são grandes disseminadoras de conhecimentos e aspectos de muita importância e contribuição para o desenvolvimento humano.

As manifestações culturais afrodescendentes brasileiras foram urdidas em nossa diáspora quando na junção das/os várias/os escravizadas/os africanas/os estas/es imbricaram suas culturas e recriaram seus modos de vida em terras brasileiras.

Dessa forma, a capoeira carrega consigo uma amplitude de saberes e valores da cultura africana. Esses valores são evidenciados em seu conjunto cultural, mais precisamente no ensino via oralidade, na circularidade e na ancestralidade, isto é: no respeito à pessoa mais velha, por esta ser mais experiente diante a vida; na ritualística; na musicalidade; no corpo e na relação com a natureza, ambos aspectos da cosmovisão africana, pois ela

> [...]ensina e reflete as formas de se relacionar com o outro e consigo mesmo. Assim, os ensinamentos da capoeira estão intimamente ligados ao processo de formação humana dos sujeitos, estimulando a constante auto-reflexão e auto-avaliação sobre, por exemplo, a relação com nossa família, com a(s) comunidade(s) a que pertencemos (de capoeiristas ou não), com nossa sociedade, com a

> humanidade, com o planeta, consigo mesmo. (MATA MACHADO e ARAUJO, 2015. p. 99, 100).

Sua prática tem um potencial que agrega as pessoas, a comunidade e proporciona aprendizados em diversos aspectos, principalmente aprendizados de e sobre a vida, convivência, partilha e construção de saberes proporcionados pela oralidade. Esse potencial é também evidenciado por meio da historicidade e musicalidade que contam e cantam causos, histórias e estórias da África e do Brasil, de africanas/os e de afrodescendentes brasileiras/os, os quais narram os mais variados episódios da diáspora africana no Brasil, permeada de lutas, dificuldades, injustiças, glórias, preconceitos, discriminações e resiliência que os seres humanos escravizados passaram e seus descendentes ainda passam na contemporaneidade.

Como vemos a capoeira carrega todos esses aspectos, mas em muitas de nossas escolas sua abordagem é versada pela atuação no campo da educação física enquanto uma prática de ginástica/desportiva/cultural (COSTA, 2013). Apesar de legítimo esse lugar e essa atribuição, o que ocorre é que seu contexto cultural se resume a uma atuação folclorizada e de entretenimento para atender às demandas escolares na ocasião de datas comemorativas e demais eventos, suprimindo e ignorando todo seu potencial artístico/histórico/cultural.

Segundo o professor Pedro Abib (2009), a capoeira na escola atua enquanto um terreno de luta, pois são acionadas memórias, identidades e tradições e estas se estabelecem enquanto forças para que se busque a autonomia e o reconhecimento diante a cultura eurocentrada e hegemônica de nossas escolas, porque ela busca "[...]formas de afirmação de uma cultura e de produção de um saber pautado em outra lógica, que não se submete à lógica imposta pela modernidade/colonialidade[...]" (ABIB, 2019, p.14).

Dessa forma, a capoeira pode atingir outras disciplinas e possibilidades, uma vez que a mesma proporciona uma aprendizagem que vai para além de uma prática de ginástica/desportiva/cultural condicionada pela educação física como nos mostra (COSTA, 2013) e de uma mera folclorização, para assim se constituir em uma rica alternativa no que concerne à educação das relações étnico-raciais e à aplicabilidade da Lei10639/03.

Segundo Candau (2013), as imagens e representações de africanas/os, as quais a geração adulta brasileira teve acesso, foram imagens criadas pela visão branca europeira e estas proporcionaram uma visão animalizada, folclorizada e estereotipada das/os africanas, de suas sociedades e culturas. Essa visão, apontada por Candau (2013), nos faz ignorar o fato de que há na capoeira um conjunto de saberes que nos conduzem ao pensamento, à valorização e a nossa construção identitária.

Entendemos e pontuamos nesse trabalho que a capoeira, por ser uma manifestação cultural afrodescendente, traz, em seu bojo de conhecimentos, aspectos que extrapolam e superam tanto a caixa da educação física escolar, que a olha como um esporte/luta, como também a ideia estereotipada, compartilhada por muitas escolas, que restringem sua utilidade e valorização apenas a datas comemorativas e entretenimento para abertura e/ ou fechamento de eventos escolares ou desfiles cívicos, situações em que se evidencia a necessidade da presença de uma/um professora/or de capoeira e seu respectivo grupo.

Se há, nesse patrimônio imaterial brasileiro, uma diversidade de saberes possíveis e necessários à educação, devemos então perguntar-nos sobre como poderíamos inseri-la e aproveitá-la como possibilidade na educação. Encontramos uma resposta a essa indagação na interdisciplinaridade, pois para (CIAVATTA, 2015), se faz importante

compreender que essa possibilidade não se trata de justaposição ou soma de disciplinas, mas sim de inter-relações que ajudem na compreensão dos fenômenos estudados em sua totalidade, isto é, sendo respeitadas e valorizadas enquanto uma complexa produção social humana resultante de um determinado contexto.

Tendo a interdisciplinaridade a premissa de integrar os conteúdos das diversas disciplinas, a pensamos como o veículo condutor da capoeira e suas potencialidades aos conteúdos e disciplinas as quais a lei 10639/03 determina, mesmo porque a capoeira é uma complexa produção social resultante de nossa diáspora, por isso, pensá-la encaixada em apenas um contexto/disciplina é ignorar os outros valores que a mesma carrega. O uso dos aspectos e todos os valores socioculturais existentes na capoeira pode traduzir-se em uma prática pedagógica que se fortalece e apoia-se mutuamente para assim possibilitar um conhecimento mais significativo e útil as/aos alunas/os.

Sendo a Lei 10639/03 o resultado de uma luta política que visa a um currículo escolar alinhado com a diversidade étnico-racial brasileira, a capoeira na escola, sob uma perspectiva basilar interdisciplinar e não apenas como uma prática de esporte/luta, se apresenta como uma possibilidade fértil para que a referida lei seja aplicada e, assim, nossa juventude tenha mais um caminho para se enxergar e se reconhecer negras/os uma vez que a capoeira carrega e dissemina a história e a cultura, como também os processos de luta e resistência experienciados pelas/os africanas/os e seus descendentes na diáspora em nosso país.

Sendo assim, buscar a interdisciplinaridade para inserção da capoeira na escola com vistas à aplicação da referida lei é trazer a resistência, enquanto um dos aspectos da capoeira, para compor essa roda e esse jogo e, com isso,

mostrar possibilidades para mudar/ romper a fragmentação do conhecimento imposta pelo eurocentrismo ao tempo que também nos engajamos na luta por uma escola mais plural e mais próxima ao que determina a Lei 10639/03.

Desse modo, pautados nesses importantes e ricos alicerces, elaboramos uma proposta de ensino baseada no conto "Quilombo Cariri", componente do material educativo "A arte de Educar Gingando" fruto da dissertação de mestrado "A Arte de Educar Gingando: aspectos e contribuições da capoeira para educação", ambos publicados em 2021 e 2020, respectivamente.

3. SEQUÊNCIA DIDÁTICA - CAPOEIRA E ENSINO SOB UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR NO GÊNERO CONTO.

3.1. Primeiro momento - Apresentação da proposta - 2 aulas

O professor poderá iniciar fazendo uma breve apresentação do plano de aula ou de ensino, caso queira desenvolver sob a forma de projeto, destacando o tema, os objetivos, a metodologia adotada para esta sequência de aulas. Posteriormente, poderá discorrer sobre a importância que a leitura tem em possibilitar novas formas pela qual apreciamos, experimentamos ou nos reencontramos com os elementos do mundo que nos cerca e nos constituem. Para auxiliar nesse contexto, o docente poderá exemplificar que a Literatura assim como a Arte e, muitas vezes, as duas, atuam em uma perspectiva de continuum, possibilitando outras possíveis leituras acerca da realidade e dos problemas sociais que nos permeiam. Essa abordagem inicial visa à preparação dos discentes para o encontro com a leitura do conto "Quilombo Cariri".

Resultados Esperados:

Nesse primeiro momento objetivamos que a/o docente possa apresentar o plano de aula e especificar a metodologia que será utilizada para o desenvolvimento dessa sequência didática. Esperamos que, a partir disso, as/os alunas/os possam melhor compreender e interagir substancialmente com o conto a ser apresentado.

3.2. Segundo momento – Leitura do conto - 2 aulas

Após o detalhamento metodológico, o texto deve ser entregue para que, de forma livre e prazerosa, venha a ser apreciado pelos discentes e, assim, sejam construídas as pontes propícias às reflexões e discussões que nortearão o percurso do trabalho docente sugerido nesta proposta.

Posterior à leitura empreendida pelos alunos, o/a docente poderá iniciar o diálogo convidando-as /os, a tecerem considerações acerca da construção das suas expectativas ao longo do desenrolar da narrativa. Esse momento representa o importante ponto de encontro com o tripé, que será desenvolvido e detalhado nos momentos seguintes, os quais se desdobrarão em momentos de diálogos, reflexões interdisciplinares e identificação dos discentes com os elementos que compõem a narrativa, conforme descrevemos abaixo:

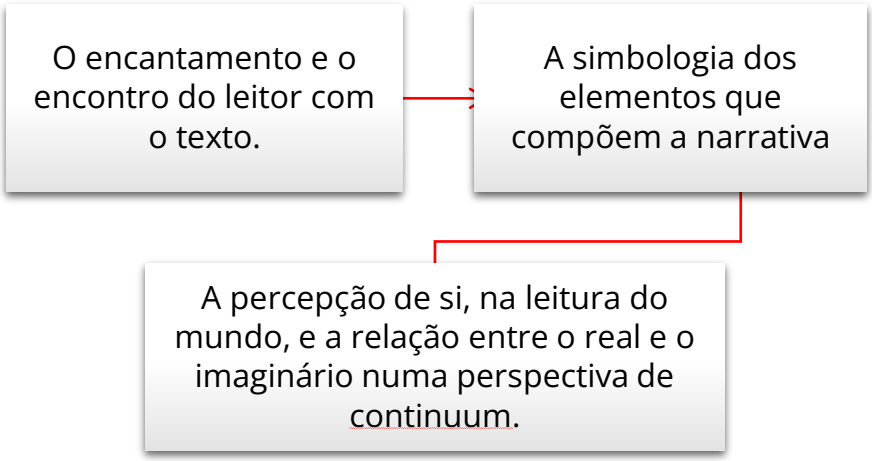


Figura 2. reflexões interdisciplinares elaborada pelas/os autoras/es.

Resultados Esperados:

Nesse segundo momento, esperamos as primeiras impressões, interações e uma aproximação prazerosa dos leitores com o texto.

3.3. Terceiro momento - O encantamento e o encontro do leitor com o texto - 2 aulas

A partir daqui apresentamos aspectos pontuais os quais a/o docente, se assim desejar, pode fazer uso como uma espécie de fio condutor para estimular as/ os estudantes, enquanto também leitoras/es, a revelarem ou refletirem sobre o quanto eles se sentiram pertencentes ou representados de alguma forma pelo universo ficcional apresentado ao longo da narrativa. São propícias a essas descobertas Indagações como:

1- O que acharam desse texto? Em quais passagens vocês experienciaram sentimentos como angústia ou entusiasmo, frente à narrativa que se desenrolava sob seus olhos?

2- Conseguem explicar a motivação para estes sentimentos?

3- É possível refletir sobre quais elementos, circunscritos na construção do enredo, são familiares e quais outros parecem desconhecidos a vocês?

4- A leitura do conto resgatou, acrescentou, constatou ou modificou algo na forma de vocês se perceberem perante o mundo? O que vocês gostariam de externar?

Resultados Esperados:

As respostas advindas desse diálogo poderão servir como pistas que orientam para a percepção de uma tomada de consciência e possibilitam o aprofundar de reflexões sobre a nossa formação cultural brasileira afrodescendente. Dessa intersubjetividade, nascida do encontro dos leitores com a obra, suscitam aspectos importantes e enriquecedores ao diálogo, os quais poderão ser aprofundados pelo docente, evidenciando, assim, uma maior aproximação identitária entre o discente e o universo do qual ele constitui parte integrante e indissociável. Além disso, o suscitar de sentimentos como empatia, solidariedade e respeito podem colaborar para o despertar consciente da importância desses valores como pilares essenciais para a convivência em sociedade.

3.4. Quarto momento – a simbologia dos elementos que compõem a narrativa - 2 aulas

Este também se configura como um ponto interessante a ser abordado, visto que a densidade da narrativa passa a se desvelar perante a interpretação e integração dos ricos e simbólicos elementos que surgem dentro do enredo. Um leitor atento perceberá metáforas, correlações históricas, presença e materialização da religiosidade, ancestralidade, dentre tantas outras nuances que refletem e refratam a presença afrodescendente. A/O professora/or, enquanto mediador, pode auxiliar nesse momento promovendo questionamentos do tipo:

1- O que vocês conseguem inferir a partir da presença das correntes e das cicatrizes que permeiam os corpos negros descritos no conto?

2- Podemos estabelecer algumas correlações entre as marcas das correntes e das cicatrizes, descritas no conto, como tradução e materialização das muitas formas de silenciamento, apagamento e manifestações do preconceito racial vigente nos pilares que subjazem as estruturas da sociedade brasileira?

3- A partir dos pontos de confluência entre o real e o imaginário, construídos pelo narrador do conto "Quilombo Cariri", no tocante à população afrodescendente, o que viria a representar para eles a fuga para um quilombo?

4- Existe, na sua opinião, alguma relação entre as pessoas que moram em periferias e a aquelas que constituem povoados ou formações quilombolas? Você consegue estabelecer alguma relação com o colonialismo e a formação desses grupos?

Resultados Esperados:

Como resultados, esperamos provocar reflexões sobre as relações entre a vida e o cotidiano das/os africanas/os e suas gerações no Brasil. Dessa provocação, é possível refletir sobre aspectos importantes no tocante à vida das/os afrodescendentes brasileiros, sejam estes moradores de quilombos, sejam moradores das urbes, para assim evidenciarmos as marcas do colonialismo presente em nossa construção social. A empatia, solidariedade e respeito adquiridas na etapa anterior voltam à discussão provocando o olhar para si e para o outro dentro do conturbado contexto atual em que vivemos.

3.5. Quinto momento – a percepção de si, na leitura do mundo e a relação entre o real e o imaginário numa perspectiva de continuum - 2 aulas

O quinto e último momento dessa sequência objetiva enfatizar que, por intermédio da leitura, os estudantes tornam-se ainda mais capazes de atuarem de forma crítica frente a muitas questões que lhes serão postas no decorrer da vida em sociedade.

Sob esse viés, dedicamos este momento ao aprofundamento da interdisciplinaridade já evidenciada em momentos anteriores, porém agora a trazemos de forma mais incisiva, pois objetivamos proporcionar aos discentes uma visão mais integrada da temática abordada no conto "Quilombo Cariri". Mediante isso, a/o professora/or pode convidar as/os alunas/os a transporem a fronteira do literário para o real e promover reflexões sobre aspectos da realidade a partir de uma (re) leitura do conto. Algumas perguntas norteadoras podem servir de gatilho:

1- No conto, percebemos que, após uma difícil batalha ou enfrentamento, as pessoas escravizadas conseguiram embrenhar-se na mata e formar seu quilombo. Apesar da representatividade que este ato possui, podemos falar que elas alcançaram, de fato, a liberdade?

2- Seria paradoxal falar em liberdade para as pessoas negras e afrodescendentes em um país que possui em sua estrutura pilares de sustentação racista?

3- Que relação podemos estabelecer entre a população afrodescendente e as "amarras" impostas pela colonialidade? Como são vistas as políticas públicas que buscam minimizar esses efeitos? Quem as enxerga assim?

4- Além disso, as/os capoeiristas seguiam para um evento de capoeira ao final da narrativa. Vocês conseguem perceber algum diálogo entre quilombo, afrodescendência e da capoeira na atualidade, a partir da narrativa do conto Quilombo Cariri?

Resultados Esperados:

Chegamos a esse último momento provocando reflexões baseadas nas nossas experiências cotidianas. O que antes estava no campo da subjetividade adquire dimensão coletiva e passamos, então, a provocar questionamentos sobre as cruéis e injustas realidades brasileiras impostas a determinados grupos. Uma vez tomada a consciência sobre a formação social brasileira e sobre os aspectos da vida das/os africanas/os e afrodescendentes de nosso país, abre-se a possibilidades para reconhecer e refletir criticamente sobre a estrutura racista e colonialista na qual vivemos. Esse reconhecimento pode suscitar um debate necessário e contínuo acerca das políticas públicas de acesso e reparação às pessoas afrodescendentes na atualidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa sugestão didática e a abordagem da capoeira aqui empreendida, parte de um olhar mais intrínseco aos aspectos e contribuições que esse patrimônio imaterial da cultura brasileira pode nos oferecer enquanto uma possibilidade para aplicação da Lei 10639/03. Partindo disso, vislumbramos a interdisciplinaridade da capoeira através de suas nuances, produções e possibilidades. Nesse trabalho a defendemos, portanto, como uma manifestação cultural afrodescendente brasileira, que carrega os valores da cosmovisão africana, constituindo um conjunto de saberes artísticos,

históricos, filosóficos, sociais que ela carrega, produz e reproduz em suas vivências.

Essa percepção corrobora com nossa pesquisa de mestrado na qual percebemos a capoeira como uma grande produtora de conhecimentos, sejam eles artísticos, filosóficos, históricos, sociais, ambientais, dentre outros. Além disso, esses conhecimentos são importantes à educação, principalmente no que diz respeito às relações étnico-raciais, porque por meio da capoeira identificamos possibilidades para promover a educação igualitária proposta por Paulo Freire e tantas/os outras/os cientistas de nossa educação.

É de nosso desejo pessoal que a capoeira possa ocupar o chão da escola indo além de uma abordagem e aceitação enquanto esporte/luta e entretenimento, perspectivas que comumente experienciamos em nossos espaços escolares. Sendo assim, ao utilizarmos o conto "Quilombo Cariri" em nossa experiência específica, como meio de educação, percebemos que os gêneros literários e outras produções artísticas, sociais, históricas e filosóficas, constituídos pela capoeira, são importantes possibilidades educacionais, pois o abordar dessas questões no contexto escolar não demanda a presença obrigatória de uma/um professora/or, de capoeira e de seus grupos, visto que a capoeira transcende essa dimensão e alcança a interdisciplinaridade podendo, portanto, ser abordada pelo prisma das múltiplas disciplinas curriculares.

Reiteramos, à guisa de conclusão, que não estamos aqui defendendo ou propondo o ensino da capoeira sem mestre, mas o ensino através da capoeira, pois estas produções capoeirísticas podem e devem ser aplicadas por qualquer professora/or no âmbito de todo o currículo escolar tal como preconiza a lei 10639/03.

5. REFERÊNCIAS

ABIB, Pedro Rodolpho Jungers. **Culturas populares, educação e descolonização**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 57, n. 54, p. 1-20, e-18279, out./dez. 2019.

CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo e educação:** desafios para a prática pedagógica. In Candau, Vera Maria e Moreira, Flávio Antônio. Org. Multiculturalismo: Diferenças pedagógicas e práticas pedagógicas. 10 ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2013.

CIAVATTA, M. **A interdisciplinaridade e a formação integrada**: exercício teórico ou realidade possível? In: CIAVATTA, M. O trabalho docente e os caminhos do conhecimento: A historicidade da educação profissional. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

COSTA, Neuber Leite. **Capoeira, política cultural e educação**. Tese (doutorado) 350 f. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2013.

MATA MACHADO, Sara Abreu; ARAÚJO, Janja. **Capoeira Angola, corpo e ancestralidade**: por uma educação libertadora. Horizontes, [S.l.], v. 33, n. 2, dez. 2015. ISSN 2317-109X. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/256>. Acesso em: 05 nov. 2019.

_____, Francisco Orismidio Duarte da. A arte de educar gingando. **Material educativo**. URCA. Crato. 2020. Disponível em: <http://www.urca.br/mpe/wp-content/uploads/sites/14/2021/08/produto_francisco_orismidio.pdf>. Acesso em: 03/02/2021.

COLONIALISMO, PODER E EPISTEMOLOGIAS DO SUL: PERSPECTIVAS DECOLONIAIS NO MESTRADO ASSOCIADO EM ANTROPOLOGIA UFC/UNILAB

Mário Magno de Oliveira Silva [1]

RESUMO

O presente trabalho é uma síntese das leituras, estudos, reflexões e debates apresentadas durante a disciplina Colonialismo, Poder e Epistemologias do Sul, ministradas pelo Prof. Dr. Luís Tomás Domingos, no primeiro semestre de 2022, do Mestrado Associado em Antropologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Será realizado uma análise geral, dialogando com os conceitos abordados na disciplina, como a noção de Colonialidade e decolonialidade do saber, suas consequências e perspectivas na produção do conhecimento. Como primeira reflexão, destaca-se o papel do mestrado associado, do docente, de discentes e as experiências epistemológicas de alteridade que se obteve na vivência acadêmica. Focando na importância da base teórica construída por africanistas, brasileiros, africanos (as), asiática e latinos. Por meio de um relato de experiência a partir dos procedimentos realizados durante a disciplina, em diálogo com uma revisão bibliográfica. Esse trabalho deverá ser apresentado no simpósio temático "Ensino de história, memória e patrimônio na afro diáspora". As discussões epistemológicas existentes nessa disciplina realizam reflexões sobre os rumos para a descolonização da Antropologia. Assim, garantindo uma formação mais transversal, desmantelando os pressupostos desse mundo capitalista neocolonial, onde se organiza e transpassa nas relações de opressão de raça, classe, gênero e sexualidade. Construindo alternativas de desenvolvimento para além do capital, em diversas esferas de produção, seja econômica, social, cultural, educacional e política. A decolonialidade é um convite para ser desobedientes epistemologicamente, romper com o padrão

[1] Mestrando em Antropologia da Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UFC/UNILAB, magno.mario604@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8922-4219. Fortaleza-CE.

das relações sociais, políticas, econômicas e subjetivas da colonialidade, para garantir independência social e epistemológica.

Palavras-chave: Colonialismo; Decolonialidade; Antropologia.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma tentativa de síntese das leituras, estudos, reflexões e debates apresentadas durante a disciplina Colonialismo, Poder e Epistemologias do Sul, ministradas pelo Prof. Dr. Luis Tomás Domingos, no primeiro semestre de 2022, do Mestrado Associado em Antropologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Será realizado uma análise geral, dialogando com os conceitos abordados na disciplina, como a "noção de Colonialidade e decolonialidade do saber, suas consequências e perspectivas nas nossas Universidades contemporâneas".

Como primeira reflexão, destacamos o papel do mestrado associado, do docente, dos e das discentes e as experiências epistemológicas de alteridade que obtivemos na vivência acadêmica. Focando na importância da base teórica construída por africanistas, brasileiros, africanos (as), asiática e latinos. Foi dividido a disciplina através de VI módulos que realizam análises de diferentes partes do globo sobre as "múltiplas raízes da desigualdade", através de uma dimensão dos estudos sobre decolonialidade.

A disciplina começa com a apresentação do programa e seus pressupostos teóricos e metodológicos. O primeiro módulo é sobre a noção de colonialidade à descolonialidade; o segundo sobre a Colonialidade e decolonialidade do saber e suas consequências: racismo e identidades; Posteriormente continua a mesma temática, mas com olhares distintos do globo ou novas abordagens, sendo o terceiro sobre a perspectiva africana; o quarto na perspectiva Asiática; o quinto visa a partir da noção de gênero na perspectiva africana e o último módulo dialoga sobre o olhar da violência

epistêmica e o problema da "invenção do outro" e as consequências e perspectivas sobre a Colonialidade e decolonialidade.

As aulas foram realizadas por método discursivo e expositivo, iniciando de forma remota e finalizando presencialmente na UNILAB. Em todas as aulas era necessário a elaboração de sínteses dos textos abordados. Possui critério avaliativo através do desempenho das produções textuais, participação, reflexão crítica, frequência nas atividades e entre outros parâmetros estabelecidos. Na ementa possui diversas contribuições epistemológicas, mas o presente trabalho abordará com mais nitidez os textos referências que foram priorizados pelo professor, iniciando o primero módulo com Georges Balandier (1993), na sua obra *"A noção de Situação Colinial";* passando para Luis Tomas Domingos (2017), com seu trablho intitulado "*Entre estigmas e traumas de violência de colonização e escravidão: afirmação de identidade afro descendência"*; posteriormente com José Maria Nunes Pereira (1978), "*Colonialismo, racismo, descolonização"*; e finalizando o módulo com Aimé Césaire (1950), no "*Discurso sobre o Colonialismo";* o segundo modulo é realizada com as reflexões de Frantz Fanon (1979), em "*Os Condenados da Terra"*; o terceiro módulo começa com Oracy Nogueira (1954), na sua obra *"Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem"*; reflete com Amadou Hampaté Bâ (2010), em *"A tradição viva"*; e finaliza com Mogobe Amose (1999), *"A Filosofia do Ubuntu e Ubuntu como uma Filosofia"*; o quarto com a Gayatri Chakravorty Spivak (2010) com o texto "*Pode o Subalterno Falar*?" e Lila Abu-Lughod (2012), *"Às mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?"*; o quinto com Amina Mama (2010), *"Será ético estudar a África"* e Oyěwùmí Oyèrónké (2004), com as obras, "*Conceitualizando o gênero - "Os fundamentos eurocêntrico dos conceitos*

feministas e o desafio das epistemologias africanas", *"Jornada pela academia"* e *"Vínculos familiares/Vínculos Conceituais: Notas africanas sobre Epistemologias Feministas"*; o sexto Walter Mignolo (1978), em sua obra *"Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política".* Além de outras contribuições na produção do conhecimento não hegemônico.

Qual o papel dessa disciplina? O que essa produção epistemológica fortalece para rompimento do colonialismo do saber? Qual a responsabilidade das Universidades diante desses desafios? O que um docente Moçambicano traz como pressupostos teóricos, de trajetórias e linguagem para sala de aula? Quais as contribuições o Programa Associado de Pós Graduação em Antropologia realiza? Quais as origens desses estudantes? Quais são as contribuições desses autores e autoras?

Através de algumas dessas perguntas que se tentará transportar algumas das riquíssimas reflexões tragas pelos pressupostos teóricos, análiticos, das vivências e construções coletivas de epistemologias contra hegemônicas, embasadas principalmente por autores e autoras do sul global, que constituem alternativas, desobediências perante a um modelo civilizatório de desumanização e hierarquização de povos, para nos dizer que vale a pena pensarmos em saídas coletivas, individuais, que respeite a pluralidade de ideias, culturas e pessoas ao redor do globo.

2. DE ONDE PARTIMOS E PARA ONDE IREMOS?

Somos do Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia que é resultado da cooperação entre a Universidade Federal do Ceará e a

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Que começou em 2017 e tem formado diversos pesquisadores, docentes e profissionais para fortificarem a produção do conhecimento antropológico de acordo com as demandas sociais dos países de língua portuguesa.

A disciplina Conhecimento, Poder e Epistemologias do Sul faz parte das optativas do PPGA e ressalta as "dimensões epistêmicas e cognitivas" da violencia colonial, trazendo referência análitica e produções teóricas-metodologicas decoloniais e com o diálogo dos povos do sul global, trazendo a tona as múltiplas raízes da construção etnocêntrica da europa para subsidiar as análises da construção desigual na contemporaneidade.

Ressaltando o papel do Prof. Dr. Luís Tomás Domingos, que é Moçambicano, oriundo de comunidades do interior, Doutor em Antropologia e Sociologia da Política pela Universidade de Paris 8 e que foi sem dúvida um grande facilitador para descolonização das mentes e de ampliação de olhares e visões sobre as diversas formas de olhar os aspectos das construções culturais da humanidade, trazendo perspectivas para além do Ocidente e do contexto estabelecido pelo Eurocentrismo, que foi enraizado em nossa cultura, trabalhando valores ancestrais e da cosmovisão africana.

Os e as discentes que são oriundas de algumas áreas do conhecimento, seja a ciências sociais, pedagogia, humanidades, psicologia, licenciatura intercultural indígena, oriundos da capital e interior, existindo diferenças geracionais, entre apenas estudantes, outros trabalhadores, homens, mulheres, não binárie, casados, solteiros, negros, brancos, indigena, classe média, pobres, militantes, acadêmicos e entre outras variantes que contribuiram para que nosso programa fosse diverso, apesar de não ter

nenhum estudante internacional que com certeza é uma perca gigantesca de construibuição epistemológica.

Acredito que o papel da universidade é de formar seres pensantes, através do ensino, pesquisa e extensão, para que possamos tentar superar mazelas sociais e reconstruir as sociedades em que vivemos por outros valores civilizatórios, nesse sentido, acredito que o PPGA, a disciplina, o docente, os e as estudantes, realizaram suas contribuições nesse sentido. Pensar o papel da universidade como também ruptura desse sistema, mesmo ainda estando muito imersa e reproduzindo diversas contradições, mas são gritos de revolta, desobediência, de tentativa de superação e acredito que nesse caminho temos mais condições de disputar rumos epistemológicos, políticos-sociais e culturais.

3. O QUE DIZEM OS AUTORES E AUTORAS SOBRE A COLONIALIDADE E DESCOLONIALIDADE DO SABER?

A partir de alguns elementos conceituais refletidos através de intelectuais durante a disciplina será consolidado melhor uma base teórica análitica dos eixos que sustentam as relações de poder do mundo contemporâneo, no qual as raízes do passado continuam suleando as relações históricas, sociais, econômicas, políticas e ideológicas. E gostaria de iniciar com as contribuições do cientista social peruano Aníbal Quijano (2005), em um capítulo intitulado *"Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*", que fala sobre a construção de uma nova perspectiva de poder mundial, que começou na constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocêntrico, tendo a globalização como ponto culminante desse processo. A construção de uma ideologia hegemônica foi

constituída por relação de diferenciação entre superiores e inferiores, entre europeus e não europeus e justificou a exploração, colonização e escravização por partes dos setores da Europa sobre outras nações, influenciado consideravelmente pela idealização no imaginário social de um pensamento eurocêntrico. E com isso ocorreu a manutenção do pensamento de dominação imperialista, através de representações sociais que ganharam popularidade, reforçaram a legitimidade da visão etnocêntrica, que hierarquiza os povos, raças e culturas a partir do modo de avaliar os valores, modelos e definições de existência. E para que isso fosse enraizado necessitou ter uma:

> Classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial. (QUIJANO, 2005).

Quijano (2005) demonstra que a origem da racialização dos povos advém dos moldes colonial, mas que conseguiu ultrapassar as barreiras do colonialismo, seguindo com mais tempo e estabilidade no meio social. Sendo o elemento da colonialidade que possui mais hegemonia no padrão do poder. Ele analisa que há dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Um é a constituição da diferenciação entre “conquistadores” e “conquistados” através da ideia de raça, ou seja, supondo uma situação de superioridade de uns em relação aos outros por meio das diferenças biológicas. Sendo esse o eixo fundamental da sustentação das relações de dominação que classificou a América e depois o mundo. E o outro eixo é o controle do capital e do mercado mundial, através da articulação de todas as formas possíveis de controle do trabalho e de seus produtos.

Foram constituídas na América identidades sociais que foram embasadas pelas diferenças fenotípicas, legitimadas por supostas diferenças nas estruturas biológicas. Assim, surgindo conceituações como índios, negros, mestiços, espanhóis, português e, posteriormente, europeu. Termos que anteriormente serviam apenas para situar as posições geográficas ou de nação, porém, passaram a ter conotação racial. Sendo construídas hierarquias, papéis e lugares sociais e que embasaram as relações de dominação. Portanto, afirmando que "raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população." (QUIJANO, 2005). Essa elaboração teórica abriu margem para a naturalização das relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus. Sendo o Europeu o branco e os outros sendo pessoas de cor, no qual demonstrou uma nova forma de tentar garantir pensamentos e práticas antigas que possuíam uma relação binária entre superiores e inferiores entre dominantes e dominados (QUIJANO, 2005). Os dominantes se afirmavam enquanto brancos, os índios e negros os dominados, sendo os últimos mais importante por ser parte fundamental da produção da economia. Assim, a raça "converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade."

Georges Balandier (1993), na sua obra "*A noção de Situação Colonial",* traz os diversos impactos do processo colonial no continente africano, mostrando a necessidade de compreender tal situação, que foi criada ao longo do processo de expansão colonial das nações europeias, utilizando de diversas áreas do desenvolvimento da humanidade para enraizar a situação colonial, através da história, da economia, da política, administração, das

ciências sociais e psicologia e entre outras áreas do conhecimento que serviram de subsídios para gerir esse sistema.

Já Luis Tomas Domingos (2017), com seu artigo intitulado "*Entre estigmas e traumas de violência de colonização e escravidão: afirmação de identidade afro descendência*"; realiza importantes reflexões sobre a constituição e afirmação da identidade Africana e dos Afrodescendentes diante dos processos de estigmas e traumas ocasionadas ao longo do processo colonial através da desumanização realizada pela escravização. Mostrando os dilemas nas perspectiva de origem, crença dos e das africanas, relacionando, questionando, refletindo as construções e representação das identidades diaspóricas. O autor afirma que os problemas contemporâneos são oriundos da construção histórica da humanidade, no caso do processo de desumanização dos africanos realizados através da venda, sequestrados e/ou roubados e trazidos à força em condições não humanas para serem explorados em outro continente no égide do "plantation" e que gerou uma "instituição econômica lucrativa para os escravocratas e disciplinar e penal para os escravizado." Transformando a população escravizada africana, homens e mulheres, como objetos e moedas, "aprisionados no calabouço das aparências" e na força tentando deixar que eles e elas não tivessem seu nome e nem pudessem utilizar sua língua própria. Portanto, as forças coloniais e escravocratas possuíam objetivos de destruir os "conceitos de estar e ser humano no mundo Africano".

José Maria Nunes Pereira (1978), *"Colonialismo, racismo, descolonização"*, relaciona os processos históricos do colonialismo, racismo e a descolonização. Ele é fundamental para compreendermos melhor as diversas formas de colonização, do papel que o racismo teve na constituição

das hierarquias e como pilar do colonialismo e ver as diversas formas de lutas e as estratégias dos povos afro-asiáticos para superar esse sistema e construir um outro mundo possível. Reflete como foram baseadas as imposições do "europocentrismo" na visão mundial e que até nos dias de hoje permanece enquanto um colonialismo cultural. Reproduzindo a ausência da presença valorizada dos povos afro-asiático na constituição de diversas esferas, seja educacional, social, econômica, política e entre outros meios. Que foi fortalecido por essa imposição uma visão hierárquica entre os povos e reduzindo as potencialidades dos que resistiam ao colonialismo. Ele apresenta que existe atualmente uma descolonização da Antropologia, realizando uma profunda crítica aos pensamentos e correntes clássicas, fortalecendo novos caminhos de pesquisa e reflexão colonial. Afirma que constituir diferenças entre as culturas não é necessariamente uma perspectiva racista, mas hierarquizar, desumanizar, tornar diferenças culturais e genéticas, fazem parte da construção do racismo e seu papel na construção da pseudo superioridade eurocêntrica. E que para superar é necessário uma desconstrução geral da sociedade.

Aimé Césaire (1950), no "*Discurso sobre o Colonialismo",* pontua conceitos estruturais como colonização e civilização, realiza crítica ao sistema capitalista, a pseudo burguesia humanista e a universalidade eurocêntrica. Faz a análise dos discursos etnocêntricos construídos pela europa, seja por intelectuais, missionários, colonos e políticos, mostrando as influências e casualidades que persistem até nos dias de hoje.

"que ninguém coloniza inocentemente, nem ninguém coloniza impunemente, que uma nação que coloniza que uma nação que justifica a colonização – portanto, a força – é já uma civilização doente, uma civilização moralmente ferida que,

irresistivelmente, de conseqüência em conseqüência, de negação em negação, chama o seu Hitler, isto é, seu castigo." (CÉSAIRE, 1950).

E que a Colonização é "uma testa de ponte numa civilização da barbárie donde, pode, em qualquer momento, desembocar a negação pura e simples da civilização." Essa obra nos ajuda a compreender o colonialismo, capitalismo, fascimos e como reproduzem lógicas racistas, preconceituosas, arrogantes, ignorantes e violentas para tentar impor seu poder e gerar hierarquias sobre o globo e a importância da necessidade de superação dessa barbárie.

Frantz Fanon (1979), em "*Os Condenados da Terra",* afirma que a descolonização por si só é um processo violento, que possui objetivo de substituição de homens por outros... Que a discussão sobre o mundo colonial pelos colonizadores é uma singularidade que é afirmada como absoluta, como universal. Fala o papel da religião cristã que é a chegada a Deus, mas sim a via do Branco, do patrão, do opressor. Ele define o nativo entre trabalhador, intelectual e o lumpemproletariado. Fala sobre o as tentativas de mudanças e que acabam se assemelhando ao mundo colonial. Por isso, é necessário uma transição, ruptura total desse sistema. Afirma que essa sociedade é complementar, que se constitui a partir desse olhar binário entre colonos e colonizadores. Um querendo chegar em um lugar mais privilegiado que o outro.

Oracy Nogueira (1954), na sua obra *"Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem",* relaciona as perspectivas da construção das relações raciais no Brasil e apresenta doze diferenciações sobre a dinâmica das vivências raciais da sociedade brasileira e norte-americana, sendo o "preconceito de marca" as atribuições da constituição das relações raciais no

Brasil e do "preconceito de origem" sendo as que constituem essas relações nos Estados Unidos.

Amadou Hampaté Bâ (2010), em *"A tradição viva"*, fala que a riqueza é feita pelo resgate da memória ancestral e da importância da tradição oral, através segundo ele dos saberes transmitidos "de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos". E que a herança da história e os espíritos africanos não se perdeu, mas reside na memória viva da África, na geração e grandes depositários.

Mogobe Amose (1999), *"A Filosofia do Ubuntu e Ubuntu como uma Filosofia*", diz que as raízes e base da filosofia africana é UBUNTU, pois é "fonte fuindo ontologia e epistemologia africana". E que faz parte da ancestralidade familiar, filosófica e de parentesco em que é repassada de geração a geração. Faz analogia sobre a árvore e ubuntu, sendo ambas sendo solo, raíz, ramos, folhas e que isso mostra como esse conceito está fixado, construído e que gera frutos. Afirma que a ontologia e epistemologia africanas podem ser compreendidas como aspectos da mesma realidade, realizando uma proximidade filosófica ubuntu.

Gayatri Chakravorty Spivak (2010) com o texto "*Pode o Subalterno Falar*?", se questiona se um subalterno pode falar? Fazendo uma reflexão a partir do que já foi elaborado por Gramisci a partir do olhar da autonomia do sujeito subalterno. "Aquele que cuja voz não pode ser ouvida" Apresenta o cuidado em tentar falar pelo outro. Ela distingue a palavra "representação" em duas. A primeira Vertretung e Darstellung, o primeiro significa assumir o lugar do outro e o segundo ato de performar ou encenar. Relaciona o "falar-por" e o "re-presentar" pois significa o ato de falar e que terá o ouvinte e o falante. Ela afirma que o subalterno fala, mas muitas vezes não é ouvido e

que as mulheres são as mais subalternizadas. Esse texto é fundamental para análises críticas do feminismo e para a disputa teórica a partir de um viés pós colonial.

Oyěwùmí Oyèrónké (2004), em seu artigo, "*Conceitualizando o gênero - "Os fundamentos eurocêntrico dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*" afirma como o sistema-mundo-capitalista-industrial estabeleceu desigualdades e que gerou uma série de transformações socioculturais e que a categoria gênero e de raça foram criadas nesse período e que se tornaram eixos estruturantes para garantir o processo de exploração de segmentos sociais.

Walter Mignolo (1978), em sua obra *"Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política"*, fala da importância de uma desobediência teórica como caminho possível, segundo ele, a desobediência epistêmica é "identidade em política" e não "política de identidade". Portanto, a necessidade da construção da identidade em política através da construção de bases, categorias, conceitos e estudos oriundas dos próprios colonizados e não apenas uma reprodução colonial de política de identidade e suas hierarquizações entre etnias, gêneros e sexualidades. Assim, fortalece a disputa cultural necessária perante a colonialidade.

Portanto, esses autores e autoras contribuem para uma epistemologia anti-hegemonica, que forma docentes e pesquisadores com um olhar crítico perante a construção hierarquica do Ocidente, nesse sentido, a universidade deve cada vez mais incentivar a inclusão dessas bibliográfias, não apenas como optativas, mas como base de consolidação dos seus programas, reflexões e modo de pensar os desafios epistemologicos, políticos e sociais, pois só conseguiremos superar as mazelas sociais se ocorrer respostas a

altura de todo enraizamento da cultura-euro-branca-cis-hetero que ao longo da história impôs seu lhar como absoluto e verdadeiro.

4. CONCLUSÕES FINAIS

Fundamental termos uma disciplina, dentro de um programa associado, realizando reflexões com diversas partes do globo, com um conteúdo de intensa profundidade, que realiza a disputa sobre que conhecimento queremos levar, sobre as raízes históricas que nos trouxeram até aqui. De termos um docente que fortaleça a descolonização das mentes e de ampliação de olhares e visões sobre as construções de diversas formas de olhar os aspectos culturais da humanidade. Assim, que possamos ter uma formação mais transversal sobre a realidade do mundo capitalista neocolonial, na qual organiza e transpassa as relações de opressão de raça, classe, gênero e sexualidade, sendo a Colonialidade do Poder. Assim, podemos ampliar os horizontes e continuarmos existindo e resistindo ao colonialismo. Tentando construir alternativas de desenvolvimento para além do capital, em diversas esferas de produção, seja econômica, social, cultural, educacional e política. Enfim, a decolonialidade é um convite para sermos desobedientes epistemologicamente, rompermos com o padrão das relações sociais, políticas, econômicas e subjetivas da colonialidade, para que possam ter independência social e epistemológica.

5. REFERÊNCIAS

BALANDIER, Georges. **“A Noção de Situação Colonial”**. In: Cadernos de Campo nº 3 USP, São Paulo: 1993 [disponível online PEREIRA, José Maria Nunes.

"Colonialismo, racismo, descolonização". In: Estudos Afro-Asiáticos (CEAA-Conjunto Universitário Candido Mendes), n.2,1978. Rio de Janeiro.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo.** Prefácio de ANDRADE, Mário. Capítulo 1 e Capítulo 2. CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Prefácio de Mário de Andrade. Cadernos Livres n.15. 1978.

DOMINGOS, L. T. **Entre estigmas e traumas de violência de colonização e escravidão:** afirmação de identidade afrodescendência. in Revista Identidade! | São Leopoldo | v. 22 n. 2 | p. 190-208 | jul.-dez.

FANON, Frantz. "Da violência". In: **Os Condenados da Terra**. Trad. De José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, pp. 23-74.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. **A tradição viva.** In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). História geral da África, Volume I: Metodologia e pré-história da África. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 167-212.

MIGNOLO, Walter D. "**Colonialidade, o lado mais escuro da modernidade"**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 32 n° 94. 1978

NOGUEIRA. Oracio. "**Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem"**. In Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, pp. 287-308

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero:** os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africana. 2004.

PEREIRA, José Maria Nunes. **"Colonialismo, racismo, descolonização"**. In: Estudos Afro-Asiáticos (CEAA-Conjunto Universitário Candido Mendes), n.2,1978. Rio de Janeiro.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina". En Colonialidad Del Saber Y Eurocentrismo.** Edgardo Lander, ed. UNESCO-CLACSO 2000. Buenos Aires, Argentina.

RAMOSE, Mogobe B. **African Philosophy through Ubuntu.** Harare: Mond Books, 1999, p. 49-66. Tradução para uso didático por Arnaldo Vasconcellos

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte MG: Editora UFMG, 2010. Especificamente Prefácio – "Apresentando Spivak" de ALMEIDA, Sandra Regina Goulart; Segmento I e IV.

E POR FALAR EM RACISMO, O QUE MUDOU APÓS A IMPLANTAÇÃO DA LEI 10.639/2003? UM ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DA LEI 10.639/03 EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DE CRATO-CE

Vitória Tavares de Amaral Sousa [1]
Otília Aparecida Silva e Souza [2]

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo propor a realização de uma pesquisa em duas instituições públicas de ensino médio da cidade de Crato-CE: Escola Estadual de Educação Profissionalizante Maria Violeta Arraes de Alencar Gervaiseau e Escola de Ensino Médio Liceu Prefeito Raimundo Coelho Bezerra de Farias, procurando analisar como essas escolas estão trabalhando com as determinações da Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira em todos os estabelecimentos de ensino nos níveis fundamental e médio, analisando se as mesmas procuram instrumentalizar seus programas no sentido de oferecer uma educação mais condizente com a diversidade étnica e cultural dos seus alunos e professores. Nesse sentido, a Lei será utilizada como uma bússola para as análises dos conteúdos que devem compor os projetos políticos das escolas. Além desse suporte, ela deverá ter como referencial teórico-metodológico as ideias de autores que tratam com temas relacionados à educação e à questão étnico-racial – como Cícera Nunes, Henrique Cunha Júnior, Consuelo Dores Silva, Nilma Lino Gomes, entre outros. As discussões em torno da implementação da Lei 10.639/03 trazem à tona os problemas referentes ao racismo e às desigualdades étnicas, obrigando os diversos segmentos institucionais a terem uma postura mais digna em relação à posição do negro na sociedade brasileira.

Palavras-Chave: Racismo; Educação; Leis.

[1] Universidade Regional do CARIRI - URCA, vitoriatavares04@outlook.com
[2] Universidade regional do Cariri - URCA, otiliaa15@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A presença do negro na história do Brasil está registrada através da sua contribuição em toda a formação da sociedade brasileira, considerando os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. No entanto, essa importância costuma ser minimizada em detrimento das questões relacionadas ao processo de escravização a que foram submetidos os africanos que vieram para o Brasil no período colonial. Assim, é comum que temas relacionados a uma trajetória de sofrimento, preconceito e discriminação sempre venham à tona quando o assunto é a participação do negro na história do Brasil, ao passo que a sua real contribuição para a construção do país sempre é menosprezada.

Outra característica que é percebida nos discursos sobre o negro diz respeito à existência da famosa democracia racial decorrente do processo de miscigenação da sociedade brasileira. Essa ideologia defende a ideia de um país miscigenado onde as desigualdades étnicas são minimizadas em decorrência de uma suposta harmonia e tem o intuito de mascarar as injustiças sociais que acometem os afrodescendentes no Brasil trazendo sérias consequências para eles e para a compreensão da nossa história pois nega a existência de problemas históricos transformando em harmônicas, relações que são de fato conflitantes.

No entanto, desde o início da colonização do Brasil o povo negro demonstrou o seu descontentamento e a sua revolta diante de toda atrocidade sofrida e, ao longo da sua história nesse país, deixou marcada uma trajetória de luta e resistência desencadeadas por movimentos que sempre reagiram contra a opressão constituindo-se uma ameaça às estruturas da economia escravocrata. Os movimentos ocorriam de diversas maneiras e podiam ser de natureza política, religiosa, cultural ou mesmo

através do enfrentamento direto (como a capoeira que foi utilizada durante muito tempo como uma arma de defesa pelos negros), deixando a nossa história repleta de exemplos que comprovam a frequente e completa insatisfação do negro em relação a sua condição de escravizado.

Algumas manifestações de resistência devem ser destacadas como marcos na história do povo negro no Brasil. Entre elas é importante citar o surgimento dos quilombos que, seguindo modelos importados da experiência africana, reproduzem no Brasil um espaço de luta e resistência política para abrigar os escravizados foragidos das fazendas.

Além da formação de quilombos, os negros buscavam outras formas para escapar da condição de escravo como as fugas, o aborto (praticado por algumas mulheres com o intuito de livrar seus descendentes da escravidão) e o suicídio. Foram também importantes os recursos ideológicos utilizados por eles no campo da religião, como a criação de irmandades religiosas e dos terreiros de candomblé e umbanda, com o intuito de reproduzir no Brasil algo que pudesse refletir as referências religiosas dos seus antepassados africanos.

Essas manifestações de resistência vão ser reforçadas e ampliadas através de iniciativas de abolicionistas e de tantas outras formas de contestação que incluem desde as várias revoltas e rebeliões desencadeadas pelas lutas antirracistas até a criação de jornais e associações que se tornaram cada vez mais frequentes a partir no final do século XIX.

No início do século XX as organizações originadas através dos movimentos negros nas principais capitais do país se constituíram um evento de grande importância para o contexto da época porque inseriram o debate sobre a desigualdade étnica em vários âmbitos da vida social e incentivaram o negro a desenvolver uma análise mais consistente sobre a

sua condição de excluído.

Essas entidades realizaram ações que, além de questionarem de forma pontual todas as atrocidades sofridas pela população negra, procuravam apontar soluções para superar a sua exclusão no mercado de trabalho, nas atividades políticas, no sistema educacional, nas manifestações culturais e religiosas e na sociedade civil como um todo.

Nesse sentido, a educação passou a representar o propósito maior dessas organizações que, no intuito de diminuírem as desigualdades sociais impostas aos negros, abriram várias escolas noturnas com o intuito de despertar neste grupo um sentimento capaz de amenizar os problemas decorrentes da sua condição étnica.

A maioria das escolas destinadas aos negros nesse período pretendia trabalhar com uma educação que priorizava a valorização do seu papel na sociedade a partir da negação de estereótipos que lhes foram imputados (indolência, preguiça, criminalidade, falta de iniciativa, dentre outros).

Assim, trabalhavam com referenciais positivos e procuravam desconstruir ideias relacionadas à atribuição de uma inferioridade congênita (NASCIMENTO, 2008, p. 96), utilizada como medida de controle social para diminuir as possibilidades de conflitos e justificar a opressão contra africanos e afrodescendentes. É importante citar aqui a Frente Negra Brasileira (FNB), movimento político formado em São Paulo no ano de 1931.

A 'Frente' foi um importante veículo de reivindicações a favor do povo negro e assumiu características de 'movimento político de massas' pois conseguiu aglutinar milhares de pessoas nas ruas de São Paulo chegando a se transformar em partido em 1936, sendo dissolvido em 1937 pelo governo Vargas. No curto período em que atuou, a Frente Negra propagou-se por vários estados brasileiros e se tornou a maior expressão da consciência política afro-brasileira do momento. O lema da Frente era "Congregar,

educar e orientar" e para atingir tal objetivo estabelecia como primeira etapa da luta a educação.

A segunda etapa era a conquista da cidadania. Assim, criou várias escolas noturnas na tentativa de diminuir os índices de analfabetismo entre os negros e trabalhou no sentido de oferecer à população negra noções de boas maneiras, de higiene e postura, para amenizar a segregação do negro em espaços como hotéis, cinemas, restaurantes, barbearias. Atuava também na produção de eventos esportivos, políticos e sociais como bailes e desfiles, e defendia a instituição familiar tendo uma participação efetiva das mulheres que se dedicavam obstinadamente à luta a favor da população negra (NASCIMENTO, 2008).

É possível perceber que as ações da Frente bem como de grande maioria dos movimentos negros brasileiros eram voltadas para a inserção efetiva da coletividade dos afrodescendentes na sociedade que os havia excluído até então e a Frente acreditava que uma das possibilidades de participação deles nessa sociedade só seria possível através da educação. O surgimento dessas organizações deve ser concebido como um marco significativo para a história do Movimento Negro brasileiro.

No entanto, o golpe militar de 1964 interrompe um pouco esse processo que há várias décadas vinha avançando substancialmente. Só no final da década de 1970 foi que ocorreu um novo impulso com a retomada dos movimentos populares, destacando-se entre eles o MNU - Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, o Grupo Afro-Latino-Americano e o Centro de Estudos Afro-brasileiros (em São Paulo); o Grupo Palmares (Porto Alegre); o Grupo Zumbi (Santos); o Grupo de Teatro e Cultura Palmares e o Grupo dos Malês (Bahia).

O ressurgimento desses movimentos sociais contribuiu para "a recriação da sociedade civil e a expansão do território da política" (LIMA,

2008, p.38) e fizeram emergir no cenário brasileiro as questões relacionadas às desigualdades étnicas e sociais, propiciando a elaboração de propostas pedagógicas que fossem capazes de questionar o cotidiano etnocêntrico e racista nas escolas brasileiras.

De acordo com Nunes e Santos (2011, p 57):

> No final da década de 1970, os movimentos negros passam a denunciar de forma mais enfática a limitação do acesso dos negros à educação formal, como também os altos índices de analfabetismo, exclusão e repetência que atingem essa população. Esses movimentos levantavam também a discussão sobre a escola enquanto um espaço reprodutor das diferenças, quando ignora a história dos africanos e de seus descendentes, não promove o respeito à diversidade e transmite conteúdos referentes à produção cultural negra de forma folclorizada.

Essa forma de pensar uma educação voltada para os afrodescendentes desenvolvida pelas organizações dos movimentos negros ao longo do século XX tem demonstrado aspectos positivos, pois possibilitou ao negro a oportunidade de se conceber como capaz e de se reconhecer como agente da sua própria história. No entanto, muita coisa ainda precisava ser feita tendo em vista que o preconceito contra o negro na sociedade brasileira já havia tomado proporções inusitadas e seriam necessárias medidas mais eficazes para amenizar as desigualdades provocadas por séculos de discriminação.

Mas foi apenas no início do século XXI que houve uma medida efetiva por parte do governo instituindo a obrigatoriedade da inclusão da História e Cultura Afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino do país. A Lei 10.639 sancionada em 09 de janeiro de 2003 alterou o que havia sido determinado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação sobre essa temática através da Lei 9.394/1996 que apenas sugeria no seu Artigo 26, que a

contribuição cultural das matrizes indígena, europeia e africana fossem consideradas como importantes na formação do povo brasileiro (Disponível em http://camara.leg.br. Acesso em: 27/06/2018).

A Lei 10.639/2003 (Art. 26-A), além de tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira em todos os estabelecimentos de ensino (fundamental e médio), ainda inclui no conteúdo dos programas a discussão sobre: "[...] a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil" (Disponível em http://planalto.gov.br. Acesso em: 27/06/2018). Essa determinação legal foi resultado de reivindicações do movimento negro e faz parte de um programa de ações afirmativas.

Deve ser compreendida como um avanço substancial na valorização da participação do negro na história do país, pois, além de tornar obrigatória a temática africana na sala de aula, impulsiona a realização de projetos que abordam positivamente o assunto e insere o debate sobre as lutas dos negros e a sua participação nas áreas social, política e econômica. A Lei institui ainda a inclusão no calendário escolar, do dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra (Disponível em http://planalto.gov.br. Acesso em: 27/06/2018).

As discussões em torno da implementação da Lei 10.639/03 também trazem à tona os problemas referentes ao racismo e às desigualdades étnicas, obrigando os diversos segmentos institucionais a terem uma postura mais digna em relação à posição do negro na sociedade brasileira. Mas depois de dezessete anos de vigência da Lei é necessário que se faça alguns questionamentos para saber se houve alguma mudança na educação brasileira após a sua implantação.

Portanto, esse projeto propõe a realização de uma pesquisa em duas escolas públicas da cidade de Crato-CE. O seu objetivo é analisar como essas escolas estão trabalhando com as determinações da referida Lei; de que forma inserem a temática afro-brasileira nos seus programas e se oferecem ao corpo docente uma capacitação adequada. A pesquisa pretende também descobrir se houve realmente alguma mudança em relação aos problemas decorrentes do racismo no interior das escolas depois da implantação da Lei.

A necessidade da realização de um projeto dessa natureza em um momento em que vários cursos da Universidade Regional do Cariri (URCA) desenvolvem trabalhos semelhantes justifica-se porque mesmo com o amparo da legislação brasileira assegurando que racismo é crime, ele ainda é muito presente na sociedade. A própria URCA, instituição responsável por grande parte da formação dos professores da região do Cariri, já foi e continua sendo palco de diversas manifestações de racismo. Portanto, é importante que esse problema seja percebido como função da universidade, pois através dela o conhecimento pode ser utilizado como veículo de transformação e diminuição da desigualdade étnica e social.

As escolas escolhidas para a pesquisa localizam-se no município de Crato. São escolas estaduais, sendo uma de Educação Profissionalizante e a outra de Ensino Médio: Escola Estadual de Educação Profissionalizante Maria Violeta Arraes de Alencar Gervaiseau e Escola de Ensino Médio Liceu Prefeito Raimundo Coelho Bezerra de Farias. O motivo delas serem selecionadas para este projeto refere-se ao fato de terem sido parceiras da URCA no Programa de Residência Pedagógica do curso de Ciências Sociais, no período de 2018 a janeiro de 2020. Na ocasião, os estudantes envolvidos no Programa tinham que acompanhar as aulas de sociologia e das

disciplinas da área das ciências humanas, ajudando os alunos nos trabalhos de pesquisa e atividades extraclasse.

A pesquisa deverá investigar se as propostas pedagógicas dessas instituições reconhecem as determinações da Lei 10.639/03 e como elas instrumentalizam seus programas no sentido de oferecer uma educação mais condizente com a diversidade étnica e cultural dos seus alunos e professores. Nesse sentido, a Lei será utilizada como uma bússola para as análises dos conteúdos que devem compor os projetos políticos das escolas. Além desse suporte, ela deverá ter como referencial teórico-metodológico as ideias de autores que tratam com temas relacionados à educação e à questão étnico-racial – como Cícera Nunes, Henrique Cunha Júnior, Consuelo Dores Silva, Nilma Lino Gomes, entre outros.

À abordagem pedagógica da questão étnica será acrescida uma visão de cunho antropológico. Assim, os conceitos de identidade e identidade étnica também serão utilizados; preferencialmente, através das ideias de Stuart Hall e Pierre Bourdieu (nos estudos referentes à identidade). O conceito de identidade étnica será trabalhado através da contribuição de autores como Roberto Cardoso de Oliveira, Carlos Rodrigues Brandão, Roberto Da Matta, Alex Ratts e Kabenguele Munanga. O trabalho contará também com as contribuições de autores especializados que tratam da importância das referências culturais de origem africana presentes no nosso cotidiano (Kabenguele Munanga, Nei Lopes, Elisa Larkin Nascimento, Abdias Nascimento, entre outros).

Com o desenvolvimento da pesquisa, será possível descobrir se a inserção dos conteúdos relacionados à História e cultura afro-brasileira têm contribuído para diminuir o racismo tão presente na sociedade, pois a escola

pode ser considerada como um dos ambientes onde ele se expressa com mais naturalidade, tendo em vista o fato de que a maioria da sua clientela não possui maturidade suficiente para se posicionar de forma ética diante da realidade. Por isso, ela será concebida aqui como um espelho que reflete o pensamento da sociedade.

E nesse processo, a atuação da URCA é fundamental, já que grande parte dos professores das escolas envolvidas no projeto graduou-se nesta instituição. Ao final das análises, será possível identificar como estudantes, professores e funcionários das escolas pesquisadas se posicionam diante das ideias de racismo, preconceito e desigualdade étnica. O resultado desse trabalho deve ser divulgado em eventos acadêmicos da URCA e de outras instituições de ensino.

Assim, o(a)s estudantes do curso de Ciências Sociais, através do Programa de Residência Pedagógica, podem ter uma participação efetiva incentivando a aplicação da Lei 10.639/03 nas escolas e poderão contribuir também para a ampliação do conhecimento e no combate a preconceitos já tão enraizados na história do país.

Essa pesquisa deve servir, portanto, para evidenciar os problemas relacionados ao tema e ajudar na elaboração de programas que tratem essas questões de forma mais direta, preparando os futuros professores a constituírem um corpo docente capaz de conceber o(a)s aluno(a)s como portadore(a)s de referências culturais múltiplas, percebendo que cada um(a) traz consigo uma riqueza pessoal imensa já que é representante de grupos sociais com histórias e lógicas próprias que podem e devem ser conhecidas por todos.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa deve ser executada através da realização dos seguintes procedimentos metodológicos:

2.1. Revisão bibliográfica sobre as diversas teorias relacionadas ao tema (os conceitos de racismo, educação afrodescendente, identidade, identidade étnica) e estudo das Leis que regimentam as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. É importante também que a literatura sobre o histórico das lutas das pessoas negras por uma educação de qualidade seja revista para facilitar a construção de um referencial teórico e metodológico que contemple satisfatoriamente o tema em questão.

2.2. Pesquisa de Campo ocorrerá nas escolas escolhidas para a realização do projeto. A pesquisa deverá cumprir inicialmente duas etapas: primeiro visitar as escolas e estabelecer contatos com diretores e corpo docente. Depois inicia a pesquisa propriamente dita, onde deverá fazer as observações preliminares (estrutura da escola, decoração do espaço, número de funcionários...). Em seguida, deve realizar as entrevistas semiestruturadas com professores, diretores, funcionários e alunos. A entrevista semiestruturada oferece a vantagem de não induzir o(a) entrevistado(a) a uma resposta pré-estabelecida. O racismo, e as suas várias possibilidades de manifestação, nem sempre são encarados como algo fácil de ser assumido, por isso, esse recurso metodológico é ideal para que o(a) bolsista possa obter depoimentos mais coerentes com a realidade. Nas entrevistas com professore(a)s, o(a) bolsista deve identificar a

instituição em que ele(a)s foram graduado(a)s para que no final da pesquisa seja possível saber quanto(a)s são egressos da URCA.

3. RESULTADOS ESPERADOS

Esse trabalho pretende identificar como estudantes, professores e funcionários das escolas pesquisadas se posicionam diante das ideias de racismo, preconceito e desigualdade étnica. Portanto, deve servir para evidenciar os problemas relacionados ao tema e ajudar na elaboração de programas que tratem essas questões de forma mais direta, preparando os futuros professores da URCA para constituírem um corpo docente que seja capaz de reconhecer as referências e características culturais dos seus alunos, incentivando a aplicação da Lei 10.639/03 nas escolas e contribuindo para a ampliação do conhecimento e para o combate a preconceitos já tão enraizados na história do país.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs) **Multiculturalismo:** Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HALL, Stuart. **As Identidades Culturais na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. LEI 9.394/1996. Disponível em http//camara.leg.br. Acesso em: 27/06/2018. LEI 10.639/2003 (Art. 26-A). Disponível em http//planalto.gov.br. Acesso em: 27/06/2018.

LIMA, Ivan Costa. Pedagogia Interétnica em Salvador: Trajetória, História e Identidade Negra. In: GOMES, Ana Beatriz Souza; CUNHA JÚNIOR, Henrique

(Orgs.) **Educação e Afrodescendência no Brasil.** Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo:** histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Global, 2009.

_____(Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília, DF. Ministério da Educação,2005.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Cultura em movimento:** matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NUNES, Cícera e SANTOS, Risomar Alves. A formação de professores e a inclusão da Lei 10.639/03 nas práticas educativas do Cariri cearense. In: CUNHA JÚNIOR, Henrique. NUNES, Cícera e SILVA, Joselina. (Orgs.). **Artefatos da cultura negra no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

SILVA, Consuelo Dores. **Negro, qual o seu nome?** Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E OS PROBLEMAS SOCIAIS DA POPULAÇÃO NEGRA: UMA PROPOSTA DE ENSINO PARA AS RELAÇÕES RACIAIS EM UMA ABORDAGEM ANTIRRACISTA

Beatriz Gonçalves de Lira [1]
Henrique Cunha Junior[2]

RESUMO

O presente resumo trata-se de um projeto de dissertação que está sendo desenvolvido pela autora no Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Regional do Cariri. A proposta de pesquisa lançada tem como foco o percurso formativo de discentes do curso de Licenciatura em Educação Física - IFCE/Campus Juazeiro do Norte considerando uma formação antirracista. O objetivo geral será analisar o lugar dos problemas sociais da população negra pautados no percurso formativo dos graduandos do curso de Licenciatura em Educação Física com vista a formular uma proposta de ensino antirracista para as aulas de Educação Física. Os objetivos específicos serão identificar no percurso formativo de que maneira foi pautada as problemáticas da população negra; realizar uma pesquisa-formação junto aos discentes a fim de elaborar uma proposta pedagógica antirracista para os diferentes conteúdos de Educação Física no nível médio. Sua metodologia será de caráter qualitativo voltada para pesquisa formação. A população do estudo serão os graduandos do curso de Licenciatura em Educação Física do IFCE/campus Juazeiro do Norte. A amostra será composta pelos discentes do 4° período do referido curso. A análise de dados será feita por meio da análise do discurso do sujeito coletivo. Espera-se que esta pesquisa contribua com percurso formativo de professores de Educação Física partindo da compreensão que a formação ocorre por toda a trajetória profissional, as experiências oportunizam reflexões e aprendizagens sobre a atuação docente.

[1] MPE/URCA – e-mail: beatriz.lira@urca.br
[2] UFC - e-mail: hcunha@ufc.br

1. INTRODUÇÃO

A proposta de pesquisa lançada tem como foco o percurso formativo de discentes do curso de Licenciatura em Educação Física considerando uma abordagem antirracista. Parte-se da compreensão que a formação ocorre por toda a trajetória profissional, as experiências oportunizam reflexões e aprendizagens sobre a atuação docente. Estudos como os de Tardiff e Lessard (2007) destacam a importância da experiência para a consolidação de saberes e constituição da identidade profissional dos professores.

No que diz respeito a abordagem antirracista ela se baseia no fato de que o racismo faz parte da estrutura da sociedade e por isso, precisa ser combatido tanto na sala de aula quanto na comunidade em que o aluno está inserido, dessa forma podemos ressaltar que ela não tem apenas o objetivo de coibir a disseminação de falas racistas, como também cumpre o papel de valorizar e ajudar na construção positiva da identidade negra.

O olhar investigativo irá se direcionar para a análise da pauta racial no percurso formativo de discentes que estão se graduando em Licenciatura em Educação Física, pois essa área tem na sua história de formação profissional uma forte ligação com tendências educacionais que se aliam a abordagens de ensino tradicionais, pautadas no higienismo, eugenismo, seletividade, competitividade e meritocracia, as quais exerceu/exerce um jogo de força sociocultural nos discursos e práticas que envolvem as questões de gênero, raça, etnias.

O corpo na Educação Física é tomado como um símbolo de empoderamento e disputa na medida que aspectos como biótipo, vestimentas, práticas corporais esportivas, geraram marcadores sociais que sutilmente exerceram influências sobre o modo de praticar e ser professor

de Educação Física. Vale ressaltar que tais aspectos estão relacionados com o corpo físico/visual do que na sua integridade (composto por suas três dimensões físico, mental e espiritual) já que o existir humano se dá através do corpo visual, logo ele é o meio que utilizamos para experimentar o mundo e existir nele.

Especificamente na educação física a pauta racial precisa ser aprofundada para que a abordagem sobre o corpo e a sua diversidade não sejam negligenciados nas aulas. Ao contrário disso, espera-se que a formação do professor de educação física veja nessa relação uma possibilidade de mudança de postura de práticas corporais na escola, com maior diversidade de suas práticas, em que predomine o conhecimento corporal para além de um perfil europeu e branco. A educação física precisa atender seus alunos os auxiliando na construção de um pertencimento étnico-racial positivo.

Nessa conjuntura, a formação inicial passa a ser um local de aprofundamento sobre esse objeto de estudo sendo uma necessidade profissional refletir e articular formas de organização curricular e tratamento pedagógico em educação física que contribuam para o combate do racismo no Brasil.

Diante dos aspectos apresentados questiona-se sobre o lugar dos problemas que afetam a população negra enquanto conhecimento a ser aprofundado na formação em Educação Física nos cursos de licenciatura. Como eles foram tratadas no percurso formativo dos graduandos de Licenciatura em Educação Física? A formação inicial tem discutido sobre? Quais as implicações das experiências vividas em seu percurso formativo para o desenvolvimento de propostas de ensino antirracista?

Dessa maneira o objetivo geral dessa pesquisa será analisar o lugar

dos problemas sociais da população negra pautados no percurso formativo dos graduandos do curso de Licenciatura em Educação Física do IFCE/Campus Juazeiro do Norte com vista a

formular uma proposta de ensino antirracista para as aulas de Educação Física. Os objetivos específicos serão identificar no percurso formativo de que maneira foi pautada as problemáticas da população negra; realizar uma pesquisa-formação junto aos discentes a fim de elaborar uma proposta pedagógica antirracista para os diferentes conteúdos de Educação Física no nível médio.

A presente proposta de pesquisa justifica-se, portanto, na fomentação dos debates acerca do tema com base no dispositivo legal de n°10.639/03 o que torna oportuna a integração da pauta racial nas aulas de Educação Física. Embora a Lei n°10.639/03 estabeleça que se deve incluir no currículo oficial da rede de ensino público a temática "História e cultura Afro-brasileira", ainda há muitas lacunas na aplicação da lei citada, o que acaba negligenciando o conhecimento desse aspecto tão importante para a formação cidadã. Portanto é nesse ensejo que se torna necessário aplicar uma pesquisa-formação junto aos discentes do curso de Educação Física procurando elaborar uma proposta de ensino antirracista para os diferentes conteúdo da Educação Física, dessa maneira será uma intervenção pautada na e para a Educação das Relações Étnico-Raciais atendendo assim o cumprimento da referida lei.

Diante de tantas questões advindas do contexto histórico da Educação Física, a negligência dos educadores em colocar em ação a Lei 10.639/03 no currículo do ensino superior podemos ver a necessidade do aprofundamento da temática numa formação continuada proporcionando uma formação mais encorpada buscando algumas reparações históricas.

Faz-se necessário fomentar pesquisas no campo da educação física que tenham como foco as discussões sobre o racismo. Acredita-se que por meio de estudos que aliem a formação profissional docente e o debate antirracista estar-se fomentando o debate para novas possibilidades formativas do professor de educação física.

Tal pesquisa torna-se relevante socialmente quando contribui para articular propostas de ensino antirracista nas aulas de Educação Física buscando compreender as práticas corporais para além das práticas hegemônicas.

2. FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E AS RELAÇÕES RACIAIS

Para toda formação profissional existe uma legislação que rege o curso, não é diferente para a Educação Física, componente curricular da Educação Básica e Superior. Para tanto há o Parecer CNE/CES Nº 0058/2004 (Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física); Resolução CNE/CES Nº 07/2004 (Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena); no que respeito as relações étnico raciais há os documentos legais: Lei Nº 10.639/2003 (Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências); Parecer CNE/CP Nº 003/2004 (Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana.); Resolução CNE/CP Nº 01/2004 (Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o

Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana). A partir da descrição da legislação sobre a formação inicial de professores de Educação Física no Brasil e sobre as relações raciais podemos perceber que temos aporte legal para fazê-la acontecer, bem como há documentos legais que tratam da temática racial na educação o que imprime avanços sobre a Educação Física e as relações raciais no Brasil.

Segundo Carvalho (2014) a Lei Nº 10.639/2003 e a Resolução CNE/CP Nº 01/2004 que alteram a LDB podem ser consideradas um novo marco na história da educação brasileira, pois foram avanços institucionais importantes no sentido de trazer as relações raciais para as discussões sobre os problemas sociais existentes no Brasil, uma vez que contávamos apenas com os PCN, que tratam da "pluralidade cultural" como tema transversal. Os PCN têm um caráter menos político em relação à Lei Nº 10.639/2003 ao lidar com as relações raciais, já que esta propõe, de fato, um trabalho voltado para a luta contra o racismo e a discriminação racial, diferentemente do que ocorre nos PCN.

De acordo com a publicação[3], os conteúdos referentes à História e Cultura Afro Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. Nesse sentido, a Lei propicia e fundamenta, para todo o currículo escolar e, no caso da Educação Física, o tratamento de temas relacionados a cultura negra, por exemplo a Capoeira e as Danças Afro Brasileiras, a existência da Lei representou inegável avanço no que diz respeito à abordagem de temas relacionados às minorias sociais nas políticas educacionais em nosso país, inclusive no livro didático Práticas Corporais-Educação Física - Manual do professor (2020), o qual foi adotado por algumas

[3] Lei Nº 10.639/2003

secretarias municipais de Educação já consta a temática da capoeira, porém merece um olhar mais detalhado sobre outros objetos de conhecimentos que poderiam corroborar com a temática racial, tal livro fora publicado de acordo com as exigências da Base Nacional Curricular Comum.

Mesmo com tendo a disposição bases legais é imprescindível tentarmos entender, conforme Martins e Carmo (2018), as aflições provocadas pelas necessidades de formar professores cientes e convictos da importância de se tratar pedagogicamente os conteúdos relacionados a cultura afro-brasileira e indígena na escola de hoje, perpassa pelo papel de refletir sobre o passado histórico da Educação Física que, assim como percebemos, acabou sendo utilizada para reforçar um modelo de "supremacia branca". Sendo assim, o tratamento histórico visa buscar resoluções de problemas ainda presentes nas aulas de Educação Física.

Portanto pensar e refletir acerca da formação de professores é um dos passos fundamentais para legitimar o espaço das aulas de Educação Física como um ambiente de fortalecimento da valorização étnico-racial na escola visando uma sociedade mais justa.

3. METODOLOGIA

O presente estudo é de natureza qualitativa já que tem na sua intencionalidade realizar o aprofundamento da compreensão de um grupo social, na sua interação com as questões fenomenológicas e subjetivas. De acordo com Guerra (2014) na abordagem qualitativa, o cientista objetivo aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que

participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito.

A presente pesquisa possui características procedimentais de pesquisa-formação, dessa forma conforme Bragança e Oliveira (2011):

> a pesquisa-formação tem sua origem na pesquisa-ação, já que busca um efetivo envolvimento dos pesquisadores na transformação individual e coletiva. Esta perspectiva encontra fundamentação na dialética histórica, no conceito de práxis, tal como proposto por Marx, que perspectiva uma Filosofia que não apenas interprete o mundo, mas que possa transformá-lo, por meio de uma relação de imbricação entre prática-teoria-prática.

Portanto a pesquisa-formação proporciona ao pesquisador acesso ao objeto de estudo na intenção de aproximar-se do alvo da pesquisa levando a uma transformação educacional da população envolvida, bem como aos colaboradores da pesquisa, Vale ressaltar que a pesquisa-formação monta um contexto em que o pesquisador e o participante vivem um processo de formação através da escuta sensível e das trocas de saberes, acontecendo um processo mútuo de formação.

Através do método afrodescendente iremos conduzir a pesquisa formação destacando os interesses da população negra na busca da superação de algumas problemáticas da população negras que surgirão nesta pesquisa, o método segundo Cunha Junior (2013) tem seu interesse concentrado na intervenção da realidade e na transformação social, cultural, econômica e política das relações étnicas brasileira. Trata se do processo da produção de conceitos e metodologias dentro de um projeto científico de expressão dos afrodescendentes com a finalidade de uma mudança das relações brasileiras, inscreve-se no âmbito dos movimentos sociais da maioria afrodescendentes, entretanto guarda a particularidade da procura da inspiração africana como conhecimento de base, visando à autonomia do

pensamento dos afrodescendentes com relação à produção eurocêntrica ocidental.

A intencionalidade do estudo aponta para um tipo descritivo de pesquisa por exigir do investigador um detalhamento dos elementos sociais. Segundo Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas aparece na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

A população do estudo serão os graduandos do curso de Licenciatura em Educação Física do IFCE/campus Juazeiro do Norte. A amostra será composta por 30 discentes do curso de Licenciatura em Educação Física do IFCE/campus Juazeiro do Norte, essa amostra equivale a quantidade de vagas que será disponibilizada para o curso formação, cujas vagas serão ofertadas para todos os semestres, o que os ajudará a descontruir e construir alguns saberes e aumentar seu nível de criticidade em diversas etapas da graduação podendo assim levantar a pauta racial posteriormente para a sala de aula e/ou aplicar os conhecimentos em seu futuro estágio obrigatório.

A pesquisa-formação a ser realizada junto aos estudantes será organizada em duas fases. Para a primeira fase da coleta de dados fará uso do questionário fechado para que os discentes manifestem seu interesse em participar do curso de formação de curta duração Educação Física Antirracista, bem como participar de forma efetiva da pesquisa.

Inicialmente será feito um levantamento dos interessados a participar da pesquisa formação por meio de questionário fechado, buscando selecionar aqueles alunos do curso Licenciatura em Educação Física que

tenham disponibilidade de participar. Após a identificação do público será realizada uma reunião com os se dispuseram a participar para aprofundamento dos aspectos que se pretendem discutir na pesquisa no que diz respeito ao percurso formativo e as relações étnicos raciais, bem como se dará a organização das aulas e ações do curso de formação de curta duração Educação Física Antirracista.

A segunda fase da pesquisa será realizada durante a aplicação da formação por meio das rodas de conversas em aula, narrativas reflexivas e elaboração da proposta pedagógica. Ao final de cada encontro será deixada uma questão norteadora sobre o tema debatido afim dos participantes possam expressar suas reflexões geradas a partir da aula.

4. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DO PRODUTO EDUCACIONAL - CURSO DE CURTA DURAÇÃO EDUCAÇÃO FÍSICA ANTIRRACISTA

O curso será um espaço formativo visando promover a educação para as relações étnico raciais e elaboração de uma proposta de ensino antirracista para os diferentes conteúdos da Educação Física, considerando aporte teórico das políticas públicas educacionais, em destaque o Parecer CNE/CP nº 3/200425, que tem a finalidade de enegrecer a educação, em especial a educação física.

O nome escolhido tem sua intencionalidade de direcionar para o objetivo final do estudo que será promover uma educação física antirracista, capaz de construir um novo horizonte realizando uma reparação histórica e construindo uma educação para as relações étnicos raciais.

Será um curso promovido em parceria com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABI/Campus Juazeiro do Norte que será ministrado aos discentes do curso de Licenciatura em Educação Física do

IFCE/Campus Juazeiro do Norte, acontecerão encontros quinzenais (03h/aula), poderá ser aplicado virtualmente ou presencial conforme acordado com a turma.

Para o momento presencial, o local escolhido foi a sala do NEABI no IFCE/ Campus Juazeiro do Norte, cujo local será cedido para esse momento formativo que estará alinhado com o propósito do núcleo, já que o NEABI se trata de um espaço formativo que tem entre os seus objetivos promover debates sobre o combate ao racismo e todas as formas de discriminação étnico-racial.

No que diz respeito a pesquisa formação, ela será dividida em duas partes, primeira parte serão as aulas sobre temas geradores e a segunda parte será a elaboração da proposta de educação antirracista para as aulas de Educação física no nível médio, cujo material será criado do decorrer da pesquisa em conjunto com os participantes. A estratégia de construção coletiva tem o intuito de trazer um pertencimento maior por parte dos participantes para o produto da pesquisa, uma vez que ao se envolver na construção do material pedagógico terá um aumento das chances de usá-lo posteriormente em suas práticas docentes. A seguir o programa de temas que se pretende trabalhar nas aulas:

Tema das aulas	Objetivo da aula
Educação Antirracista: O que é e como aplicá-la?	Iremos compreender os conceitos da abordagem antirracista de forma que se torne facilmente aplicável em nossas aulas e porque ela é necessária atualmente.

Contexto histórico da Educação Física e suas problemáticas raciais até os dias atuais	Conhecer história da educação física refletindo a influência que exercida na promoção do racismo na sociedade brasileira.
Políticas Públicas Educacionais da Educação para relações étnico raciais	Compreender como surgem e os desafios da implementação a partir do compromisso com o enfrentamento do racismo e das desigualdades que o sustentam e com a promoção dos direitos humanos.
As possibilidades da Educação Física no combate ao racismo na escola	Promover reflexões sobre a Educação Física pode ser um importante componente curricular para combater o racismo na escola.
Esportes Coletivos: Uma visão afro do conteúdo da Educação Física	Conhecer as contribuições africanas aos esportes coletivos incorporando ao conteúdo trabalhado nas aulas de Educação Física.
Jogos e Brincadeiras: Uma visão afro do conteúdo da Educação Física	Reconhecer as contribuições africanas destacando os países de origens e a semelhança no modo que se apresenta os jogos e brincadeiras populares no Brasil.
Danças afros como patrimônio cultural da população negra	Conhecer as danças africanas valorizando a herança africanas nas danças brasileiras.
Ginástica: Uma visão afro do conteúdo da Educação Física	Conhecer as possíveis contribuições africanas as ginasticas incorporando ao conteúdo trabalhado nas aulas de Educação Física.
Lutas: Uma visão afro do conteúdo da Educação Física	Conhecer as possíveis contribuições africanas as lutas do Brasil e do mundo incorporando ao conteúdo trabalhado nas aulas de Educação Física.

Debate da Elaboração da proposta Educação Antirracista para as aulas de Educação Física	Roda de conversa sobre a construção da proposta Educação Antirracista para as aulas de Educação Física
Encerramento - Dança de Terreiro: uma expressão cultural afrodescendente.	

O produto educacional será a proposta de ensino com abordagem educação antirracista para as aulas de Educação física no nível médio elaborada pela turma. Contendo um objeto do conhecimento, temática da aula, objetivos, desenvolvimento da aula e conclusão.

4.1. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Para inclusão: Ser discente regular do curso de Licenciatura em Educação Física do IFCE/campus Juazeiro do Norte; aceitar participar da pesquisa por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Já para a exclusão: Ser discente de outros cursos da mesma instituição; não aceitar continuar na pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O lugar que se deseja ocupar é o da reflexão e transformações das práticas pedagógicas em Educação Física na escola. Deseja-se a consolidação de uma corporeidade que não negue a diversidade e que com ela aprenda a ser humano, empático, solidário e antirracista trabalhando em prol da

construção de uma identidade negra positiva.

Espera-se que a partir dessa pesquisa abra-se discussões significativas dentro de um curso que historicamente contribuiu muito com a supremacia branca, fato que configurou um lugar de distanciamento da temática racial, a ponto de ter um currículo que não abrange as problemáticas sociais da população negra. Dessa maneira que nessa pesquisa formação possamos contribuir com a superação do racismo no Brasil, bem como um novo horizonte para Educação Física Escolar.

6. REFERÊNCIAS

CARVALHO, Ana Cláudia. **As Relações Raciais e a Formação Docente em Educação Física No Brasil:** O Que Diz a Legislação? Dissertação. Universidade Federal De São João Del-Rei. 2014.

_____. **Afrodescendência e Africanidades:** Um dentre os diversos enfoques possíveis sobre a população negra no Brasil. Interfaces de Saberes (FAFICA. Online). v. 1, p. 14- 24, 2013.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte. Grupo Ănima Educação.2014

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n. 003, de 10 de março de 2004a**. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de maio de 2004a.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 01, de 17 de junho de 2004b**. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004b, seção 1, p. 11.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n. 0058, de 18 de fevereiro de 2004c**. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de março de 2004c.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 07, de 31 de março de 2004d**. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de abril de 2004d, seção 1, p. 18.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional** / Maurice Tardif. 8.ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ESCREVIVÊNCIAS: TRAJETÓRIAS DO FILME "CAROLINA MARIA DE JESUS: FACETAS DE UM BRASIL DESIGUAL" DO LIVRO QUARTO DE DESPEJO - DIÁRIO DE UMA FAVELADA

Ana Maria Eugenio da Silva[1]
Geyse Anne Souza da Silva[2]

RESUMO

Estas escritas têm como pano de fundo o filme "Carolina Maria de Jesus: Facetas de um Brasil Desigual", baseado em quatro trechos do Livro "Quarto de Despejo: Diário de uma favelada" de Carolina Maria de Jesus, para o 1º Festival de Cultura em Acarape-Ce. Este foi produzido por pretitudes Carolines: Ana Eugenia, Geyse Anne e Antonio Wilame com o objetivo de fortalecer por meio do audiovisual, o patrimônio literário e político presente nesta obra. Os trechos escolhidos dialogam com o passado-presente vividos por nós, estudantes unilabianos, que temos em Carolina uma referência educacional.

[1] Mulher negra quilombola, mãe solo, cotista, feminista, antirracista, militante do movimento Quilombola do Ceará e dançandeira de São Gonçalo do Quilombo do Sítio Veiga, Quixadá - CE. Artista multicultural , referência no enfrentamento e superação do câncer de mama, que veio a inspirar a produção dos seguintes filmes: As Passarinhas (2018) e Eu, Semente - 70 Olhares sobre Direitos Humanos (2021). Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC).
anaeugenio.v@gmail.com/anaeugenia13@alu.ufc.br.

[2] Mulher negra, artista, comunicadora popular. Militante do Movimento Negro Unificado e atualmente coordenadora de mulheres do MNU Ceará. É membro do Grupo Diálogos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares e do projeto de extensão Lélia González Presente. É uma das produtoras e atriz do Filme "Carolina Maria de Jesus: Facetas de um Brasil desigual". Atuou como pesquisadora e organizadora do Mapa de Enfrentamento à Fome no Grande Bom Jardim - Fortaleza (2022).
geyseannedasilva@gmail.com

1. APRESENTAÇÃO

Nossa querida Conceição Evaristo nas primeiras páginas da terceira edição de Becos da Memória (2017) nos diz que "a literatura marcada por uma *escrevivência* pode con(fundir) a identidade da personagem narradora com a identidade da autora. Esta con(fusão) não me constrange".

E assim começamos o presente trabalho que irá descrever os caminhos trilhados pelas autoras na construção do filme intitulado "Carolina Maria de Jesus: facetas de um Brasil desigual"[3].

O filme foi produzido para o 1º Festival de Cultura Édipo de Abreu no município de Acarape - Ceará,[4] realizado em dezembro de 2021, com financiamento da Lei Aldir Blanc[5]. Na ocasião, nos instigamos a escrever no festival, pela oportunidade de elaborar uma proposta que possibilitasse que mais pessoas, especialmente o público juvenil, se interessassem pela obra de Carolina Maria de Jesus, assim como pela literatura afro-brasileira.

Visto que Carolina, mulher negra, escritora brasileira aprendeu a ler e a escrever sobre o chão das desigualdades impostas por esse sistema racista, catando papel, alimentando a si e seus filhos com resto de comida jogada no lixo, escreveu um diário com o objetivo de não guardar só pra si o que acontecia no seu cotidiano.

No momento da gravação do filme, nossa luta principal era pela sobrevivência, por comida no prato, vacina no braço, em defesa da ciência e

[3] Acesse o filme através do link: https://www.youtube.com/watch?v=9-cYVBjVass

[4] O evento aconteceu dia 11 de dezembro de 2021 na Quadra do Bairro São Benedito na cidade de Acarape - CE. Mas nosso filme e outros audiovisuais não foram apresentados no Festival, pois o projetor que a Secretaria de Cultura de Acarape levou, não funcionou. Sendo assim, nós fizemos a leitura compartilhada dos 4º relatos do Diário de Carolina de Jesus selecionados para o público.

[5] Lei nº 14.017 de 29 de junho de 2020 que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

educação. Enquanto isso, famílias inteiras foram dizimadas em luto e o negacionismo por parte do governo federal foi gritante e desumano. A pandemia da COVID 19 acelerou ainda mais as desigualdades socio-racial entre a população brasileira.

Dessa forma, se faz necessário denunciar as violências, às quais nosso povo é submetido pelo sistema opressor-colonial. Assim como fez Carolinas Maria de Jesus em suas escritas, um mecanismo de denúncia ao longo de sua vida, afinal, nossas escritas tem como meta, visibilizar as produções e o potencial de mulheres pretas, mas também de denunciar e tornar públicas as diversas formas de violação dos direitos humanos.

2. ORGANIZAÇÃO PARA AS FILMAGENS

Como já foi descrito acima, a ideia de participar do edital para o Festival de Cultura do Acarape, brota com base na realidade experimentada por nós. Então, apontamos "Quarto de Despejo" de Carolina Maria de Jesus, que embora tenha sido escrito há mais de sete décadas, infelizmente ainda continua sendo atual aqui no Brasil.

Outro fator é que queríamos que o documentário fosse usado como material pedagógico nas escolas do fundamental ao nível médio do município de Acarape. Ao mesmo tempo, destacarmos a importância da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB[6], em nossas vidas, por oportunizar leituras de intelectuais negras/os. Com isso o papel importante da educação nas nossas vidas, visto que, boa parte de nós viemos ter contato com intelectuais pretas e pretos na

[6] A UNILAB é uma Universidade Pública Federal, criada com base na Lei de nº 12.289/10, com Campus nos Estados do Ceará e Bahia. A referida tem como objetivo ofertar ensino superior e desenvolver pesquisas nas variadas áreas do conhecimento. Ver mais em (Silva, 2018. p.100).

universidade, sendo que a UNILAB, tem destaque neste quesito. Nos nossos tempos escolares nos foi negada a oportunidade de conhecer as produções epistemológicas da população negra, sobretudo de mulheres, assim como afirma SILVA (2021).

Foi desafiador escolher quatro trechos, entre tantos dias contidos em "Quarto de Despejo", ficamos na incumbência de selecionar dois textos cada uma, que seriam lidos e interpretados por nós. Ao Antonio Willame, coube a incumbência de montar e editar o filme, já a elaboração do roteiro e as filmagens foram um trabalho coletivo do início ao fim.

Os equipamentos utilizados para elaboração do filme, foram nossos próprios celulares, que por sua vez estavam com muito tempo de uso, memórias cheias, enfim foi realizado com muita precariedade, assim como as escritas de Carolina que foram realizadas sem as mínimas condições, ainda assim ela escreveu e descreveu o quarto de despejo, lugar este, em que as pessoas são jogadas à própria sorte à margem da sociedade.

3. LUZ, CÂMERA, AÇÃO: GRAVANDO!

Aqui, traremos os textos utilizados no filme, destacando o motivo e local onde foram gravados. Nossa intenção é fazer com que os textos sejam apreciados pelos que desejam conhecer e se aprofundar ainda mais, na grandiosidade escritas da referida autora.

O filme começa com um chamamento "Quem nunca viu, venha ver" trecho da música de São Gonçalo[7] do Quilombo Sítio Veiga em Quixadá - Ceará, apresenta a metodologia usada na produção do filme, as atrizes e os objetivos que pretendemos com o mesmo.

[7] A dança de São Gonçalo é presença viva e atuante no Quilombo Veiga , há mais de um século. Ver mais em (Silva. 2021. p.130).

A primeira cena, intitulada por nós no roteiro como "Ela fala o preço causado pela desigualdade na vida de sua família" e encenada por Ana Eugenia foi gravada no Centro de Acarape, onde o lixo é jogado a céu aberto, ao lado passa o esgoto que também corre por dentro da cidade, atravessando ruas e bairros. Foi neste lixão que encontramos o sapato para representar a cena em que Carolina Maria de Jesus, presenteia a filha Vera Eunice no seu aniversário. Também ressalta a alta nos preços dos alimentos e as dificuldades de pôr comida na mesa, como mostra a seguir:

> Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar. Eu não tinha um tostão para comprar pão. Então eu lavei três litros e troquei como Arnaldo. Ele ficou com os litros e deu-me pão. Fui receber o dinheiro do papel. Recebi 65 cruzeiros. Comprei 20 quilos de carne. 1 quilo de toucinho e 1 kilo de açúcar e seis cruzeiros de queijo. E o dinheiro acabou-se (JESUS.1960-2020. p.19).

A realidade apresentada acima pela autora, é um retrato vivo de muitos lares, ao longo do tempo da história no Brasil, mas sobretudo nos últimos (des)governos (2016 a 2022) de golpe e pós golpe, onde a qualidade de vida sofreu um grande ataque. Diversas políticas públicas foram drasticamente afetadas/destruídas no âmbito da saúde, educação, saneamento básico, meio ambiente e políticas de convivência com o semiárido.

A cena continua com o relato de cansaço que está sempre presente no decorrer do Diário, assim como a espera de um certo alguém que não apareceu. Nessa primeira parte, a casa de Ana Eugenia já aparece, afinal gravamos boa parte do filme em sua residência.

O dia 16 de junho de 1955, segunda cena, leva o titulo de "Relaciona o racismo vivido por sua pele negra e questiona a branquitude" nele Carolina

aborda diversas questões tais como: uso de ervas como mecanismo de cura; de ser uma produtora cultural; destaca a importância da beleza negra, do ser negro, de seu cabelo crespo; mas também evidencia a violência do racismo, que ela faz questão de destacar e denunciar como veremos a seguir:

> [...] Dei-lhe uma lavagem de alho e um chá de ortelã. Eu zombei do remédio da mulher, mas fui obrigada a dar-lhe porque atualmente a gente se arranja como pode. Devido ao custo de vida, temos que voltar ao primitivismo. Lavar nas tinas, cozinhar com lenha.[...] Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: - É pena você ser preta. Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico.[...]Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta[...],(JESUS.1960-2020, p.64-65).

No trecho supracitado, mais uma vez a autora realça suas escrevivências para destacar a beleza, saberes, fazeres do povo negro, assim também como as diversas violências ao qual foram submetidas nos espaços em que circulava na luta pela sobrevivência.

Desde de criança somos ensinadas a odiar nossos traços étnicos, mas Carolina não deixa se abalar e afirmar seu orgulho por ser uma mulher negra. Destacamos e desejamos ainda, que o filme "Facetas de um Brasil desigual" seja uma contribuição na aplicação e fortalecimento da lei de nº 10.639/2003[8] nas escolas públicas e privadas, para o enfrentamento e superação do racismo, por apresentar uma imagem positiva sobre a identidade negra.

E o filme segue para a terceira cena no dia 03 de agosto de 1958, agora encenada por Geyse Anne com o título "A inquietude das panelas vazias: o desejo de comida na mesa faz Carolina salivar gotas de fome".

[8] Lei que torna obrigatório o Ensino de História e Cultura afro-brasileira, nas disciplinas que fazem parte das grades curriculares nas escolas públicas e privadas do fundamental ao ensino médio.

> Fui na dona Nenê. Ela estava na cosinha. Que espetaculo maravilhoso! Ela estava fazendo frango, carne e macarronada. Ia ralar meio queijo para por na macarronada!
> Ela deu-me polenta com frango. E já faz uns 10 anos que eu não sei o que é isto.
> ...Na casa de dona Nenê o cheiro de comida era tão agradável que as lágrimas emanava-se dos meus olhos, que eu fiquei com dó dos meus filhos. Eles haviam de gostar daqueles quitutes. (JESUS.1960-2020. p.98).

O conjunto das cenas tem fogão, panelas e comida nos pratos sendo colocadas, algo que de fato estava acontecendo na casa de Ana Eugenia, pois é um espaço que recebe muitas pessoas no decorrer da sua dinâmica. E no momento da gravação, o almoço estava sendo feito.

A fome e a insegurança alimentar estão presentes no cotidiano de muitas famílias negras no Brasil e naquele momento, isso era realidade nas casas de diversos estudantes da UNILAB devido ao não funcionamento do restaurante universitário nas cidades de Redenção, Acarape (CE) e São Francisco do Conde (BA). O que temos é a solidariedade e a partilha de alimentos entre os vizinhos/irmãos dessas localidades. Mas a fome é cruel.

Na sequência, Carolina, sempre atenta aos acontecimentos da favela, questiona a presença de um político que estava andando pelas vielas da favela Canindé fazendo campanha.

> [...] A cunhada do Coca-cola disse-me: - Este é nosso deputado Dr. Contrini.
> Quando ela disse deputado federal pensei: é época de eleições, porisso é que eles está tão amável. [...]O senhor Contrini veio nos dizer que é candidato nas eleições. Nós da favela não somos favorecidos pelo senhor. Não te conhecemos. (JESUS.1960-2020. p.99).

Mais uma vez, fica nítido o pensamento crítico de Carolina ao afirmar que a favela não é favorecida por aquele político, pois entra ano e sai ano, a vida dos favelados continuam a mesma enquanto dos políticos só melhoram.

Durante a pandemia da COVD 19, passamos por um processo eleitoral, onde elegemos prefeituras e câmaras municipais, e o que pudemos perceber, foi a continuidade dessa história que Carolina apontou em seus escritos.

Logo em seguida, entramos na quarta cena do filme "É publicada a primeira entrevista de Carolina de Jesus na revista O Cruzeiro" nos dias 10 e 11 de junho de 1959 que ilustra a ansiedade da espera, a alegria de se ver e saber que será conhecida pelo seu Diário.

> Tinha 13 cruzeiros. Faltava 2. O senhor Luis emprestou-me. E o João foi buscar. O meu coração ficou oscilando igual as molas de um relógio. O que seria que eles escreveram a meu respeito?.Quando João voltou com a revista, li- Retrato da favela o Diário da Carolina. Li o artigo e sorri. Pensei no reporter e pretendo agradecê-lo [...]. [...] Quando circulava pelas ruas o povo abordava-me para dizer que havia me visto no O Cruzeiro.(Jesus.1960-2020.p,158-159).

Enfim o reconhecimento esperado por Carolina Maria de Jesus aconteceu, ela estava no jornal, agora todos saberiam o que tanto ela escrevia nas folhas e cadernos encontrados no meio da rua. A alegria dela é contagiante, afinal, nós enquanto estudantes e pesquisadoras negras sabemos das dificuldades de escrever artigos, publicar, mas principalmente, a nossa escrita ganhar reconhecimento, a exemplo, o mundo acadêmico, lugar este que invisibiliza nossas produções insurgentes.

A continuidade dessa cena foi gravada no trilho perto do lixão de Acarape, entre os matos sempre nascem flores, assim como na vida das Carolinas. Pela narração sabemos que naquele momento, Carolina Maria de Jesus, estava no escritório de um jornal comendo bife, batata com salada, vivenciando o que sempre sonhou, comida no prato e dignidade. Ela escreve: "Estou numa sala bonita, a realidade é muito mais bonita do que o sonho" (1960).

Para finalizar os relatos do Diário no filme, as autoras caminham pelo lixão e a voz de Ana Eugenia entoando a biografia de Carolina Maria de Jesus. A cena muda de lugar e estamos no letreiro em uma das entradas urbanas de Acarape com a seguinte locução ao fundo “Percebemos e denunciamos com profunda tristeza e indignação que mais 70 anos depois de ter sido escrito Quarto de Despejo: Diário de uma favelada, jamais perdeu sua atualidade”.

4. DE ACARAPE PARA O MUNDO

Ao produzir o filme "Carolina Maria de Jesus: facetas de um Brasil desigual” trazendo as trilhas, cenas e cenários de forma escrita, neste trabalho, estamos também apontando caminhos de enfrentamento e superação às diversas formas de violências ao qual o sistema racista tenta nos enquadrar.

Para Lélia Gonzalez,

> [...] o racismo como uma construção ideologica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial. Enquanto discurso de exclusão que é, ele tem sido perpetuado e reinterpretado de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam (GONZALEZ, 1979-2020. pág 55).

Desse modo, é perceptivel os processos de discriminação que Carolina de Jesus passou e as consequencias que teve em sua vida. As realidades apresentadas acerca do livro Quarto de Despejo, dialogam não só com a realidade vivida por nós no auge da pandemia da COVID 19, mas também em todas as fases da vida de uma pessoa negra.

A negação de direitos básicos como trabalho digno e a segurança alimentar faz parte das nossas lembranças quando crianças e adultas. O pé na lama devido a ausência de saneamento básico, os períodos de tristeza

que nossas mães apresentavam de tempos em tempos, marcam nossa memória.

Esse é o retrato do Brasil, onde pobreza, raça e gênero andam lado a lado, formando um grande contingente de pessoas na miséria e sem igualdade de oportunidades. Essa realidade, se aprofundou devido aos desmontes das políticas públicas nos últimos desgovernos (2016-2022). Para nós estudantes cotistas, conseguimos perceber que a lógica de um Estado mínimo só contribui para o aceleramento das desigualdades sociais e raciais em um país continental como nosso, o Brasil.

Carolina Maria de Jesus aponta que "O Brasil precisa ser governado por quem já passou fome. A fome também é professora". Aqui entendemos que Carolina apresenta nos seus escritos as diversas fomes que ela passou, principalmente a fome de justiça social e racial.

Portanto, destacar a obra de Carolina Maria de Jesus é também falar de nós mulheres negras, enquanto estudantes do ensino superior, que foi e continua sendo um desafio para romper com o latifúndio do saber. Por fim, nosso papel enquanto produtoras e intelectuais negras é encorajar a todes a ocupar os diversos espaços de poder, seja na educação, cultura, produção de saberes e políticas públicas, para denunciar as diversas violências às quais somos submetidas diariamente, mas principalmente construir o Bem-Viver tão necessário e sonhado pela mulheres negras no mundo.

Não nos calarão!

5. REFERÊNCIAS

EVARISTO, Conceição, 1946 - **Becos da Memória**/Conceição Evaristo. - 3.ed. - Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaio, intervenções e diálogos/ organização Flávia Reis e Marcia Lima. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. 1 ª, ed. - 2020. São Paulo: Àfrica

SILVA, Ana Maria Eugenio Silva da**. As quilombolas do Sítio Veiga e a dança de São Gonçalo em Quixadá-Ce.** (Dissertação de mestrado). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. Acarape, 2021.

SILVA, Geyse A. S.; COSTA, J. S. . **Se sou, preciso dizer por que sou:** a trajetória de uma mulher preta, militante e cotista. Revista ABPN, v. 13, p. www.abpnrevista, 2021.

EXPERIÊNCIA FORMATIVA COM PROFESSORES(AS) E GESTORES(AS): FORTALECENDO O PERTENCIMENTO AFRO A PARTIR DOS MARCADORES DAS AFRICANIDADES

Cláudia de Oliveira da Silva[1]
Ana Paula dos Santos[2]

RESUMO

Este artigo aborda experiências formativas com professores(as) e gestores(as) do Ensino Fundamental em municípios do Ceará, numa perspectiva pretagógica. Há alguns anos tem sido desenvolvido ações de fortalecimento do pertencimento afro a partir dos referenciais da Pretagogia. Os marcadores das africanidades são abordagens desse referencial teórico metodológico, que proporcionam aos participantes uma imersão em sua própria história, por meio da busca da memória que identifique as próprias africanidades. Uma vez que identificamos os nossos marcadores, podemos criar a árvore dos afrossabres, sendo esta, mais uma possibilidade pedagógica de trilhar o caminho de volta, como propõe o sankofa, em busca de nos fortalecermos na história dos(as) nossos(as) antepassados(as). Acreditamos na importância dos(as) sujeitos(as) se envolverem através dos seus sentimentos, memórias, saberes e fazeres afro, presente nas próprias vivências. Trago a árvore dos meus afrossaberes como referência para refletir os posicionamentos dos(as) participantes das oficinas afrorreferenciadas, desenvolvidas no município de Caucaia e Guaiuba. É indispensável alguns questionamentos relacionados à negação da implementação da Educação para as Relações Étnico Raciais nos currículos escolares, bem como, o desconhecimento ou a resistência dos(as) profissionais que lidam diretamente com os(as) estudantes, em pautar como prioridade as temáticas das africanidades. Portanto, para dialogar conosco

[1] Filha do chão do quilombo da Serra do Juá – Caucaia – Ceará. Pedagoga, Mestra e Doutoranda em Educação – Universidade Federal do Ceará – UFC. Membro do Núcleo das Africanidades Cearenses – NACE. claudia.quilombola13@gmail.com
[2] Pedagoga. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Paulacrato99@gmail.com

nessa reflexão, convidamos Petit (2015), Cunha Junior (2019), Alves e Silva (2018), entre outros(as) que nos ajudam a compreender as indagações iniciais. Sabemos do desafio que é para todos (as), investir na descolonização do pensamento e principalmente quando se refere às práticas educativas nas escolas da Educação Básica.

Palavras-chave: marcadores das africanidades – afrossaberes – formação de professores(as)

> Minha herança, são meus pertencimentos, minha ancestralidade, ainda subjugada, mas em mim sobrevivente, por minha consciência negra, sou resiliente.
>
> **Eli Odara Theodoro**

1. INTRODUÇÃO

Desconstruir a escola de pensamentos coloniais e racistas não é uma tarefa das mais fáceis, uma vez que esse tipo de postura, ainda é recorrente no currículo da Educação Básica. É essencial promover ações pedagógicas que fortaleçam o senso de pertencimento das crianças e jovens, em especial professores(as) e gestores(as), públicos envolvidos nessa experiência formativa que fundamenta o relato aqui apresentado no artigo.

A Lei 10.639/03 institui que a história e cultura africana e afro-brasileira sejam tratadas em todo o currículo da Educação Básica e a formação de professores(as) e gestores(as) ao longo desses quase vinte anos de promulgação da lei, tem sido um desafio.

Nesse sentido, temos trabalhado no âmbito de pedagogias negras que têm a possibilidade de fortalecer o pertencimento e a identidade de professores(as) e gestores(as) a partir de referências pretagógicas que revisitam suas memórias, saberes, fazeres e sentimentos, construindo o que chamamos de árvore dos afros saberes que permite aos participantes revisitaram suas ancestralidades.

A Pretagogia faz parte do arcabouço das pedagogias negras, em que são processos amplos educativos que busca por novos modos de aprender, conhecer e ser, que implica no direito às diferenças, à justiça e segurança,

em que cria estratégias para a construção de novos modos de viver, se construindo a partir de laços comunitários para a construção de nossas humanidades (SOTERO, PEREIRA, SANTOS, 2021).

Dessa forma,

> A Pretagogia também é uma Pedagogia que nasce do entrelaçar de raízes-saberes teóricas metodologias de muitos colaboradores e colaboradoras. Mas foi apenas pela ocasião do I Curso de Especialização em História e Cultura Africana e dos Afrodescendentes, voltado à formação de Professores de Quilombos no Ceará, um curso de especialização realizado pelo NACE, que esses mestres griot reúnem suas experiências, ou suas raízes-saberes. O artigo Pret@gogia: referencial teórico-metodológico para o ensino da história e cultura africana e dos afrodescendentes, reúne essas influências em torno da pretagogia e foi escrito por Sandra Haydèe Petit e Geranilde Costa e Silva (2011), principais organizadoras do curso de especialização. Essa abordagem, que foi criada por uma comunidade inteira de aprendentes de griot, no sentido dado pela didática afrocentrada (MEIJER, 2019, p. 602).

Assim, o artigo está fundamentado no referencial teórico metodológico da pretagogia, na abordagem da pesquisa qualitativa em que no âmbito da pesquisa - ação foi utilizada a partir da construção da árvore dos afrossaberes a interferência pedagógica com um grupo de professores(as) e gestores(as) de escolas municipais de Caucaia e Guaiúba no Estado do Ceará.

2. PRETAGOGIA E OS MARCADORES DAS AFRICANIDADES: CONSTRUINDO OUTROS OLHARES A PARTIR DA PRÓPRIA ANCESTRALIDADE

A Pretagogia é um referencial teórico-metodológico com abordagem afrorreferenciada para formação de professores(as), alimentando-se de

saberes conceitos e conhecimentos de matriz africana, amparado em um modo particular de ser e de estar no mundo (PETIT, 2015, p 120).

Consideramos importante destacar a Pretagogia, porque ela nos oferece princípios filosóficos, metodológicos e conceituais, capazes de facilitar a imersão na nossa própria história. Os ensinamentos da Pretagogia partem do princípio do auto-reconhecer-se afrodescendente, afirmando a raiz africana na nossa formação pessoal. O princípio da ancestralidade nos direciona ao reconhecimento da nossa linhagem familiar, numa valorização de referências históricas e de saberes ancestrais, como legado de nossos antepassados(as), construindo assim, o sentimento de pertença para o fortalecimento da identidade étnica.

A religiosidade de matriz africana, na visão pretagógica, é um princípio fundamental, entrelaçada em todas as dimensões do conhecimento, gerando uma forma de pensar, de estar e de agir no mundo, perpassada pela fé inquebrável (PETIT, 2015, p. 122).

O princípio da sacralidade faz a ligação entre nós e natureza nos tornando partes de um todo que é o cosmo. O corpo é fonte primeira de conhecimento e produtor de saberes, elemento sagrado, altar espiritual (PETIT, 2015, p 122). A Pretagogia também apresenta a tradição oral como conhecimento que perpassa as vivências, oralidades e outras formas de manifestações sócio/históricas e culturais.

A circularidade é entendida na Pretagogia como um canal de interconectividade entre os seres, os tempos e as coisas e o território trazem a noção de tempo-espaço socialmente construído e perpassado pela história de várias gerações (PETIT, 2015, p 123).

Todos esses princípios dão robustez às inúmeras possibilidades de abordagem das africanidades junto aos professores(as) e gestores(as) das

escolas. Em algumas de nossas experiências desenvolvemos ações pedagógicas a partir dos marcadores das africanidades, que foram classificados pela pretagogia. É uma relação de trinta marcadores que norteiam as nossas vivências e memórias em busca das nossas próprias africanidades. Intelectuais como Mãe Stella de Oxóssi, já dizia que para trabalhar com as africanidades é preciso iniciarmos da "porteira de dentro", ou seja, descobrir antes nossas próprias africanidades para maior aproximação histórica e cultural com a temática. O ideograma Sankofa também reforça a importância de voltarmos ao passado e pegarmos o que ficou atrás para construirmos o futuro que almejamos.

Os marcadores das africanidades embebidos desses conhecimentos e filosofias, nos ajudam nessa busca, e assim, podemos identificar sete marcadores em uma contagem da nossa idade cronológica de sete em sete anos. Essas lembranças são formas de reviver a nossa história e dos(as) nossos(as) antepassados(as) para fortalecer nosso próprio pertencimento.

Os resultados das nossas lembranças/vivências são organizados em um dispositivo pretagógico, chamado árvore dos afrossaberes, que é um produto didático de conceituação ampla e inacabada. Assim, temos condições substanciais para abordar pedagogicamente junto a outras pessoas, sejam profissionais ou estudantes e encorajá-los(as) em busca de suas próprias raízes.

Eu, Cláudia de Oliveira, fiz pela segunda vez a minha árvore dos afrossaberes e percebi que a cada vez que revisito as minhas memórias, tenho algo importante a descobrir. É uma viagem por vezes turbulenta, outras vezes saudosa, ou até inspiradora, mas o importante é que tudo que consigo colher, serve de apoio, amparo aos conflitos interiores e fortalece o pertencimento, num (re)encontro comigo mesma. Esse processo de

descobertas ou aceitação, também passa pelo aumento do autoconhecimento e da identificação de quem realmente sou, a partir da minha ancestralidade.

3. FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E GESTORES(AS) NA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

Ao discutirmos sobre a formação de professores(as) e gestores(as) para a Educação das Relações Étnico-raciais, é necessário entender como o racismo se estrutura no cotidiano da escola.

O movimento negro ao longo da história, referente a luta da população no Brasil conquistou várias pautas, entre elas a educação afroreferenciada a partir da Lei 10.639/03 em que os currículos escolares têm a possibilidade de tratar a história a partir de outros pontos de vista, que contemple de forma positiva as constribuições do povo negro para a construção do Brasil.

Embora, essa conquista signifique um avanço para todo o sistema escolar, as práticas pedagógicas, ainda se dão por processos colonizantes de um currículo eurocêntrico. No atual momento, as questões culturais, raciais, de gênero e da pessoa com deficiência não podem ser ignoradas pelos educadores(as) e gestores(as), sob o risco de que a escola se distancie cada vez mais do universo simbólico das crianças e jovens de hoje, assim como de todo o conjunto social (CANDAU, 2013).

A escola muitas das vezes, e com isso o seu conjunto de atores, para não parecer racista, tem feito a escolha da folclorização das relações étnico-raciais, pois esta temática acaba sendo trabalhada próximo ao dia da consciência negra em novembro, ou seja, calendariza a experiência negra no Brasil, assim como sua história.

Aliás, essa forma de pensar as contribuições da população negra muitas vezes encontra com os discursos de professores(as) e gestores(as) de que pouco conhecem a história negra de forma aprofundada, uma vez que a narrativa é sempre o processo de escravização, alegam nas suas narrativas que não há uma formação adequada inicial e continuada que dê conta de um trabalho pedagógico melhor elaborado.

Na verdade, muitos comportamentos e posturas alheias à temática encontram coro no racismo sistêmico em que as instituições de ensino, ainda conduzem as suas práticas. Ao contrário disso,

> Ensinar é um ato teatral. E é esse aspecto do nosso trabalho que proporciona espaço para mudanças, a invenção e as alterações espontâneas que podem atuar como catalisadoras para evidenciar os aspectos únicos de cada turma. Para abraçar o aspecto teatral do ensino, temos de interagir com a "plateia", de pensar na questão da reciprocidade. Os professores não são atores no sentido tradicional do termo, pois nosso trabalho não é um espetáculo. Por outro lado, esse trabalho deve ser um catalisador que conclama todos os presentes a se engajar cada vez mais, a se tornar partes vivas no aprendizado (HOOKS, 2017. p.21).

Neste sentido, a prática das escolas precisa ser desconstruída e reconstruída a partir de pedagogias antirracistas com todo potencial da cultura e simbologia negra e suas tradições de ensinar, assim como é o movimento negro, um grupo ensinante de pedagogias negras antirracistas. Descolonizar a escola e com isso africaniza-la a partir de práticas pretagógicas.

4. EXPERIÊNCIA FORMATIVA COM PROFESSORES(AS) E GESTORES(AS) DE CAUCAIA E GUAIÚBA/CE.

A luta por uma educação antirracista perpassa por inúmeras ações afirmativas, desde a formação de professores(as) e gestores(as),

reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos, materiais didáticos específicos, reformulação das propostas curriculares, entre tantas outras ações que contribuem para a implementação da Educação para as Relações Étnico Raciais - ERER, fundamentada pela Lei 10.639/03.

Temos ciência de que muito tem sido feito, mas que muito ainda temos que fazer. Isso nos faz refletir em como encontrar o fio da meada para que tenhamos de fato profissionais da educação abertos(as) ao diálogo, tendo em vista que encontramos facilmente resistência à participação de formações voltadas às africanidades.

Compreendemos essa situação como falta de conhecimento sobre sua própria história, pois é provável que quando desenvolver a árvore de seus afrossaberes encontrarão elementos afrorreferenciados, seja na cultura, modos de fazer, tecnologias ancestrais, costumes e práticas comunitárias, tradições orais, linhagem familiar, comidas ou modos de viver. Quando encontramos coragem para desbravar nossos medos e preconceitos, encontramos a libertação das verdades cristalizadas que a colonização nos impôs.

A partir dessas descobertas através dos marcadores das africanidades e da construção da árvore dos afrossaberes, apresentamos de forma objetiva duas experiências em municípios cearenses. Primeiro falamos de Caucaia/CE, um município que desenvolveu entre os anos de 2014 a 2020, um leque de ações afirmativas da ERER e Educação Escolar Quilombola. Dentre todas as ações, escolhemos a formação de professores(as) do projeto Conhecendo Nossa História: da África ao Brasil, uma parceria da Secretaria Municipal de Educação com a Fundação Cultural Palmares[3] (2018-2019).

[3] Mais informações disponíveis em: https://www.palmares.gov.br/?page_id=52771

Realizamos em colaboração com professores(as)/pesquisadores(as), parceiros(as) que ajudaram a desenvolver as temáticas de forma qualificada, utilizando-se de metodologias pretagógicas tendo os marcadores das africanidades como pano de fundo para a realização das ações pedagógicas e da construção de conhecimento.

Os(as) participantes que estiveram pela primeira vez, sentiam-se impactados(as) nas formas de trabalho apresentadas, tendo em vista que as formações pelas quais participavam, além de não tratar sobre a temática das africanidades, eram momentos estáticos, expositivos e conteudistas. Quando foram convidados(as) a falar de si, a partir de elementos afrorreferenciados e buscar seus marcadores foi no mínimo inacreditável. Sentar no chão, compartilhar alimento como faziam nossos(as) antepassados(as), observar fotos de ações da vida cotidiana e ouvir músicas com letra reflexiva, foram algumas das atividades desenvolvidas, que no início geraram estranhamento.

Houve resistência a princípio, pois muitos(as) relacionavam essas ações como atos deslocados dos padrões formativos e nem todos(as) aderiram de imediato, mas os(as) que se envolveram, se emocionaram, sentiram cheiros, falaram de si e de suas memórias coletivas, transformando esses conceitos prévios.

Em poucos encontros, percebemos pessoas destravando seus corpos e memórias, expressando a sensação de autoconfiança e liberdade para falar de si e conhecer mais sobre sua linhagem familiar. Segundo Kouyaté

> A coisa mais difícil é o conhecimento de si próprio. Nós achamos que nos conhecemos, mas a gente não se conhece. A gente se conhece muito pouco. Poderíamos a cada dia nos revelarmos um pouco a nós mesmos. Na África, dizemos que quando vemos uma

> pessoa, nela há a pessoa da pessoa. E para encontrar estas outras pessoas que nos enriquecem, que nos revelam a nós mesmos, temos que ir de encontro aos outros. Dizemos que se você vir outro, não tenha medo de olhá-lo nos olhos. Com tranquilidade, confiança, você acabará se vendo nos olhos dele. E você vai compreender que o que o aproxima é muito maior do que aquilo que o separa. Toda confusão, toda rejeição é fruto do desconhecimento do outro. (Kouyaté, *apud* Bernat, 2013, pág. 228-229)

Esses momentos transformaram vidas, abriram mentes ao diálogo e promoveram a valorização da própria história e de seus antepassados(as). Cada participante tornou-se um(a) multiplicador(a) em sua escola, enfrentou desafios com outros(as) colegas, mas conseguiu mobilizar suas instituições e elaborar projetos anuais que tratam das africanidades em todos os componentes curriculares. O que tornou tudo isso mais especial, foi o memorial criado por cada um(a), registrando suas emoções, sentimentos, aprendizagens, descobertas e conquistas. Plantamos sementes, que com certeza continuam germinando onde quer que estejam.

No município de Guaiúba/CE participamos em 2022 de uma experiência com professores(as), sendo parte do projeto Café com Humanas da Secretaria Municipal de Educação, sob organização do professor Anderson Guedes.

O convite para participar da roda de conversa inicial nos alegrou, pois é sempre motivador poder falar de nossas experiências para pessoas que se tornarão multiplicadoras da educação antirracista. Utilizamos os marcadores das africanidades como abordagem da temática educação escolar quilombola e o despertar da negritude. Essa metodologia pretagógica leva em consideração os conceitos prévios e os pontos de vista dos(as) participantes, até aqueles, contrários à obrigatoriedade da Lei 10.639/03, complementada pela Lei 11.645/08.

Compreendemos que essa postura faz parte do currículo colonizador que ainda temos nas escolas e universidades e consequentemente, da não valorização do ensino da História e Cultura afro-brasileira nas formações iniciais dos(as) profissionais da educação. Portanto, mais do que necessário, faz-se urgente que todo o processo educativo/formativo contemple a história e cultura afro-brasileira e indígena de modo, que negar esses conhecimentos é negar a nós mesmos(as).

Quando os(as) profissionais da educação não se envolvem com a temática das africanidades em todos os componentes curriculares, a educação não cumpre seu papel de formar cidadãos(ãs). Precisamos encontrar meios de construirmos juntos(as), outros olhares e práticas pedagógicas adequadas, que tratem positivamente as questões raciais na escola, onde o próprio(a) educador(a) se reconheça nas ações. Para combater o racismo é preciso identificá-lo e enquanto os profissionais da educação atuarem como algo a parte da sua própria vida, fica ainda mais difícil alcançarmos os objetivos de uma educação emancipatória.

Assim, a experiência com os marcadores das africanidades no município de Guaiúba/CE, nos mostrou inúmeras possibilidades de construção de um currículo que permite alterar significativamente a compreensão sobre nossas raízes e pertencimento etnicorracial negro afrodiaspórico (MASULLO; PETIT 2016).

Iniciamos com o painel da árvore dos afrossaberes representado pelo baobá que rendeu muitas informações e em seguida apresentei a minha história de vida, através de um conto, onde os ouvintes puderam identificar marcadores das africanidades que tinham relação com suas próprias vivências.

Após a realização do trabalho de forma dinâmica, com música, reflexão e corporeidade, os(as) professores(as) manifestaram o interesse em levar seus alunos(as) a perceberem-se enquanto afrodescendentes, pois consideram importante conhecer a história da população negra e suas influências no nosso cotidiano. Reconheceram também, a importância de inserir intelectuais negros(as) no currículo escolar, enquanto lamentaram a não identificação de personalidades da literatura negra, proporcionalmente aos autores brancos(as) que estão consolidados(as) nas leituras e atividades educacionais.

Ressaltaram a importância dos valores repassados por gerações anteriores e a necessidade de cuidarmos das nossas raízes para não nos perdermos na tessitura de quem nós somos. Assim construímos a árvore dos afrossaberes coletiva como dispositivo criativo e estimulador de práticas pedagógicas significativas e antirracistas.

Figura 01. Roda de conversa com professores(as) de Guaiúba/CE
Fotos: Cláudia Quilombola - 2022

Figura 02. Árvore dos afrossaberes coletiva
Fotos: Cláudia Quilombola - 2022.

5. ALGUMAS PALAVRAS CONCLUSIVAS

As ações educativas/formativas aqui apresentadas, é apenas um recorte de tantas outras que aconteceram e acontecem no cotidiano das instituições de ensino, mas o que destacamos é a maneira de abordagem e a continuidade no dia-a-dia das escolas.

Apesar, de sabermos que há profissionais da educação, que acreditam, não ser seu papel, refletir sobre as africanidades, principalmente quando não ministram componentes das ciências ditas exatas. Através de formações onde os(as) professores(as) têm a oportunidade de ser voz de manifestação de seus sentimentos, memórias e conhecimentos, pode haver a revisão de conceitos eurocêntricos consolidados.

A Pretagogia e os marcadores das africanidades, possibilitam de forma protagonista, o retorno às nossas próprias memórias para nos entendermos com nossas histórias individuais e coletivas, a partir do reconhecimento afrodescendente. A árvore dos afrossaberes é um dispositivo que permite a dinamicidade dos saberes e fazeres ancestrais,

tornando-se um produto didático efetivo e potencializador dos conhecimentos.

Por isso, acreditamos na potencialidade que as ações educativas antirracistas promovem na vida das pessoas. Quando estas atingem os conhecimentos práticos dos(as) educandos(as), há um aumento significativo nos índices de aprendizagens e de envolvimento, pois potencializa as experiencias em comunidade em que os valores coletivos são importantes no fortalecimento da identidade.

As pessoas aprendem melhor quando se sentem representadas e valorizadas em sua maneira de ser coletiva e histórica, portanto, o trabalho aqui apresentado fortalece o sentido das coletividades, valor civilizatório fundamental para se pensar uma educação antirracista.

6. REFERÊNCIAS

BERNAT, Isaac. **Encontros com o griot Sotigui Kouyaté**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. (Orgs) CANDAU, Vera Maria. Moreira, Antônio Flávio. **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. 2 ed- São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

MASULLO, Alessandra Sávia da Costa; PETIT, Sandra Haydée. **Produção de saberes e marcadores ds africanidades:** a pretagogia e a brincadeira do coco das mulheres da batateira. *In,* OLIVEIRA, Alexsandra Flávia Bezerra; NUNES, Cícera, JUNIOR, Henrique Cunha; DOMINGOS, Reginaldo Ferreira. (Orgs) Artefatos da cultura Negra - educação afropensada: repensar o currículo e construir alternativas de combate ao racismo. Vol IV. Curitiba: CRV, 2016.

MEIJER, Rebeca de Alcântara e Silva. A formação docente afrocentrada da unilab: o saber docente ancestral no ensino de didática nos países da integração. **Revista Debates em Educação** | Maceió | Vol. 11 | Nº. 23 | Jan./Abr. | 2019. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/6217 . Acesso em: 23/10/2022.

PETIT, Sandra Haydée. **Pretagogia:** pertencimento, corpo-dança afroancestral e tradição oral: contribuições do legado africano para a implementação da Lei 10.639/03. Fortaleza: EdUECE, 2015.

SOTERO, Edilza Correia; PEREIRA, Ilaina Damasceno; SANTOS, Sônia Beatriz dos, Pedagogias negras: o antirracismo, o bem viver e a corporeidade. **Revista inter-ação, Goiânia,** v.46, n.3, p. 1314-1329, set./dez. 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5216/ia.v46i3.70669. Acesso em: 23/10/2022.

‘EXÚS, A SAPUCAÍ É VOSSA!’: O CARNAVAL CARIOCA COMO PONTO DE PARTIDA PARA A DEFESA DA FÉ AFROBRASILEIRA

Thalles Henrique Rodrigues de Assis [1]
Diana Melissa Ferreira Alves Diniz[2]

RESUMO

O presente trabalho encaixa-se na temática Artes Africanas e Afro-Diaspóricas, analisando a intolerância religiosa a partir das apresentações das escolas de samba do Rio de Janeiro de modo a entender como essas agremiações possibilitam discussões sociais em defesa dos direitos fundamentais do cidadão como a liberdade religiosa no Brasil. Destaca-se a importância das produções culturais para discutirem questões contemporâneas, a partir da premissa de que as escolas de samba podem ser protagonistas de discussões sociais para uma premissa menor de que há uma relação entre a defesa da liberdade religiosa e os desfiles da Grande Rio nos anos de 2020 e 2022. Para isso, recorre-se à pesquisa de autores que investigam a temática no currículo para pontuar a importância científica nessa temática em virtude do quantitativo alarmante no Brasil, possuindo como objeto de estudo o carnaval carioca principiando essas discussões pela defesa da fé afro-brasileira, buscando os determinantes da intolerância em um país que a liberdade religiosa é garantia constitucional. Conclui-se, portanto, que as escolas de samba, por pertencerem a comunidades e grupos vulneráveis, possuem uma função social de discutir problemáticas que não cumprem os direitos fundamentais do cidadão, como a liberdade religiosa.

Palavras-chave: Carnaval carioca; Fé afro-brasileira; Liberdade religiosa.

---

[1] Técnico em Finanças pela SEDUC/CE. Acadêmico de Direito pela URCA e de Publicidade e Propaganda pela UNINASSAU.
thallesrodriguesfcg@gmail.com
[2] Professora de Direito na Universidade Regional do Cariri (URCA) e UNINASSAU. Mestra em Direito, Democracia e Conflitos Socioeconômicos. Especialista em Direito Penal, em Direito Administrativo e em Direito Constitucional.
diana.ferreira@urca.br

1. INTRODUÇÃO

Os desfiles das escolas de samba movimentaram no ano de 2020 cerca de três bilhões de reais e geraram mais de setenta mil vagas de trabalho no estado do Rio de Janeiro (GANDRA, 2020). O carnaval é uma das maiores e mais consagradas festas culturais brasileiras, que movimenta a economia do país e, principalmente, das cidades que abrigam as celebrações artísticas das escolas de samba. Nessas apresentações socioculturais, diversas discussões são incubadas à sociedade abrindo espaço para pessoas e/ou grupos sociais exponham seus pensamentos e ideais, sendo um deles as discussões em oposição as intolerâncias e demonizações religiosas. Tal apontamento pode ser justificado pela construção
social da festa, já que é produzido interior de comunidades periféricas, de maioria negra, pobre e praticantes dessas religiões.

A luta contra o racismo e intolerância religiosa é bastante comum nos carnavais e em suas apresentações. Tais debates políticos ocorrem em virtude do Brasil ser o país que mais registra violência religiosa apesar da sua carta magna enunciar uma liberdade religiosa. Segundo o IBGE (2010), o Brasil possui 2% da população autodeclarada praticante das religiões de matrizes afro-brasileiras, o que corresponde a mais de 1.170.000 pessoas praticantes dessas religiões, enquanto as religiões cristãs correspondem a 81% do quantitativo total.

Era madrugada de sábado para domingo quando a Acadêmicos do Grande Rio arrebatou a Marquês de Sapucaí com um discurso em defesa da fé afro-brasileira, principiado pela imagem de Exú, desmistificando o orixá que é 'a boca que tudo come'. Daqueles que assistiam as apresentações havia a certeza de que o título de campeã do Carnaval Carioca 2022 iria para

a escola de Duque de Caxias. Contudo, embora tenha emocionado os adeptos das religiões que cultuam Exú e aqueles que assistiram à apresentação, a escola sofreu inúmeras críticas e ataques nas redes sociais de grupos e pessoas cristãs que associavam o orixá ao diabo.

As agressões proferidas a Grande Rio não são um fato isolado no cenário brasileiro. Diariamente, vários grupos religiosos são agredidos, diversos terreiros são queimados, cultos afro-religiosos interrompidos e ataques digitais nas redes sociais são registrados. Segundo dados do extinto Ministério dos Direitos Humanos, foi registrado, entre 2015 a 2017, que a cada 15 horas houve um registro de relatos por motivo de intolerância, sendo os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro os que possuem os índices mais elevados.

No país do "chuta que é macumba", torna-se imprescindível o desenvolvimento de pesquisas, sendo notório a necessidade de investigação da problemática, com o intuito de promover mudanças na realidade sociojurídica em todo território nacional. A importância desse trabalho surge em razão da intolerância religiosa alcançar, proporções estarrecedoras na última década. O que pode ser evidenciado tanto pelos números de denúncias em órgãos especializados, como também pelas experiências de pessoas e notícias midiáticas.

Nessa conjectura, urge a importância científica nessa temática em virtude do quantitativo alarmante no Brasil, possuindo como objeto de estudo o carnaval carioca principiando essas discussões sociais pela defesa da fé afro-brasileira, buscando os determinantes da intolerância em um país que a liberdade religiosa é garantia constitucional.

Contudo, apesar de ser minoria quantitativa no que diz respeito aos fiéis, os praticantes das religiões africanas e afro-brasileiras são os que mais

sofrem violências por motivação religiosa. Em uma análise quantitativa realizada pelos canais Globo de notícias, no ano de 2021 houvera 210 denúncias de intolerância religiosa apenas na ouvidoria do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sendo 101 dessas denúncias emanadas por praticantes das religiões de matrizes africanas, e no primeiro semestre de 2022, recebeu 110 denúncias de intolerância religiosa (PAULUZE, 2022). No que concerne a isso, é possibilitado o seguinte questionamento: Como as escolas de samba principiam discussões em defesa da liberdade religiosa, sendo um direito essencial do cidadão?

Esta indagação pode ser refletida sob a seguinte hipótese: As escolas de samba possibilitam discussões em defesa da liberdade religiosa, garantia constitucional do artigo 5° da Carta Magna. O presente trabalho tem o intuito de contribuir com a discussão sobre o tema: "O carnaval carioca como ponto de partida para a defesa da fé afro-brasileira no período de 2020 e 2022", ao realizar a pesquisa a partir de conjugação de fatores individuais e sociais, políticos e culturais.

2. METODOLOGIA

O presente resumo pode ser incluído na área de Direitos Fundamentais do Cidadão. O método de abordagem para o desenvolvimento da pesquisa foi o hipotético-dedutivo, a partir de uma problemática (o Estado garante com eficácia a liberdade religiosa dos cidadãos?) e seguida de uma formulação de uma hipótese (O Estado apresenta falhas na garantia da liberdade religiosa), realizando a partida de uma premissa maior (as escolas de samba como protagonistas de discussões sociais acerca dos direitos fundamentais do cidadão) para uma premissa menor (a relação entre a defesa da liberdade religiosa e os desfiles

da Grande Rio nos anos de 2020 e 2022), visando uma conclusão (as escolas de samba, por pertencerem a comunidades e grupos vulneráveis, possuem uma função social de discutir problemáticas que não cumprem os direitos fundamentais do cidadão, como a liberdade religiosa).

A pesquisa foi realizada por meio dos métodos histórico e observacional. O primeiro, analisou a construção histórica das religiões no Brasil e da cultura carnavalesca e como elas caminham para a defesa da fé afro-brasileira. O segundo método (observacional) a problemática da intolerância religiosa no Brasil e no período pós-carnaval entre os anos de 2019 e 2022.

A pesquisa utilizou o método qualitativo, pois buscou entender por qual motivo as pessoas continuam a praticar atos intolerantes, mesmo havendo leis que punem tais práticas. No que concerne aos objetivos, a pesquisa utilizou do método explicativo, já que tentou explicar como o carnaval abre as discussões sociais para a defesa do povo brasileiro e dos seus direitos e como as pessoas infringem essas garantias constitucionais ao criticarem – e excederem os limites – as apresentações.

Pensando no ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa utilizou do procedimento bibliográfico, documental e estudos de caso. Bibliográficas pois se utilizou de materiais já publicados, principalmente por artigos, livros e monografias. Documental pois se utilizou de documentos que não obtiveram tratamento analítico como matérias jornalísticas e matérias presentes em sites que pertencem aos movimentos culturais e carnavalescos como o site Sinopse do Samba e Apoteose do Samba. E os estudos de caso se deram nas apresentações da escola de samba GRES Grande Rio nos anos de 2020 e 2022 e os comentários dos espectadores após a apresentação.

3. DISCUSSÕES E RESULTADOS

Apesar das inúmeras discordâncias quanto ao local de origem de práticas culturais como o samba e as religiões afro-brasileiras, não há nenhuma divergência na origem das escolas de samba: elas são estabelecidas como uma criação carioca e relacionam-se aos integrantes da base econômica brasileira: os negros e pobres. A prática cultural apresentou uma inovação no quesito artístico porque na época o samba era praticado apenas pela elite e, com o estabelecimento e crescimento genuíno das escolas de samba, tornaram o maior espetáculo do período sendo considerado por muitos como 'a maior festa do mundo'.

A primeira apresentação carnavalesca registrada no Rio de Janeiro ocorreu no ano de 1928, sendo a 'Deixa Falar' a detentora do título de pioneira dessa festa. Apesar da primeira apresentação carnavalesca ter ocorrido em 1928, o primeiro desfile de escola de samba ocorreu no ano de 1932. A disputa ocorreu na Praça Onze com 19 escolas participantes, dando a Mangueira, o título de primeira campeã do carnaval carioca (FERREIRA, 2004).

Entre altos e baixos, crises econômicas e políticas e conturbações sociais, as escolas de samba ainda estão em pleno funcionamento e, aos poucos, tornaram-se o centro das atenções no mês de fevereiro em relação ao carnaval carioca como expressão das manifestações culturais populares. Com o decorrer do tempo, a posição discursiva das escolas fora sendo aprimoradas, conseguindo abranger inúmeras culturas e temáticas, principalmente a cultura negra.

As escolas de samba, fundamentadas em favelas e comunidades por todo o Brasil, levam suas indagações para a avenida por meio da arte e

cultura. Hoje, as escolas de samba dividem-se em cinco divisões de acordo com as classificações, as que erram menos passam a ocupar grupos principais. No grupo especial – ou grupo A – possui hoje 12 escolas de samba que se apresentam em dois dias distintos, sendo: Acadêmicos do Grande Rio, Acadêmicos do Salgueiro, Beija-Flor de Nilópolis, Estação Primeira de Mangueira, Imperatriz Leopoldinense, Império Serrano, Mocidade Independente de Padre Miguel, Paraiso do Tuiuti, Portela, Unidos da Tijuca, Unidos de Vila Isabel e Unidos do Viradouro.

Nos últimos cinco anos, todas as campeãs do carnaval carioca trouxeram discussões sociais para a avenida, sendo elas em 2018 a Beija-Flor de Nilópolis com o enredo "Monstro é aquele que não sabe amar, os filhos abandonados da pátria que os pariu", abordando o abandono da sociedade brasileira ao longo de sua história. Em 2019 a Estação Primeira de Mangueira trouxe o enredo "História para Ninar Gente Grande", apresentando uma leitura crítica acerca de personagens importantes para a história e que são esquecidos pelos livros e pela historiografia. Em 2020 a Unidos do Viradouro, com o enredo "Viradouro de Alma Lavada", apresentou uma saudação a Oxum – um orixá das religiões afro-brasileira –, a partir da história das Ganhadeiras de Itapuã, escravas libertas que no século XIX lavavam roupa à beira da Lagoa do Abaeté e, com o dinheiro recebido, juntavam para libertar outras mulheres escravas. Em 2021, em virtude da pandemia não houve apresentação de escola de samba. E no último ano, a Acadêmicos do Grande Rio levou seu primeiro título em um enredo efervescente, na tentativa de desmistificar a imagem de Exú, que quase sempre é demonizado pelo imaginário cristão – pontuado no terceiro capítulo do trabalho.

Após quase dois anos sem atividades carnavalescas em virtude da

pandemia de COVID-19, as escolas de samba retornaram à Marques de Sapucaí em abril de 2022 com a missão de ampliar os debates sociais, além de produzir cultura e movimentar a economia. Entre os dias 22 e 23 de abril, doze escolas de samba invadiram a Sapucaí, tangenciando discussões sociais no grupo especial. Das 12 escolas de samba, dez abordaram temáticas afro-brasileiras, sendo cinco delas temáticas afros religiosas, inclusive a Acadêmicos do Grande Rio. Além dessas citadas, outras apresentações, que não venceram o carnaval, mas ganharam forma e arrebataram a Marquês de Sapucaí, trouxeram e trazem temáticas semelhantes em defesa do povo brasileiro e dos direitos fundamentais emanados pela constituição.

Desde o período Colonial do Brasil, pode-se perceber um domínio da religião católica com as relações diretas entre religião e o poder político. A Constituição brasileira, que se encontra em vigência, avançou no sentido de garantir a liberdade religiosa para todas as religiões, inclusive as de matrizes africanas, garantindo que ninguém será punido por possuir congruências políticas, religiosas ou filosóficas como em regimentos oficiais anteriores. "Note

se que pela primeira vez na história constitucional, a Carta Magna se compromete a promover o reconhecimento da liberdade religiosa" (BARRETO JUNIOR, 2021, p. 09).

Apesar desse avanço histórico, essas modalidades religiosas, praticadas na sua grande maioria pelo povo preto, continuam sendo vistas com desconfiança pela população cristã, sendo pontuadas como heranças escravistas que considerou inferior tais crenças e ritos passando a associar suas práticas com às ideias de magia e bruxaria.

Nesse aparato sócio-histórico, percebe-se que as religiões de

matrizes africanas sofrem discriminações e preconceitos até os dias atuais, e seus ritos e divindades são demonizados. Apesar da garantia constitucional emanada pelo Estado Democrático de Direito, a prática vivenciada pelos praticantes dessa fé anda em desarmonia com a laicidade estatal.

É nesta Constituição de 1988 que se assegura o direito de liberdade a qualquer culto e/ou religião, ao mesmo tempo em que proíbe em seu art. 19, inciso I, que o Estado estabeleça alianças ou relação de dependência com qualquer culto e que embarace o funcionamento de culto de qualquer natureza. Deste modo, é com o art. 5°, VI, dos direitos e garantias fundamentais, que se consagra a liberdade de crença, a liberdade de culto e de organizações religiosas (CAMPOS; RUBERT, 2014, p. 06).

Esse processo, resultou no aparato que o país se encontra hoje, uma constante perseguição religiosa para com aqueles que não praticam as religiões 'corretas' perante a sociedade. É nessa tentativa de defesa dos praticantes da fé afro-brasileira e na desmistificação dos protagonistas dessa religião que a Acadêmicos da Grande Rio, impulsionada pela desmistificação do orixá Exú, apresentou em 2022 na avenida o enredo "Fala, Majeté! As sete chaves de Exú", apresentando as diversas entoações e espaços que pode ser encontrado e representado o orixá.

Diversas entoações e significados são dados a Exú. O Exú, para a cultura aqui enunciada é o mensageiro dos orixás, o comunicador para com os homens aqui na terra. É o meio termo. Não é bom nem mal. Para os praticantes da religião de matriz africana, é o princípio de tudo, o orixá da comunicação, detentor das festas, artes e do lixo (SILVA, 2017).

Principiado pelo lixo e as narrativas personificadas de Estamira – catadora de lixo de Jardim Gramacho e comunicadora direta de Exú que se

comunicava com ele por um telefone achado no aterro sanitário e saudava ao orixá com a mesura: "Câmbio, Exú. Fala, Majeté!" – Exú abriu os caminhos do Grêmio Recreativo Escola de Samba Grande, sendo aclamada a campeã do povo e, dias depois, a campeã do julgamento técnico.

A proposta do desfile foi desmistificar a imagem que as pessoas possuem de Exú, já que sempre o associam a figura do diabo no imaginário cristão, apresentando as diversas entonações e espaços que podem ser encontrados o Orixá. O guardião dos orixás foi representado no desfile em diversas congruências, sendo:

> O princípio de tudo, o que abre os caminhos. Exu que se fez caboclo, chão de terreiro, fora da casa, o de proezas tantas, pelejas, adivinhação, histórias fragmentadas. O primeiro gole é dele! É potência e gingado, ponto riscado na carne, palco das festas da gente. O que brinca o Carnaval em transe, Exu de tinta e de sangue: é dose, tudo come, tudo sabe, tudo viu. Exu que não é o diabo do teatro colonial, projeto de corpos mortos, mas força que une os opostos. Falemos! Dancemos! Vivamos! Destranquemos os olhos! Sigamos por outros caminhos! Cantemos até o fim! Exú, a ancestralidade e a aposta mais alta. Câmbio, Exu! (HADDAD; BORA; NATAL, 2022, s/p).

Em um plano de fundo com o Cristo Redentor como grande cenário, Exú abriu os caminhos e saiu vitorioso. Um enredo efervescente e atemporal, fechando a discussão acerca do racismo e intolerância religiosa, iniciada dois anos antes pela escola no enredo Tata-Londirá – O canto do caboclo no quilombo de Caxias. Nas duas apresentações, a agremiação possuiu destaque obtendo, respectivamente o 2º e o 1º lugar, além da admiração do público.

A Acadêmicos do Grande Rio, assim como outras agremiações carnavalescas construíram suas apresentações principiando discussões sociais em defesa dos direitos fundamentais, como a defesa da liberdade religiosa. Contudo, mesmo com as garantias constitucionais, ainda há

pessoas que utilizam desses eventos para manifestar seu pensamento intolerante e racista, fundamentando assim um caminho longo a ser percorrido e a necessidade da preposição de leis e políticas públicas para essa pauta.

Apesar de um avanço legal, o caminho da perseguição à preservação foi extenso e doloroso, e mesmo com a desassociação entre Estado e Igreja, e a proteção constitucional dos afros religiosos, a 'macumba' ou 'batuque' continuaram a serem alvos de práticas infracionais, sendo necessário a criação de sanções legais e políticas públicas que pudessem vir a punir os praticantes desses crimes, garantindo aos afros religiosos, o direito de liberdade religiosa. Essa urgência política, seria o resultado da construção política dos grupos políticos em defesa racial.

As elucidações apresentadas, expõem que a problemática da intolerância religiosa enfrenta problemáticas como falta de apoio governamental – o que escancara a inconsistência, já que é obrigação do Estado a defesa desse povo – e a eficácia das leis.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro desfile de escola de samba registrado oficialmente na história carioca ocorreu no ano de 1932 na Praça XI. Nove décadas depois as escolas de samba continuam a principiar debates sociais por meio da arte, sendo considerado a maior festa do Brasil e do mundo e movimentou, em 2021, no carnaval um montante de dois bilhões de reais no estado do Rio de Janeiro. As escolas de samba, além de discussões, oportunizam inúmeras pessoas a trabalharem nas construções dos seus desfiles em setores como costura, ferragem e design. Apesar de ser saudado pelo mundo inteiro, e considerado Patrimônio da Humanidade segundo o

IPHAN, as escolas de samba são criticadas anualmente, sejam pelas subvenções públicas recebidas ou pelas temáticas escolhidas. As críticas tomam forças quando as escolas decidem por saudar e/ou homenagear a cultura negra afro-brasileira. Nos últimos anos, as discussões sociais criaram força pelos proponentes da festa e principalmente nas temáticas negras. Dos 54 desfiles apresentados em três anos, 45 desses tiveram temáticas afro-brasileiras. Após essas apresentações, algumas das manchetes jornalísticas e opiniões nas redes sociais entoavam sua intolerância e seu racismo religioso mascarado de 'opinião' que possui como público-alvo, principalmente, as religiões de matrizes afro-brasileiras como umbanda e candomblé, realizando, por meio de opiniões mascaradas, a demonização dessas religiões. São muitas lacunas e uma única resposta. Racismo Religioso. O que as pessoas das religiões de matrizes africanas sofrem é um verdadeiro caça às bruxas, que perpassa por todos os eixos, inclusive pelo carnaval.

Utilizando o carnaval como ponto de partida para o estudo apresentado, percebe-se, ao analisar a construção narrativa e histórica, que houve um aumento das temáticas da cultura afro brasileira, bem como o aumento das temáticas de cunho religioso, na qual mobiliza esse campo pragmático está relacionado à reconfiguração pela qual passa o campo religioso no país. A festa, portanto, possui uma função para além da folia, mas também uma função social de produção de leituras do mundo, de criações e potências subjetivas e simbólicas que se pode adquirir uma adesão impactante, acessando o lúdico como via de fato de transformação.

5. REFERÊNCIAS

BARRETO JUNIOR, Jurandir Sá. **Discriminação Legal Às Religiões De Matrizes**

Africanas (1889–1988). Revista Em Favor de Igualdade Racial, v. 4, n. 3, p. 115-128, 2021.

BORA, Leonardo; HADDAD, Gabriel; NATAL, Vinicius. **Fala, Majeté! Sete Chaves de Exú.** Sinopse do Samba. Rio de Janeiro, s/n, 2022. Disponível em: https://sinopsedosamba.com.br/sinopse-do-enredo-da-grande-rio-2022/. Acesso em 07 set. 2022.

BORA, Leonardo; HADDAD, Gabriel; NATAL, Vinicius. **"Tata Londirá. O Canto do Caboclo no Quilombo de Caxias"**. Sinopse do Samba. Rio de Janeiro, s/n, 2022. Disponível em: https://sinopsedosamba.com.br/sinopse-do-enredo-da-grande-rio-2020/. Acesso em 07 set. 2022.
BRASIL. Dados do IBGE. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107. Acesso em 27 set. 2022.

CAMPOS, Isabel Soares; RUBERT, Rosane Aparecida. **Religiões de matriz africana e a intolerância religiosa.** Cadernos do LEPAARQ (UFPEL), v. 11, n. 22, p. 293-307, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/. Acesso em 14 set. 2022.

FERREIRA, Felipe. **O Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. Acesso em 16 set. 2022.

GANDRA, Alana. **Escolas de samba movimentam economia durante todo ano no Rio.** Agência Brasil. Rio de Janeiro, s/n, 2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-02/escolas-de-samba-movimentam economia-durante-todo-ano-no rio#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Empresa,apurados%20no%20evento%20de%20. Acesso em 28 set. 2022.

PAULUZE, Thaize. **Brasil registra três queixas de intolerância religiosa por dia em 2022; total já chega a 545 no país.** Globo News. São Paulo, s/n, 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/07/22/brasil-registra-tres-queixas-de intolerancia-religiosa-por-dia-em-2022-total-ja-chega-a-545-no-pais.ghtml. Acesso em 17 set. 2022.

SILVA, Pierre Possamai da. **Para Além Da Demonização Do Guardião Exu:** Elogio Ao Hibridismo Pós-Colonial Em Processo De Resistencias Nas Religiões Afro E Brasileiras. Criciúma: Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2017.

Acesso em 17 set. 2022.

SILVEIRA, Renato da (2000), "**Jeje-nagô, iorubátapá, aon efan e ijexá:** processo de constituição do candomblé da Barroquinha, 1764-1851". Revista Cultura Vozes, Petrópolis, 94 (6):80-101. Acesso em 14 set. 2022.

GRUPO DE ESTUDOS DE RELIGIOSIDADES DO NEGRACT: UMA SISTEMATIZAÇÃO AUDIOVISUAL DE RITOS DE CIÊNCIA E MACUMBA

Alessandra Sávia da Costa Masullo [1]
Pedro Victor Modesto Batista[2]

RESUMO

Nosso artigo reflete sobre a experiência do grupo de estudos sobre religiosidades de matrizes africana e indígena do Negract – Núcleo de Estudos em gênero, raça, classe e trabalho, da Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPar. O grupo, que nasce a partir do interesse pelas filosofias e epistemologias dos povos africanos e indígenas, aliado à busca de conhecimentos sobre a espiritualidade e ancestralidade afrodiáspórica e afroindígena, se enraiza no chão da universidade atravessado pelo desejo de uma educação antirracista e, muito mais, pela construção e vivência de saberes que valorizem nossa cultura negra e indígena, visibilizem nossas narrativas nas suas mais diversas expressões, impactando na academia e na produção de fazeres curriculares referenciados em nossas raízes, dialogando com os saberes tecnológicos do tempo presente mediados pela internet. A partir dos encontros nas salas virtuais durante a pandemia do corona vírus, dos debates no grupo do aplicativo de mensagens instantâneas de smarthphone, da produção de material de fotografia e audiovisual de sistematização, recriamos rituais de fé e ciência. A obra Pele da Cor da Noite, de Vanda Machado (2013), a Pretagogia de Sandra Petit (2015), as Performances do Tempo Espiralar e Poéticas do Corpo-Tela, de Leda Maria Martins (2021), foram as principais referências para o estudo e produção deste trabalho. A sistematização final da primeira temporada do grupo culminou na produção audiovisual de uma perfomance que narra o entendimento coletivo e as afetações da espiritualidade negra e indígena sentida, percebida, estudada e ritualizada durante o ano de 2021.

Palavras-chave: pretagogia; Religiosidades afroindígenas; Audiovisual

[1] Universidade Federal do Ceará, alessandramasullo@gmail.com
[2] Universidade Federal do Ceará (UFC), pedro.victor17@gmail.com

1. ABRINDO OS CAMINHOS OU A INTRODUÇÃO.

Alimentado pela necessidade de conhecer, entender sobre a espiritualidade/religiosidade de matriz africana e indígena, esse artigo surge no desejo de sistematizar e partilhar a experiência do Núcleo de estudos sobre gênero, raça, classe e trabalho (Negract) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) com a temática da religiosidade afrobrasileira, que se realiza a partir da organização de um grupo de estudos específico para essa temática.

Tendo a questão do racismo como contexto principal de toda ação e incidência do Negract e em especial do grupo de estudo de religiosidades, o grupo nasce com os objetivos de contribuir para a construção de uma postura antirracista diante das expressões das culturas, filosofias e religiões de matrizes africana e indígena dentro da universidade pública e; conhecer e refletir sobre a história, filosofia e epistemologia das religiosidades brasileiras de matrizes africana e indígena, a partir de estudos e vivências de aprofundamento com as literaturas existentes, com os saberes da oralidade, e com conhecimentos sistematizados ou não pela academia.

O racismo tem afetado corpos negros das mais distintas formas, ou porque não dizer, de todas as formas. Ele estrutura e organiza nossa vida em sociedade desde os tempos mais remotos, quando sequestrados de nosso continente, povos negros vieram escravizados para os continentes europeus e americanos. No Brasil, ele se fortalece e se alimenta das organizações e instituições da sociedade, com destaque aqui para as que atuam diretamente com a educação, a saúde e religiosidade.

Na educação, com grande ênfase para nós, no ensino universitário, lugar onde situamos a origem do grupo de estudos, é Sueli Carneiro em sua tese que vem nos ensinar sobre o Epistemicídio do Povo Negro:

> "o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos aniquilamentos ou subordinação da razão. Dinâmica e produção que tem se feito pelo rebaixamento da autoestima que compromete a capacidade cognitiva e a confiança intelectual, pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, nos instrumentos pedagógicos ou nas relações sociais no cotidiano escolar, pela deslegitimação dos saberes dos negros sobre si mesmos e sobre o mundo, pela desvalorização, ou negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano ao patrimônio cultural da humanidade, pela indução ou promoção do embranquecimento cultural, etc. A esses processos denominamos, nesta tese, de epistemicídio". (SUELI CARNEIRO, 2005, p.324)

Entendemos com Sueli Carneiro nossa própria experiência na academia. No ensino universitário predomina uma racionalidade e uma prática técnica eurocêntrica que produz invisibilidade, esquecimento e desvalorização das contribuições histórico-culturais africanas e afrobrasileiras. Em pleno ano de 2022 ainda não conhecemos nossa história negra, não estudamos as experiências científicas dos países do continente africano, suas estratégias de luta e resistência, suas conquistas, suas pesquisas, seus idiomas, suas literaturas, os métodos educacionais. Não conhecemos autoras e autores africanos, sequer conhecemos autoras e autores negros e negras brasileiros. Entendemos o Epistemicídio que acontece com o Povo Negro como atrelado ao racismo, portanto um crime que traz em si uma intencionalidade política. Se lembrarmos da lei 10.639/03 que diz da obrigatoriedade do estudo da história e cultura da África e dos afrodescendentes nas escolas, que data de quase vinte anos e ainda não foi efetivada no país, vamos entender que se trata de um crime recorrente, que

precisaremos enfrentar e combater desde a formação docente nos cursos de ensino superior, lugar de onde saem professoras e professores para atuar nas diferentes modalidades de ensino público e privado, para todas as idades e níveis educacionais.

O racismo tem um rastro largo. Atua de forma estratégica e se expande com capilaridade na estrutura política das desigualdades da qual ele também é fundador. Nos últimos anos, principalmente anos de pandemia do Corona Vírus, o racismo assumiu as proporções da modernidade e ganhou visibilidade e destaque na mídia internacional. Basta lembrarmos do caso da morte/assassinato de George Floyd, homem negro que teve seu pescoço pressionado durante 8 minutos e 46 segundos pelo joelho do policial Derek Chauvin, em 25 de maio de 2020, na cidade de Minneapolis, em Minnesota nos EUA. Num contexto de adoecimento onde os índices do boletim do Ministério da Saúde afirmavam 22.666 óbitos por causa do novo coronavírus com um total de 363.211 pessoas infectadas, a frase "eu não consigo respirar" nos afetou diante da doença que não se consegue eliminar há séculos, o racismo. Outros dados tão importantes que se associam ao período pandêmico dizem da morte da população negra no primeiro ano de covid. Segundo dados dos estudos do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (PUC-Rio) daquele ano, enquanto 55% de negros morreram por covid, a proporção entre brancos foi de 38%. Já na pesquisa do Instituto Pólis sobre a cidade de São Paulo, maior cidade em números populacionais do país, a taxa de óbitos por covid-19 entre negros na capital paulista foi de 172/100 mil habitantes, enquanto para brancos foi de 115 óbitos/100 mil habitantes. Importante também é lembrar que a primeira morte causada pela covid, no Brasil, foi a de uma mulher negra no Rio de Janeiro, Cleonice Gonçalves,

empregada doméstica de 63 anos, que contraiu o vírus de sua patroa, quando esta voltava da Itália.

A saúde mental da população negra foi bastante afetada pelo isolamento da covid. Muitos projetos surgiram para tratar dos adoecimentos emocionais da população negra, destaque aqui para um outro projeto do Negract, o Quilombo Ankh que reuniu profissionais da psicologia e áreas afins, em 2020, para desenvolver diálogos de forma remota com pessoas negras afetadas emocionalmente pela pandemia. Projetos como o Quilombo Ankh ganharam espaço nas plataformas online com atividades que possibilitaram momentos de muito fortalecimento e produção de saúde.

A vivência da espiritualidade para o Povo Negro foi, ao mesmo tempo, um alento e um sofrimento, pois impedidas de cultuar seus santos nos terreiros e casas de umbanda e candomblé em virtude do isolamento, as pessoas negras praticantes de religiosidade de umbanda e candomblé (e que já sofriam discriminação antes da pandemia por viver sua religiosidade), passam a sofrer muito mais racismo/intolerância religiosa no período pandêmico. De acordo com serviço do Disque 100, número de telefone do governo federal que recebe denúncias de violações de direitos humanos, o quadro de denúncias já apontava de 2018 para 2019, uma crescente de 211 para 354 casos. Com o isolamento da pandemia, pareceu que os registros criminosos de racismo religioso dariam uma trégua, houve uma queda nas denúncias registradas em 245 casos. No entanto, em 2021 esse número volta a crescer chegando a 263 casos denunciados. Atualmente, no primeiro semestre de 2022, o número já atingiu 383 denúncias, crescendo 46%.

É nesse contexto racista de violência que atinge diretamente corpos negros macumbeiros, suas filosofias, valores, saberes e vivências, os invisibilizando e os atacando dentro e fora da universidade que se situa

nossa experiência com o grupo de estudo sobre religiosidade e nosso artigo que ora introduzimos. A seguir apresentaremos o grupo, detalharemos o percurso teórico-metodológico e os encontros que culminaram na produção de um vídeoperformance sobre a obra Pele da Cor da Noite, de Vanda Machado.

2. INICIANDO OS TRABALHOS

2.1. O GRUPO DE ESTUDOS

O grupo de estudos em religiosidades de matrizes africana e indígena, é um dos cinco grupos vinculado ao Negract -UFDPar. Ele começa a ser gestado no ano de 2020 e tem início em 2021, quando a partir de um processo seletivo de abrangência nacional, embora com prioridade para a cidade de Parnaíba, monta sua primeira turma com pessoas do Piauí, Ceará, Maranhão, Rondônia, Bahia e São Paulo. Importante ressaltar que embora a atividade fosse vinculada à universidade, tínhamos entre nós não só estudantes acadêmicos. A formação do grupo de estudos priorizou a participação das pessoas de terreiro, das comunidades tradicionais e religiosidades de matriz afroindígena, totalizando 25 pessoas.

3. O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Na feitura do processo teórico-metodológico, três referências foram fundamentais: Sandra Haydée Petit (2015) com sua obra *Pretagogia: pertencimento, corpo-dança afroancestral e tradição oral Africana na formação de professoras e professores*; Vanda Machado (2013) com *Pele da*

Cor da Noite, e Leda Maria Martins (2021) *Performances do Tempo Espiralar e Poéticas do Corpo-Tela*. Essas obras nos garantiram a orientação necessária na condução do trabalho de forma a propor passos enegrecidos de uma caminhada que priorizassem a reflexão sobre o tempo, o pertencimento, ancestralidade, espiritualidade, e a tradição oral africana.

Tomamos como prioritária a forma espiralada de construção dos conhecimentos e o funcionamento do grupo, definida a partir de uma dinâmica sistemática chamada de "Gira metodológica", tendo como pressupostos:

a) que as atividades do grupo teriam como ponto de partida um tema gerador;

b) que as atividades do grupo aconteceriam individuais ou em duplas ou trios;

A proposta também apontou como caminho a definição de movimentos chamados de movimentos EXUsíacos (com referência no orixá Exu, divindade do panteão africano), priorizando começo-meio-recomeço, cultivando vivência introdutória, aula pública, leitura do texto, cine clube, sistematização, publicização, como movimentos.

Nossos diálogos se fizeram com os saberes tecnológicos do tempo presente, dos quais se fazem notar a internet, utilizando dispositivos de Tecnologia de Informação e Comunicação (TDIC) como: encontros em salas virtuais, debates em grupo de aplicativo de mensagens instantâneas, produção de material de fotografia e audiovisual, aula pública transmitida no Youtube na modalidade de Live. Essas atividades aconteceram para a manutenção da saúde das pessoas participantes, devido ao período de distanciamento social necessário ao enfrentamento à pandemia do

coronavírus. Nos encontros, além do uso das tecnologias, realizamos trocas de saberes que nos permitiram recriar rituais de fé e ciência.

3.1. OS ENCONTROS E AS PRODUÇÕES COLETIVAS COM A PELE DA COR DA NOITE.

Pisei na terra de caboclo
Abalei o Juremá
Pisei na terra de caboclo
Abalei o Juremá
(Caboclo das sete encruzilhadas)

Estudamos durante alguns meses a obra Pele da cor da noite, de Vanda Machado (2013). Nos debruçamos sobre ela e como quem se deita na esteira de palha para repousar em preceito. Suas múltiplas perspectivas nos atravessaram, e chegamos a uma encruzilhada de conhecimentos: aprendemos sobre as potencialidades do terreiro e o que eles nos em-sina, ou seja, aquilo que nos coloca em relação de desvelamento e descoberta de caminhos de autonomia e solidariedade entre aqueles que partilham uma relação de aprendizagem (MACHADO, 2013). Com isso, entendemos que é da relação de troca com a outra pessoa que nos abrimos para as experiências potencializadoras de aprendizagem, atentas e curiosas para captar as lições que são dadas via essa troca que é, ao mesmo tempo, ensinar e aprender que vamos descobrindo novos modos de nos configurarmos com o mundo e com as outras pessoas.

> Eu preciso do outro para ensinar para encantar, para ser colocado no seu caminho, que é também o meu caminho. Das aprendências do outro depende a continuidade da tradição, da redistribuição da força da espiritualidade gerada pela entrega de saberes necessários à condição de ser e com-viver na comunidade (VANDA MACHADO, 2013, p. 22).

Assim, fomos partilhando as nossas percepções sobre o texto da Vanda Machado, mas o nosso texto, a nossa história, as nossas tradições, a escrita do nosso corpo, as memórias que carregávamos, também, faziam esse fio que nos conectava. O desafio de fazer o meio virtual, o mundo em pandemia e as tecnologias de comunicação e informação, que até esse momento se tornou o ambiente que nos circunscrevia e nos limitava, nos exigia a criatividade para os encontros. E a primeira lição que aprendemos foi a da superar a barreira tecnológica, e essa é uma curiosidade e contradição, o mesmo ambiente que nos conecta é o que nos obstaculiza, pois podíamos conversar com pessoas em lugares distantes, partilhando de um momento em com-vivências. Logo, nossa presença fazia a ligação, nossa voz e nosso axé, nossa energia estava conectando todas as pessoas participantes. As limitações da tecnologia nos colocavam em situações de desafios diante das condições que a ferramenta internet exigia de nós para sua utilidade, por isso a chuva fazia cair a internet (ela não se dá bem com a água), o raio e o trovão provocavam o ruído e o medo de usar aparelhos em rede elétrica, não queríamos receber suas cargas; a vida em nossas casas os gatos, os cachorros, as crianças, o som do ambiente em que estávamos, também se apresentavam em nossa conexão. Tudo poderia nos atrapalhar ou nos fortalecer sendo motivo de diálogo e ampliação os nossos debates, pois estávamos cientes de que eram essas pontes que nos garantiam a comunicação e aprendizagem. Tudo se transformava em rito.

Dessa forma, nossos encontros aconteceram com acolhidas e receptividades uma música, um vídeo, uma proposta de exercício corporal, as câmeras ligadas para os que podiam aparecer, e aqui mais uma limitação. De forma geral, nesse período de pandemia durante as atividades virtuais, formos perdendo o básico da nossa interação, pois não víamos as pessoas

por trás dos aparelhos, nos comunicamos sem ver, pois a internet não era boa, a timidez ou a invasão da privacidade e intimidade das nossas casas nos afetava e fazia com que conversássemos de câmeras desligadas. Muitas vezes, o diálogo se dava e enxergávamos uma tela, um avatar, uma representação virtual de nós mesmos, eram letras ou iniciais dos nossos nomes ou fotos. Contudo, ali em nossos encontros operamos uma encantaria! Realizamos a transformação desse espaço por meio de alguns gestos como nos manter de câmera ligada para que se sentissem bem, circulando a responsabilidade de animação e acolhida do grupo, partilhando atividades, principalmente, compartilhando experiências de nossas vivencias de terreiro e espiritualidade. Essa encantaria viria a ser chamada depois, por Sandra Petit, de "afroafeto"

> ... a aula de forma virtual não nos afastou, estávamos todas conectadas e vinculadas pela arte e pelo afroafeto, o que também se revelou cura e remédio. Várias pessoas se permitiram doar suas canções e nos convidar a cirandar através da plataforma virtual. Fomos percebendo e entendendo a relevância do cuidado mútuo, das criações artísticas, dos videoclipes de música negra que promoveram interações poéticas, imprimindo nesta prática pretagógica uma singularidade cheia de encantamento. (SANDRA PETIT et al, 2022)

Nessa troca confrontamos uma espécie sorrateira de colonização de nossos corpos e pensamentos, o academicismo, afinal somos um grupo que compõe a universidade pública que é atravessada de suas culturas e relações de poder como instituição. E é perceptível para quem adentra esse universo e participa de seus projetos como um núcleo de estudo, que se desenvolvam pesquisas científicas, pois precisamos fazer cumprir com a responsabilidade, atribuída às universidades, de serem lugares de ensino e profissionalização de estudantes, mas ao mesmo tempo, de construção de saber que retornem à sociedade. Uma das formas criadas para dar essa resposta à sociedade é a

publicação científica, entre elas a escrita de artigos científicos, porém essas publicações e divulgações de conhecimento em periódicos se dão, também, em um ambiente que é frequentado somente por quem tem o interesse acadêmico nos assuntos veiculados nos periódicos científicos. Pensamos então que não bastaria somente a publicação em periódicos, a construção desses conhecimentos deveria romper os espaços instituídos pela academia e dialogar com as comunidades, que no nosso caso são os participantes de religiões de matriz africana e indígena, romper também com a forma de expressão e manifestação desses conhecimentos e saberes ancestrais, por meio das experiências em rituais, cantos, danças e partilhas de acontecimentos pessoais com o uso de tecnologias ancestrais como chás, rezas, benzeduras, desejos de cura, afetos, cuidados. Então durante os encontros também cantamos, entoamos nossos pontos, dançamos durante as videochamadas, tocamos nossos instrumentos, tomamos nossos chás e partilhamos desejos e manifestações de cuidado durante os encontros virtuais, mas também pelo grupo de whatsapp (rede social via smartphone). Através do encontro entre as tecnologias novas e as ancestrais, procuramos manter e fortalecer nossa conexão, saudando sempre nossas entidades, nossos orixás, reconhecendo nossa força espiritual em cada pessoa que ali estava, reconhecendo que somos também natureza, sem nos apartar, desenvolvendo novas relações com a terra, com a espiritualidade, com a comunidade, como nos ensina Vanda Machado:

> De fato, o pensamento de matriz africana não separa a pessoa, os animais, o ar, a água, o fogo, a terra nem as folhas. Uma árvore não é apenas uma árvore, uma unidade biológica. A árvore é parte do ser nascida da terra mãe e de toda natureza. Não é sem motivo que estamos sempre saudando a terra. Seja cantando, seja rezando ou quando, nos apresentando diante dos orixás, vamos ao chão saudando a terra. Eu mesma muitas vezes me surpreendo caminhando e cantando “Onile mojuba. Igba orixá, Igba Onile”. Ao longo da minha iniciação, tenho vivenciado uma nova relação com

> a terra. Uma relação de amor, de afeto e de crescimento. (VANDA MACHADO, 2013, p. 77-78).

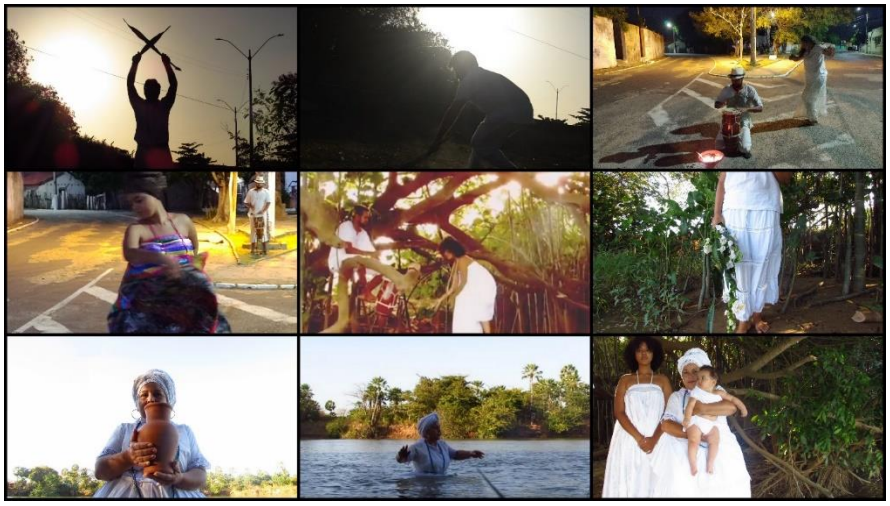
E vestido com a pele cor da noite, o grupo construiu o que chamou de performance audiovisual, uma narrativa do entendimento coletivo e das afetações da espiritualidade negra sentida, percebida, estudada e ritualizada durante o ano de 2021. Inicialmente foi construído um roteiro coletivo com a contribuição de Nathanael de Sousa Silva, multi artista parnaibano integrante do grupo, que depois viria a ser o diretor da performance. O vídeo teve a contribuição de Alyne Pinheiro, artista do audiovisual de Rondônia, integrante do grupo, que editou todo o material. As demais pessoas integrantes do grupo foram atuantes da performance como Isabelle Rodrigues, Mãe Ju (Jucelia Pereira), Pedro Victor Modesto, Alessandra Masullo, ou estiveram por traz das câmeras capturando imagens em fotos e vídeos, como Maria Carol Oliveira, ou estiveram nos áudios cantando, como Manakuanda (Carla Fernanda). O trabalho contou também Shaw Gonçalves, artista parnaibana do audiovisual, na captura das imagens, e Poeta Rasta (José Soares) músico percussionista cearense no tambor. A vídeoperformance se expressou através do *Corpo-dança afroancestral* (PETIT, 2015). Ela mostrou sua pele cor da noite e sua ligação com África, com a liberdade de dançar, tocar, cantar e criar a vida no chão da terra, na água do rio, em todo lugar. Pois, como nos diz Sandra Petit,

> O movimento, particularmente a dança, aproxima o corpo a Deus. Sendo o nosso corpo um altar sagrado da criação, é preciso dançar para receber a divindade na forma de energia da natureza, é essa energia que estabelece a necessária comunicação. A dança ritualiza o natural e realiza, junto com a musicalidade dos instrumentos e da voz, o encantamento da vida. Dança-se o cotidiano, como também o extraordinário, o belo, aquilo a que somos gratos/as: as doações de vida - nascimento, batismo (cerimônia do nome), aniversários diversos, saúde, alimento - as passagens que nos fazem crescer em espiritualidade, experiência e sabedoria - o tornar-se mulher/homem, iniciada/o, integrada/o, mais próxima/o dos segredos existenciais. A dança é também o que nos faz transcender a dor, a angústia, a injustiça, a humilhação, a tentativa de redução e de aniquilamento, lembrando-nos de quem somos, gerando a força espiritual que engrandece, potencializa e sacraliza. Para as negras e negros desterrados brutalmente da África para as Américas e cujos algozes procuraram por todos os meios destituir de humanidade, a dança foi um elo indispensável à sobrevivência física e espiritual. Assim, para nós, descendentes desses povos, a

> dança significa mais do que filosofia e cosmovisão, significa existir. (SANDRA PETIT, 2015)

Na performance auidiovisual, os corpos dançaram, cantaram, movimentando a energia que os atravessou durante todo o estudo. O corpo que dança é um corpo livre, é um corpo que se pensa por inteiro, é um corpo que não se desconecta, que se liga cada vez mais com sua espiritualidade, com suas raízes.

Abaixo, apresentamos alguns registros fotográficos, da produção de nossa vídeoperformance, que foi apresentado no XII Artefatos da Cultura Negra



Fonte: acervo Negract

4. CANTANDO PRA SUBIR OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que ora finalizamos pretendeu apresentar a experiência do grupo de estudos em religiosidades de matrizes indígenas e africanas do Negract-UFDPar, no estudo sobre as religiosidades a partir da obra Pele da Cor da Noite, de Vanda Machado (2013) culminando na produção de uma videoperformance sobre a afetação dos corpos com o estudo da obra. Na primeira parte do texto, introduzimos contextualizando o trabalho,

informando de onde partimos para pensar e propor o estudo. Trouxemos o racismo e evidenciamos como ele atua de forma estrutural na sociedade. Apresentamos a pandemia que repercutiu na saúde mental de pessoas negras, como também na vivência e cultivo de sua religiosidade. Na segunda parte mostramos o percurso teórico-metodológico que priorizou como guiança o saber das autoras Sandra Petit (2015) e Leda Martins (2022) para o caminho de construção do grupo de estudos e do artigo. Em seguida, discorremos sobre os encontros e sobre a produção coletiva da videoperformance, mostrando alguns registros fotográficos do vídeo.

Quando estudamos as filosofias africanas entendemos que tentaram nos fatiar não só em nossos corpos, mas em nossa história, nossas experiências com a existência humana. O racismo é essa negação da experiencia humana para o Povo Negro, e a invisibilização de quem somos, de onde viemos e de toda nossa potência. O grupo de estudo em religiosidades de matrizes indígenas e africanos aprendeu que para ser é preciso tornar-se e nesse caminho enegrecer a pele foi só o primeiro passo para descobrir que a potencia estar em nós.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo- USP. São Paulo, 2005.

https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/02/covid-mata-54-dos-negros-e-37-dos-brancos-internados-no-pais-diz-estudo.htm Acesso em 20 de outubro de 2022.

https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2020/apresenta-o-coletiva-11-04-2020-17h.pdf/view Acesso em 20 de outubro de 2022

https://polis.org.br/estudos/raca-e-covid-no-msp Acesso em 20 de outubro de 2022

https://www.instagram.com/negractufdpar/ Acesso em 15 de outubro de 2022

MACHADO, Vanda. **Pele da cor da noite**. Salvador. EDUFBA, 2013.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela.** Editora Cobogó, 2021.

PETIT, Sandra, et al. **Pretagogizando o ensino na universidade**: afroafeto, corporeidade e musicalidade na sala de aula virtual durante a pandemia. In Experiências em ensino, pesquisa e extensão na Universidade: caminhos e perspectivas – v. 7 / Geranilde Costa e Silva (org). – Fortaleza: Imprece, 2022.

PETIT, Sandra Haydée. Pretagogia. **Pertencimento, corpo-dança afroancestral e tradição oral africana na formação de professores e professoras**. Contribuições do legado africano para a implementação da lei 10.639/2003. Fortaleza: EdUECE, 2015.

HISTÓRIA E MEMÓRIA NUMA PERSPECTIVA DECOLONIAL A PARTIR DAS RELAÇÕES LUSO-INDÍGENAS DE EXU-PE[1]

José Ítalo dos Santos Nascimento[2]

RESUMO

No presente estudo estão condensadas reflexões referentes à história e memória numa perspectiva decolonial, tendo como principal objeto de estudo a presença indígena nas produções bibliográficas de memorialistas Exuenses. A pesquisa busca compreender a mitificação empreendida pela elite colonial em relação à elaboração simbólica do passado, em que estes se colocam como protagonistas da história. Para isso, vamos abordar os estudos de Maria Regina Celestino de Almeida a respeito dos indígenas na história do Brasil, os estudos sobre memória em Michael Pollak, as análises sobre colonialidade em Enrique Dussel, assim como o pensamento de Ailton Krenak a respeito da presença indígena em nossa formação histórica.

Palavras chave: Decolonialidade. História e memória. História indígena. Narrativas. Mitificação.

---

[1] Trabalho apresentado à disciplina de projeto de pesquisa no curso de história da Universidade Regional do Cariri, que tinha Jane Semeão e Sônia Meneses como professoras da disciplina. O trabalho seguiu orientações do professor Thiago de Abreu e Lima Florêncio.

[2] Graduando em história pela UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA. Membro do Grupo de pesquisa e estudos em História e Subjetividades – GEPHS. Atualmente participa dos encontros do Grupo de Estudos e Pesquisa em História e Ambiente – NEHSA, e é bolsista do laboratório de pesquisa em História Social – LABORE. E-mail: santos.italo@urca.br

1. INTRODUÇÃO

"Ninguém tem a cara de pau de dizer que os índios estão na contagem regressiva, o que nos anima dizer o seguinte: Enquanto tiver gente por aqui, nós também estamos por aqui, só quando não tiver mais ninguém, é que vai ter zerado essa presença indígena"[3]. Não poderíamos iniciar uma discussão sobre história indígena sem antes refletir a respeito das palavras de Ailton Krenak[4]. Tais afirmações, nos fazem pensar sobre a importância de chacoalhar uma realidade sovina[5].

Quando estudamos história indígena, somos levados a consultar a história dos bandeirantes, jesuítas, colonos, cronistas e memorialistas, ou seja, os produtores que possibilitam o conhecimento das massas etnográficas desde o período de expansão colonial, independentemente da denominação. Acentua-se nesta reflexão, estudos de *história e memória numa perspectiva decolonial*, problematizando a utilização do passado para uma narrativa elitizada e mítica. Dessa maneira, é evidente que as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais das localidades funcionam em torno de relações preestabelecidas. Procuramos, assim, refletir sobre o processo de caracterização social indígena em termos de significados presentes na produção bibliográfica exuense.

No desenvolvimento do estudo vamos discutir a presença indígena

[3] NEXO JORNAL. '*Enquanto tiver gente no Brasil, vai ter presença indígena'* – Entrevista com Ailton Krenak. Youtube, 2019. Disponível em: < https://youtu.be/urjJJwpGMJQ>. Acesso em: 08-09-2022.

[4] Ailton Krenak é pensador, ambientalista, poeta e escritor e uma das mais importantes lideranças indígenas do Brasil.

[5] Na realidade regional o termo é designado para caracterizar alguém que se recusa a compartilhar qualquer tipo de bem. Para o contexto do estudo, o termo sovino está sendo empregado para caracterizar as relações coloniais onde o conquistador toma toda realidade boa para si.

no livro *Exu três séculos de história*, bem como sua utilização para a produção cultural exuense[6]. Destacamos as relações entre colonizadores e colonizados, desnaturalizando a construção romantizada de personagens históricos e enfatizando o estudo da memória para então entendermos o processo de desclassificação. "Os estudos de memória respondem a uma necessidade de busca de identidades ameaçadas" (D'ALESSIO, 1998, p.270).

A pesquisa busca aludir a referências com relação à memória a partir dos estudos do sociólogo Michael Pollak, sobre *memória, esquecimento e silêncio*. O pesquisador aborda essa temática a partir de problematizações e comparações entre a memória dominante oficial e memória subterrânea, demonstrando os embasamentos que constituem sua construção de modo exemplificado. Sendo assim, podemos estudar a construção do silenciamento em torno dos povos originários. As reflexões de Enrique Dussel na obra *1492 O Encobrimento do Outro: A origem do mito da modernidade,* onde o autor discorre a respeito das ideias de "progresso", "evolução" e "avanço" expostas pela modernidade e forjadas no processo de colonização da América Latina são fundamentais para este estudo.

Respaldam a importância dos estudos locais para o entendimento do processo histórico, assim como, a contextualização para podermos interpelar o objeto de pesquisa com mais eficiência. Orientamo-nos através dos estudos da pesquisadora Maria Regina Celestino de Almeida acerca dos estudos em história indígena no Brasil:

> Assim, do século XVI ao XIX, os comportamentos e ações dos atores sociais eram impulsionados por motivações que se

[6] A cidade de Exu é localizada no sertão do Araripe, próxima da cidade de Crato-Ceará, o município é reconhecido pela participação na vida de Luiz Gonzaga (rei do baião). A história da cidade é contada por memorialistas que de alguma forma tiveram grande vínculo com os poderes administrativos da cidade.

> alteravam e podiam ter significações diversas, conforme tempos e regiões. Deduz-se daí que é praticamente impossível falar de uma história indígena geral do Brasil (ALMEIDA, 2010, p.26).

Em outras palavras, podemos enfatizar que o processo de expansão colonial não se resume em um bloco homogêneo geral. No entanto, os estudos regionais acerca das trajetórias e significações identitárias são necessários para a compreensão das especificidades das regiões, com a possibilidade de algumas generalizações a partir de estudos de síntese na percepção das localidades.

A principal obra analisada refere-se ao livro *Exu três séculos de história,* publicado no ano de 2011, o mesmo serve de referência para o estudo da história local, bem como a etno- história. O município possui outras obras a respeito da história local, como por exemplo o livro *Itinerário do Brígida subsídios para a história de Exu*, produzido pelo memorialista Francisco Robério Saraiva Fontes[7].

2. TEORIZANDO

A *história e memória numa perspectiva decolonial* compreende uma luta significante no meio de produção intelectual para desconstruir a face oculta da modernidade, que se inscreve a partir da redução do outro como não humano, bárbaro e selvagem. Para nossa reflexão, o estudo a respeito da memória é concedido através de inquietações sobre a obra de

[7] O memorialista que também é conhecido por Bibi Saraiva foi secretário de cultura da cidade de Exu onde fez um importante trabalho, reunindo documentos a respeito da história de Exu. O memorialista é autor de dois livros relevantes para a história local: "Itinerário do Brígida" e "Império dos Rifles".

memorialistas e sua reverberação. A autora do livro *Exu três séculos de história,* é considerada memorialista, pois se distancia das metodologias acadêmicas de pesquisa em história. Sendo assim, no que diz respeito às características de um memorialista, a pesquisadora Viviane Pedroso Domingues reflete no seu artigo:

> Entendemos como memorialistas escritores que utilizam diversas ferramentas e fontes em seus textos - às vezes resultando em textos de cunho autobiográfico, nos quais o autor utiliza, a sua experiência de vida e a tradição oral, da cidade sobre a qual escreve, para construir a narrativa histórica –, sem que para isso se utilizem das normas metodológicas e teóricas da escrita acadêmica sobre história (DOMINGUES, 2011, p.2).

A estudiosa afirma e descreve as características de um texto escrito por memorialistas, que podemos identificar no livro *Exu três séculos de história*. Dessa maneira, o presente estudo caracteriza-se na análise crítica sobre a presença indígena na obra de cunho memorialista, para expandir o campo da consciência sobre a construção do passado indígena na cidade de Exu.

A reflexão trata fundamentalmente da exposição de como os povos indígenas compõem essas narrativas através de um jogo de memória/esquecimento, em que suas identidades são moldadas de acordo com os interesses do colonizador. Em consonância com Almeida, compreendemos que os povos indígenas do Brasil são continuamente colocados e lugar de estereotipia que os reduzem a um dualismo simplista entre “aculturados” e “índios puros” (ALMEIDA, 2010). No mesmo sentido, podemos evidenciar a memória como meio de desclassificação social dos povos indígenas, desse modo, também são validos os estudos do sociólogo Michael Pollak:

> Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil (POLLAK, 1998, p.3).

O sociólogo Michael Pollak[8] expõe os seguintes pensamentos na obra *Memória, Esquecimento, Silêncio*, que faz diálogos diretos com autores como Maurice Halbwachs[9], Pierre Nora[10] e Émile Durkheim[11]. Pollak coloca em pauta reflexões importantes para o entendimento da memória subterrânea. Seu trabalho serve de base para outras produções que estudam a memória. No caso indígena, podemos enfatizar os pensamentos do sociólogo pelas circunstâncias de que as principais fontes de estudos para o entendimento da história indígena, principalmente no período colonial, assim como a produção de memorialistas, estão girando em torno da mitificação dos "desbravadores". Desclassificando os povos indígenas da história e os classificando como o "outro". Dessa maneira, é preciso uma análise mais específica para entender o protagonismo indígena que sempre aparece como subterrâneo nas obras produzidas pelos colonizadores.

Além do mais, as seguintes reflexões também nos ajudam a entender a construção dos povos indígenas como subalternizados e a ideia de "descobrimento" como contrapartida do encobrimento do outro, que é

---

[8] Michael Pollak 1948-1992 sociólogo e pesquisador têm grande influência nos estudos sobre memória no campo atual acadêmico.
[9] Maurice Halbwachs foi um sociólogo Francês 1877-1945 que fez parte da escola Durkheimiana, podemos destacar uma das suas obras a respeito da memória coletiva – *A Memória Coletiva* que foi traduzida por alguns pesquisadores brasileiros.
[10] Historiador Francês da terceira geração da escola dos Annales em suas obras possuem trabalhos voltados para o estudo da memória.
[11] Émile Durkheim 1858-1917 pesquisador que ganhou destaque na sociologia no século XIX fazendo parte dos principais pensadores clássicos ao lado de Max Weber e Karl Marx.

ocasionado por genocídios e destruição da cultura originária. Nessa perspectiva, a pesquisa estuda a construção conceitual através da história e memória que ocasiona o sentido do "outro".

3. REVERBERAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO *OUTRO*

A construção do *outro* na produção bibliográfica exuense se manifesta principalmente no livro *Exu três séculos de história.* Para a seguinte compreensão é válido analisar algumas estruturas de escrita que colocam os povos indígenas em posição de subalternos. A presente obra sobre a história de Exu é estruturada em mais de 300 páginas onde é resumido cerca de três séculos de história e dentro das narrativas podemos evidenciar as seguintes passagens como fonte reflexiva:

> O povoamento do município de Exu deve ser considerado em termos de colonização econômica/demográfica. Seus primeiros povoadores foram seus primeiros desbravadores (ALENCAR, 2011, p.29).
>
> Foi a raça portuguesa, forte, corajosa, que modelou a espiritualidade das famílias sertanejas, notadamente as civilizações do couro, que resistiram à inclemência do meio e não deslutaram suas tradições culturais (ALENCAR, 2011, p.36).

Na seguinte escrita é colocado em vigor as características do colonizador produzidas pelos "colonizadores", juntamente com as justificativas para as reduções dos povos indígenas. Nesse sentido, o estado de conquistadores e conquistados também é apresentado no formato em que a europa está sendo modeladora da américa nas relações luso-indígenas. Em sentido de conquista, podemos evidenciar as considerações de Enrique Dussel:

> A conquista é um processo militar, prático, violento que inclui dialeticamente o outro como si mesmo. O outro em sua distinção é negado como outro e é sujeitado, subsumido, alienado a se incorporar a totalidade dominadora como coisa, como instrumento, como oprimido como "encomendado", como "assalariado" nas (futuras fazendas) ou como africano escravo (nos engenhos de açúcar ou outros produtos tropicais). (DUSSEL, 1993, p.44).

O autor descreve a experiência colonial e o ato de "conquistar", ressaltando os fatores econômicos que contribuem para os processos de subjugo e escravização. Desse modo, podemos salientar a importância de revisões bibliográficas para uma melhor compreensão das relações sociais, tentando promover uma descolonização do saber[12].

A partir do seguinte raciocínio é válido discorrer sobre a reverberação do livro *Exu três séculos de história,* que tem repercussão nas produções artísticas e educacionais da cultura local exuense. Para uma análise artística, vale destacar a peça teatral da companhia de teatro e dança Traquejo, que aborda de forma estereotipada a figura dos povos indígenas (figura 01) que habitavam o território da atual cidade de Exu, usando como referência o livro *Exu três séculos de história*. A peça teatral segue o parâmetro induzido pelo colonizador, enaltecendo os "desbravadores" e os colocando em posição de heróis.

[12] "*Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano"* da autora e professora Grada Kilomba, que aborda uma escrita onde fomenta recuperar uma história escondida. "Este livro representa esse desejo duplo: O de se opor aquele lugar de" autoridade" e de inventar a nós mesmos de (modo) novo" (GRADA, 2008, p. 28). Em contexto de uma necessidade de tornarmo-nos sujeitos.

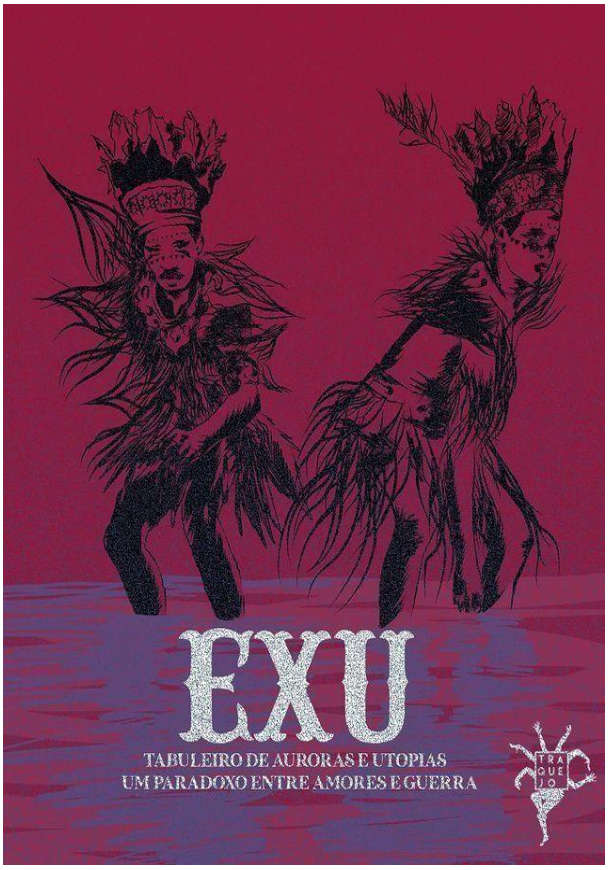


Figura 1. Produção teatral
Fonte: Rede social do instagram trashz.ZINE

A imagem apresentada acima é uma exemplificação dos resultados culturais que tiveram como principal inspiração o livro *Exu três séculos de história.* A produção cultural teve apoio financeiro a partir de parcerias dos artistas juntamente com a rede privada da cidade, sendo apresentada principalmente nas cidades que compreendem a região do Araripe, ocupando instituições culturais e instituições educacionais, como Sesc[13] e escolas de rede públicas.

O sentido em torno das abordagens que estão sendo referidas no arcabouço das reverberações também pode ser compreendido e justificado

[13] Serviço Social do Comércio é uma instituição voltada para o bem estar social, promovendo eventos culturais e promovendo editais para o desenvolvimento artístico e cultural.

através das problemáticas que os historiadores enfrentam para estudar e reafirmar identidades ameaçadas, no mesmo sentido, é importante avultar em torno da resistência:

> Portanto o maior desafio que o historiador dos índios enfrenta não é a simples tarefa de preencher um vazio na historiografia, mas, antes, a necessidade de desconstruir as imagens e os pressupostos que se tornaram lugar-comum nas representações do passado brasileiro (MONTEIRO, p.239).

O historiador John Manuel Monteiro discorre sobre as formas de resistência indígena, hoje presente em diversos estudos acadêmicos, principalmente aqueles que compreendem o século XVIII, onde os povos indígenas estavam em meio ao processo de implementação de políticas indigenistas e silenciamento de identidades. Determinados trabalhos são importantes para os movimentos de reafirmação étnica e desconstrução da ideia de que os povos indígenas estão presentes apenas no passado colonial.

A utilização do livro *Exu três séculos de história,* é utilizado como referência regional para o estudo da história local. Consequentemente, o estudo da história indígena pode ser um problema para o protagonista indígena, pois, compreende uma narrativa que repete a mesma história, baseando-se em acervos privados familiares, coincidentemente pertencente à mesma família que "conquistou" os indígenas durante o período colonial. Ademais, podemos explorar os conceitos de história e memória construídos por um certo viés colonial, tendo ligação direta com a problemática.

A narrativa do livro *Exu três séculos de história* possui influência na

produção do livro didático (figura 02) exuense, que aproxima-se de conteúdos a respeito da história e geografia local. O livro foi distribuído principalmente nas escolas públicas de Exu-Pernambuco, no presente ano de 2022.

O livro *EXU CIDADE DA GENTE* dedica uma boa parte de seu conteúdo para a história indígena local. A produção do livro didático foi fruto de um trabalho envolvendo participação de alguns professores da cidade, nas suas referências bibliográficas também possui tantas alusões de trabalhos elaborados por exuenses, quanto alusões de fontes e documentos que hoje estão presentes em arquivos.

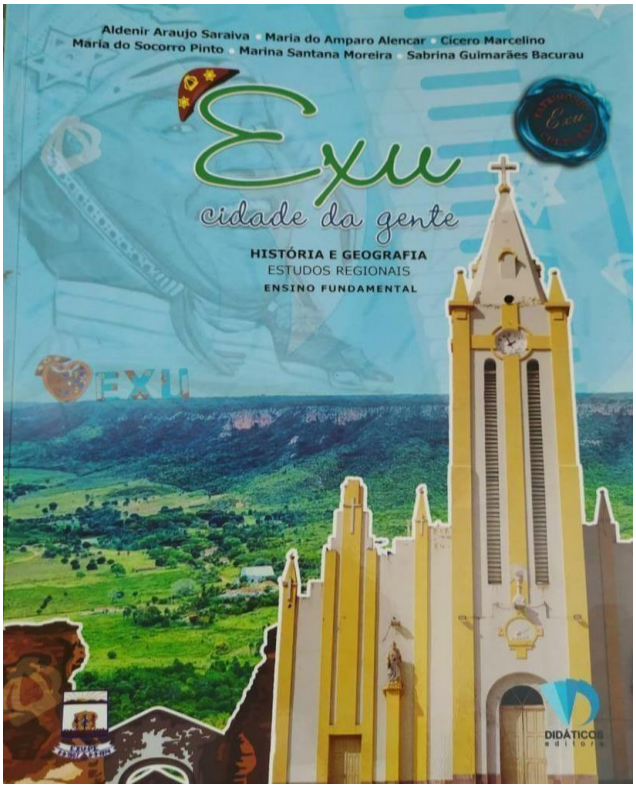


Figura 2. Livro didático sobre história e geografia de Exu/Pernambuco
Fonte: Biblioteca da escola municipal Bárbara de Alencar

A presença indígena nas páginas do livro didático *EXU CIDADE DA GENTE* segue um roteiro de consonância com as histórias repetidas pelos colonizadores, dedicando tópicos que desclassificam a cultura dos povos

originários, na segunda unidade com a tematica *"História e Memória"* o livro aborda perspectivas de progresso e um dos tópicos é nomeado de *"Festa para os invasores",* romantizando as invasões coloniais. Determinada problemática se torna preocupanteporque é refletida diretamente na educação, reproduzindo assim, a singularidade das relações coloniais a respeito da história dos povos indígenas. Nesse sentido, também se torna válido ressaltar palavras de lideranças indígenas, com referências de relações das estruturas colonialistas presentes no brasil:

> "Nega a qualidade da sua presença, o tipo de demanda que essa presença representa pro estado brasileiro, mas que nos meus estudos sobre a história dessa guerra sem fim que o estado brasileiro promove contra os povos originários, esses eventos, eles não nos surpreendem muito porque eles são uma repetição de uma espécie, assim, de incapacidade do concerto de povos que fundam a ideia de uma naçãobrasileira se constituir como uma nação de fato com algum entendimento da pluralidade, nós somos um país colonizado até o osso, isso quer dizer que a medula desses sujeitos que pensam o aparato do estado, ela é colonialista...".[14]

Ailton Krenak carrega uma grande ancestralidade nos seus discursos, na presente entrevista o indígena afirma que as relações colonialistas se refletem de forma nítida na atualidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo mostra a importância de se pesquisar e refletir a respeito do material produzido por memorialistas e sua reverberação em termos de produção de memória local no campo educacional, cultural e artístico. O

[14] Fórum de Ciências e Cultura da UFRJ. *'Fórum entrevista o ativista indígena Ailton Krenak'* – Youtube, 2019. Disponível em: < https://youtu.be/xBVr9ttsboY>. Acesso em: 05-09-2022.

trabalho apresenta uma pesquisa em andamento sobre como a memória da presença indígena é abordada no livro *Exu três séculos de história* publicado no ano de 2011 pela autora Thereza Oldam Alencar, assim como em outros materiais culturais e didáticos que se valem deste livro como referência. Destacamos, em nossa análise, a importância de salientar uma perspectiva crítica em torno das narrativas que são impostas pelo colonizador e tanto dialogar com alguns autores que estudam a temática em torno das experiências coloniais e o pensamento decolonial.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Thereza Oldam. Exu: três séculos de história. Exu-PE: Ed. Do Autor, 2011.

BANDEIRA, Muniz, Luiz Alberto. A Casa da Torre de Garcia D'Vila: A conquista dos sertões a independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Cia de Teatro e Dança Traquejo. Exu: Tabuleiro de auroras e utopias – Youtube, 2020. Disponível em: < https://youtu.be/pXHQuvBTK2g> Acesso em: 09-11-2022.

CONCEIÇÃO, Joelma Oliveira. Memorialismo: narração, ficção e história. Um estudo da memória urbana de jacobina através de escritores memorialistas. UNEB 2015. Monografia (graduação) - Universidade do Estado da Bahia. Curso de licenciatura plena em História. Jacobina-Ba. 2015.

D'Alessio, Marcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. Prof. História, São Paulo, 1998.

DOMINGUES, Viviane Pedroso. Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

DUSSEL, Enrique. *1492* o encobrimento do outro: e o mito da modernidade. La Paz: Plural Editores, 1994.

FONTES, Francisco Robério Saraiva. Itinerário do Brígida – subsídios para a história de Exu – coleção municípios do Araripe vol. I, Exu: Editoração Anunciado Robério Saraiva. Edição comemorativa, 2017.

Fórum de Ciências e Cultura da UFRJ. 'Fórum entrevista o ativista indígena Ailton Krenak' – Youtube, 2019. Disponível em: < https://youtu.be/xBVr9ttsboY>.Acesso em: 05-09-2022.

GOFF, Jacques. História e Memória. Editora da Unicamp – São Paulo, 1990.

KILOMBA, Grada - Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano / Grada Kilomba; tradução Jess Oliveira. - 1.ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NEXO JORNAL. 'Enquanto tiver gente no Brasil, vai ter presença indígena' – Entrevista com Ailton Krenak. Youtube, 2019. Disponível em: < https://youtu.be/urjJJwpGMJQ>. Acesso em: 08-09-2022.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

HOMICÍDIOS TEM COR: UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE GERENCIAMENTO NECRO-POLÍTICO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL EM INVESTIGAÇÕES DE CASOS HOMICÍDIOS EM FORTALEZA – CE

Deybson de Sousa Cavalcante[1]

RESUMO

O presente artigo é fruto de uma série de reflexões acerca da temática dos homicídios dolosos, ou seja, quando há a intenção de matar, na cidade Fortaleza – CE, fruto de atividades ainda da iniciação científicas, o artigo faz uma discussão a partir das taxas de homicídios dolosos associado aos modos de operacionalização dos (das) operadores do direito: policiais civis, defensores e etc., a fim de entender como se reverberam a práxis do racismo estrutural, Almeida (2019) e a necropolítica, Mbembe (2021) acerca do extermínio das juventudes negras. A pergunta norteadora desta pesquisa é: quem são os mortos por homicídio em Fortaleza Ce? O artigo busca mostrar que os as mortes por homicídio das juventudes negras não geram comoção social e que as altas taxas de homicídio são investigadas de modo operacional racista, entendendo as vidas negras como desimportantes no processo investigativo. Partimos metodologicamente de uma análise bibliográfica sobre as teorias empíricas em ciências socias que tratam das investigações em casos de homicídios e racismo, bem como de dados secundários a partir da elaboração de um relatório feito pela defensoria pública, por fim, analisamos criticamente os indicativos das taxas homicídios demonstrados nos dados apresentados a fim de reverberar criticamente os dados com um carácter denunciativo sobre a problemática dos homicídios das juventudes atrelados a raça. Entendemos que o sistema de justiça brasileiro representa uma instituição racista Almeida (2019), o fluxo de justiça criminal em casos de homicídio inicia-se na delegacia e finaliza-se no sistema penitenciário; Ribeiro (2010). Em todos os processos, faz-se necessário enegrecer o sistema de justiça, conforme aponta Lopes (2021),

[1] Bacharel em ciências Humanas, Formando em Antropologia – Unilab, Mestrando em Antropologia. Social – UFC/Unilab; e-mail: deybson.cavalcante@gmail.com

para luta antirracista.

Palavras Chave: Necropolítica, Racismo e Homicídio.

1. INTRODUÇÃO

> "Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como implantação e manifestação do poder."
> Achile Mbembe

O sistema de justiça criminal é racista. Quem faz o sistema de justiça criminal? advogados, juízes, defensores, delegados etc. Não se fazem necessários grandes esforços de dados para perceber que a maioria dos atores do fluxo de justiça criminal são: homens, brancos e héteros sexuais. O que isso significa? Significa perceber que o gerenciamento

do estado é racista. As verdades sobre os mortos assassinados e os vivos assassinos é necessária. No entanto, quando discutimos que a maioria das vítimas são negras, entendemos que há um gerenciamento necro-estatal e racista, fazendo-se necessário discutir e empretecer o sistema de justiça criminal. Quando falamos em homicídio entendemos que essa categoria evoca uma diversidade de sentidos classificatórios: feminicídios, homicídios intencionais, não intencionais, infanticídio etc.

Várias classificações e um marcador para todos: o racismo. No Brasil, as comoções sociais não contemplam os corpos negros, as mortes negras são "justificadas", pois estas estão historicamente associadas ao *ethos moral* que justifica as mortes pela falsa impressão de associação com atividades ligadas ao crime. Essa imaginação que na realidade não comtempla as diversas realidades de corpos ceifados, é rasa e superficial, pois, as diversas informações que são incorporadas em relatórios, inquéritos e demais documentos não nos parece dar conta de uma realidade social localizada, então, as generalizações são na realidade, uma tentativa de justificar a

ausência de responsabilização sobre as investigações nas mortes. O Instituto Sou da Paz, nos revela os riscos que existem para uma nação que não tem a efetiva elucidação dos crimes contra a vida. Fazendo uma reflexão local, é perceptível o quanto existem despautérios com a vida das juventudes e populações negras em relação a investigação e prevenção aos homicídios.

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, houve no Brasil um aumento de 4% em 2020, em relação ao ano anterior, das taxas de homicídio. Essa tendência de crescimento ocupa um cenário de crescentes ondas de homicídios atrelada às diversas questões que giram no entorno da problemática, tendo em vista que em anos anteriores houve uma queda considerável dos níveis de homicídio (FBSP, 2021, p.21). O crescente aumento é uma situação que merece ser questionada sobretudo quando se pensa essa categoria associada ao marcador de raça. O estado do Ceará, ainda segundo os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ocupa a maior taxa de homicídios por habitante do Brasil, já o aumento em 2020 em relação a 2019 foi de 75,1% (FBSP, 2021, p.22).

O relatório que iremos utilizar para a produção desse ensaio, fez uma pesquisa com cento e oitenta casos de homicídio na cidade de Fortaleza, a escolha dos casos foi feia de modo aleatório, os dados que revelam a maioria de casos de homicídio com pessoas negras e pardas, nos revela como se operacionaliza a regulação da vida e da morte.

2. HOMICÍDIOS: RACISMO E GERENCIAMENTO NECRO-ESTATAL

A vida pode até ser regulada temporalmente e acabar/ser acabada, a morte não! A morte não acaba e nem é o fim! A morte continua na vida: nos papéis, nos dados e em quem os faz, ou deixa de fazer. A morte continua

presente em cada familiar que enfrenta as ausências de respostas e a dor dos números casos de homicídios. Há uma diversidade de estudos que desde o começo das reflexões em ciências sociais e antropologia fazem referência os sentidos e as liminaridades ritualísticas da morte. Tirar a vida de alguém é (ou deveria ser) um fenômeno de comoção social, entretanto, as operacionalidades judiciais são parciais e operacionalizam corpos capazes ou não de gerar comoção. Corpos negros não geram comoções.

Nossa assertiva concretiza-se ao problematizar o que se ver de resultados. Falamos em homicídios, elucidação, prevenção e em segurança pública, esquecemos de falar sobre quem está morrendo. Quem morre é a juventude negra. Fazendo uma análise de dados secundários[2], trata-se de um relatório produzido pela Defensoria Pública do Estado do Ceará, produzidos neste ensaio, uma reflexão através de 180 inquéritos policiais analisados pelo programa Rede Acolhe[3] da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Antes de tudo é importante perceber que o sistema de justiça criminal para casos de homicídios, ocorre da seguinte forma: quando ocorre um crime a polícia militar fica a cargo de resguardar o local em seguida iniciam-se as diligências investigativas essas são realizadas pela polícia cível após as apurações seguem para o ministério público para depois seguirem para a justiça e em seguida para só então chegar ao sistema penitenciário.

---

[2] Sobre isso é importante elucidar que a noção de dados secundários que iriei expor é somente no sentido de entender que como não estive na elaboração desses dados estou usando esse termo, no entanto, faz se necessário elucidar ao leitor e a leitora que esses dados que foram produzidos foram elaborados com partilha com os movimentos sociais e acadêmicos em ocasiões de seminários, cursos e formações e em demais espaços em que acompanhei durante a produção e da divulgação dos dados. Esse processo de acompanhamento atento também é uma forma de se fazer o eu pesquisador.

[3] O Rede acolhe é um programa de atenção integral as vítimas de Violência em Fortaleza Ceará. Entre suas atividades estão as análises de casos de homicídios levando-se em consideração atenuantes ligas aos marcadores intersecionais, como gênero, classe e raça.

A reflexão antropológica e sociológica que propomos realizar aqui é de estranhamento das demandas locais, do estranhamento do familiar. Uma cidade que prepara todo um arcabouço para se operacionalizar institucionalmente e para gerenciar todo um fluxo de justiça para casos de homicídios nos requer pensar e acionar as noções de necro-política e regulação da vida, desenvolvida por Achile Mbemb (2019).

Entender o sistema de justiça para além do sentido simbólico nos leva a entender que os aparatos dos estados e dos modelos de segurança adotam em suas estruturas internas o uso da força, dos saberes jurisprudências e das institucionalizações materiais e simbólicas da vida e da morte em esquemas organizativos: papeis, inquéritos, ações penais, mandados de prisão e etc

Todas essas ferramentas em dadas ocasiões, funcionam como uma política de "segurança" para suas populações. Ocorre que, por vezes, os *ethos morais* utilizados para legitimar essas políticas de segurança podem acabar reforçando e cristalizando alguns estereótipos, segregações, inimizades e até mesmo extermínio de determinados tipos de atuação do direito nas respostas dos homicídios e na prevenção desses, portanto, o amparo do estado cristaliza a ideia de necro-estado.

Quando recorremos ao termo necro-política, é no questionamento se o Estado possui ou não "licença pra matar" em prol de um discurso de ordem, (Mbemb, 2019), e entendemos também que a morte consumada não termina ali, a morte segue, e permanece em quem a administra.

Sobre os dados: o relatório produzido pela defensoria pública; Em busca por justiça: Investigação dos crimes violentos em Fortaleza: um olhar da Defensoria Pública do Ceará. Realizou uma pesquisa com cento e oitenta casos de homicídios, dos quais foram escolhidos aleatoriamente no site que

gerencia os casos de homicídios o Portal E saj. Esse portal oferece dados parciais a depender do tipo de tramitação sobre o caso, (se em segredo de justiça ou não), no entanto, nem todas as informações sobre um caso de homicídio estão disponíveis para qualquer cidadão pesquisar, determinadas informações em certas circunstâncias só podem ser acessadas por integrantes do sistema de justiça. Há um outro sítio eletrônico no estado do Ceará, que oferece os informativos sobre os dados das vítimas: a Secretaria de Segurança Pública, este todos podem visualizar, no entanto lá são informados apenas: idade, sexo, nome e um número que informa a guia cadavérica. Não há informações sobre a cor das vítimas.

O relatório elaborado pelo programa realizado pela defensoria conseguiu acesso a informações sobre a cor das vítimas que estão contidas no inquérito policial. São analisados 180 casos aleatórios de casos de homicídio em Fortaleza- CE. Desses cento e oitenta casos 147 são de negros e pardos, representando um total de 81,67% dos casos estuados, (DPEC, 2021), isso nos informa que dessas 180 vítimas muito mais da metade são negras, com ensino fundamental incompleto e com menos de 29 anos de idade.

Logo, entendemos que Necro-política é o poder de ditar quem pode viver, com base no biopoder e em suas tecnologias de controlar populações, o deixar morrer se torna aceitável e prolongável (Mbemeb, 2019), Mas, importante lembrar que o fazer morrer não é aceitável a todos os corpos. O corpo matável é aquele que está em risco de morte a todo instante devido ao parâmetro definidor primordial pela cor.

O objetivo de provocar a destruição de alguns grupos se configura em não oferecer importância para as vidas ceifadas. Essas estruturas são formas contemporâneas de evidências de vidas sobrepostas ao poder da morte em

seus determinados mundos de morte, ou seja, formas de existência nas quais vastas populações que sofrem com as ausências de respostas são submetidas às condições de vida forçosamente obrigadas a conviver com os mortos em vida, em outras palavras: condenadas a viver com dor causada pela morte e pelas ausências.

O que tem feito o estado se não criado zonas de morte. Mebemb (2019), entende que as normas para a sociedade racista faz da política um projeto de autonomia por meio de um acordo coletivo, o que é diferente de um estado conflitivo, mas que não deixa de ser um estado de morte.

O autor nos leva a pensar que quem morre nessas zonas de morte programada parece ser aceito como um mecanismo de segurança. Logo, refletindo nos dispostos que aqui elencamos, seguimos tecendo uma crítica ao material produzido pela Defensoria Pública do Estado do Ceará, (DPEC, 2021, p.52) é relatado: “RECOMENDAÇÕES À SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ” é uma espécie de indicação de recomendações para a secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará. A despeito de todos os dados que são produzidos pela própria defensoria sobre a maioria dos casos de homicídios serem de negros e pardos, o relatórios nas partes específicas as recomendações não faz referências a criação de estratégias de divulgação dos dados que fazem referência a cor da vítima. Isso pode parece um tanto desimportante, mas na nossa concepção dados como esses e de fácil acesso são as formas mais honestas de divulgação das informações.

Retomando novamente as discussões sobre os sítios eletrônicos de divulgação de dadossobre homicídios, é necessário discutir e elucidar ao nosso leitor em relação ao sítio da Secretaria de Segurança Pública há informações que se limitam ao nome da vítima e idade. Nosso ponto de

reflexão sobre essa assertiva se faz na necessidade de apresentação dos dados sobre pessoas negras assassinadas. Como já elucidamos anteriormente, os dados que encontramos no relatório que foi produzido pela defensoria do Estado do Ceará, revelam que dos 180 casos analisados, 147 são negras e pardas. A equipe de pesquisa para ter acesso a esses informadores de raça, necessitou de uma investigações dentro dos próprios inquéritos, (DPEC, 2021), ou seja, esses dados não são divulgados com frequência pela Secretária de Segurança.

Tal situação nos remete mais uma vez ao conceitualização da instrumentalização racista e da criação desse dito inimigo político marcado pelo racismo Mbemb (2019). A necro-política encontra terreno sólido para a criação de um estado de morte regulado pela legitimação quando não apresenta e nem discute os dados que revelam quem morre.

Questionar localmente os gerenciamentos é uma forma de situar os ativismos. Seguimos pensando que problematizar questões localizadas é o cerne de uma construção antropológica e sociológica combativa muito pelas linhas de Achei Mafeje, ao discorrer sobre as contribuições de uma ontologia combativa (BORGES, el al, 2015), falam que as constituições sociais que desafiam nossas elaborações dialéticas e dualistas, vem sendo encarceradas em estreitos trajetos e claustrofóbicos por meio de epistemologias voltadas para a classificação e a interpretação do outro descaracterizado e ausente. Esta ideia de alteridade segrega os sujeitos.

Portanto, nossa ideia é que a ausência de informadores capazes de sinalizar qual é a cor dos seres humanos assassinados, e a cristalização do racismo estrutural Almeida (2019), pois se o relatório produzido e aqui problematizado nos revela o indicativo de pessoas negras assassinadas, sendo este, elaborado a custas de um investigação científica, nos revela que

os dados existem, porém não são sistematicamente sinalizados em sítios eletrônicos de maior acesso como o da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Faz se necessário questionar o que representa a ausência desses dados.

3. ENEGRECER O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL

Entendemos que o sistema de justiça é um sistema que isola circunstancialmente a população negra e parda. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública nos revelam que 37% do efetivo das polícias é negra, (FBSP, 2021). Importante perceber que a categoria polícia investe diversas organizações: civis, militares, federais etc. mesmo a polícia tendo um percentual significativa de negros e negras, essa parcela não pode ser suficiente quando falamos em ciclo de justiça criminal para casos de homicídios.

Como já elucidamos, ao falar de fluxo de justiça entendemos que, estes ciclos não se realizam somente na polícia, a fim de informação separamos abaixo a afigura 1, produzida e elaborado por (Ribeiro e Silva 2010, p15)

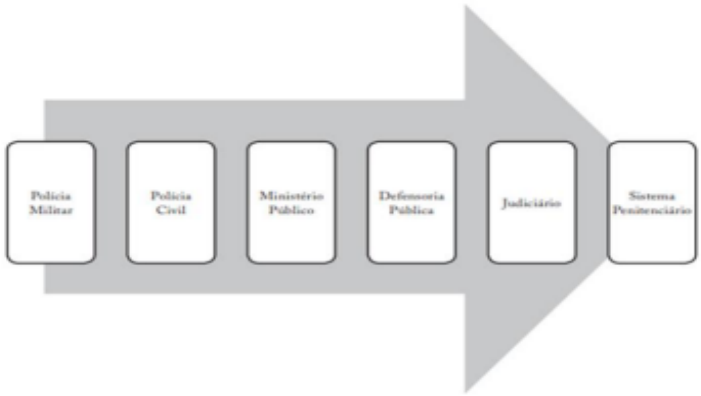


Figura 1.
Fonte: (Ribeiro e Silva 2010, p.15)

Na figura, conseguimos perceber qual o ciclo de justiça criminal para

um caso de homicídio, vejamos que a polícia é apenas uma das etapas da investigação, as demais etapas de um caso envolvem diversos órgãos e estes marcados pelas diversas formas de racismo que instalam em institucionalidades.

Ao questionar as interpelações entre raça e direito Lopes (2021), nos assegura que é necessário a interrupção do fluxo da branquitude nesses espaços, ao acionarmos pensadoras negras, para apresentar a raça como mecanismo disruptivo do direito e do sistema de justiça. Sobre essa questão (LOPES, 2021, p.88,) discorre assertivamente quando fala que:

> No Brasil, a prática jurídica cotidiana é permeada por exemplos que comprovam essa crítica. Condenações baseadas na raça, na classe e no gênero refletem a racionalidade jurídica que, ao se declarar abstrata, neutra e universal, marginaliza os sujeitos que escapam à norma hétero/branco/cis/burguesa em que o direito se estrutura. Desse modo, apesar da racionalidade jurídica se promover como universalista, neutra e abstrata, quando estamos diante de processos de marginalização dos sujeitos indesejados pelo sistema, tais premissas caem por terra, evidenciando a face particularista do direito.

O que a autora nos leva a refletir em carácter particularista do direito se materializa na vida cotidiana, para além de questões que envolvem homicídios, devemos estar atentos e atentas aos modos como o racismo opera em uma perspectiva individual, podendo se manifestar institucionalmente (Almeida, 2019), portanto, entendemos que quando aciona se a administração de um caso de homicídio que deveria ter-se repostas e estas estão ausentes, entendemos que essa é a masterização do racismo institucional que opera nas diversas etapas de um fluxo de justiça criminal para um caso de homicídio.

Para uma efetiva mudança desse cenário em um sentidos rupturas, acreditamos que enegrecer o sistema de justiça seja uma alternativa, um

sistema de justiça enegrecido atento e preocupado com as questões raciais. Sobre isso, (LOPES, 2021, p. 93) nos informa:

> Para que haja disrupção dos padrões racistas, a instituição deve incorporar ações que vão desde o processo de recrutamento e seleção aos cargos de juízes e servidores, passando pela reestruturação dos critérios de promoção e ascensão da carreira, voltadas à inclusão de juízes/as negros/as ao desembargo e aos órgãos de cúpula (Conselho Nacional de Justiça – CNJ; Tribunais Superiores, etc.), garantindo, dessa forma, a possibilidade de que essas instituições representem valores pautados na diversidade e na inclusão das diferenças. As ações afirmativas33 constituem o veículo legal para que essa mudança se inicie

É necessário portanto, que estejamos atentos e atentas aos sistemas de acesso a estes espaços e de fortalecimento de ações afirmativas. Como a autora no sugere: o fortalecimento das ações afirmativas para cargos é uma alternativa de enegrecimento do sistema de justiça.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Fortaleza no estado do Ceará é uma cidade desigual, as diversas formas de racismo que interpelam a vida de quem sofre cotidianamente o racismo revelam o quanto há institucionalidade nas produções de verdades sobre as mortes. A necro politica se materializa nas ausências de respostas no sistema de justiça que é majoritariamente branco, e, pautado em um modelo de investigação e gerenciamento infectado pelo racismo estrutural. Imaginamos que toda e qualquer medida que não revele os marcadores de raça para casos de homicídio podem significar um gerenciamento marcado pelo racismo estrutural Almeida (2019) e necro-estatal. Nossa sugestão é que o enegrecimento do sistema de justiça possa assegurar estratégias de mudanças e reparações comprometidas, teoricamente, afetivamente e politicamente com a vida em vida e não com a morte em vida.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BORGES, Antonádia et al. Pós-Antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa. **Sociedade e Estado**, v. 30, p. 347-369, 2015.

DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO CEARÁ. **Relatório**: Em busca por justiça Investigação dos crimes violentos em Fortaleza: um olhar da defensoria pública. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: 2021. São Paulo.

LOPES, Twig Santos. Enegrecer o Direito: o Sistema de Justiça em perspectiva antirracista. **Ayé: Revista de Antropologia**, v. 3, n. 01, 2021.

MISSE, Michel. O inquérito policial no Brasil: resultados gerais de uma pesquisa. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 3, n. 7, p. 35- 50, 2010.

IDENTIDADE DO POVO BRASA (BALANTA): DANÇA DE KUSSUNDÉ

João N'Bundé[1]
Wilma Graciete Silva Gomes[2]
Lívia Paulia Dias Ribeiro [3]

RESUMO

O objetivo deste trabalho é contextualizar a dança kussundé, que é uma das manifestações identitárias do povo brassa, na Guiné-Bissau, dentro do arcabouço do ensino de ciências da natureza, contemplando a Lei nº10.639/03. O país Guiné-Bissau, situado na costa ocidental da África, possui cerca de dois milhões da população e mais de trinta (30) etnias. Entre essas etnias o povo brassa (balantas) contém cerca de 30% da população total, sendo o grupo etnico com maior número de povo guineense. O kussundé é compreendido como uma festa-dança realizada de forma competitiva para a comemoração do bom ano da colheita de arroz nas tabancas (aldeias) e nas comunidades vizinhas, usam recursos naturais para enfeites e decoração da pele e instrumentos. Existem duas formas de dança de kussundé: uma é feita entre os moradores da mesma aldeia e outra de aldeias diferentes. Ela surgiu como forma de fazer amizade entre tabancas, trocas de conhecimento e ensinar a cultura para as crianças. A união de todas essas características potencializa o emprego da dança kussundé como estratégia metodológica do ensino de ciências da natureza, principalmente com abordagem dos conteúdos como importância da agricultura, uso da biodiversidade para produção de vestes, enfeites e pigmentos, influências climáticas na produção de alimentos, e muitos outros, baseados em conhecimentos e cultura africanos.

Palavras chaves: Brassa, dança kussundé, Guiné-Bissau.

[1] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Curso de Licenciatura em Química. E-mail: nbundejoao@gmail.com
[2] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Curso de Licenciatura em Química. E-mail: wilmagrasilva18@gmail.com
[3] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Curso de Licenciatura em Química. E-mail: liviapaulia@unila.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho fala da identidade do povo Brassa e dança de Kussundé, contemplando a Lei nº10.639/03. A Guiné-Bissau é um país muito rico em termos culturais, linguísticos e entre outros. Geograficamente, é um país situado na costa ocidental da África, tem como capital Bissau, o clima é tropical, também é um país plano que contém mais de 80 ilhas e ilhéus. A língua oficial falada é o Português, porém o criolo é considerado como língua de unidade nacional ou materna por ser a mais falada para além das línguas étnicas. Ao norte faz fronteira com o Senegal, ao leste e sul com Guiné-Conacry, e ao Oeste com o oceano Atlântico. Possui cerca de dois milhões da população e mais de trinta (30) etnias. Entre essas etnias o povo brassa (balantas) contém cerca de 30% da população total, sendo o grupo etnico com maior número de povo guineense. Os Brassa (Balantas), segundo alguns relatos, são povos originários do Sudão, Egito e Etiópia que migraram a partir do século X a XIV para o norte da Guiné-Bissau.

A organização social deste povo é conhecido pela sua forma horizontal, por não possuir um chefe ou líder, também é um grupo etnico rico em diversas culturas entre as quais: Dança de Kussundé, Fibaláck (canta pó), Broska, Fô (fanado ou circuncisão masculino), Kpaass (prática de agricultura), Kin-Nghaie (fase de diversão juvenil), N'ghatchêe (luta livre) e Singhi Critch (toca choro), esses costumes são identidades desse povo. Cada uma destas culturas têm modalidades diferentes de acordo com as suas manifestações ou práticas, este artigo trata especificamente de "Dança Kussundé".

O kussundé é uma dança realizada de forma competitiva para a comemoração do bom ano de colheita de arroz nas tabancas (aldeias) e nas

comunidades vizinhas. Esta dança foi criada pelos nossos antepassados desde os primeiros Balantas existentes no mundo, até hoje em dia, ou seja, esta dança foi criada para partilhar as ideias e amizades entre habitantes das aldeias, principalmente para mostrar os talentos das novas gerações.

2. METODOLOGIA

A metodologia é realizada por pesquisa exploratória baseada em pesquisa bibliográfica, etnográfica e relato de experiência de um membro balanta e mais os relatos repassados por familiares através das histórias contadas por antepassados.

3. DESENVOLVIMENTO

Os brassa (balantas) se identificam pelas suas próprias culturas, este povo é um grupo etnico vindo do exterior, principalmente da Etiópia, pela emancipação de outros reinos que não facilitava as suas vidas de acordo com as suas organizações sociais (CAMMILLERI, 2010). Chegaram à Guiné-Bissau entre os séculos X e XIV e se expandiram para diferentes partes do país a partir do século XIX a procura de novos espaços para a agricultura. Como explica Cammilleri apud Sia (2017), estes povos fugiram dos seus adversários não só pela expansão dos outros reinos, mas a procura de um novo espaço adequado para agricultura. Os Balanta atualmente são considerados como os principais cultivadores do arroz, ou “Malu” na língua Balanta.

O Brassa (Balantas), segundo alguns relatos, são povos originários do Sudão, Egito e Etiópia que migraram a partir de século X a XIV para a norte da Guiné-Bissau, fugindo de alguns reinos e outra coisa que os levaram à emigrar é a busca de melhor terra para cultivar (trabalho de campo ou

lavoura), como ilustrada na figura 1, e para criação dos gados. Denominado atualmente como “Balantas” que literalmente significa os que resistem ou os que não gostam de obrigações, imperatividade, esse grupo etnico não possui nenhum chefe e nem líder ou melhor eles não gostam de ser chefiados com ordens individuais as decisões costumam ser discutidas e aprovadas no conselho dos anciãos.

Figura 1. Época de lavoura
Fonte: Governo de Guiné-Bissau

A dança kussundé é composta por seis (06) modalidades de danças para comemorar a boa colheita de arroz (malú), essa dança costuma ser concurso que pode ser do seguinte modo: um grupo dentro de uma aldeia, dois grupos da mesma aldeia de M’duff-M’duff (faixas etárias diferente) e pode ser também dois grupos de aldeias diferentes, mas que historicamente devem ser amigos de dança entre as aldeias desde os seus antepassados para não criar conflitos entre eles segundo Cam-nate Quadé (Bitchassan).

Figura 2. Comemoração da Colheita
Fonte: Governo da Guiné-Bissau

Figura 3. Colheita de Arroz
Fonte: Governo da Guiné-Bissau

Os instrumentos utilizados na dança são: bumbulum menor, chifre de carneiro, braçadeira sonora, coco de manga amarrada nos pés, espelho, pano de pinte, lenço, pano basan, búzio, malila. Como relato de experiência, o membro balanta descreveu que a dança de kussundé, nos primeiros dias

se começa a noite na Fitambra (no campo de luta livre) conhecido como lugar de treinamento dos N'ghaies, mas não deve ser qualquer espaço, essa dança de Fitambra deve ser aproximadamente a um mês ou melhor para eles antigamente chamam do nascimento da lua e a morte da lua. Ao completar um mês começam a dançar em casa também à noite com toques de Findong (tambor), Fbaam (madeirinhas para bater as palmas) e Inkilin (bombolom pequeno apropriado para uso de tal).

O primeiro dia de kussundé no período da manhã costuma ter as apresentações das danças de todas as modalidades que foram ensinadas a noite, e sempre começa a partir das 07 horas até as 11 horas chamada Buerte kussundé (amanheceu o kussundé). A palavra "Kussundé" para Balantas ou Brassa significa literalmente viola, usada por jovens Brassa. Todas as pessoas que participarem são júris, eles vão contar o grupo vencedor e o melhor dançarino em cada grupo para comparar, e o grupo que tiver mais concentração das pessoas será vencedor de kussundé (Bi-pôck-kussundé) como mostra a figura 4 abaixo.

Figura 4. Fotografia de um jovem (N'ghaie) que toca o instrumento kussundé.
Fonte: Luís Garcia

4. DANY N'GHAIE

É a modalidade principal de Kussundé que começa logo no primeiro dia, essa dança é conhecida como dança dos jovens masculino, é onde ocorrem concursos internos e externos dentro de cada grupo e entre grupos diferentes. Os júris são todos os participantes que estão assistir Dany Nghaie, vão eleger quem é o melhor dançarino e o seu grupo provavelmente será vencedor, essa dança, de acordo com costume práticos, começa a tarde com os horários combinados do início da dança à fim. Eles vestem os peles dos animais, pequenos tubos ou mangueiras, pedaços de mosaico, chifres dos carneiros de acordo com a ilustração da figura 5 e 6.

Figura 5. Ilustração da dança
Fonte: Cabaz Garandi

Figura 6. Detalhes do Vestuário
Fonte: Cabaz Garandi

5. DANY KUSSUNDÉ OU DANÇA DE SAT-TA

É uma das modalidades das mulheres jovens, que só apresenta concurso interno entre dançarinas, não tem concurso dos grupos diferentes ou das aldeias diferentes. É a primeira dança a acontecer no segundo dia, as mulheres ficam todas arrumadas e sentadas. Ilustrada na figura 7 e 8.

Figura 7. Dança de mulheres Jovens
Fonte: Marco Forlin

Figura 8. Dança Sat-ta
Fonte: Marco Forlin

6. DANY M'PEBE

Dança de adolocentes ou pode-se chamar de dança homogênea, é a dança que junta os meninos e as meninas para dançar juntos em combinação, também só possui concurso interno não tem entre grupos (FORLIN 2011). Ilustrada na figura 9 e 10.

Figura 9. Dança de Adolescentes
Fonte: Marco Forlin

Figura 10. Dança Dany M'pebe
Fonte: Marco Forlin

7. Dany Kissog

Dança dos Bilufu Bidan (dança de última cama juvenil ou melhor os que já estão à espera do ritual do fanado para se tornar Lante Dan, que significa sábios ancião), não é concursado entre grupos, só interna. Ilustrada na figura 11.

Figura 11. Dança Dany Kissog (transição da fase juvenil)
Fonte: Julio Sambu

8. NGUATCH OU MKPUM

Essa modalidade é das crianças, será dado um espaço no segundo dia para elas dançarem e se divertirem. Mas para os balantas (brassa) do sul é a mesma coisa com M'pebe, mas para balantas do norte são duas coisas diferentes, só que todos que estão no sul saíram do norte, então do norte é mais antigo. Esta modalidade possui concurso interno, é uma dança homogênea das crianças, meninos e meninas.

Figura 12. Dança de crianças
Fonte: Mário Casaretto

9. N'GHATCHE

É uma prática desportiva de luta livre da primeira camada juvenil, sempre ocorre concurso entre tabancas ou aldeias diferentes com toques dos chifres de bois, casa das tartarugas, sinos e entre outros, como mostra a legenda da figura 13, pois, acontece no primeiro e no segundo dia de kussundé de manhã à tarde.

Figura 13. Manifestação para luta livre
Fonte: Cabaz Garandi

Figura 14. Nghatcheê ou luta livre
Fonte: Festival de Bissorã

Os materiais utilizados na dança desde os vestuários, pigmentos é uma biodiversidade oriundos da natureza que tem tudo haver com a química, considerando que os ensinamentos químicos vão muito além dos laboratórios com experimentos montados.

A contextualização da dança para detalhamento dos conhecimentos

sobre composição química dos pigmentos e estudo das principais funções orgânicas dos compostos é uma excelente estratégia de ensino-aprendizagem.

Propor discussão em sala sobre a influência do clima na produção de alimentos e relacionar a cultura do povo balanta em agradecer a colheita são também importantes estratégias para ensino de ciências contemplando a Lei 10.639/03.

10. CONCLUSÕES

A verificação da Lei nº10.639/03 no ensino de ciências da natureza é interesse e necessário para o ensino da história e cultura Afro-Brasileira e Africana, pois ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade, sem contar que é uma forma de combater o racismo. É importante destacar o papel da escola na formação ética dos alunos pelo respeito às diferenças etno-racial, a valorização da cultura e história, visto que nenhuma cultura é superior.

Para a etnia Brassa (balanta) de Guiné-Bissau a dança kussundé serve para comemorar o ano de prosperidade e fartura, como são povos camponeses, então isso é uma forma de mostrar seus contentamento, suas culturas para outras etnias e a sociedade.

O ensino de ciências da natureza contextualizado pela cultura, conhecimentos de povos africanos colabora com os princípios do ensino decolonial, pela valorização da ciência não europeia nas diversas áreas do conhecimento, principalmente quando estuda o uso da biodiversidade como recurso para produção de materiais, tinturas e instrumentos.

11. REFERÊNCIAS

CAMMILLERI, Salvatore. **A identidade cultural do povo balanta**. Lisboa: Colibri, 2010.

FORLIN, Marco. **Kussundé, Guiné-Bissau**. 2011. Disponível em:. Acesso em: 28 ago, 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. **Educação Anti-Racista:** Caminhos Abertos pela Lei Federal no 10.639/03. Brasília, DF: 2005. p. 21-37.

SIA, Isna Gabriel. **Danças do povo Brasa (Balanta) da Guiné-Bissau na contemporaneidade:** Kussundé, Kanta Pó e Broska. 2016.

(IN)VISIBILIDADES NEGRAS: O MOVIMENTO DE VISIBILIDADE DOS (AS) AUTORES (AS) NEGROS (AS) A PARTIR DAS PRODUÇÕES TEXTUAIS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – URCA

Sabrina Maria Monte[1]
Maria Gabriela Vieira Leite[2]
Maria Raine Felix Bezerra[3]

RESUMO

o movimento de visibilidade das obras e produções textuais de autores(as) negros(as), iniciou-se a partir das reivindicações dos estudantes negros e não-negros que impuseram a importância das epistemologias negras, para além do cânone. No entanto, apesar das reivindicações das literaturas negras nas universidades, os professores não acatavam, pois não os conheciam, não fazia parte da sua formação. Logo, os acadêmicos negros destacam em suas produções textuais os autores invisibilizados, pois, isso se torna um movimento político de notoriedade de diversos autores. As teorias clássicas de origem europeia são reproduzidas constantemente nas produções acadêmicas, desse modo, o movimento de visibilidade negra faz a mesma reprodução com os autores negros, pois, quanto mais citações, mais a circulação das ideias e até mesmo dos próprios autores. Dessa maneira, busco através de formulários se os estudantes do curso de Ciências Sociais da Universidade Regional do Cariri – URCA, fazem o uso de referências negras em suas produções textuais. A) o objetivo desse trabalho é compreender se os autores(as) são invisibilizados no curso de Ciências Sociais – URCA, b) se há o movimento acadêmico de visibilidade negra, c) as mobilizações para a inclusão dos autores negros.

PALAVRAS-CHAVES: Epistemologias Negras; Visibilidade; Clássicos.

[1] Universidade Estadual do Ceará - sabrinamonte148@gmail.com
[2] Universidade Estadual do Ceará - mariagvleite@gmail.com
[3] Universidade Estadual do Ceará - bezerra.m.r.f@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A priori, busquei estudantes do curso de Ciências Sociais da Universidade Regional do Cariri – URCA para responder o questionário acerca da temática. O curso de Ciências Sociais, possui quatro salas, todas elas homenageiam sociólogos, antropólogos e políticos relevantes para o curso, respectivamente, eram: Gilberto Freire, Gilberto Velho, Graça Cabral e a outra estava sem nome. No entanto, no início do semestre do ano de 2022, o Centro Acadêmico de Ciências Sociais Florestan Fernandes, reativou (estava desativado) e pautaram na Assembleia Geral do curso sobre possíveis mudanças dos nomes das salas, já que, alguns estudantes demostravam incômodos sobre a sala Gilberto Freire, eles reafirmavam que o mesmo é racista e sexista, logo, não é interessante homenageá-lo.

O Centro Acadêmico – CA é uma entidade de representação do curso, ou seja, quando os estudantes reivindicam demandas, o CA é obrigado a acatar suas falas e repassar para a coordenação do curso. O CA homenageia o sociólogo Florestan Fernandes, no entanto, estudantes do curso estão organizando uma nova Assembleia Geral para a mudança de nomes, a proposta é homenagear Lélia Gonzales, autora negra.

A representatividade de autores negros no curso de Ciências Sociais é de suma importância para ampliar o conhecimento, para além dos clássicos. O CA pontua que a representatividade faz com que os estudantes busquem lê-los e até interessa-los para a construção do quadro teórico. Antes da Assembleia Geral, a proposta do CA é realizar um estudo das obras de Lélia Gonzales para os estudantes do curso saberem quem foi/é essa autora, saliento, outros estudantes podem sugerir possíveis nomes para o Centro Acadêmico.

Apliquei cinco questionários para os estudantes que irão qualificar, nisso, é possível identificar os autores negros, como: Bell Hooks, Grada Kilomba, Lêda Maria Martins, Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento e os autores da coleção *feminismo plurais* da Djamila Ribeiro.

2. SALA:

2.1. Gilberto Freire: contribuições para um debate racista e sexista.

O nome da sala Gilberto Freire foi escolhido pela primeira turma do curso de Ciências Sociais, desde já, saliento que não conseguir contato com quaisquer estudantes da primeira turma. A mudança do nome da sala se deu pelo incomodo dos estudantes em relação ao pensamento de Gilberto Freire.

Resumidamente, contextualizo algumas inquietações de sua obra, Casa Grande Senzala (1933), o autor descreveu intensamente aspectos estruturais acerca da formação da sociedade brasileira. Esta obra foi/é considerada uma das maiores referencias de estudo acerca da percepção/construção da formação brasileira. O autor formulou teorias, que foram criticadas e/ou enaltecidas na sua época, permanecendo até na contemporaneidade.

Gilberto Freyre, afirma, a invasão dos portugueses ocasionou mudanças na cultura de ambos (povos originários e portugueses), pois, eles tiveram que se adaptar para comunicar-se. E mais, as relações sexuais eram frequentes, principalmente, quando os portugueses adentraram para tomar o território, dessa maneira, o autor afirma que: “o ambiente que começou a vida brasileira foi de quase intoxicação sexual”. Está afirmação,

posteriormente, resultará no que será conceituado de “equilíbrio de antagonismo” e “democracia racial”, teses defendidas pelo Gilberto Freyre, entretanto, antes de adentrar nesses conceitos, irei refletir sobre as mudanças de culturas e a invasão portuguesa.

Os povos originários organizavam-se em tribos, dessa maneira, havia disputas, rituais religiosos de iniciação a vida ou a morte, gratificação a natureza, enfim, diversas particularidades que eles realizavam enquanto costumes. Dessa maneira, com a invasão portuguesa, os colonizadores observaram todos os rituais, principalmente de sobrevivência, dado que, com os conhecimentos adquiridos, iniciou-se o processo de ocupação territorial. De princípio, os invasores ridicularizaram e demonizaram a cultura dos povos originários, em que, usaram da justificativa a ausência da alma nos seus corpos. Com isso, caracterizou o processo violento de colonização.

O autor, enfatiza, a sociedade brasileira se desenvolveu a partir da chegada dos portugueses, pois eles conseguiram o grande latifúndio e a propriedade privada. Os europeus eram considerados civilizados por causa da sua cultura. Então, quando existe a superioridade de uma raça, consequentemente, existe relações de poder. Devido a supremacia dos europeus, a submissão iniciou-se com a violação dos corpos indígenas, da cultura e principalmente das terras. Os indígenas, ficaram até o século XVII servindo diretamente aos portugueses.

A partir do século XVII, africanos escravizados foram encaminhados para o território brasileiro, pois iniciava as plantações e exportações, esse momento, para o autor é de suma importância para o desenvolvimento da sociedade. Entretanto, as violências físicas, sexuais e morais se fixaram, considerando que, já era existente com os/as indígenas. Nisso, o autor irá

elogiar a flexibilidade dos portugueses, pois eles conseguiram manter contatos com as duas etnias. No mais, o autor elogia a forma que os portugueses colonizaram, pois, eles se adaptaram ao clima, as comidas típicas e as formas de higienização, além disso, surgiram os primeiros proprietários rurais. Dessa forma, o autor irá defender a miscigenação, pois, foi através deste processo de colonização que surgiu o "povo brasileiro".

Dessa forma, um dos conceitos defendido pelo o autor é "democracia racial", que seria a concepção do equilíbrio da mestiçagem. Em defesa da miscigenação, o autor apresenta que foi importante para a expansão populacional, além disso, serviu para ampliar os latifúndios.

Para o autor, os aspectos positivos para a construção da nacionalidade brasileira seriam: o regime colonial, a miscigenação e a produção de alimentos. Com essa afirmação, Gilberto Freyre atingiu a elite brasileira e os intelectuais europeus. Consequentemente, ele foi prestigiado, por isso que as teorias dele é criticada e/ou enaltecida.

Entretanto, citar a miscigenação como algo positivo, principalmente, aprovar as violências sexuais para o mantimento das relações sociais, é de um caráter impiedoso, sobretudo, quando se alega a continuidade dessas práticas. Reflito acerca da invisibilidade dos sujeitos violentados, isto é, a ideia central encobriu as violências desses povos e até mesmo, deixaram no esquecimento.

Dessa forma, não houve políticas para restaurar a sociedade após o regime colonial, pois, foi defendido a harmonia das raças, e que, a elite local aderiu a essa colocação, excluindo veracidade das causas. Assim como, a sociedade brasileira é estereotipada, devido a esse pensamento de Gilberto Freyre. Diante disso, algumas das indagações dos estudantes é o motivo pela qual o autor era considerado antirracista em sua época, ano de 1930, e um

dos maiores pensadores das três raças, sendo que ele defendia o regime colonial. Por isso, a importância da leitura de novos autores e da inclusão de uma autora negra para substituir a sala em que homenageia.

3. RESUMO DAS REPRESENTATIVIDADES NEGRAS: MOTIVO PELAS QUAIS ESCOLHERAM HOMENAGEÁ-LAS.

3.1. Marielle Franco

Marielle Franco foi/é uma mulher negra, socióloga, bissexual e periférica, dedicou-se a lutar pelos direitos humanos, sobretudo, pelos direitos das mulheres negras. Tornou-se vereadora da cidade do Rio de Janeiro, nesse trajeto, denunciou as violências cotidianas sofridas pelos moradores das periferias, LGBTQIA+, mulheres negras e não-negras. Defensora dos direitos humanos, era a voz das minorias. No dia 14 de março de 2018 a mesma foi assassinada, ela estava dentro do seu carro com o seu motorista, que também foi assassinado. Nesse exato momento, não se sabe quem mandou matar Marielle Franco. Por isso, a sala, em sua homenagem se tornou-se relevante para honrar sua jornada.

3.2. Carolina Maria de Jesus

Carolina Maria de Jesus residia na comunidade Canindé, atual, Tietê, a mesma era semianalfabeta, sabia ler e escrever, no entanto, não tinha diplomacia. Todavia, Carolina escrevia o seu dia a dia, descrevia a comunidade, incluindo as violências diárias, perseguições, fome e miséria.

Seus rascunhos foram encontrados e prestigiado, é tanto, que foi transcrito e publicado em seu nome, até mesmo com os erros de português. A mesma torna-se interessante para as Ciências Sociais porque retratava o cotidiano a partir da sua vivência, ou seja, de mulher negra, pobre e mãe solo. A história de vida de Carolina Maria de Jesus é semelhante as histórias das mulheres negras de sua época, ou seja, dos anos 60.

3.3. Lélia Gonzalez

Lelia Gonzalez, nascida no ano de 1935, faleceu no ano de 1994, foi/é uma intelectual negra, foi ativa nos movimentos sociais e políticos, participava das reuniões e reivindicações de políticas para pessoas negras, sobretudo, das mulheres negras, as mais invisibilizadas. A autora tem como principais escritos: *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, publicado no ano de 1984 e *A Categoria Político-Cultura de Amefricanidade,* publicado no ano de 1988. A autora denunciava a maneira pela qual o conhecimento cientifico estava centrado apenas em uma categoria de sujeito, que seria, o homem branco, lido enquanto universal.

4. RESULTADOS

4.1. Sociologia Brasileira: a visibilidade/invisibilidade dos conhecimentos

Nesse momento escrevo sobre as contribuições de mulheres negras e não-negras que foram/são essenciais para compreender a sociedade

brasileira. A cronologia dos direitos sociais e civis para as mulheres só foi possível por causa das reivindicações e manifestações femininas. No espaço acadêmico, Nísia Floresta, (1832) foi protagonista em reivindicar a educação para todas as mulheres brasileiras, a emancipação feminina e principalmente lutava contra o regime escravocrata. Os seus escritos apresentam aspectos em que podemos refletir acerca da estrutura social, como por exemplo, o desenvolvimento da educação, e mais, os sujeitos que podiam estudar e obter conhecimentos, pois o estudo não era para as mulheres, apenas para os filhos de militares e homens nascidos em famílias reconhecidas socialmente.

Refletir sobre as transformações sociais e a estrutura brasileira, é primordial a circulação dos escritos de todos os sujeitos, independentemente da classificação social. Pois, cada indivíduo ocupa posições diferenciadas, logo, mulheres escritoras e críticas da sociedade mantem um posicionamento diferente dos homens universais.

Nísia Floresta (1989) foi essencial para que outras mulheres pudessem obter conhecimentos e de se expressar diferentemente do que exigia a padronização acadêmica. Outras mulheres foram escritoras essências para o Pensamento Social Brasileiro, como por exemplo a Virginia Leone Bicudo (1945)[4], a primeira mulher negra que pesquisou sobre as atitudes raciais. Autora propôs uma reflexão crítica sobre as relações sociais dos homens e mulheres negras e de homens e mulheres brancas.

A pesquisa realizada pela Bicudo (1945) é fundante para compreender as categorias dos sujeitos e seus comportamentos. Entretanto, os escritos de

[4] Virginia Leone Bicudo era negra, concluiu sua formação em 1930. Bicudo foi uma das pioneiras nas reivindicações e reformas educacionais. Obteve graduação em Ciências Políticas e Sociais pela Escola Livre de Sociologia e Política. Em 1944 fundou o Grupo Psicanalítico de São Paulo.

mulheres são invisibilizados, principalmente de mulheres negras, logo, Bicudo (1945) ao adentrar na jornada acadêmica e se dedicar a interpretar as relações sociais e raciais, principalmente pontuar o regime escravocrata como marco principal em que se estruturou e categorizou os sujeitos, possui uma relevância significativa na sociologia brasileira. Por isso, que apresento sinteticamente a sua pretensão em pesquisar os indivíduos excluídos e aceitos na sociedade. Ela se torna uma referência teórica-metodológica.

Em seguimento, Elizabeth Lobo no ano de 1991 publicou a obra A *Classe Operária Tem Dois Sexos: Trabalho, Dominação e Resistência.* Lobo (1991) destacou que escritores não falavam das mulheres no processo de industrialização, na exploração do trabalho, dentre outras coisas. Os escritos generalizavam, diante disso, a autora pontua que não podemos generalizar a classe trabalhadora, pois as mulheres eram exploradas e dominadas pelo sistema que mantém homens no Poder. Logo, as mulheres eram dominadas e submissas a qualquer sujeito, independente da sua colocação social.

Elizabeth Lobo (1991) destaca que os homens pobres eram explorados no mercado de trabalho, no entanto, a carga de trabalho das mulheres era maior que as dos homens, pois, elas tinham que se dedicar ao lar. Nos anos 70 e 80 tiveram mulheres que lutaram e reivindicaram os direitos básicos, nesse mesmo período a segunda onda feminista era discutida nos espaços acadêmicos. Elizabeth Lobo (1991), foi porta-voz das militantes. A autora apresentou a desigualdade dos sexos (nome usado pela autora), declarando que a classe trabalhadora tem dois sexos e um deles é mais explorado, pois constantemente é violentado de todas as formas.

Elizabeth Lobo (1991), faz a crítica a sociologia do trabalho, principalmente aos homens que tinham prestigio social e acadêmico. A mesma enfatiza que os autores invisibiliza as mulheres, a exploração dos

seus corpos e suas lutas. Isso, para ela é pauta necessária para compreender as relações de trabalho e principalmente da estrutura brasileira.

É preciso ler, estudar e principalmente escutar pessoas negras, pois suas vivências são diferentes das pessoas brancas. (MOURA, 1988. GONZALÉZ, 1984). Nísia Floresta (1832), apresenta o formato educacional que a sociedade brasileira aplica no regime escravocrata, entretanto, os/as negros/as e indígenas estavam sendo escravizados, logo, não podiam sequer lutar por esse direito, que nem as mulheres brancas de famílias reconhecidas e prestigiada socialmente podiam ter. Parte do pensamento e dos levantamentos teóricos que autores reconhecidos nas academias não apresentam de forma disciplinada a violência que os povos escravizados tiveram que passar para que a hierarquia permanecesse e se prolongasse.

Uma das principais dificuldades para a circulação dos escritos dos povos negros, foi que a elite acadêmica determinou e classificou quem seria "intelectual", logo, a intelectualidade está nos homens brancos eurocêntricos. Mulheres negras sequer poderia ser vista enquanto uma, seus escritos são considerados como vivências (narrativas pessoais).

Lélia Gonzalez (1984), em Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira (1984), enfatiza: *eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo.* A autora narra um episódio que pessoas brancas ditam o que os negros faziam, ou gostavam de fazer. Refletindo sobre a universalização do conhecimento, é perceptível que a forma que foi narrada as culturas, os valores e os costumes dos escravizados (indígenas, africanos e descendentes africanos), podem ter equívocos. Por isso, a importância de ler e estudar autoras negras.

Portanto, Nísia Floresta (1832) sintetiza o início do processo da educação formal para as mulheres, em que, elas tinham que ter orientadores e que os estudos deveriam ser no lar. Ler e escrever era um grande avanço

para os direitos das mulheres, pois, elas poderiam obter conhecimento a partir da leitura. No mais, podemos classificar os anos de 1932 a 1959 como anos reformistas acerca da educação. Ressaltando que o direito de ocupar os espaços escolares e acadêmicos só foi possível após a Constituição de 1988. Antes disso, esses espaços eram limitados.

No inicio do século XX o movimento de mulheres estava reivindicando o direito a educação, precisamente, o direito político das mulheres. Floresta (1832) deixou seu legado para outras mulheres conduzir as reivindicações, nesse caso, a Leolinda Figueiredo Daltro[5] e Bertha Lutz[6] é um dos nomes femininos que pleiteou as organizações masculinas e iniciou uma grande batalha para conseguir os mesmos direitos que os homens da classe média (PINTO, 2004).

Em seguimento, em 1946, ratificando, Constituição de 1946, houve a conquista da igualdade de todos perante a lei. No entanto, é sabido que, as estruturas de Poder já estavam consolidadas, logo, nem todos os sujeitos poderiam ter acesso a políticas públicas que o governo estava a oferecer. Porém, com isso, houve um pequeno avanço na educação, em que, mulheres podiam se alfabetizar e ingressar nas escolas e universidades. Entretanto,

[5] Leolinda Figueiredo Daltro nasceu no dia 14 de julho de 1859 no estado da Bahia. Acreditando na reformulação de novos programas, iniciou o ativismo político nos movimentos sociais, em especial, os que defendiam a educação de qualidade, a equidade de gênero e principalmente a valorização indígena. A mesma percorreu todo o território brasileiro em busca de uma transformação social. Em 1909 Leolinda ficou conhecida como a "mulher do diabo", pois era desquitada e de movimentos sociais. Em 1910, juntamente com suas companheiras foi fundado o Partido Republicano Feminino. Em 1919, reivindica o direito ao sufrágio, em seguimento, em 1919 ela lançou sua candidatura para um cargo municipais.

[6] Bertha Maria Júlia Lutz, nasceu em São Paulo no dia 2 de agosto de 1894, ficou conhecida como uma das maiores lideranças políticas pelos direitos das mulheres. Com graduação em biologia ela passou a exercer a função no Museu Nacional. Ela lutou pelo sufrágio feminino, tendo como inspiração o movimento sufragista da Inglaterra. Bertha Lutz faleceu no Rio de Janeiro no dia 16 de setembro de 1976, deixando seu legado.

essa forma de inserir todos os sujeitos discriminados socialmente nos espaços acadêmicos, tornou-se elitista, ou seja, não obtiveram grandes mudanças nesses espaços. Mas temos a pesquisa da Bicudo que se destaca dentre diversas pesquisas realizadas por homens brancos da classe média (PINTO, 2004)

A Constituição de 1988, possibilitou que as políticas públicas abrangessem toda essa categoria de sujeitos. Dessa forma, mulheres podem participar das seleções acadêmicas. No entanto, as mulheres negras possuem uma dificuldade de adentrar nesses espaços, até mesmo de se alfabetizar. Os escritos de mulheres negras são invisibilizados nas universidades, desse modo, existe um sistema meritocrático, no qual, há uma seleção de quem seria o melhor para ocupar e usufruir desses espaços, então, até para a circulação dos escritos é preciso de uma avaliação acadêmica, em que, jugarão se é válida ou não, logo, torna-se dificultoso.

5. CONCLUSÃO

Concluo, o Pensamento Social Brasileiro foi construído (também) por mulheres que estavam refletindo sobre as estruturas sociais, políticas, raciais e econômicas da época. Apesar dos influenciadores acadêmicos sugerir obras escritas por homens, podemos reconsiderar todo esse processo de luta por educação, está educação que esta pautada na leitura e nos escritos. É de suma, que nesse período mulheres lutavam por obter conhecimento e também pesquisar e escrever sobre seus pensamentos. Logo, a invisibilidade das epistemologias negras é por causa do racismo que dificultou a entrada dos negros/negras nas universidades e também, por uma ideia que as os

mesmos não possuem conhecimento cientifico. Considero que as mudanças de nomes e até mesmo os estudos dos novos autores no curso de Ciências Sociais, contribui para a visibilidade negra, sobretudo, expandir novas ideias.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BICUDO, Virgínia Leone. Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo. CHORMAIO, Marco (Org.). São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.

FLORESTA, Nísia. Direito das mulheres e injustiça dos homens. São Paulo: Cortez, 1989.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. São Paulo: Global Editora, 2005.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de Despejo: diário de uma favelada. – 10. Ed. – São Paulo : Ática, 2014,

MOURA, Clovis. Sociologia do Negro Brasileiro. Editora Atica S.A. São Paulo, 1988.

PEIXOTO, Leonardo Ferreira. Quem mandou matar Marielle? Uma conversa com Luyara Franco. Dossiê Inflexões feministas e agenda de lutas no Brasil contemporâneo • Rev. Estud. Fem. 28 (3) • 2020.

PINTO, Célia Regina. Uma História do Feminismo no Brasil. Revista Estudos Feministas, 2004.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. A Classe Operária tem Dois Sexos: Trabalho, Dominação e Resistência. 2. Ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

MATERNIDADE E REDES DE APOIO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA DE DOCENTES MÃES UNIVERSITÁRIAS

Joselha Marculino de Lima[1]
Caroline Ester Fernandes Vieira[2]
Josefa Jaqueline Batista Brito[3]

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar as redes de apoio materno durante a pandemia da COVID-19 e as suas repercussões no cotidiano de vida de mulheres, mães e docentes do Ensino Superior Federal de instituições localizadas no Nordeste brasileiro. As redes de apoio se configuram enquanto conjunto de ações que estabelecem o desenvolvimento, qualidade e bem-estar do funcionamento familiar e laboral. No entanto, com o enfrentamento da emergência de saúde provocada pela propagação do vírus da COVID-19, diante do antagonismo governamental, buscou-se alternativas que conduziram a uma reconfiguração social e educacional, no qual houve o fechamento das Universidades, creches e escolas. Concernente ao aumento significativo no trabalho doméstico e parental de mulheres, no momento em que perdem as suas redes de apoio, estas sofrem com a ausência de políticas institucionais que as auxiliassem durante o período pandêmico. Desse modo, propomos investigar as rotinas e redes de apoio que estiveram ou estão circunscritas ao espaço doméstico durante a pandemia, tendo em vista compreender o impacto da presença e/ou ausência destas, nas carreiras profissionais das mulheres sujeitas da pesquisa. Para tanto, realizou-se a escuta de suas narrativas a partir de um percurso metodológico delimitado de acordo com os contextos de produção impostos pela pandemia. Teoricamente, nos apoiamos nos princípios da Pedagogia Decolonial, que impõe diferentes enredos que possibilitam reconhecer as diferenças, através do desenvolvimento de conhecimentos, de modo crítico-reflexivo acerca dos

[1] Graduanda do Curso de Pedagogia na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/ Cajazeiras, Paraíba, Brasil/ e-mail:joselhalima.100@gmail.com
[2] Graduanda do Curso de Pedagogia na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/ Cajazeiras, Paraíba, Brasil/ e-mail: caroline.ester@estudante.ufcg.edu.br
[3] Graduanda do Curso de Pedagogia na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/ Cajazeiras, Paraíba, Brasil/ e-mail: josefa.jaqueline@estudante.ufcg.edu.br

diversos contextos de reprodução social, culturais, econômicos, políticos e educacionais. Destarte, a pesquisa em tela possibilitou, a partir da coleta do material empírico, compreender que a perda de redes de apoio durante a pandemia e a ineficácia institucional frente o desenvolvimento de políticas institucionais de apoio a igualdade de gênero, maternidade e parentalidade ocasionaram rupturas significativas nas carreiras de mulheres, mães e docentes do Ensino Superior.

Palavras-chave: Maternidade, Redes de apoio, Ensino superior, Pandemia.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, é um desdobramento da pesquisa intitulada "Trabalho docente e trabalho parental durante a pandemia da COVID-19: Repercussões da Pandemia no contexto de trabalho de docente mães"[4], em articulação com o grupo de estudos em Gênero, Maternidade e Parentalidade na Educação (GIPE)[5] da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, no Campus de Cajazeiras-Paraíba, que reúne um grupo de pesquisadoras que atribuem ênfase para o desenvolvimento das suas pesquisas, as questões voltadas para temáticas que discutam a Maternidade, Parentalidade e Políticas de Igualdade de Gênero no diversos contextos sociais e educacionais.

Tal pesquisa conduziu o entendimento de que o contexto pandêmico provocado pela propagação do coronavírus denominado *SARS-Cov-2*, imputou para o mundo uma nova reconfiguração social, cultural, econômica e principalmente educacional, dada a instrução da política do isolamento social, como medida preventiva e de controle do contágio da doença.

Mediante essas perspectivas, a sociedade brasileira ainda perpassou por um desgaste prolongado, ao tempo que sofreu com o antagonismo

---

[4] A presente pesquisa é desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica (PIBIC), vinculada a Unidade Acadêmica de Educação (UAE), do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Cajazeiras, Paraíba, financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba-FAPESQ-PB e coordenada pela Professora Drª Kassia Mota de Sousa, também responsável pela orientação deste trabalho.

[5] O GIPE, se caracteriza em quanto grupo de estudos e pesquisas que conta com a participação de membro-colaboradoras da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, campus Cajazeiras e Universidade Federal do Ceará – UFC, sob a coordenação da Professora Drª Kassia Mota de Sousa, com o intuito de desenvolverem pesquisas e reflexões entorno das questões relacionadas a maternidade e parentalidade, buscando compreender os contextos e rotinas de trabalho em que mulheres, mães e docentes estão e/ou estiveram circunscritas, durante a pandemia da COVID-19.

governamental na compra e disponibilização de vacinas para a população, fazendo com que as desigualdades já postas historicamente em nossa sociedade, se acentuassem de forma drástica e enfática, durante o período de pandemia.

Essa realidade sobrepesou para a regulamentação do cotidiano de vida das famílias brasileiras, em especifico para as mulheres, mães e docentes e o exercício de sua maternagem, uma vez que, com a orientação do fechamento de Universidades, creches e pré-escolas, dada a política do isolamento social, estas perdem as suas redes de apoio, compreendidas nesta pesquisa como o auxílio das instituições de trabalho, dos familiares que cuidam dos/as filhos/as, empregados/as domésticos/as, as creches e pré-escolas que fazem o trabalho de cuidado, de alimentação e de manutenção da casa.

Frente a esta complexa realidade, para o desenvolvimento desta produção delimitamos com objetivo central: analisar as redes de apoio materno durante a pandemia da COVID-19 e as suas repercussões no cotidiano de vida de mulheres, mães e docentes do Ensino Superior Federal de instituições localizadas no Nordeste brasileiro.

Portanto, a partir da curiosidade epistemológica que movimenta o desenvolvimento deste trabalho, compreendemos que as mulheres, mães e docentes do ensino superior perpassaram durante a pandemia por uma sobrecarga de trabalho, ao tempo em que houve o fechamento das Universidades em que estás estão vinculadas e a perda de suas redes de apoio, são conduzidas a executarem o seu trabalho laboral, o qual impossibilitou a realização de uma separação das questões que permeiam o seu cotidiano doméstico e o seu trabalho laboral.

2. PERCURSO METODOLOGICO

O trabalho em tela, contou com a participação de quatro mulheres, mães e docentes do Ensino Superior de instituições localizadas na região do Nordeste do Brasil, que além de cumprirem com a política do isolamento social no seu âmbito doméstico, tiveram que lidar com a sobrecarga de trabalho domestico e laboral, ao tempo em que perdem as suas redes de apoio.

A confidencialidade e anonimato destas docentes foram asseguradas a partir das normas e procedimentos instituídos na Resolução 510/16, do Conselho Nacional de Saúde. Desse modo, seguindo as orientações, no que se refere a preservação da identidade das participantes, optamos neste estudo por identifica-las, da seguinte maneira: Docente 1, Docente 2, Docente 3, Docente 4.

Mediante os contextos de produção postos pela pandemia da COVID-19, a localização geográfica e as medidas orientadas para o combate da pandemia, a coleta de suas narrativas ocorreu mediante a realização de entrevistas pré-agendadas de acordo com a disponibilidade de cada participante, por meio da plataforma digital *Google Meet*, cada entrevista teve duração mínima de uma hora.

A técnica de entrevista utilizada foi a Entrevista Narrativa (EN) idealizada por Schutze (2013), a qual se estruturou em 03 eixos ou tópicos de narração/questões exmanentes. Assim, os eixos de análise são: 1. Contextos e rotinas de trabalho remoto; 2. Produtividade acadêmica durante a pandemia; 3. Percepções sobre as políticas federais de apoio à parentalidade e maternagem durante a COVID-19. Todos esses eixos foram pensados,

tendo em vista, as possibilidades de reflexão acerca dos dispositivos que se colocam nos contextos constituintes da maternagem para estas mulheres.

A partir destes eixos ambas as entrevistadas em suas narrativas descrevem os medos, anseios e dificuldades de executar o seu trabalho doméstico e laboral mediante a perda de redes de apoio, diante do contexto pandêmico no âmbito de suas casas, bem como frisam que a ampliação de suas demandas e tarefas cotidianas durante este período, impactou significativamente a sua vida pessoal e profissional.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em decorrência da pandemia do COVID-19, mulheres, mães e docentes, em especifico do ensino superior, perpassaram por inúmeras questões e demandas, que conduziram rupturas significativas para o cotidiano de suas vidas no que se refere ao desenvolvimento das suas atividades domésticas e acadêmicas.

Com o fechamento das Universidades em que estás estão vinculadas e a perda de suas redes de apoio, tiveram que conciliar múltiplas tarefas domesticas e executar o seu trabalho laboral no seu contexto doméstico. Tendo em vista essa realidade complexa, o trabalho passou a ser efetuado em *home office*, termo esse no qual Antunes (2020) apud Rolim, et al., (2021), ressalta que, as práticas desenvolvidas através do trabalho *home office, EAD,* pode crescer durante a fase pós-pandemia, uma vez que é necessário ampliar a compreensão das condições de trabalho e de vida das mulheres levando em consideração este novo contexto, buscando a construção de práticas e políticas que sejam capazes de acolhe-las e respeita-las.

Ainda em consonância com as ideias de Antunes (2020), é perceptível compreender a desvalorização do trabalho desenvolvido por mulheres, brancas e negras, as quais tendem a sofrer maiores discriminações e desigualdades que se acentuam durante este período pandêmico no exercício de suas atividades, em detrimento do trabalho realizado pelos seus companheiros.

Com as atividades passando a serem desenvolvidas no âmbito doméstico, diversas dificuldades surgiram no cotidiano dessas mulheres, entre elas podemos destacar a sobrecarga a qual foram expostas nos diversos setores de suas vidas; assim, houve a necessidade das docentes ministrarem aulas remotamente; ao tempo em que estavam em suas residências; conciliando com as atividades domesticas e demais atividades como maternar. Esses processos foram marcados pelas redes de apoio ou ausência das mesmas, apoio esses desenvolvidos/ou não, pelos familiares, amigos e institucional, presentes/ou não, nos contextos aos quais estavam inseridas.

Nesse ínterim, observamos que vivemos em uma sociedade sexista, patriarcal e opressora, a qual se torna um desafio maior para mulheres negras. Nesse sentido, Hooks, (2018, p.94), ressalta que, “o movimento feminista, principalmente o trabalho de ativistas negras visionárias, preparou o caminho para reconsiderarmos raça e racismo, o que teve impacto positivo em nossa sociedade como um todo”. Desse modo, é evidente que as lutas das mulheres, por espaço na sociedade perpassam décadas, são constantes e diárias e muitas vezes sem nenhum apoio de outras mulheres, de familiares, de amigos, e institucional [...]. Nesse sentido, Hooks, (2018, p.16), aponta que “[...] precisamos deixar claro que todos nós participamos da disseminação do sexismo, até mudarmos a consciência e o

coração; até desapegarmos de pensamentos e ações sexistas e substituí-los por pensamentos e ações feministas".

Assim, é importante salientar que as redes de apoio se configuram enquanto conjunto de ações que estabelecem o desenvolvimento, qualidade e bem-estar do funcionamento familiar e laboral. Nessa perspectiva, as redes de apoio são mecanismos necessários para o fortalecimento das relações e desenvolvimento das atividades no âmbito doméstico, o qual durante o período pandêmico tornou-se também, espaço laboral. Dessa maneira, é notório que as inexistências de redes de apoio afetam negativamente as rotinas de mulheres que precisaram conciliar trabalho, maternidade e as demais atividades no âmbito doméstico durante a pandemia do covid-19. Nesse sentido, D'Ávila, 2019, p.14, ressalta que:

> Quando nós falamos que homens não dividem responsabilidades, nós não estamos falando sobre o meu ou o seu marido que divide responsabilidades. Estamos falando da maioria. Quando nós questionamos a compulsoriedade da maternidade, não estamos falando sobre a tua escolha de ser mãe, mas sobre um ideal na sociedade que diz que mulheres somente são felizes quando são mães. Quando falamos que mulheres são machistas, não estamos falando de ti, mas de nós todas que estamos em constante processo de desconstrução de verdades outrora tão absolutas (D'ÁVILA, 2019, p.14).

Desse modo, a pesquisa relata a necessidade da efetivação de redes de apoio no cotidiano das docentes mães universitárias e como a ausência das mesmas ocasionam lacunas em suas rotinas, afetando assim, as relações estabelecidas no âmbito familiar, laboral, social, educacional e emocional, levando em consideração as especificas realidades e contextos. Assim, em concomitância a esse pensamento, D'Ávila, (2019), aponta que o feminismo emancipacionista, estabelece a ideia de que a libertação individual não é o bastante, como também apenas das mulheres, é necessário a construção de

condições que possibilitem a libertação de ações sexistas, patriarcais e opressoras de toda a humanidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do estudo realizado propomos investigar, tendo como base nas entrevistas, as redes de apoio ou suas ausências no cotidiano das docentes mães universitárias durante a pandemia do COVID-19, uma vez que, as rotinas dessas mulheres mudaram em decorrência do isolamento social, mudanças essas ocasionadas nos diversos âmbitos de suas vidas, no econômico, no político, na saúde, na educação, no social, entre outros.

Com essa nova conjuntura, foi necessário que a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) adotasse protocolos de prevenção ao vírus, assim, todas as pessoas foram aconselhadas a saírem de suas casas apenas para o essencial, como: irem ao supermercado, farmácia, e outros, e tomando os devidos cuidados para não proliferar a contaminação pelo vírus SARS-CoV-2 (MARQUES, 2020 in SILVEIRA, 2021) apud (BRITO, et al,. 2021).

Nessa perspectiva, com base nos dados encontrados realizamos investigações a respeito de como as redes de apoio ou ausência interferem ou contribuem no desenvolvimento dos trabalhos laborais exercidos pelas docentes no âmbito doméstico, uma vez que no período pandêmico as instituições Federais de Ensino Superior passaram a adotar o formato remoto no desenvolvimento das atividades.

Assim, durante as entrevistas foi possível observar que o desgaste emocional, físico e laboral provocado pelo isolamento social afetou a rotina dessas mulheres e com maior intensidade aquelas que durante esse período de pandemia não contaram com redes de apoio. Em suas falas, é evidente

como a presença ou ausência dessas redes afetam o desenvolvimento de suas atividades. A seguir, destacamos algumas falas das entrevistadas que destacam a existência de redes de apoio.

> (...) Como é que eu lidei com o B*, né? Nós dividimos as tarefas, até hoje ele me ajuda no sentido de que, bom, ele janta então ele lava a louça dele, ele arruma o quarto dele quando não tem alguém aqui em casa, né (...) quando não tem trabalhadora doméstica. Então, é uma criança que de alguma maneira foi letrada pra essa questão da divisão sexual do trabalho, houve isso (...). (Docente 1, 2022).

> (...) Agora eu também sou uma pessoa do candomblé, eu acho que isso de alguma maneira me ajudou a ter um centro, a ter uma, por mais difícil que a situação tivesse e esteve em alguns momentos né? (Docente 1, 2022).

> [...] no trabalho eu tive apoio, mas assim, um apoio muito dá minha chefe, (inaudível), por que ela é uma pessoa que tem sensibilidade, que tem empatia é (...) a gente já tinha uma relação desde que eu entre na UFC, ela minha, minha coordenadora, então ela tinha muito esse acolhimento, sabe? (Docente 3, 2022).

> (...) então eu fui para a casa da minha mãe em Aracati, eu moro em Fortaleza, mas eu fui para a casa da minha mãe em Aracati e eu ficava no computador o dia inteiro, a minha filha brincando, aqui eu não tenho rede de apoio, não tenho família aqui em Fortaleza e assim, ela ficava com o meu esposo também, que ele ficou remoto por um tempo e foi assim que consegui ajudar no projeto (...). (Docente 4, 2022).

Mediante as narrativas, é possível observar como foi necessário o apoio dessas redes durante esse período pandêmico, pois sabemos que é existente uma sobrecarga em relação as mulheres na qual determinadas atividades como maternar, faxinar [...] são tratadas socialmente como algo

relacionado somente a mulheres ou incapazes de desenvolver atividades especificas em espaços laborais. Assim, ações como essas são fundamentais para a desconstrução de pensamentos e ações patriarcais, sexistas e opressoras, pois como aponta Hooks (2018), é necessário compartilharmos a alegria que os movimentos feministas trazem para vidas de mulheres e homens, estes/as que continuam a lutar por mudanças, esperançando o fim do sexismo, da exploração sexista e da opressão.

Entretanto, sabemos que temos um longo caminho pela frente, pois, ainda vivemos em uma sociedade opressora, sexista e patriarcal. De acordo com os dados levantados, foi possível observarmos essas questões, uma vez que algumas das entrevistadas não possuíram redes de apoio durante esse período em estudo, o que ocasionou rupturas significativas nos processos de desenvolvimento de suas atividades. Em suas falas fica evidente a sobrecarga a qual foram submetidas.

> [...] não houve uma preocupação com esse recorte parental, nós não tivemos apoio no pagamento da nossas contas de energia, que elas cresceram brutalmente durante a pandemia, nós não tivemos inclusive nenhum tipo de possibilidade de redução de carga, inclusive colegas do meu antigo departamento tiveram bastante cobrança em relação a nós pesquisadoras mães (...). (Docente 1, 2022).

> É (...) então, eu não tenho nenhuma pessoa que me ajuda, eu cuido da casa e de tudo assim mesmo né, é (...), mas eu sou uma pessoa bem organizada (...). (Docente 2, 2022).

> A gente tem muitos auxílios, mas a gente não tem ainda nenhuma política de gênero né? (Docente 2, 2022).

> E aí assim a coisa do, da divisão sexual do trabalho né? Porque meu marido, apesar de ele ser um homem acima da média, ele não tinha, eu percebi que ele não tinha tanta interferência, [...]. (Docente 3, 2022).

Desse modo, o desenvolvimento desse trabalho possibilitou a compreensão da importância da efetivação de redes de apoio parentais e institucionais direcionadas as docentes mães universitárias durante a pandemia do COVID-19, as quais impactam e contribuem significativamente para o exercício doméstico e laboral, bem como para a produção intelectual dessas mulheres, sem que estás, tenham que fazer escolhas que imputem em renuncias no que se refere a vivencia de sua maternagem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o referencial teórico e o material empírico coletado, tornou-se possível compreender que a perda e ausência das redes de apoio durante o período pandêmico e o isolamento social, atrelada ao antagonismo e a ineficácia governamental e institucional frente o desenvolvimento de politicas de apoio a igualdade de gênero, a maternidade e parentalidade nos diversos setores sociais e educacionais, conduziram rupturas significativas para a vida e desenvolvimento da carreira acadêmica e intelectual de mulheres, mães e docentes do Ensino Superior, com especificidade na região do nordeste do Brasil, lócus desta pesquisa.

Frente o complexo movimento analítico das narrativas das participantes da pesquisa, tivemos a oportunidade de adentrar no universo de suas realidades, as quais evidenciaram inúmeras intercorrências pessoais e profissionais, que mediante as desigualdades postas historicamente em nossa sociedade, as quais se acentuaram durante o período pandêmico, ocasionaram uma sobrecarga de trabalho doméstico e laboral em seus cotidianos, impedindo-as de vivenciarem a sua maternagem de forma plena e significativa.

Contudo, ressaltamos que as ações e pesquisas realizadas no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica (PIBIC),bem como do grupo de estudos em Gênero, Maternidade e Parentalidade na Educação (GIPE) da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, no Campus de Cajazeiras-Paraíba, tem revelado que toda a problemática exposta neste estudo tem gerado preocupações que revelam a necessidade de debates e discussões no contexto acadêmico sobre a constante (re)configuração feminina na ciência, ao tempo em que reflitam sobre a possibilidade de desenvolvimento de politicas de apoio a maternidade, parentalidade e igualdade de gênero no seio das instituições.

6. REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Coronavírus:** o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. Tradução; Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

ROLIM, K. H. B *et al*. E quem cuida das minhas crianças? o home office para mães trabalhadoras da educação durante a pandemia da COVID-19. In: XII Fórum Internacional de Pedagogia, 2021, Cajazeiras. **Anais** [...] Cajazeiras, 2021, p. 1-12. Disponível em: https://even3.blob.core.windows.net/anais/423855.pdf. Acesso em: 01 ago. 2022.

D'ÁVILA, M. **Por que lutamos? um livro sobre amor e liberdade**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

Agradecimentos/financiamento: A FAPESQ -Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba, pelo apoio financeiro para o desenvolvimento das nossas pesquisas, por meio da concessão de uma bolsa de Iniciação Científica para uma das três acadêmicas que compõem a autoria deste trabalho.

NEGROS NO CARIRI NO SÉCULO XIX: FONTES, TEMÁTICAS E PROBLEMÁTICAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Daniel Alves de Alencar[1]
Maria Telvira da Conceição[2]

RESUMO

O presente trabalho se trata de uma pesquisa de iniciação cientifica concluída sob coordenação da professora Dra. Maria Telvira da Conceição. Nesse sentido, a pesquisa se de situou na perspectiva de construção de um enfrentamento às narrativas de invisibilização e inexistência de negros no Ceará e na região do Cariri, além de pensar a questão do ensino de História, sobretudo o que diz respeito a História dos afrodescendentes, como institui a lei n° 10.639/03. A pesquisa surge da necessidade de identificar os sujeitos que constituíam as terras do Cariri no século XIX, bem como idealizar a produção de materiais de suporte para o ensino de história que possam servir para auxiliar professores do ensino básico, priorizando a trajetória dos afrodescentes no Cariri. A pesquisa tinha como objetivo geral mapear fontes cartoriais, jornalísticas e judiciais, referentes a segunda metade do século XIX, acerca da presença dos africanos e afrodescendentes no Cariri, visando a produção dos materiais de apoio já mencionados. O acervo base da pesquisa foi o Centro de Documentação do Cariri- CEDOCC, sendo selecionado para o trabalho dois tipos de fontes, inventários *pós-mortem* nos quais os negros e negras escravizados eram inventariados e processos criminais, em que é possível identificar a presença negra, seja cometendo o crime, ou sendo vítima do mesmo. A metodologia envolveu a preparação teórica, e levantamento e seleção dos documentos, processo esse que foi feito na primeira etapa da pesquisa, na segunda fase dela, foi feito a leitura e tematização das fontes, construindo assim uma cronologia histórico-temática no que diz respeito a presença dos descendentes africanos na sociedade caririense na segunda metade do século XIX. Dito isso, o presente

[1] Estudante de graduação pela Universidade Regional do Cariri, membro do grupo de Estudo e Pesquisa em História Afro-diásporica - GEPAFRO, alvesalencar2204@gmail.com
[2] Profa Dr. no departamento do curso de História pela Universidade Regional do Cariri - URCA, professoratelvira@gmail.com

trabalha ira abordar os resultados da primeira e segunda etapa da pesquisa, apresentando assim, os materiais didáticos que foram produzidos a respeito da temática, onde o produto final do pesquisa se deu por meio de fichas de consultas dos documentos, contendo assim informações como o ano da documentação, o indicio da presença negra, seja na condição de livre ou de escravizado, as fichas de consulta contam também com a tipologia do documento, que no caso do referente trabalho, abordará as fichas de consultas produzidas sobre os processos criminais.

Palavras-chave: Negro, Cariri, século XIX, fontes, ensino de história.

1. INTRODUÇÃO

> Os escravizados estiveram presentes na história do trabalho no Cariri, como demonstra a documentação - inventários, processos criminais, processos de arrematação de escravos, jornais que relatavam fugas, a compra e venda de escravos, e outras situações do cotidiano. (Reis Júnior, 2014, p. 168).

Em que medida o ensino de história acerca dos afro-brasileiros prescinde de um diálogo reflexivo sobre a problemática das fontes seja elas de abrangência nacional ou local, em particular daquelas produzidas no século XIX? Quais as fontes escritas que dispomos no Cariri para pensarmos as trajetórias e itinerários dos descendentes de africanos no século XIX, na perspectiva de subsidiar o trabalho da disciplina escolar da História? Que temáticas essas fontes nos permitem discutir e elaborar indicativos históricos e teórico-metodológicos para amparar o ensino de História acerca dessa temática no presente contexto? As questões levantadas por esta pesquisa se coadunam com um contexto em que as trajetórias, lutas e resistências dos afrodescendentes na sociedade brasileira deixam a esfera da pesquisa historiográfica profissional para se constituir objeto de formulações curriculares, da escrita escolar da História e do ensino como um todo.

Neste sentido, 2003 constitui o marco inicial do que denominamos em termos legais, das preocupações em torno do ensino de História e cultura afro-brasileira e africana no sistema nacional de ensino. Tendo em vista que fora em 2003 que entrou em vigor a lei 10.639/2003, dispositivo que tornou obrigatório o ensino da História e da cultura africana e afro-brasileira na

educação básica.

Assim, a confluência das problemáticas do ensino escolar com o debate historiográfico sobre essa temática nos parece um terreno ainda pouco explorado, sobretudo no que respeita o enfrentamento das fontes como objeto dessas confluências. Se a crítica de uma quase ausência das trajetórias sociais desse grande grupo racial na escrita escolar da História no atual contexto, mas também de uma historiografia crítico-reflexiva a esse respeito, continua sendo um ponto nevrálgico do processo de inclusão no ensino, inclusive no ensino da disciplina história, suas interpelações continuam sendo não apenas de natureza pedagógica.

A tentativa de desconstruir o argumento da inexpressividade do negro amparado pela historiografia que a antecedeu, se coloca, como ressalta Cortez, no embate pela primeira vez com às teorias historiográficas promovidas a partir do Instituto Histórico do Ceará, adquirindo status de verdade científica pelo senso comum, serviam de matriz ideológica, conscientes ou

inconscientes para as práticas cotidianas de preconceito e discriminação. Face a isso, o questionamento ao argumento de uma suposta "inexpressividade quantitativa" da população de descendentes de africanos na condição de escravizados no Ceará, tem sido criticamente retomada por uma nova geração de historiadores que tem pensado essa questão no Cariri, particularmente os trabalhos de (Cortez, 2008), Tavares (2013), Reis Junior (2014). Desse ponto de vista, o século XIX no Cariri representa uma temporalidade fundamental para pensar aspectos históricos importantes acerca dessa presença efetiva dos afro-descendentes na sociedade caririense, sobretudo na perspectiva levantada por esta pesquisa, que é reunir fatos e processos de tal presença, a partir do diálogo com as fontes

disponíveis, com vista a elaboração de materiais pedagógicos e de textos históricos como possiblidades de suportes sobre a história dos afro-brasileiros no ensino escolar

1.1. Objetivos Geral

Mapear fontes cartoriais referentes a segunda metade do século XIX acerca da presença dos africanos e afrodescendentes no Cariri, com vista a elaboração de textos históricos e materiais pedagógicos de suporte ao professor.

1.2. Específicos

1.2.1. Quantificar as fontes cartoriais referentes a segunda metade do século XIX disponíveis no arquivo do CEDOCC nas quais seja possível localizar referências e alusões aos africanos e descendentes, na sociedade caririense do período;

1.2.2. Elaborar uma cronologia temática relativa ao cotidiano desse grupo racial na segunda metade do século XIX.

2. METODOLOGIA

A pesquisa contou com as seguintes etapas: Preparação teórica e técnica do bolsista a partir da leitura de textos, seleção de documentos escritos de natureza cartorial e criminal que estão sob guarda do Centro de Documentação do Cariri- CEDOCC, correspondente ao recorte temporal da pesquisa, seguindo com leitura e tematização das fontes selecionadas, levando em conta a identificação dos fatos contextuais que envolve a

temporalidade da produção dos

documentos, a identificação dos sujeitos e dos seus relatos enredados nesses processos cartoriais e criminais, os propósitos das ações;

E por fim a construção de uma cronologia histórico temática no que diz respeito a presença dos descendentes de africanos na sociedade caririense na segunda metade do século XIX, para servir de apoio a professores do ensino básico.

3. RESULTADOS

Invisibilizados ou ausentados no debate historiográfico nacional e local durante muito tempo, a presença efetiva dos descendentes de africanos no Cariri cearense constituiu desde o período colonial e subsequente, uma realidade. Conforme chama atenção o trabalho de Reis Júnior (2014), em que se refere sobre o Cariri se afirmar, durante muito tempo, como predominantemente "branco", apesar de uma comunidade de ex- escravizados.

Nesse sentido, procurou-se nessa pesquisa, identificar a presença negra no Cariri na segunda metade do século XIX, levando em consideração fatos e contextos nos quais estivessem envolvidos. Nesse trabalho será abordado apenas os resultados referentes aos processos criminais. foram mapeados e feita a leitura de 11 processos, dentre os quais envolve

crimes de homicídios e tentativa de homicídio, crimes sexuais, lesão corporal e roubo, todos situados dentro do recorte temporal que compreende 1870- 1895.

. Após a leitura, foram produzidas 11 fichas de consultas, material esse que compôs o produto da pesquisa, cumprindo assim com os objetivos

propostos por ela. Nessas fichas, além de conter da presença africana, e afrodescendente, seja ela na condição de livre ou de escravizado, o produto teve êxodo no que lhe foi proposto. Pois, além de conter o indício negro, os referentes fichas disponibiliza também o acervo onde se encontra a documentação, que tipo de documentação, o ano que foi produzido, além de uma breve descrição da fonte.

Nesse sentido, as fichas de consulta, nome que foi dado ao produto da pesquisa, servirão como uma espécie de catálogo, focando principalmente na presença negra na documentação do cariri. Pensando a nível de ensino básico, a pesquisa juntamente com as fichas de consulta, cumpre assim com o que estipula a lei 10639/03, justamente por trabalhar com o ensino e cultura africana e afro-brasileira. Através da mesma, foi possível levantar problemáticas que dizem respeito ao cotidiano desses negros, seus modos de vida, o trabalho, a maneira como o aparelho jurídico tratava de casos referente aos negros escravizados e livres da região.

1. Como a impunidade perante um crime pode acarretar algo mais grave. Visto que a vítima precisou ser agredida novamente para que só assim fosse feito algo.

2. Como um réu de um crime contra um negro, e sobretudo, na condição de escravizado é absorvido com maior facilidade pelo júri.

3. O porquê ferimentos causados em um escravizado precisam ser considerados graves para que sejam tomadas providências, e, se é que são tomadas.

4. Como a perseguição, e o que hoje chamamos de racismo já era forte em meados do século XIX, e como ele repercute até hoje nos negros e, sobretudo, nos afrodescendentes que se encontram no Cariri.

5. Como o “Achismo” pode influenciar na decisão do júri, e como isso

pode afetar nas decisões até hoje em dia, e com mais frequência.

6. Como questões sociais, como a pobreza e a fome força as pessoas cometerem crimes para sobreviver.

7. Como crimes sexuais eram bastante presentes nessa época, e sobretudo nas vítimas negras.

8. Como a violência contra as mulheres, e sobretudo mulheres negras, era constante nessa época, e como a impunidade quanto a isso, permanece forte até hoje no cariri.

9. Como crimes contra menores era bastante constante no cariri oitocentista, e o fato da vítima ser pobre e negra seja uma justificativa para esse tipo de crime.

10. Como a mulher pobre sofre violência por vários dias até que seja tomada alguma medida, se é que são tomadas.

Essas foram as problemáticas levantadas e que também são disponibilizadas nas fichas de consulta, algumas dizem respeito aos crimes sexuais, outros a lesão corporal, e tem até um referente ao processo criminal de roubo.

Nota-se que em todas a problemáticas contém o indício de que o crime ocorreu contra uma pessoa negra, seja na condição de livre ou de escravizado.

Com tais problemáticas, o professor de história poderá trabalhar com seus alunos, utilizando de referencial teórico as fichas, pois, por conter o conteúdo vindo diretamente da fonte, deixará assim a aula embasada, uma vez que a documentação referente a tais temáticas existe. Com o diálogo referente a temática da escravidão, foi possível perceber padrões na documentação. O documento é um produto de seu tempo, logo, ele irá conter o discurso de sua época. O estado como instancia detentora do poder,

poderia simplesmente mandar e desmandar

dentro de um processo criminal. Essa documentação em específico contém várias narrativas, características essas que o torna uma fonte riquíssima.

As diversas vozes que a todo momento estão se cruzando, transforma aquelas folhas empoeiradas e velhas em uma história fascinante, o que acaba por deixar o pesquisador mais curioso à medida que vai lendo e destrinchando todo o caso.

> Para estudar processos criminais um dos pontos de partida é justamente conhecer a legislação do período que nem sempre, como vimos, está separada em diferentes corpus legislativos. Sem ela, não se entender a lógica em andamento do processo, as sentenças proferidas, as argumentações de advogados e as interpretações de juízes. (GRINBERG, 2020, p.124).

O que a autora nos coloca é muito relevante, pois, se não conhecermos a legislação da época não será possível compreender expressões, situações ou outros contextos que venha a surgir durante a leitura dos processos criminais. Sendo assim, estudar processos criminais e se enveredar por essas diversas temáticas é estar ciente de que existe toda uma história envolvendo esses sujeitos.

É neste momento que o historiador deve ser crítico em relação a documentação e ao que está escrito ali nos testemunhos, é preciso ser crítico em relação a si mesmo enquanto um leito/pesquisador. O motivo é porque toda documentação é produzida por um órgão ou alguém, e esta produção pode ser intencional. Existe interesses por traz, um testemunho de escravizado pode simplesmente passar pelo filtro da pena do escrivão, que pode mudar o relator com base nos interesses da entidade responsável, que no nosso Caso é o estado.

E no que se refere a questão dos escravizados diante da lei e da justiça,

autores como o jurista Perdigão Malheiros (1944) *A Escravidão no Brasil* e a historiadora Elciene Azevendo (2015) *O Direito dos Escravos*, em ambos os trabalhos, os autores trataram questões referentes aos escravizados e como o aparelho jurídico, juntamente com o código de criminal de 1830 e o código penal de 1832 do império lidava com essas questões envolvendo os escravizados.

Os crimes cometidos pelos escravos tinham que ser resolvidos nos já citados códigos, claro que com algumas diferenças. Os autores abordam essas diferenças, segue o que o jurista Perdigão Malheiros coloca;

> Em relação ao processo devemos observar que não há entre nós autoridades, juízes, ou tribunais especiais, que conheça os delitos cometidos pelos escravos. São processados, pronunciados e julgados, conforme os delitos e lugares, como os outros delinquentes livres ou libertos, salvo modificações de que trataremos, são, portanto, aplicáveis em regras nos escravos os princípios do direito penal e do processo criminal. (PERDIGÃO MALHEIROS, 1944, p.33 p. 34)

O discurso em que o escravo é propriedade não se encaixa para os códigos, pois, ao cometer um crime, ele sai da condição de objeto e entra na condição de pessoa, e que, portanto,

vai responder pelos seus crimes iguais uma pessoa na condição de livre. No entanto, o próprio código criminal nega ao escravo o direito de denúncia, sobretudo contra os seus senhores, também lhe é vetado o direito de ser testemunha, o artigo 75[3] e o 89[4] assegura isto. Ainda segundo o autor;

[3] Art. 75. Não serão admittidas denuncias: § 2º Do escravo contra o senhor. Acesso em; https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm

[4] Art. 89. Não podem ser testemunhas o ascendente, descendente, marido, ou mulher, parente até o segundo gráo, o escravo, e o menor de quatorze annos; mas o Juiz poderá informar-se delles sobre o objecto da queixa, ou denuncia, e reduzir a termo a informação, que será assignada pelos informantes, a quem se não deferirá juramento. Acesso em; https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-29-11- 1832.htm

> Em relação à lei penal, o escravo sujeito do delito ou à agente dele, não é coisa, é pessoa na acepção lata do termo, é um ente humano, um homem enfim igual pela natureza aos homens livres seus semelhantes. Responde, portanto, penal e diretamente pelos delitos que cometa, porém ou paciente, cumprir distinguir. O mal de que ele pessoalmente possa ser vítima não constitui o crime de dano, e sim ofensa física, para ser punido como tal, embora o ofensor fique sujeito a indenização o senhor; nesta parte da questão é de propriedade, mas na outra é de personalidade. (PERDIGÃO MALHEIROS, 1944, p.40, P.41)

Se tratando do escravizado ser considerado coisa ou não, o mesmo tinha que responder diante a lei, como o autor muito bem nos colocou. Elciene Azevedo (2015) também apresenta suas discussões, não somente sobre o direto dos escravos, ela também chama a atenção para a população livre;

> Fossem cometidas por réus escravos ou livres, os crimes no Império incorriam nas Prescrições do código criminal de 1830, que aguardava algumas disposições particulares para os escravos - como artigo 113; que considerava crime de insurreição aglomeração de 20 ou mais escravos que tentassem alcançar a liberdade pela força, ou o artigo 60 que comutava a pena de prisão na de açoites, com obrigação de o senhor trazer com ferro ao pescoço pelo período de um ano (AZEVEDO, 2015, p.65)

A autora aborda que ambas as condições, livre ou escravizada teria que responder as prescrições do código criminal. Os autores citados, serve de aparato teórico para o estudo em relação aos direitos dos escravos, ou do negro na condição de livre, dialogar com essas bibliografias só enriquece o estudo em torno das variadas temáticas que circunda esse universo afro-diaspórico.

Diante do exposto, foi possível traçar um panorama da violência imposta nessa população, e a sua reverberação atualmente, e como ela se propaga através do racismo, ou em casos mais graves, a própria agressão física.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, durante toda a trajetória da pesquisa, foi possível desconstruir os discursos da "inexistência" dos negros da região. A própria documentação e os trabalhos que foram e estão sendo feitos sobre a temática estão aí para colocarmos de vez um fim nessas narrativas de apagamento da descendência africana. Como afirmou o já citado professor REIS JUNIOR, "os escravizados estiveram presentes na história do trabalho no Cariri, como demostra a documentação." (REIS JUNIOR, 2014, p168)

Reformulando a frase do professor Reis, "a população negra e descendentes desses africanos livres e escravizados, muitas vezes ilegalmente, estiveram presentes na história da região cariri, e a documentação esta aí para provar essa existência."

5. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Elciene. **O Direito dos Escravos**: lutas jurídicas e abolicionismo na província de são Paulo/Elciene Azevedo. – Campinas, SP: Editorada Unicamp, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Parecer CNE/CP/2004.BRASIL. Ministério da Educação. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

CORTEZ, Ana Sara Parente. Cabras, caboclos, negros e mulatos. **A família escrava no Cariri cearense (1850-1884)**. Dissertação. (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, 2008.

GRIMBERG, Keila. "A história nos porões dos arquivos judiciários". In: PINKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina (orgs.). **O historiador e suas Fontes**. São Paulo: Contexto, 2020.

MALHEIRO, Perdigão. **A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social parte 1ª (jurídica) direito sobre os escravos e libertos**, Edições cultura, São Paulo, 1944.

NASCIMENTO, Maria Yasmim Rodrigues do. **O instituto do Ceará e os discursos sobre os negros:** da invisibilidade à detratação (1887-1890). Monografia – Crato-CE: Urca, 2015.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense**: Terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX. Tese – Programa de História Social – Universidade Federal do Ceará, 2014.

TAVARES, Iris Mariano. **Entre a sacramentalização católica e outros arranjos parentais:** a vida familiar dos escravizados do Crato – CE (1871-1884). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2013.

O AFROFUTURISMO: A ASCENSÃO DOS VALORES ANCESTRAIS AFRODESCENDENTES NA ARTE BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

Hioga Fernanda Duarte Rocha Santos [1]

RESUMO

Em meados de 1994, através de discussões sobre o papel da comunidade negra tanto no fazer literário quanto cultural, na produção de narrativas de ficção científica nos EUA, Mark Dery formula o conceito de "Afrofuturismo", investigando o "por quê" da ausência do negro na produção literária, assim, reimaginando futuros e inserindo o negro num lugar de protagonismo neste projeto. E quais são os valores que norteiam esse movimento? Quais as consequências desse novo conceito dentro das estéticas afrodescendentes e os resgates desses elementos próprios das identidades culturais afros? Seria possível um futuro para uma comunidade marcada pelo apagamento deliberado do colonialismo? O mundo agora se vê influenciado a expandir cada vez mais as ideias afrofuturistas, não demorando para que no Brasil, a filosofia se manifestasse através de música, cinema, literatura etc. Este artigo propõe-se a investigar quais os valores norteiam o movimento social e cultural afrofuturismo e sua influência dentro da arte brasileira, bem como sua contribuição para uma identidade nacional plural, mediante a filosofia ancestral africana, que coloca o negro no papel principal de um futuro glorioso, num país marcado pelo racismo estrutural.

PALAVRAS-CHAVE: afrofuturismo, ancestralidade, cultura, identidade

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
E-mail: dranandaduarte@yahoo.com

1. INTRODUÇÃO

O Afrofuturismo é um movimento artístico, político, estético e teórico que trata das ficções especulativas, imagens tecnológicas e futurísticas, a partir de referências negras produzidas por autores afrodiaspóricos e africanos. O termo afrofuturismo nasceu nos Estados Unidos através de Mark Dery, no ano de 1994, e foi se espalhando por lá e posteriormente por outras partes do mundo. No Brasil um dos expoentes é o músico Nana Vasconcelos (1944-2016) que de forma irreverente fazia mistura de um som ancestral e tecnológico. Para Nana Vasconcelos o som poderia ser extraido de várias formas, inclusive com o batido na água, de um pinico e tudo que o ser humano consiga fazer música.

Para Pitter Gabriel Maciel Rocha (2020) O termo também permite tratar o caráter híbrido e limítrofe entre tradição e inovação, popular e vanguarda, o que nos permite pensar esses conceitos a partir de perspectivas não hegemônicas. O afrofuturismo é o lugar do experimentalismo, onde o ancental se mostra presente no hoje e na perspectiva de um futuro onde o negro aparece dentro de suas potencialidades, o que é apresentado nas letras das músicas e no modo de produzir os sons é que a arte deve acompanhar as tranformações e mudanças no espaço e tempo.

É importante salientar que a música afrofuturista se espalhou e incorporou diversos ritmos, se mostrando presente desde o jazz até o funk. Outros nomes no Brasil além de Nana Vasconcelos, é Juçara Marçal, Ellen Oleria, Mestre Aécio Zaira. No caso do mestre Aécio, ele disse em conversa informal que os instrumentos afrofuturista podem ser produzidos pensados a partir da praticidade, de criar e recriar de forma inteligente e não

convencional, o afrofuturismo é um lugar que quebra regras.

É no afrofuturismo que é possível observar como no espaço-tempo a cultura afrodiaspórica se transforma dentro de um espectro em que o convencional é ser diferente, é revolucionar de modo a olhar para o passado e criar tanto sons como uma arte que dialogue com a vida de quem produz e escuta. Desse modo, por mais que no Brasil tenha começado de forma tardia, o afrofuturismo vem se mostrando cada vez mais presente e com músicos dedicados a fortalecer esse tipo de movimento.

2. MÉTODOS

A presente pesquisa contou com a observação participante, conversas informais com artistas locais do Cariri Cearense e com parte da bibliografia que se debruça sobre o assunto. A pesquisa participante aconteceu em alguns equipamentos de cultura onde artistas de cunho afrofuturista se apresentaram e onde pude através de algumas perguntas previamente pensadas compreender de qual modo eles veem o movimento afrofuturista e de qual forma constroem suas obras de modo a seguir e contribuir para o afrofuturismo. Também participei de oficinas de construção de instumentos na Casa Luz, em Crato- Ce, por enteneder que os instrumentos feitos lá são afrofuturistas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Afrofuturismo, tem suas práticas ligadas à vanguarda, ao experiementalismo de novas técnicas, processos e tecnologias. Conforme

analise feita nos trabalhos de Mark Dery (1994) se debruça sobre a tecnologia e o futuro. Trata de um movimento que difere das produssões eurocentricas em que coloca o negro no lugar de submissão, aqui aperece dentro de uma perspcitiva de um mundo de possibildade onde é visto a partir do lugar de liderança, de crescimento e reconhecimento.

Mark Dery (1994, p.182) afirma que "as vozes afro-americanos teriam outras histórias para contar sobre cultura, tecnologia e o futuro". A música afrofuturista se preocupa em não ser excludente, ela é construida a partir do que visto e de forma decolonial. É um espaço de possibilidade, onde pode vislumbrado um futuro anti-opressão.

4. CONCLUSÕES

O afrofuturismo é um movimento estético, filosófico, artístisco e cultural que se espalhou por diversos lugares se apresentando como o lugar das possibilidades, onde a regra é a excessão. A música afrofuturista vem seguindo a tendência de um mundo contemporêneo em que o que prevalece é praticidade pensada a partir de olhar onde a tecnologia é a erte de criar, de se reinventar.

É no afrofuturismo que é possivel ver e sentir o negro a partir do centro, onde é construida uma narrativa e ritmos próprios. É o espaço do ancestral com o presente e futuro numa mescla que permite com que as sensações e impactos aconteçam de modo genuino. É mundo de possibilidades onde o negro tem voz e vez, é um movimento que por fazer de um espaço, necessariamente surgiria em virtude das tranforções do tempo.

5. AGRADECIMENTOS

Agradeço a Nathália Gerrero por ter me apresentado o mestre Aécio de Zaira e ter contribido com o levantameto da bibliografia e me acompanhado nas apresentações de cunho afrofuturista e coloborado na formulação de perguntas para as conversas informais que tive com artistas locais do Cariri Cearense. Ao cantor Dextape e a Negra Lu, com quem pude ter conversas informais sobre o assunto. Agradeço também a Universidade Regional do Cariri – URCA e ao Encontro Artefatos da Cultura Negra (2022) pela iniciativa e espaço.

6. BIBLIOGRAFIA

ROCHA, Pitter Gabriel Maciel. **Uma perspectiva afro-brasileira do som afrofuturista**: ficção, raça, som e tecnologia. Disponível em: XXX Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música – Manaus – 2020. Acesso: 31 de janeiro de 2023.

AFROCIBERDELIA. **Chico Science e Nação Zumbi**, 1996. Disponível em: https://open.spotify.com/album/3cG4WKesy6hUXEPfPcdxs6?si=HIA8fIbPTEugcEnEtIyFkQ . Acesso 23 de 2020.

DERY, Mark. **Black To The Future:** Interview with Samuel R. Delany, Greg Tate and Tricia Rose. In: Flame Wars: The Discourse on Cyberculture. Durham: Duke University Press, 1994. p. 179-222.

O ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS EDUCACIONAIS SOBRE O ENSINO AFRODESCENDENTE ATRAVÉS DO REISADO NO CARIRI CEARENSE

Rayanne Pereira do Nascimento[1]
Cicera Nunes[2]

RESUMO

O presente estudo trata-se de um estado da arte[3] que tem como objetivo geral evidenciar a discussão sobre a produção científica através das contribuições dos pesquisadores(as) da educação nestes últimos quinze anos, os quais realizaram estudos na área das africanidades voltando-se ao Reisado Caririense. Como objeto de análise, apontamos artigos, monografias, dissertações e teses publicadas em quatro base de dados, sendo elas: o Google Acadêmico, o Repositório da Universidade Federal do Ceará - UFC, a Biblioteca Virtual SciELO e o portal do mestrado da Universidade Regional do Cariri - URCA. Assim, atentamos ao objetivo, método e metodologia e conclusões as quais obtiveram na pesquisa. Como resultado deste estudo, referenciamos que os trabalhos analisados abordaram a temática, em que estamos desenvolvendo na nossa pesquisa de mestrado, a partir dos descritores: africanidades, cultura africana, cultura popular, Cariri Cearense, Reisado e educação étnico-racial. Os(as) teóricos(as) mais destacados nos trabalhos fazem parte da literatura brasileira. E, no que se refere aos aspectos metodológicos, os trabalhos utilizaram-se da abordagem qualitativa, através de pesquisas etnográficas, participante, história oral, intervenção, estudo de caso e pesquisa-ação.

PALAVRAS-CHAVE: Estado da Arte. Africanidades. Reisado Caririense. Educação étnico-racial.

---

[1] Mestranda do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri – URCA. E-mail: rayannepereira.urca@gmail.com
[2] Professora doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará - UFC. E-mail: cicera.nunes@urca.com.br
[3] Ele foi realizado no primeiro semestre do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri - MPEDU/URCA.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda como estudo de revisão da literatura, o "estado da arte" ou "estado do conhecimento" acerca da pesquisa sobre a cultura afrodescendente voltada ao reisado, com o objetivo de apresentar a produção científica existente sobre a temática.

No que se refere a este trabalho, o nosso intuito é o de mapear e proporcionar a discussão sobre a produção científica através das contribuições de pesquisadores da educação, que discutiram na área das africanidades voltando-se ao Reisado caririense, o qual é o nosso campo de pesquisa que está sendo desenvolvida no mestrado.

O estado da arte tida como caráter bibliográfico traz "o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares", de modo que apresente as formas e condições usadas para produzir "dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários" (FERREIRA, 2002, p. 258).

A análise do material encontrado e dialogado no texto apresenta as temáticas utilizadas nas pesquisas, bem como o seu principal objetivo, referenciais teóricos, aspectos metodológicos utilizados na pesquisa e sua conclusão.

Logo, organizamos este trabalho em três partes: o primeiro, apresenta o caminho metodológico utilizado na investigação, sendo este o estado da arte; em seguida, discutiremos sobre os dados coletados através dos achados; e, por último, discorreremos sobre a nossa conclusão.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Nesse estado da arte é de nosso interesse apresentar o objetivo das pesquisas, bem como, métodos e conclusões obtidas.

Este levantamento bibliográfico foi realizado entre maio e junho de 2022, com um recorte de 2003, ano de implementação da lei nº 10.639 a 2022. Desse modo, utilizamos como descritores "africanidades, cultura africana, cultura popular, Cariri Cearense, reisado e educação étnico-racial", em que recorremos às seguintes bases de dados: o Google Acadêmico, o Repositório da Universidade Federal do Ceará - UFC, a Biblioteca Virtual SciELO e o portal do mestrado da Universidade Regional do Cariri - URCA.

Assim, encontramos o total de 1.926 pesquisas, entre artigos, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Sendo 1.388 artigos e 538 entre monografias, dissertações e teses. E por fim, ao lermos o título e resumo dos trabalhos, somente 16 voltaram a pesquisa da cultura afrodescendente através do reisado na educação. Visto que, o processo de exclusão se deu a partir dos descritores utilizados e da proximidade com o tema pesquisado.

Assim, para a construção, análise e interpretação dos dados, organizamos uma sequência metodológica da seguinte maneira: Na primeira etapa, realizamos o levantamento bibliográfico e selecionamos os trabalhos científicos através das revistas e bibliotecas virtuais aqui já mencionadas, as quais encontramos disponíveis. Na segunda etapa, fizemos a leitura do título e resumo de cada trabalho científico. A partir daí, fomos organizando uma pasta com os arquivos que abordam com mais ênfase a nossa temática de estudo, e excluindo os trabalhos que não se referiam a manifestação cultural,

o reisado. Na terceira etapa, realizamos a leitura de grande parte de cada um dos trabalhos científicos encontrados para a amostra, focando no seu objetivo geral, principais referências, aspectos metodológicos utilizados e sua conclusão. Assim, são analisadas as produções na temática das africanidades direcionadas ao reisado, na área da educação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O primeiro trabalho analisado é de Nunes, Ferreira e Oliveira (2008) disponibilizado no Repositório da Universidade Federal do Ceará - UFC. Elas destacam "a importância do trabalho com os elementos de africanidades presentes no município de Juazeiro do Norte – CE" (p. 1), discutindo a importância da inserção dos conteúdos da história e cultura africana e afrodescendente no currículo da educação básica. Assim, buscam utilizar "danças de base africana como uma possibilidade de significar a identidade étnica dos afrodescendentes, como também promover a elevação de sua autoestima e o aprendizado da cultura" (p. 1).

Utilizando como elemento de análise os reisados juazeirenses e a manifestação cultural de matriz africana presente no espaço pesquisado, puderam perceber com evidência a presença das africanidades na manifestação cultural, o reisado, e reconhecer que os seus valores civilizatórios abrem caminhos para uma educação plural e democrática. Para isso, a abordagem utilizada apresenta uma proposta pedagógica para o trabalho com a dança afro na educação básica. Neste trabalho as autoras puderam constatar que "o sistema educativo local não possui um levantamento das africanidades e afrodescendências da região" (p. 8).

O segundo trabalho é da autoria de Videira e Nunes (2013), ambas professoras doutoras, a primeira com pesquisas voltadas para a dança marabaixo em Macapá - Amapá, e a segunda, ao Reisado do Cariri Cearense. Seus objetivos foram investigar "o processo educativo repassado de geração à geração por meio das africanidades presentes na cultura afrodescendente, especificamente o Marabaixo afroamapaense e o Reisado Caririense", buscando "analisar de que maneira a participação dos sujeitos da pesquisa nessas expressões culturais significavam positivamente sua identidade étnica estabelecendo a relação entre dança/arte/educação para a efetiva cidadania dos educandos afrodescendentes" (p. 2).

Desse modo, abordaram aspectos relevantes sobre a história, os sentidos e significados do marabaixo e reisado para as comunidades locais; uma breve descrição das características dessas tradições seculares afro-brasileiras; e, falaram sobre a relevância de se trabalhar "pedagogicamente a cultura afrodescendente como expressão de arte e cultura de nossos ancestrais africanos nas escolas" (p. 4). Concluindo que, os princípios da educação escolar partam de uma proposta criativa, para que os estudantes da educação básica possam relacionar os sentimentos do seu grupo local com o de outras culturas, e que "tais manifestações expressam as vivências do ser dançante; são uma forma educativa onde o ver, o sentir, o escutar e o falar se expressam em todos os momentos" (p. 11).

O terceiro trabalho, também de autoria das professoras pesquisadoras Videira e Nunes (2012), abordando a "relevância das danças de base africana e afrodescendente na educação nacional tendo como cenário as africanidades brasileiras", visto que elas "devem ser transformadas em experiências interculturais envolvendo professores, estudantes e pesquisadores do Brasil sobre essa área de conhecimento

ainda pouco valorizada nas escolas" (p. 2). Além disso, discutem o uso do vídeo como uma estratégia de ensino nas escolas.

Elas propõem uma discussão sobre a dança afro como proposta de ensino e o corpo do ser negro e concluem que a temática da dança afro, por meio da dança pode ser abordada pelos docentes nos aspectos "históricos, sociais, geográficos, antropológicos, filosóficos, artísticos, estéticos e culturais pertinentes as nossas heranças étnicas" (p. 11), ao invés da linguagem da arte, do lugar de entretenimento e passatempo como geralmente é tratada.

O quarto artigo, de autoria de Castro (2018), apresenta um estudo da história cultural do município de Itagimirim, na Bahia, a partir das folias de reisado como proposta de ensino de história e das relações étnico-raciais, tendo como objetivo "analisar e perceber nesta manifestação cultural um lugar de expressão de saberes, brincadeiras e demonstração de afirmações e lutas" (CASTRO, 2018, p. 6).

No decorrer desse estudo, o autor vem apontando a dinâmica do movimento cultural nesse espaço e relaciona o período colonial com o reisado itagimiriense, enfatizando que a através dele e dos saberes da memória cultural de indígenas, pretos, e pretas, que pretenderam organizar o estudo

> [...] em processo sobre o movimento da manifestação afro-brasileira no território baiano do vale do Jequitinhonha, tornando visíveis as expressões de um povo que festeja em cortejo de rua, expressando sua arte ascendente dos povos africanos, que rememora com fundos religiosos seus modos de vida (CASTRO, 2018, p. 7-8).

Assim, conclui-se que através dos saberes da população itagimiriense desde a década de 30, foi vista como "jogo de dominação e vigilâncias das práticas e fazeres dos guardiões populares" e que os povos indígenas, negros

e migrantes tiveram "lugares de subalternidade na construção da sociedade", mas que participaram efetivamente da formação da nação brasileira (CASTRO, 2018, p. 12).

No quinto trabalho, um grupo de graduandos do curso de Educação Física da Universidade Regional do Cariri - URCA, objetiva "apresentar a breve história do surgimento do Reisado e sua relação na cultura da região do Cariri com as aulas de educação física escolar", realizando uma pesquisa bibliográfica e documental.

Para esse fim, discutiram brevemente a história do reisado e a sua significância no Cariri Cearense, como também a sua importância para o trabalho cultural corporal, podendo assim "proporcionar ao professor de Educação Física escolar o acesso histórico-cultural do Reisado no Cariri" (p. 2).

Portanto, os autores veem que o reisado, primeiro, como uma importante prática escolar (desenvolvimento da linguagem corporal da criança para que a mesma tenha conhecimento da sua cultura, fazendo-a refletir sobre a sua identidade e seu papel dentro da comunidade, conhecendo um pouco mais sobre a história dos seus antepassados), e em segundo, como uma manifestação popular (a qual pode-se trabalhar com o movimento e a expressão corporal e artística com as encenações dos autos). Além do mais, reconhecem que existe a necessidade do planejamento pedagógico ser revisto, como também, da colaboração do poder público (SANTOS et al., 2019).

O sexto artigo é trazido por Coelho, Ferreira e Martins (2016) a discussão objetiva "mostrar a forma espontânea como era o brincar do Reisado de Couro que está entrando em processo de extinção e precisa ser registrado e documentado antes que saia do cotidiano e do imaginário

popular" (COELHO; FERREIRA; MARTINS, 2016, p. 2). No decorrer da pesquisa, os autores apresentam narrativas do Mestre Aldenir sobre a sua história de vida, sua proximidade com o reisado e como acontece a brincadeira. Portanto, é discutida a importância de registrar tradições populares como o Reisado de Couro através da memória oral do Mestre Aldenir no Cariri-Ceará, permitindo um resgate da forma de brincar desse grupo de brincantes. Então, notaram as dificuldades enfrentadas pelo grupo, no que se refere a condições financeiras para produção de vestimentas, o esquecimento de algumas rezas por conta da idade avançada do Mestre Aldenir, além da escassez de literatura sobre o assunto e desconhecimento por parte de grupos (COELHO; FERREIRA; MARTINS, 2016).

No sétimo artigo temos um grupo de graduandos do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará - UFC, que discorrem sobre o grupo "Reisado Mirim Estrela Guia" do município de Juazeiro do Norte-CE, a partir das ações que foram desenvolvidas pelo programa de extensão, chamado Laboratório de Troca de Afetos (LATA), da UFC Campus Cariri. Neste estudo, os estudantes realizam encontros como o grupo de reisado e entrevista com a líder e criadora do grupo, Maria José da Silva.

Ademais, apresentam como acontece a representação do reisado, as quais envolvem cores, personagens, modo de se vestir de cada um deles e variações nas apresentações. Para isso, também se embasam nos estudos de Barroso (2008).

Dessa maneira, puderam perceber que essa manifestação cultural ainda não é tão valorizada no contexto das políticas públicas e da sociedade, além de retratar a luta entre os líderes do grupo, para darem continuidade a cultura do reisado na região caririense (NASCIMENTO et. al, 2011).

No último artigo é trazido por Farias (2010) uma análise comparativa de duas variantes em duas letras de canções publicadas no livro "O Reisado Alagoano" com o repertório musical do Reisado de Congo dos Discípulos de Mestre Pedro de Juazeiro do Norte.

Com esse estudo, é destacado as influências e interferências do reisado alagoano no reisado cearense quem "aparecem também nos trajes, nas coroas e espadas, na confecção das máscaras, nomes de cidades e personalidades cantadas, declamadas ou recitadas, nas letras das canções executadas pelos folguedos" (FARIAS, 2010, p. 2). Assim, apresentam as variantes e dialogam sobre as suas relações e semelhanças com Bião (2009), Brandão (2007) e Barroso (1996).

Por essa via, Farias (2010) percebe que as variações encontradas nos textos/canções cantados pelos reisados analisados "são características marcantes e fundadoras das composições musicais nos folguedos populares brasileiros", visto que, "a memória e a oralidade revelam-se imprescindíveis à concepção e à constituição dos saberes e fazeres dos grupos" (FARIAS, 2010, p. 4).

Nas buscas de trabalhos, localizamos a monografia de Magalhães (2018), o qual propõe uma metodologia possível de ensino do Reisado em aulas de Educação Física na Educação Infantil. Para isso, realizou uma pesquisa interventiva na cidade de Fortaleza, para as crianças, promovendo-as o conhecimento com a cultura local, e por último apresentaram a opinião das professoras sobre os projetos de ensino e as danças tradicionais nessa modalidade de ensino através da coleta de entrevistas estruturadas.

Contudo, observou-se que ensinar dança para crianças da educação infantil não é um trabalho fácil, e que na maioria das vezes isso acontece "pela falta de conhecimento acerca do conteúdo, e no que tange aos

professores, a falta de preparo em trabalhar com dança que vem da própria formação" (MAGALHÃES, 2018, p. 72) e que essa proposta se mostra uma ótima alternativa para ensinar dança na escola. Por fim, destaca que é "importante pensarmos e refletirmos sobre a inserção efetiva das danças na Educação Infantil, em especial as danças tradicionais" (MAGALHÃES, 2018, p. 73).

A dissertação de Nunes (2007) discute no município de Juazeiro do Norte-CE a importância da inclusão no currículo da educação básica da temática História e Cultura Africana e Afrodescendente a partir da implementação da Lei nº 10.639/2003. Para isso, a autora pesquisou dentro da cidade e região, os elementos da sua história local, de modo que pudesse ajudar a compreender como "tem se dado a participação afrodescendente no desenvolvimento econômico e cultural, como também chamar a atenção dos/as educadores/as locais para o redimensionamento do trabalho na escola com as africanidades e afrodescendências fortemente presentes na região do Cariri Cearense" (NUNES, 2007, p. 6).

Concluiu que, "a pesquisa apontou que existe um desconhecimento dos professores em relação a temas que se referem à História e Cultura Africana e Afrodescendente" (2007, p. 148), e deixam como proposta a reformulação do currículo da rede de ensino da educação básica os conteúdos referentes ao repertório cultural afrodescendente.

A segunda dissertação, agora de autoria de Santos (2020), é resultado do Mestrado Profissional em Artes, cujo objetivo foi "utilizar o Reisado como conteúdo pedagógico, visando a construção de um material didático com base no Reisado local", o qual foi desenvolvido no município de Massapê-CE.

Destarte, ela disserta sobre a importância da inserção do reisado como conteúdo pedagógico nas escolas, a partir da proposta sugerida e das vivências do reisado.

No trabalho dissertativo do professor Alencar (2020), buscou evidenciar a formação das manifestações da cultura popular da região do Cariri Cearense como um processo educacional pautado na ressignificação e empoderamento do oprimido por meio do saber ancestral, situando a territorialidade dos remanescentes africanos e indígenas em meio a sociedade que o discrimina, por meio da pesquisa-ação.

Para tanto, organizou seu estudo em dois momentos de análise. O primeiro foi "analisar o Fórum da Memória, fazendo um apanhado das discussões levantadas pelos/as mestres/as da cultura e os encaminhamentos feitos aos representantes do poder público" (ALENCAR, 2020, p. 51) e no segundo, realizou-se entrevistas com cinco mestres/as da cultura popular.

Com a finalização da pesquisa, percebeu-se que "os saberes dos terreiros podem contribuir na construção de metodologias de ensino da história e cultura africana e na implementação de ações de empoderamento e protagonismos social dos sujeitos e comunidades", de modo que favoreçam a implementação de políticas públicas de educação e cultura. Além de conferir que seu engajamento e mobilização social nas manifestações da cultura popular agem como um agente propulsor das reivindicações do povo, e desse modo possibilitam a construção de um espaço de fala do oprimido diante das esferas opressoras (ALENCAR, 2020).

Na quarta dissertação, produzida pela autora Gonçalves (2014) é trazida a discussão da cultura popular e comunicação, com o objetivo de "investigar de que forma se constroem os processos culturais e

comunicativos em bairros populares de Juiz de Fora, no contexto da festa de Folia de Reis" (p. 8). Para desenvolvê-lo fez uso da pesquisa etnográfica com um grupo de Folias de Reis de Juiz de Fora, a qual pôde acompanhar os ensaios e a festa nos anos de 2012 e 2013.

Assim sendo, conheceram a importância da festa para a população através dos laços de amizade que existem entre eles, desde o momento que antecede a festa, ainda na roça, até o dia da comemoração. Também viram que a construção dos processos comunicativos e culturais se dão nos ensaios realizados na casa dos foliões.

Na pesquisa de Silva (2011) foi buscado "compreender como se deram algumas das (re)significações simbólicas ocorridas no Reisado de Congo do município de Barbalha, localizado no Cariri (sul) cearense, durante as décadas de 1960 e 1970" (p. 4). Para tanto, contou com a colaboração de mestres e ex-brincantes de Reisado, através da História Oral.

A autora conta que o presente estudo é fruto da continuidade de uma pesquisa desenvolvida enquanto bolsista na Universidade Regional do Cariri - URCA. Diante disso, Silva (2011, p. 106) afirma que "os brincantes do Reisado de Congo ressignificaram suas práticas por que seguiam o curso das águas que lhes eram direcionadas. Tal processo faz parte de um outro, natural, de inovação dos saberes inerentes ao povo". E finaliza trazendo alguns questionamentos, referente a ausência de mulheres na organização de grupos de reisados da cidade, que lhe despertou ao concluir a pesquisa.

Dando início a análise das teses de doutorado, conhecemos o trabalho de Xavier (2019) que teve em vista "compreender a prática do Reisado Boi Coração como patrimônio cultural e educacional, observando também como se dá a preservação e a conservação dessa cultura na comunidade local" (p. 23). Foi constatado que a cultura do Reisado Boi

Coração "está vívida na história e na memória cotidiana dos habitantes de Ocara, que a conhecem e a reconhecem para além da visualidade material. O grupo constitui patrimônio de significados ímpares para os praticantes, participantes e comunidade em geral de Ocara" (XAVIER, 2019, p. 144).

Por último, a tese de doutoramento de Feitosa (2020) vem descrever e analisar as diferentes conexões e entrelaçamentos da tríade bairro periférico, cultura popular e violência, problematizando como, nessas conexões e a partir delas, o bairro João Cabral, localizado no município de Juazeiro do Norte-Ceará, é acionado e produzido por múltiplos fluxos.

A violência aqui trazida por Feitosa refere-se aos brincantes que se fantasiam do personagem "cão", os quais saem na frente das apresentações, por alguns vistos com admiração, para outros como acusados de pertencerem a facções criminosas.

Contudo, é visto na pesquisa como é constituída "uma visibilidade pública do bairro João Cabral como 'berço/celeiro da cultura popular', como bairro que concentra 'mestres da cultura tradicional popular', 'grupos de tradições culturais'" (FEITOSA, 2020, p. 183). Além do mais, é mencionado que tanto existe o medo em ver "os cão", como eles ajudam a mobilizar muitos jovens a participarem do grupo e seguir pelas ruas da cidade. Como assim é comentado no estudo que "há 'um medo do cão e uma vontade de vê-lo'", visto que juntamente com a comunidade "os cão" parecem incorporar o próprio bairro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste “estado da arte” ou “estado do conhecimento'' foi muito relevante, para que pudéssemos ter conhecimento sobre as pesquisas já desenvolvidas na temática das africanidades, voltadas ao Reisado. Podemos perceber que de pouco a pouco essa temática como espaço de pesquisa vem se desenvolvendo, mas que ainda se tem muito a ser pesquisado.

A partir das leituras descobrimos que alguns pesquisadores tiveram ideias semelhantes com as quais buscaremos desenvolver neste mestrado profissional. Porém, algumas lacunas foram vistas nos estudos científicos, sendo algumas até mencionadas pelos próprios/as autores/as, como trazemos algumas delas a seguir.

Os pesquisadores Coelho, Ferreira e Marins (2016) pesquisaram sobre o Reisado de couro e ao finalizá-lo deixaram duas sugestões, as quais consideramos significativas. São elas: “mapear, citar grupos ou as localidades onde ainda existam estes tipos do Reisado de Couro no Cariri ou no Brasil e [...] suas variações” e a “criação de políticas públicas voltadas para a preservação de tradições que ecoam pelo sertão nordestino nas vozes de quem luta e busca manter vivas essas tradições” (COELHO; FERREIRA; MARTINS, 2016, p. 8).

Já a pesquisadora Silva (2011), a qual realizou a sua pesquisa de campo com grupos de Reisados de Congo, no município de Barbalha-Ceará, nos deixou uma sugestão de pesquisa que já vinha suscitando a sensibilidade do nosso olhar, a qual se trata sobre a presença da representatividade feminina nos grupos de Reisado, principalmente quando se refere ao líder/mestre(a).

Conclui-se que por meio deste “estado da arte” podemos realizar a nossa pesquisa investigando a presença dos valores civilizatórios no Reisado

da cidade de Juazeiro do Norte-CE, a partir das brincadeiras e das entrevistas com grupo focal. Visto que, contaremos com a contribuição de um grupo de reisado, e assim possamos contribuir pedagogicamente na construção de metodologias a serem desenvolvidas nos espaços escolares. Ao final, da realização desse estudo construiremos uma cartilha contendo as propostas pedagógicas utilizadas, para que seja utilizado por demais profissionais de ensino como uma estratégia para a implementação do ensino das africanidades na educação escolar.

5. REFERÊNCIAS

ALENCAR, Jean Alex Silva de. **As escolas da ancestralidade no Cariri**. 95p., 2020. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato-CE, 2020. Disponível em <http://www.urca.br/mpe/wp-content/uploads/sites/14/images/pdfs/dissert_jean.pdf> Acesso em: 14/05/2022.

CASTRO, Jairo Viana de. **Do rio Jequitinhonha a Beira Mar:** As folias de Reisado em Itagimirim Bahia como proposta de ensino de história e das relações étnicos raciais. 1889 -1960. Anais do II CINAB, VII SIALA e IV CNAB: Direitos Humanos e Políticas Públicas, n. 4 (2018). Disponível em <https://periodicos.ufes.br/cnafricab/article/view/21871> Acesso em: 20 de junho 2022.

COELHO, F. R. D.; FERREIRA, E. D. D. DA S.; MARTINS, G. K. **Reisado De Couro:** Como Meu Avô Brincava. Folha de Rosto, v. 2, n. Especial, p. 58-66, 13 dez. 2016. Disponível em <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/150/95> Acesso em: 17/06/2022.

FARIAS, **Cantos e recantos:** memória, oralidade e o reisado Discípulos de Mestre Pedro. ANAIS ABRACE, v. 11, n. 1 2010. Disponível em <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/abrace/article/view/3246/3408> Acesso em: 05/06/2022.

FEITOSA, Antonio Lucas Cordeiro. **Bairro brincante:** estudo sobre entrecruzamentos de socialidades constitutivas de um bairro de Juazeiro do Norte-CE. 206f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2020.Disponível em <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51567/1/2020_tese_alcfeitoisa.pdf> Acesso em: 17/06/2022.

FERREIRA, N. S. de A. **As pesquisas denominadas "estado da arte"**. Revista Educação & Sociedade, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

GONÇALVES, Gabriela Marques. **Cultura popular e comunicação:** a Folia de Reis em bairros populares de Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Comunicação, Juiz de Fora - MG, 2014. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/550> Acesso em: 05/06/2022.

MAGALHÃES, Patrick Anderson Martins. **Projeto de ensino do reisado em aulas de educação física em um centro de educação infantil de Fortaleza/CE.** 2018. 87 f. Monografia (Graduação em Educação Física) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/37338/3/2018_tcc_pammagalhaes.pdf> Acesso em: 05/06/2022.

NUNES, Cicera. **O reisado em Juazeiro do Norte e os conteúdos da história e cultura africana e afrodescendente:** uma proposta para a implementação da Lei nº 10.639/03. 2007. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2007. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2982/1/2007_dis_CNunes.pdf> Acesso em: 14/06/2022.

NUNES, Cícera; FERREIRA, Joseni Marcelino; OLIVEIRA, Poliana dos Santos. **Comunicação:** a dança afro para o ensino das africanidades. In: Congresso Nacional Da Federação De Arte E Educadores Do Brasil, 18.; Congresso Latinoamericano E Caribenho De Arte Educação; Encontro Nacional De Arte Educação, Cultura E Cidadania, 1., 27-30 nov. 2008, Crato (CE). Anais... Crato (CE): Ed. EdURCA, 2008. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/53209/1/2008_eve_cnunes.pdf> Acesso em: 14/06/2022.

SANTOS, Gleiciane Regia dos. **Reisado de Massapê, Ceará:** uma experiência pedagógica. 2020. 58 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Artes) -

Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/57579/3/2020_dis_grsantos.pdf> Acesso em: 07/06/2022.

SANTOS, Jaiana Tavares Dos et al.. **Reisado:** aproximação da cultura corporal do cariri nas aulas de educação física escolar. Anais VI JOIN / Brasil - Portugal... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/57892> Acesso em: 13/06/2022

SILVA, Simone Pereira da. **Os Sentidos da Festa:** (Re)Significações Simbólicas dos bincantes do Reisado de Congo em Barbalha-CE (1969-1970). 143 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5949/1/arquivo%20total.pdf> Acesso em: 07/06/2022.

SOUZA, Edileuza Penha de. **Tamborizar:** História e Afirmação da Auto-Estima das Crianças e Adolescentes Negros e Negras Através dos Tambores de Congo. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Pós-Graduação Mestrado em Educação e Contemporaneidade, 2005. Disponível em <http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/01/eileuza_penha_de_souza.pdf> Acesso em: 15/06/2022.

VIDEIRA, Piedade Lino; NUNES, Cicera. **O Marabaixo do Amapá e o reisado do Cariri cearense:** patrimônio imaterial afrodescendente na educação. In: CONGRESSO NACIONAL DA FEDERAÇÃO DOS ARTE/EDUCADORES DO BRASIL. 13.; CONGRESSO INTERNACIONAL DA FEDERAÇÃO DOS ARTE/EDUCADORES, 3-9 nov. 2013, Recife (PE). Anais... Recife (PE): UFPE, 2013. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/47024/1/2013_eve_%20plvideira.pdf> Acesso em: 20/05/2022.

_____. **Dança afro:** teoria, prática e novas perspectivas no cotidiano escolar. In: Congresso Nacional Da Federação De Arte/Educadores Do Brasil, 12., 29 out.-02 nov. 2012,. São Paulo (SP). Anais... São Paulo (SP):UNESP, 2012. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/47021/1/2012_eve_lpvideira.pdf> Acesso em: 14/05/2022.

XAVIER, Lisimére Cordeiro do Vale. **O reisado boi coração:** tesouro vivo no contexto da cultura e da educação na cidade de Ocara, Ceará. 2019. 158f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza (CE), 2019. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/45971/1/2019_tese_lcvxavier.pdf > Acesso em: 15/06/2022.

OS DESAFIOS DA MULHER NEGRA NO CAMPO DA ARQUITETURA E URBANISMO E SEUS IMPACTOS NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS NARRATIVAS ATRAVÉS DA PRÁTICA ARQUITETÔNICA

Isabelle Dos Santos Xavier[1]
Emanuelle Vieira De Souza[2]
Francisca Andréa Brito Furtado[3]

RESUMO

Segundo o IBGE (2021) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cerca de 56,1% da população brasileira é composta por pessoas pardas e pretas, dentro dessa estatística, a população negra é majoritariamente composta por mulheres. De acordo com dados do Ministério do Trabalho, a presença feminina na construção civil em postos de trabalho formal passou de 22,5% em 1995, para 31,1% em 2015. É crucial destacar que, quando se fala da presença feminina na construção civil, nota-se que são predominantemente mulheres brancas de classe média as que conseguem posicionar-se profissionalmente (GOMES, 2021). Dados do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU (2020), apontam que cerca de 64% dos profissionais registrados são mulheres. Ainda, é sabido que as mulheres arquitetas e urbanistas ganham salários inferiores aos homens, sendo cerca de 27,7% a menos do que o gênero masculino, dado fica mais alarmante quando se trata de mulheres negras. Esses números nos fazem refletir sobre os desafios da mulher negra neste campo de atuação e nos perguntarmos sobre o quanto uma mudança nesse cenário pode contribuir na construção de novas narrativas arquitetônicas. No intuito de perseguir essas questões, consideramos importante refletir sobre os currículos universitários das faculdades de arquitetura e urbanismo, o perfil dos estudantes e egressos dos cursos de graduação nessa área no território brasileiro - considerando

[1] Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, UNINASSAU
isasarquitetura@gmail.com
[2] Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, UNINASSAU
manuvieira.arquitetura@gmail.com
[3] Mestra em Filosofia (UFC), docente da UNINASSAU
andreafurtadooufc@gmail.com

os avanços da lei de cotas - e as expectativas em torno da inserção desse grupo no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Mulheres negras; Currículo; Arquitetura e Urbanismo; Educação.

1. INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que arquitetura e urbanismo é uma área estética, tecnológica, que visa oferecer soluções em prol das necessidades do meio, entende-se então que esta área se aloca no campo social. (FONTES, 2016). Por estar localizada no campo social, é crucial que este conjunto de saberes esteja atento aos sujeitos e reflita sobre como estes sujeitos impactam no meio em que se estão inseridos, e ainda, como suas contribuições técnicas e artísticas influenciam nas perspectivas do espaço arquitetônico.

Esta pesquisa parte de algumas reflexões e questionamentos acerca da inserção da mulher negra dentro da área da arquitetura e urbanismo; e como a inserção desses sujeitos no mercado de trabalho influencia no meio social. Pretendemos neste artigo destacar como as relações de gênero, as políticas educacionais, as políticas raciais, o racismo e sexismo podem potencializar ou inviabilizar a atuação profissional dessas mulheres.

Segundo o IBGE (2021), cerca de 56,1% da população brasileira é composta por pessoas negras (pardas e pretas), e dentro dessa estatística, destaca-se que a população negra é majoritariamente composta por mulheres. Quando encaramos a realidade social, os espaços de atuação política, os cargos de gestão e comando e as universidades percebemos que mesmo com a política de cotas vigente, ainda há ausência de representatividade negra em espaços que não sejam subalternizados. A problematização crítica dessa escassez deixa de ser uma questão individual e passa a ser uma questão coletiva, compromisso de todas e todos os cidadãos.

E é a partir da implementação das cotas raciais (Lei N° 12.711) como lei obrigatória em 2012 para ingresso de discentes em todas as instituições de ensino superior do país, e de programas como o FIES que surgiu em 1999 e o PROUNI, criado em janeiro de 2005, que o curso de arquitetura e urbanismo até então um curso tradicionalmente branco frequentado pelas classes médias e médias altas - devido ao histórico do surgimento dessa profissão no Brasil e a exigência de dedicação integral - começou a ter um perfil acadêmico muito mais diversificado.

A partir de então a graduação nesta área passou a receber um número significativo de integrantes negros e/ou oriundos das classes populares, desta forma começou a ser uma realidade palpável que sujeitos oriundos das classes trabalhadoras tivessem a oportunidade de formar-se arquitetos urbanistas. A inserção desses estudantes atravessados interseccionalmente por raça, gênero e classe mudou a cara dos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil e essa mudança trouxe consigo o surgimento de questionamentos – mesmo que modestos - sobre como desvincular o curso de arquitetura e urbanismo de uma visão predominantemente eurocentrada e conectá-la com as necessidades das populações que passam a ocupar o ambiente acadêmico.

Nos dedicamos aqui a reflexão sobre os desafios enfrentados por mulheres negras desde a sua formação até a sua atuação no campo da arquitetura e do urbanismo, nesse intento, consideramos importante discutir se e como a partir da abordagem histórico afro-brasileira prevista na lei 10639 e consequentemente do reconhecimento de si como produtores do ambiente público e privado, sujeito racializados, em especial as mulheres negras, podem modificar a paisagem arquitetônica e o campo profissional

da área em geral. Essa pesquisa se delineia como qualitativa e de caráter bibliográfico, desta forma ela se apresenta como uma exposição dissertativa argumentativa do tema, para isso tomamos como subsídio teórico dados retirados do Censo 2020 do CAU, e pesquisas sobre equidade de gênero e relações étnico-raciais, além de documentos que norteiam a educação nacional.

Iniciaremos nossas reflexões mapeando dentro da legislação educacional quais foram as "portas" abertas para a mudança efetiva do perfil dos estudantes universitários no país. Em seguida nós voltaremos para o curso de Arquitetura e Urbanismo especificamente a fim de delinear qual o retrato da formação nessa área hoje. Nosso movimento seguinte, depois de explanadas as oportunidades legais para diversidade na academia é o de refletir qual o lugar das mulheres negras dentro desse processo, por último discutiremos de que maneira a inserção e permanência dessas mulheres na profissão pode impactar a produção arquitetônica brasileira.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. DIREITO E ACESSO AO ESPAÇO ACADÊMICO

No Brasil, apenas a partir da década de 1990 é que os termos de inclusão e equidade ganham forças na luta contra a exclusão universitária. É só a partir de 1996 com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que se inicia um discurso, mesmo que ainda tímido, de ampliação de acesso às universidades. É nessa década que políticas de ação afirmativa como

isenção da taxa dos vestibulares, cotas, dentre outras medidas, transformam-se em objeto de discussão.

Com o início dos anos 2000, algumas universidades começaram a desenvolver programas para incentivar a participação das classes menos favorecidas em seus vestibulares, como por exemplo, a isenção de taxa de inscrição. Porém, segundo Silva e Ribeiro (2012), mesmo que essas iniciativas das políticas de inclusão, tenham notoriamente contribuído para que mais candidatos com renda familiar menor realizassem o vestibular, a maioria dos jovens oriundos de camadas sociais menos favorecidas sequer se inscreviam para os vestibulares de ingresso na universidade pública.

Silva e Ribeiro (2012), descrevem em seus estudos outros fatores que colaboram para a menor taxa de populações de classes menos favorecidas nas instituições de ensino superior, além da desigualdade de ensino. De acordo com os autores, a problemática da exclusão pode ser dividida em três dimensões: uma de âmbito econômico, outra de caráter social e uma terceira de aspecto cultural.

É só a partir de 2012, que a lei de cotas n° 12.711/2012 é sancionada no país, abrindo caminhos para o acesso de pessoas pertencentes à classe sociais populares às universidades brasileiras. Foi graças a essa lei que a participação mais efetiva da população negra e indígena pode ser garantida nas universidades. Apesar disso, pessoas negras, principalmente as mulheres, ainda são a minoria no corpo discente dessas instituições.

Segundo Santos e Moreira, em seu artigo ‘Mulher negra e educação superior: impasses históricos e atuais', ainda que exista progresso, a presença da mulher negra no ensino superior é limitada e na maioria dos casos a inclusão dessas mulheres nas universidades, quase sempre indica a

ocupação, no mercado de trabalho, de cargos com menor prestígio e remuneração. Isso ocorre principalmente devido ao preconceito de gênero e raça que permeia na sociedade.

A ampliação da ocupação das vagas universitárias por negros(as) também pode ser refletida a partir da mudança de cenários das IES privadas. Nesse sentido é importante que demarquemos a relevância de programas como FIES e PROUNI, que viabilizaram o acesso de grupos menos favorecidos ao ensino superior privado, tornando o espaço mais diversificado e plural.

No curso de arquitetura e urbanismo é possível observar facilmente a discrepância no quadro de alunos negros e brancos. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em pelo menos quatro estados do país, o curso de Arquitetura e Urbanismo possui menor Índice de Inclusão Racial que Direito, Medicina e Psicologia. Analisando uma amostra dos Institutos Federais de São Paulo, Cruz e Rodrigues (2020) realizaram um diagnóstico que mostra que nos anos de 2019 a 2020, apenas 6,94% dos alunos do curso de arquitetura e urbanismo são negros. Esse recorte representa a realidade da maioria das instituições que ofertam o curso.

2.2. RACIALIZAÇÃO INSTITUCIONAL NO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

De acordo com o CENSO do CAU Brasil de 2019 haviam sido registrados um total de 193.443 profissionais ativos para exercer o que contempla o mercado da arquitetura e urbanismo. Esse montante é composto predominantemente por mulheres, sendo sua representação nesses dados equivalente a 123.997 (64%) enquanto o gênero masculino

compreende um total de 69.446 (36%). Apesar da predominância feminina, ao registrar-se no CAU não há opção de definir raça/etnia a qual o profissional identifica-se, dessa forma – mesmo com relatórios de pesquisa realizados periodicamente confirmarem a existência dessas profissionais- o ato de registra a identidade racial cataloga o dado já de imediato, tornando essa estimativa mais precisa, tendo em vista que, muitas vezes as pesquisas compreendem apenas uma parcela do público-alvo.

Embora pareça óbvio traçar uma relação entre o número de mulheres registradas pelo censo do CAU, a inserção destas no mercado da arquitetura urbanismo não parece ser de grande importância, devido a predominância do mercado ser essencialmente masculino e branco. Desse modo, torna-se evidente que as mulheres ainda não ocupam em sua totalidade os cargos, especialmente quando nos referimos ao meio acadêmico – sejam como docentes ou referências curriculares-. Essa dificuldade se torna ainda pior ao referenciar mulheres negras. Mulheres negras são as maiores vítima de violência, assédio e discriminação de gênero no trabalho, além de ganhar menos em relação as demais colegas. (GOMES, 2021)

Para pensar essa questão, recorramos a Lélia Gonzalez (1984), a intelectual apresenta o racismo como uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial. Gonzalez afirma que o racismo advém de duas características: sendo uma a reprodução das posições sociais e outra, os ocupadores dessas posições e em quais lugares ocupam, em sua maioria os cargos mais baixos destinados a negros(as) e mulheres.

> [...] O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o

> racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (GONZÁLES, 1984, p. 224)

A cultura sexista e racista, influencia a falta de enegrecimento institucional (ocupação e reconhecimento das pessoas negras nos ambientes acadêmicos e profissionais) e contribui para reforçar as dificuldades enfrentadas por mulheres negras na atuação profissional como arquitetas e urbanistas, seja essa atuação no corpo docente das academias de arquitetura e urbanismo, seja nos escritórios de arquitetura ou qualquer área profissional que envolva a construção civil, ou ocupando cargos dentro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

Entendendo a importância da cultura afro-brasileira, a aprovação da lei 10639/03 que garante a obrigatoriedade dos estudos étnicos-raciais na educação básica tem demonstrado potencial de promover o reconhecimento de crianças e jovens negros como sujeitos históricos que participaram e participam da construção social, econômica e física do Brasil:

> Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003, Art 26-A)

A extensão de aplicação dessa legislação ao ensino universitário, apesar de não obrigatória, cumpriria um papel de grande importância na formação discente em arquitetura e urbanismo pois atuaria de maneira

direta na percepção desses estudantes como parte da história da arquitetura e urbanismo no Brasil, fortalecendo suas identidades. Esse compromisso precisa ser assumido ética e politicamente pelos docentes das faculdades de arquitetura brasileiras, na reformulação dos PPP (projeto político pedagógico) dos cursos e no engajamento antirracista desses profissionais no acompanhamento institucional no tratamento dos temas ligados a memória e história das populações afro-brasileiras.

Sobre identidade e representatividade do corpo docente, em uma análise sobre as mulheres negras e arquitetas do país, chama-se atenção para a fala da arquiteta Maria Luiza de Barros, formada em 2016 pela Faculdade Particular de Multivix, na qual em uma entrevista para o *PODCAST – Corpo, discurso e território, no episódio 10 – Arquitetos e Arquitetas Negras pelo Mundo* produzido pela UFBA, cita que se sentiu inquieta diante da não representação negra dentro da instituição de ensino que frequentou, não apenas nas disciplinas cursadas, mas também no que se refere ao corpo docente. Maria Luiza, afirma que devido a essa inquietação, começou a se envolver no Centro Acadêmico, e idealizou o *Coletivo Negro* da FENEA.

2.3. MULHERES NEGRAS NA ARQUITETURA E SUA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E ARQUITETÔNICA

Como parte do nosso estudo, fez-se necessário pesquisas bibliográficas e estudos para saber onde estão as mulheres negras arquitetas e urbanistas. Recentemente, em 2018, as arquitetas Gabriela de Matos e Bárbara Oliveira, realizaram um projeto intitulado por *"Onde estão as arquitetas negras?"*, pela Revista Arquitetas Negras. A produção enfatiza o mapeamento da produção dessas mulheres, acerca de promover meios de contratação a partir de sua exposição bibliográfica e projetual, diminuindo a

desigualdade racial e de gênero na arquitetura e urbanismo. Para esse projeto, as arquitetas Gabriela e Bárbara realizaram um formulário com o intuito de mapear todas essas mulheres. (CAU/BR, 2019)

Tendo em vista a necessidade de um estudo mais aprofundado para de fato, mapear todas as mulheres pretas arquitetas, fizemos uma análise mais específica, com uma amostra menor retirada do projeto "Arquitetas e arquitetos negros pelo mundo: Mapeamento da presença negra no campo da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano" da UFBA e decidimos analisar o currículo de 4 (quatro) mulheres arquitetas e urbanistas brasileiras. Consideramos o fato de serem mulheres negras engajadas em projetos sociais, mídias sociais e arquitetas pesquisadoras; e através desta análise compreender onde essas mulheres estão atuando profissionalmente dentro do mercado de trabalho e sua contribuição social arquitetônica.

Iniciamos a análise com a arquiteta e urbanista Tainá de Paula, mestra em urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tainá é ativista de lutas urbanas e já participou de inúmeros projetos de urbanização e habitação popular. Considerando os impasses da política brasileira, os impasses já citados sobre pessoas negras dentro das academias, Tainá nos causa inspiração pela sua jornada e representatividade; Tendo em vista que, antes de tudo, a arquitetura é um campo social e todas as pessoas possuem direito sobre qualidade habitacional, e devido as estas experiências, unificar as suas duas realidades (a de arquiteta e a do anseio político) e por meio da sua voz e pesquisas conseguir transmitir e mobilizar outras pessoas sobre a importância de se falar das causas sociais.

Por seguinte, analisamos o currículo da arquiteta e urbanista Gabriela de Matos formada pela PUC- MG, especialista em Sustentabilidade

e Gestão do Ambiente Construído e mestranda na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas pela USP. Um importante a citar que em 2020. Gabriela foi eleita a Arquiteta do Ano pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ), o prêmio estava em sua 58° edição, e neste ano, a primeira arquiteta negra foi premiada. É idealizadora do projeto, já supracitado, "Arquitetas Negras", responsável pelo mapeamento da produção de arquitetas negras brasileiras. Gabriela, assim como Tainá, produz arquitetura reconhecendo seu impacto social:

> Embora o campo da arquitetura e urbanismo seja ainda um campo elitista e racista, é justamente a formação de arquitetas e arquitetos urbanistas que veem a arquitetura como ferramenta social, que pode contribuir para a diminuição dos abismos e desigualdades presentes em nossa sociedade. (MATOS, 2020)

O fato da premiação do IAB ter chegado a sua 58° edição sem premiar mulheres negras nos alerta para a deslegitimação da importância do debate sobre cidade e arquitetura por uma perspectiva feminina racial. Não só essa premiação, como todo o projeto em busca da valorização de profissionais arquitetas e urbanistas negras, assim como nós e assim como Gabriela de Matos, além de nos fazer questionar sobre a desvalorização profissional, nos faz sentir que ainda é possível exercer arquitetura baseada na sua cultura, visando a melhoria da comunidade e a apreciação da cultura afro-brasileira.

Stephanie Ribeiro, arquiteta e urbanista, formada pela PUC-Campinas, além de escritora e apresentadora do *Decora-se* no GNT, é atuante no ativismo negro e no debate sobre responsabilidade social do arquiteto. Em 2018, foi uma das brasileiras entre os afrodescendentes mais influentes do mundo, segundo o prêmio *Most Influential People Of African Descent* (MIPAD), e em 2020 esteve na *Forbes Under 30*, edição que

homenageia profissionais influentes e que possuam pensamentos e atos inovadores. (PUCRS)

Para Stephanie, o ativismo negro e a representatividade feminina é de suma importância para mudanças estruturais sociais serem mais assertivas e efetivas. A voz de Stephanie hoje é fruto do inquietamento perante a falta de representatividade negra no seu cotidiano acadêmico e profissional, e é através da sua voz que Stephanie propaga a importância de se fazer ouvir as experiências da mulher negra na sociedade.

Em uma entrevista ao site *Atlanto* (2020), ao perguntarem-na sobre o sentimento causado pelo reconhecimento, Stephanie relata: “Sou mulher, e como mulher e negra, eu acho que o mundo te agride quando você fala e defende uma ideia, que as vezes é bom sentir que não está exagerando”.

Finalizando as análises, compreendemos a caminhada profissional da arquiteta Joice Berth, formada pela Universidade Nove de julho, pesquisadora na área de direito da cidade, com enfoque em gênero e cidade, além disso é assessora parlamentar na câmara municipal de São Paulo e escritora de livros feministas. Para Joice, as cidades devem ser construídas a partir da perspectiva feminina, tendo em vista que, entre as entidades de gênero, as mulheres são as mais afetadas pela falta de proteção urbana no meio social.

Joice enfatiza corriqueiramente sobre a importância da falta de visibilidade das mulheres negras arquitetas em grandes projetos e nas tomadas de decisões sobre o planejamento urbano. Além de enfocar que, os homens também deverão ser grandes agentes questionadores perante o motivo de se sentirem tão confortáveis em serem os grandes nomes da arquitetura, dentro de uma área majoritariamente feminina.

3. CONCLUSÃO

Esse estudo teve como objetivo discorrer sobre os desafios das mulheres negras no mercado de trabalho da arquitetura e urbanismo, desde as dificuldades enfrentadas por essas mulheres para ingressar no ensino superior e se manter no curso que é conhecidamente elitista e eurocêntrico.

A partir da análise de dados do conselho de arquitetura e urbanismo - CAU e de leituras sobre o tema é possível constatar as diferenças que essas profissionais enfrentam, a saber, sofrem mais assédio, ganham menos, e são menos valorizadas em suas produções. É perceptível que algumas dessas adversidades se iniciam ainda durante a graduação, com a ausência de disciplinas que abordam a arquitetura africana e suas diásporas - dificultando o reconhecimento desses sujeitos como parte da produção de saberes- e com a ausência de referências docentes, mas também percebe-se o impacto da formação social brasileira que se alicerça em bases racistas, machistas e sexistas.

Pesquisando o currículo de Arquitetas e Urbanistas negras com destaque nacional, é impossível não notar que têm em comum o fato de serem ativistas e defenderem que a arquitetura é uma ferramenta social de extrema importância e deve ser feita por todos e para todos. A inserção de mulheres negras na arquitetura possibilita uma pluralidade que se faz necessária nessa área, pois a partir de suas vivências elas podem produzir para além do público que a arquitetura elitista atende.

4. REFERÊNCIAS

SILVA, H. M. G. da; RIBEIRO, R. **O acesso à universidade pública no Brasil e a questão social**: uma análise dos dados do relatório do vestibular da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho - UNESP. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 7, n. 3, p. 170–183, 2012. DOI: 10.21723/riaee.v7i3.5730. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5730>. Acesso em: out. 2022.

SANTOS, João Paulo; MOREIRA, Núbia. **Mulher negra e educação superior**: impasse históricos e atuais. Museu pedagógico e memorial educacional. Editora Atena, 2017.Acesso em: out. 2022.

CRUZ, Franciely; RODRIGUES, Giselly. **Existem discentem negros nos cursos de arquitetura e urbanismo?**. Divergência e convergências: arquitetura, urbanismo e design. Editora Atena, 2020. Acesso em: set. 2022.

IBGE, Diretoria de pesquisa, coordenação de trabalho e rendimento, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019**. Acesso em: set. 2022.

LATERZA, Ana. **Diagnóstico gênero na arquitetura**. Cau/Br. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/diagnostico-revela-o-perfil-da-desigualdade-de-genero-na-arquitetura-e-urbanismo/> Acesso em: set. 2022.

OLIVEIRA, Dennis. **Racismo Estrutural:** Uma perspectiva histórico-crítica. Por Dennis de Oliveira. 1° Editora Dandara, 2021. Acesso em: out. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxnZXNwZWZ1bmlldXJvfGd4OjY1ZDM4MWQ5YTI5MTg1MWM>. Acesso em: set. 2022

RODRIGUES, Júlia. **Apenas 4,33% dos arquitetos e urbanistas são negros, aponta Conselho**. Notícia preta, 15 maio. 2020. Reportagem. Disponível em: < https://noticiapreta.com.br/apenas-433-dos-arquitetos-e-urbanistas-sao-negros-aponta-conselho/>. Acesso em: set. 2022

TENENTE, Luiza. **10 anos da Lei de Cotas: ela está ameaçada? O que pode mudar?**.G1, 24 ag. 2022. Reportagem. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/08/29/10-anos-da-lei-de-cotas-ela-esta-ameacada-o-que-pode-mudar.ghtml>. Acesso em: set. 2022.

MOASSAB, Andréia. **De que lado a arquitetura está?** Reflexões sobre ensino, tecnologia, classe e relações raciais. Revista Projetar, UFRN. Natal, v. 5, n° 1, p. 8-19, jan. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/19142/12423> . Acesso em: set. 2022.

FONTES, Marina Lima de. **Mulheres invisíveis:** a produção feminina brasileira na arquitetura impressa no século XX por uma perspectiva feminista. 2016. 73 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22280/1/2016_MarinaLimadeFontes.pdf>. Acesso em: set. 2022.

GOMES, Glauccy Hellen. **Mulheres na arquitetura**: Neutralidade política e inviabilização das pluralidades na profissão. Juiz de Fora, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Glaucy-Gomes/publication/354447268_MULHERES_NA_ARQUITETURA_Neutralidade_politica_e_a_invisibilizacao_das_pluralidades_na_profissao/links/6138c5c5a3a397270a8f01da/MULHERES-NA-ARQUITETURA-Neutralidade-politica-e-a-invisibilizacao-das-pluralidades-na-profissao.pdf>. Acesso: set. 2022.

LATERZA, Ana. **Dia da mulher:** A participação das mulheres arquitetas e urbanistas cresce a cada ano. CAU/BR, 05 mar. 2021. Pesquisa. Disponível: <https://www.caubr.gov.br/dia-da-mulher-participacao-das-mulheres-arquitetas-e-urbanistas-cresce-a-cada-ano2/>. Acesso em: set. 2022.

CASTRO, Beatriz. **"Arquitetas Negras"**: A busca pela equidade racial na arquitetura. CAU/BR, 06 mar. 2019. Divulgação. Disponível em: <https://caubr.gov.br/arquitetas-negras-a-busca-pela-equidade-racial-na-arquitetura/>. Acesso em: set. 2022.

OLIVEIRA, Bárbara. **Onde estão as mulheres negras na arquitetura?**. Blogueiras Negras, 02 mai. 2018. Opinião. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/onde-estao-as-mulheres-negras-na-arquitetura-e-no-urbanismo/>. Acesso em: set. 2022

PINHEIRO, Isaque; SOARES, Bianca; MILENA, Paula; LEANDRO, Gabriela. **Arquitetas e Arquitetos negros pelo mundo**. Arquitetas Negras UFBA, 2021. Pesquisa. Disponível em: < www.arquitetasnegras.ufba.br>. Acesso em: set. 2022.

OLIVEIRA, Juliyana. **Gabriela de Matos é eleita Arquiteta do Ano pela IAB-RJ**. Casa Vogue, 23 dez. 2020. Reportagem. Disponível em: <https://casavogue.globo.com/Arquitetura/noticia/2020/12/gabriela-de-matos-e-eleita-arquiteta-do-ano-pelo-iab-rj.html>. Acesso em: out. 2022.

VALIM, Marta. Joice Berth: **“Enfrentamos na arquitetura o estigma de fazer serviços leves”**. CAU/BR, 01 mar. 2018. Entrevista. Disponível em: <https://www.caubr.org.br/joice-berth-enfrentamos-na-arquitetura-o-estigma-de-fazer-apenas-servicos-leves/>. Acesso em: out. 2022.

PATRIMÔNIOS CULTURAIS DA POPULAÇÃO NEGRA: REVISITANDO O TEMA

Alyne Fernanda Reis [1]
Henrique Cunha Junior[2]

RESUMO

A partir das relações socioespaciais o presente artigo busca discutir os patrimônios culturais da população negra. A análise parte da contribuição histórica, da memória, das relações culturais, arquitetônicas e a identidade negra presentes nos territórios. A concepção destes locais parte da influência da maioria de população negra, onde em sua grande maioria são patrimônios que são invisibilizados. Além disso, estão presentes em locais que carecem da falta de política pública e investimentos para que tais patrimônios sejam além de reconhecidos, possam também ser preservados e valorizados. Tendo como concepção a Educação Patrimonial a partir da afrodescendência, no que tange a abordar sobre outra perspectiva, diferente da etnocêntrica e ocidental da mesma. Entendendo assim, as práticas educativas tanto formais quanto informais que tem como fundamento o patrimônio cultural, e que ainda há lacunas ao tratar dos patrimônios da população negra. Portanto, o trabalho se objetiva tecer a concepção de valores que estão atribuídos a estes patrimônios e a contribuição destes na formação das identidades, a partir dos seus detentores e diferentes sujeitos que corroboram para sua existência sob outra perspectiva do patrimônio cultural brasileiro.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial, População Negra

[1] Universidade Federal da Bahia, alynefereis@gmail.com
[2] Universidade Federal do Ceará, hcunha@ufc.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca tecer a importância e a relação dos patrimônios culturais da população negra presente nos territórios e que ainda hoje são invisibilizados, seja diante da sociedade ou nos currículos educacionais, entendendo como a educação - formal ou informal como base formadora de tais indivíduos. Portanto, faz se necessário revisitar o tema que nos questione a respeito de quais lacunas são essas que ainda hoje estão inacessíveis, entendendo o patrimônio como um campo em constante disputa, tais debates partem das perspectivas que estão envolvidas.

2. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E POPULAÇÃO NEGRA: CASO DE MADUREIRA

A origem da Educação Patrimonial no Brasil nos permite refletir acerca de quais Bens Culturais são patrimonializados, pois ainda hoje há entraves para preservação desses bens que representam a população negra. Ao considerarmos estruturalmente a sociedade racista em que estamos inseridos, onde se pautam as relações políticas, sociais, econômicas e da produção de conhecimento, compreende-se a colonialidade do saber e do poder. Para Almeida (2018, p.48), essa estrutura faz parte dos diferentes processos de formação do Estado não foi acaso, e sim, a existência de um projeto político, sendo assim, a uma hierarquia social que se relaciona racialmente e que legitima a condução do poder estatal e as estratégias econômicas do desenvolvimento

A partir de uma análise do bairro de Madureira, subúrbio da zona norte do Rio de Janeiro, que se configura como um território predominantemente formada pela população negra e bem como seus

patrimônios presentes no território.

> A presença negra na região de Madureira na época pode ser constatado no censo demográfico de 1872, considerado o primeiro censo a nível nacional a ser realizado, com boa margem de acertos, no Brasil. Pelos dados, verifica-se que a Freguesia de Irajá era povoada por 5910 habitantes. Desse número, a população negra elevava-se a 1787 pessoas, e os pardos a 1820 pessoas, o que totalizava cerca de 61% de negros e pardos residindo na Freguesia. (URBINATI, 2019:49)

Figura 1. Mapa dos Bens Culturais de matriz africana em Madureira - RJ. Autora: Alyne Reis (2020)

1 – Jongo da Serrinha,

2 – Baile Charme,

3– Império Serrano,

4– Festa de Iemanjá,

5 – Mercadão de Madureira,

6 – Feira das Yabas,

7 – Quintal do Samba,

8 – Portelinha,

9– Movimento Negro Unificado,

10 – Quintal da Tia Doca

Com o território conseguimos compreender a inserção de patrimônios negros que estão presentes em nosso cotidiano, utilizando-se do

instrumento do Mapa ainda é possível espaciáliza-los a fim de construir ações de educativas capazes de difundir heranças culturais que são invisibilizadas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revisitar a temática que permeia a educação e patrimônio é a possibilidade de discutirmos o processo de formação da sociedade brasileira, e as lacunas existentes até os dias atuais que nos leva a reflexão de quais ações podemos realizar para que possamos transgredir. Com isso, sem a pretensão de esgotar conceitualmente a Educação Patrimonial, mas entendermos sua origem e assim alcançar o por quês de quais patrimônios tem sido preservados, valorizados e principalmente, quais deles temos acesso. Tendo em vista, a importância do patrimônio cultural para valorização da identidade, ainda hoje, patrimônios negros são invizibilizados.

Com a perspectiva de contrapor a lógica estrutural que está condicionada a sociedade, da invisibilidade e do olhar pejorativo para os patrimônios negros, a escrita teve como intuito a reflexão de como a educação patrimonial pode atingir a sociedade de forma a contribuir para trazer conhecimento, e a partir do conhecimento, poder preservar.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (Mg): Letramento, 2018.

REIS, Alyne Fernanda Cardoso. **Patrimônio Cultural e Memória Do Subúrbio De Madureira – RJ:** O Mapeamento Cultural Como Ferramenta De Valoração. Dissertação (Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 269. 2020

URBANATI, I.P.C. **Das fazendas à "capital do subúrbio":** a formação do bairro de Madureira. In: RIBEIRO, A.P.A.; CID, G.da S.V.; VARGUES, G.F. (Orgs.). Memórias, territórios, identidades: Diálogos entre gerações na região da grande Madureira. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2019, p. 41-59.

QUILOMBOS:APROFUNDAMENTO DO RACISMO ESTRUTURAL E INSTITUCIONAL COM A PANDEMIA DA COVID - 19, MOROSIDADE E NEGAÇÃO DO DIREITO À VACINA COMO GRUPO PRIORITÁRIO

Ana Maria Eugenio da Silva/Ana Eugenia[1]
João Luís Joventino do Nascimento/João do Cumbe [2]

RESUMO

Este trabalho visa narrar a luta do movimento quilombola no Brasil, com enfoque nos Quilombos do Ceará, durante o processo de vacinação contra o COVID 19, territórios estes majoritariamente formados pela população negra rural. Destaca-se ainda, a luta, a resistência e a resiliência destes povos pelo acesso ao direito, assegurado por lei, como a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 742. Estas escritas são frutos de memórias, constatações e vivências, realizadas por nós, povos tradicionais, durante a vacinação para quilombolas no interior do Ceará, enquanto grupo prioritário, bem como, apontamentos dos desafios que nos cercam e nos impedem de acessar às políticas públicas voltadas para nós,

[1] Ana Eugenia, mulher negra Quilombola, mãe solo, cotista, feminista, antirracista, militante do movimento Quilombola do Ceará e dançandeira de São Gonçalo do Quilombo do Sítio Veiga, Quixadá - CE. Artista multicultural , referência no enfrentamento e superação do câncer de mama, que veio a inspirar a produção dos seguintes filmes: As Passarinhas (2018) e Eu, Semente - 70 Olhares sobre Direitos Humanos (2021). Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE- 2018). Mestra Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB-Ce). Graduanda em Antropologia e representante dos discentes quilombolas no CAPAF (Comitê de acompanhamento de Políticas de Ações Afirmativas) e Membro do Diretório Central Estudantil (DCE) na mesma Instituição. Discute e pesquisa temas voltados para a população quilombola como: Relações étnico-raciais, educação escolar quilombola, saúde e gênero Políticas Públicas. Participa do grupo de pesquisa e extensão AMANDLA, (Política pública de questões de gênero, étnico-racial, desenvolvimento e territorialidade). Sou uma das responsáveis pela Pesquisa Detecção de Agravos e Fatores de Proteção em Saúde Mental de Populações Indígenas e Quilombolas do Ceará. Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). anaeugenia13@alu.ufc.br

[2] João Luís Joventino do Nascimento/João do Cumbe, Doutorando em História social (UFC), estudante quilombola cotista, defensor de direitos humanos, ambientalista, militante do Movimento de Pescadores Artesanais (MPP), Movimento Quilombola do Ceará, Organização Popular (OPA) e articulador da Teia dos Povos do Ceará. joãodocumbe@gmail.com

no caso em questão, as vacinas contra o COVID 19, nos municípios do interior do Ceará. Na cidade de Aracati, no litoral leste, em especial, foram intensas as batalhas pela efetivação do direito e as frustrações de ver os nossos direitos sendo negados, ontem e hoje, especialmente, pelos mesmos operadores do direito, que deveriam ser o executor e o fiscalizador da política pública e a sua destinação ao grupo beneficiário. Constata-se ainda o agravamento e o aprofundamento do racismo estrutural e institucional por algumas instituições democráticas, garantidoras de direitos constitucionais. As questões apontadas acima, demonstram que só a luta muda a vida e que todo o poder nasce do povo.

Palavras-chaves: Pandemia. Vacina. Memória. Direitos quilombolas.

1. INTRODUÇÃO

Esse texto faz parte de alguns trabalhos desenvolvidos por estudantes e lideranças quilombolas do Ceará, durante o período da pandemia da covid 19, no que diz respeito ao acompanhamento da luta quilombola cearense pelo direito à vacinação como grupo prioritário, após a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 742, com referência específica à vacinação da população quilombola, como está no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a covid 19, para os Povos e Comunidades Tradicionais Quilombolas.

É nesse chão de desigualdades sócio quilombolas, marcado pelo racismo estrutural e institucional que uma equipe de pesquisadoras/es (SILVA et al, 2020) escreveu um artigo sobre o impacto da pandemia nos territórios quilombolas do Ceará. A lentidão e as violências ocorridas durante o processo de vacinação, nos instigou a dar continuidade nas escritas, com base no contexto vivido por algumas comunidades quilombolas do Ceará. Para tanto, utilizamos como método de investigação a pesquisa-ação, como forma de destacar a contenda e as diversas formas de organização social, política, econômica e cultural dos povos tradicionais

quilombolas, com destaque a participação da mulher quilombola na defesa e garantia dos direitos em todos os tempos.

> A pesquisa-ação é realizada em um espaço de interlocução onde os atores implicados participam na resolução dos problemas, com conhecimentos diferenciados, propondo soluções e aprendendo na ação. Nesse espaço, pesquisadores, extensionistas e consultores exercem um papel articulador e facilitador em contato com os interessados. (THIOLLENT, 2006)

Nesta pesquisa, abordaremos três territórios quilombolas cearenses, são eles: Quilombo Sítio Veiga - Quixadá (Sertão Central), Alto Alegre -

Horizonte (Região Metropolitana) e Cumbe - Aracati (Litoral Leste). Com a Pandemia, as desigualdades sociais e raciais se intensificaram, aprofundando o racismo e evidenciando as dificuldades, nada obstante, a nossa capacidade de resistir para existir também se acentuou, uma vez que as lideranças, juntamente com as famílias, se organizam criando estratégias de impedir a entrada do vírus da COVID 19 nos nossos territórios quilombolas, como as barreiras de controle da entrada de pessoas de outras regiões em nossos quilombos. (SILVA et al, 2020)

Para conter o vírus, buscamos informações diversas sobre o combate à pandemia e formas de repassar para toda a comunidade, além de realizar articulação para conseguir materiais de higiene pessoal como máscaras, álcool gel, bem como gêneros alimentícios através de cestas básicas e sobretudo a campanha de vacinação contra a COVID 19. A luta pela vida continua sendo nossa pauta principal, como mostra o artigo: "Notas sobre pandemia e saúde quilombola: experiências a partir do Ceará (SILVA et al, 2020).

Neste trabalho escrito a várias mãos, buscamos compreender as ações e tarefas de gestores municipais, bem como da atuação dos operadores do direito, no sentido de fiscalizar a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 742, com referência específica à vacinação da população quilombola, como está no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a covid 19, para os Povos e Comunidades Tradicionais Quilombolas, como orienta a Nota Informativa nº 41/2021 – CGPNI/DEIDT/SVS/MS.:

> Em atenção à solicitação judicial apresentada na ADPF Nº 742, a Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações, do Departamento de Imunizações e Doenças Transmissíveis, da Secretaria de Vigilância em Saúde deste Ministério da Saúde (CGPNI/DEIDT/SVS/MS), apresenta os grupos prioritários e a ordem

> de vacinação destes, já definidos no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (PNO), em especial com referência às especificidades da vacinação da população quilombola. Destaca-se, ainda, que em sede de ARGUIÇÃO DE DESCUPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL nº 754, esta Pasta ministerial apresentou ao Supremo Tribunal Federal, os grupos prioritários e a ordem de vacinação citados nesta presente Nota Informativa, com base em critérios técnico-científicos, a ordem de preferência entre os grupos prioritários de vacinação e, baseou-se nos princípios da prevenção e da precaução em sua enunciação. A presente NOTA INFORMATIVA nº 41/2021-CGPNI/DEIDT/SVS/MS integra o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, cujo objetivo é complementar as informações do PNO sobre a vacinação da comunidade quilombola contra a Covid-19, e atenta-se ao previsto no Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (NOTA INFORMATIVA Nº 41/2021 – CGPNI/DEIDT/SVS/MS).

Como podemos observar no trecho supracitado, do Ministério da Saúde, existe uma determinação e orientação para a vacinação da população quilombola que se fundamenta em leis e critérios técnico-científicos, não tendo espaço para questionamentos sobre a legitimidade dos grupos prioritários, mas o seu pleno cumprimento.

No caso da vacinação dos quilombolas do Cumbe e do Córrego de Ubaranas, no município do Aracati, litoral leste do Ceará, a secretaria municipal de saúde, segundo Nota Informativa nº 41/2021, recebeu 2.119 doses de vacinas, para imunizar 220 famílias, 159 no Cumbe e 61 no Córrego de Ubaranas. A negação das vacinas à população quilombola do Aracati pelo prefeito Bismarck Maia do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), se baseia em práticas racistas colonialistas de que, quem diz se o grupo é quilombola ou não, é ele próprio. Essa determinação está amparada pelo Decreto

4.887/2003 e pela Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Não cabe à gestão municipal definir se o grupo é quilombola ou não. O que lhe compete é a aplicação da lei.

Na pandemia, o público mais atingido é o da população negra e, dentre estas, são as mulheres que apresentam maior vulnerabilidade, por estarem expostas nos diversos ambientes de trabalho, dentre eles o doméstico. "O trabalho doméstico neste país foi, e ainda é feito por mulheres que têm cor e lugar social demarcados pela elite branca desde a fundação do Brasil." (SOUSA, 2020). Ainda segundo a autora do artigo, Juliane Sousa, a vida dessas mulheres não é relevante para a elite branca, pois essa elite só enxerga nesses corpos e corpas a sua força de trabalho, ignorando por total as orientações da Organização Mundial da Saúde – OMS.

Não foi à toa que a primeira vítima do covid-19 foi uma mulher negra de 63 anos, periférica e empregada doméstica que percorria mais de 100 quilômetros para chegar ao local de trabalho, no Leblon, bairro rico da cidade do Rio de Janeiro, região sudeste do Brasil. Esta mulher negra, trabalhadora doméstica, foi contaminada pela patroa após ter chegado de uma viagem da Itália. De acordo com o site Uol, a mulher negra, periférica de 63 anos como intitula o próprio artigo, denota a realidade de muitas outras vítimas (MELO, 2021).

2. RACISMO ESTRUTURAL, INSTITUCIONAL E AMBIENTAL COMO FATOR DETERMINANTE DA NEGAÇÃO DE VACINAS CONTRA COVID-19 PARA A POPULAÇÃO QUILOMBOLA

Nos territórios tradicionais de Quilombos, durante a vacinação da população quilombola como grupo prioritário, tivemos capítulos horríveis de como o racismo estrutural opera nos dias de hoje, utilizando-se de

argumentos fascistas que chegam a confundir a opinião pública, pondo dúvidas aos fatos narrados e vividos pelas comunidades. Foram várias as ações e enfrentamentos para fazer valer os nossos direitos em diferentes regiões e estados brasileiros. O processo de criminalização contra nós, quilombolas, durante a pandemia da covid 19, se intensificou, cabendo a nós mesmos criar estratégias de superação das desigualdades sociais e raciais, que recaem fortemente sobre nossos corpos e nossas vidas, bem como sobre nossos territórios do bem viver.

Na maioria dos municípios que têm comunidades quilombolas, o Estado brasileiro chegou tardiamente nos nossos territórios e comunidades. E quando chegou não foi suficiente para atender às nossas demandas, dificultando nossos processos organizativos, impondo uma burocracia sem precedentes no que diz

respeito à assistência social, especialmente, os gestores/as municipais. Em muitos municípios foi preciso acionar as Defensorias Públicas Estaduais (DPE), bem como a Defensoria Pública da União (DPU), também nos estados. Tivemos que mobilizar redes de solidariedades como forma de combater as violações de direitos e injustiças, como também de visibilizar as gestões negacionistas, como Aracati, Altaneira, Iracema, Maranguape e Horizonte.

Como somos descendentes de um povo que luta a quase 400 anos, mesmo diante das dificuldades causadas pela pandemia, nossas comunidades quilombolas continuam a produzir alimentos, nos quintais produtivos e nos roçados, realizando a pesca artesanal nos açudes, rios e mares/praias, incluindo também como estratégia, nossa capacidade de produção cultural, que nos serve também como o alimento, revigorando o corpo e a alma.

A dança de São Gonçalo, praticada no Quilombo do Sítio

Veiga/Quixadá, é um exemplo concreto de saúde, força ancestral que conduz e fortalece os quilombolas através da memória viva dos de ontem nos de hoje. A dança de São Gonçalo é promotora de vida e saúde, a mesma foi realizada de forma simbólica, somente com os quilombolas, devido ao isolamento e distanciamento social dentro do território. Estes fatores implicam na diminuição dos impactos decorrentes da pandemia nos âmbitos sociais, econômicos e culturais, concomitantemente fortalecendo, com os nossos laços afetivos, as produções dos conhecimentos acerca dos saberes e sabores transmitidos pelas matriarcas do Quilombo Sítio Veiga.

Desse modo, as mulheres quilombolas continuam a desempenhar um papel fundamental dentro e fora dos territórios, cuidando e salvando vidas, sobretudo no período da pandemia, onde estas continuam sendo protagonistas na luta pelo acesso e aplicação da vacina contra o covid-19. É nestes espaços em que a vida pulsa, portanto, vidas quilombolas importam e devem ser zeladas também pelo poder público.

Importante destacar que a inclusão da população quilombolas no Plano Nacional de Vacinação foi uma conquista histórica da Coordenação Nacional de Articulações Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), juntamente com o Movimento Negro Unificado (MNU) e partidos políticos comprometidos com nossas causas e demandas, proposto em setembro de 2020, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 742, diante do fato de que a população quilombola

está em situação de maior vulnerabilidade aos efeitos do COVID 19. A ADPF 742 teve início através de julgamento virtual em 12 de Setembro de 2020 e foi concluída em 23 de Fevereiro de 2021, previamente fornecido como conteúdo das plataformas públicas de acesso à informação.

O Ceará recebeu 30.456 doses do laboratório AstraZeneca em março

de 2021, que foram distribuídas nos 44 municípios que abrangem os 88 territórios quilombolas. A inclusão de nós quilombolas no Plano Nacional de Imunização - PNI, por si só, não garantiu o acesso ao direito à vacina como grupo prioritário, visto que, muitos gestores/as municipais não reconhecem os territórios quilombolas, negando desta forma nossa existência, violando os direitos humanos, desviando nossas vacinas e cometendo crimes. Em alguns municípios cearenses, foi necessário que a CEQUIRCE (Comissão Estadual de Quilombolas Rurais do Ceará), acionasse a Defensoria Pública da União – DPU/CE, para a implementação da política de vacinação destinada à população quilombola do Ceará.

Os municípios cearenses, em que seus gestores/as negaram o direito à vacina foram: Altaneira, Iracema, Maranguape, Horizonte e Aracati. O caso mais grave ocorreu em Aracati, onde em uma *live* realizada no dia 23 de Abril de 2021 pela rádio e tv FM Sinal 91.1, o prefeito Bismarck Maia do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), em entrevista ao vivo, proferiu uma fala ofensiva, desrespeitosa, racista e sem nenhuma fundamentação jurídica e/ou científica, sobre os quilombolas do município, presentes em duas comunidades, Cumbe e Córrego de Ubaranas. Ambas as comunidades quilombolas são reconhecidas e mapeadas pelo Movimento Quilombola do Ceará e certificadas pela Fundação Cultural Palmares, órgão federal responsável pela identificação, reconhecimento e certificação em todo o território nacional.

> A Constituição Federal de 1988 reconhece e protege os direitos sociais, culturais, econômicos e políticos dos remanescentes de comunidades quilombolas. Os artigos 215 e 216 e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), Artigo 68, são os dispositivos constitucionais que tratam desses direitos (REIS, 2014)

O prefeito Bismarck Maia, nega a existência de uma delas, ao dizer

que: “não tem quilombola no Cumbe”. O então gestor municipal, ainda afirma em sua fala que: “comunidade quilombola pra mim tem que ser isolada”, se referindo ao

fato de que o Quilombo do Cumbe está em constante contato com outras comunidades, além do fato mais evidente em área de grande especulação imobiliária pelo turismo de massa, grandes projetos desenvolvimentistas como as usinas de produção de energia eólica e atividade econômica da criação de camarão em cativeiro, a carcinicultura. Como justificativa a negação das vacinas aos quilombolas do Cumbe, a gestão municipal responde através de ofício onde afirma:

> No que tange à imunização dos moradores da localidade do Cumbe, em que minoria dos residentes se autodeclaram povos tradicionais quilombolas, vale esclarecer que os mesmos não se encontram isolados. Digo isso pelo fato da Resolução nº 28/2021 – CIB/CE em anexo, estabelecer critérios de classificação das comunidades quilombolas, dentre eles a questão da vinculação territorial. (RESPOSTA AO OFÍCIO Nº 190/2021 – COORD/ARACATI)

Observamos em trecho da resposta ao ofício 190/2021 da prefeitura do Aracati, à senhora Gláucia Porto de Freitas, coordenadora da – COORD/Aracati, utiliza-se de termos racistas, que por si só, já o coloca sob suspeita a postura da responsável, em descumprir toda uma determinação da justiça nas suas instâncias estadual e federal, além da prática de crime do prefeito, juntamente com a secretária municipal de saúde do desvio das vacinas de um grupo prioritário. Mais adiante, em outro trecho do ofício resposta, a gestão municipal afirma:

> [...] que na comunidade do Cumbe não há registros histórico de remanescente de quilombola, logo, as pessoas que reivindicam tal pleito buscam, acima de tudo, obter propriedades de terra que são de particulares e que são áreas produtivas, principalmente em Canoa Quebrada que é uma área turística e repleta de criadores de camarão, que é a fonte de renda maior e de empregabilidade da região (RESPOSTA AO OFÍCIO Nº 190/2021 – COORD/ARACATI)

A fala do então Prefeito de Aracati, Bismarck Maia (PTB), reforça um estereótipo falho e arcaico em torno do nosso direito de nos auto definirmos como quilombolas, bem como do que são os Quilombos contemporâneos e suas diversas configurações. O professor doutor e pesquisador Alex Ratts, 2006, quando reconstrói a fala de Beatriz Nascimento, o Quilombo sempre esteve longe da ideia de ser apenas uma aldeia isolada do mundo, as relações de troca dentro e fora do Quilombo sempre existiram, e de forma complexa. Além disso, a mesma, afirma também sobre a especificidade geográfica e sua localização, onde:

> é comum encontrar quilombos no Brasil, mas também em Angola [...] os Quilombos estão localizados nas colinas, nos planaltos, ou nas proximidades dos rios/ou em caminhos naturais, possuem clima bastante específico, onde as condições de sol, e de outros astros dão uma sensação de espaço aberto, diríamos oceanico e infinito (RATTS. 2006)

As vacinas enviadas ao Estado do Ceará foram distribuídas aos municípios que têm território quilombola, como foi supracitado, porém alguns territórios quilombolas não foram contemplados pelos gestores/as municipais que não os reconhecem como remanescentes quilombolas, como está na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 742, como mostrado na fala do Prefeito de Aracati. A atitude racista do gestor municipal impossibilitou que a comunidade fosse atendida de imediato no cronograma de ações de vacinação da Secretaria Estadual de Saúde (SESA), no início de março de 2021 para a população quilombola do Estado do Ceará, e do Brasil.

Por um lado, a atitude negacionista do prefeito do Aracati ao não reconhecer territórios quilombolas, atitude esta desumana e carregada de racismo, por outro, o governo federal tinha uma atitude negacionista de não reconhecer a gravidade da COVID 19, mesmo diante de uma conjuntura em

que milhares de brasileiros morriam por dia, contaminados pela COVID 19 e pela falta de vacinas, além de falas do chefe de Estado em que atribui a pandemia como "uma gripezinha", as somas de tais negações agravaram as vulnerabilidades quilombolas diante deste mal que assolou a humanidade. Todavia, surpreendentemente, ao recorrer da decisão do prefeito do Aracati na justiça federal, o juiz da 15ª Vara da Justiça Federal em Limoeiro do Norte, região que atende o Aracati, decidiu que os quilombolas da Comunidade do Córrego de Ubaranas fossem imediatamente vacinados por terem seu RTID - Relatório Técnico de Identificação e Demarcação do Território Quilombola, finalizado e publicado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Já os quilombolas do Cumbe, não podiam ser vacinados porque o INCRA não tinha finalizado e publicado seu RTID. Observamos, com a decisão do juiz federal da Justiça Federal em Limoeiro do Norte, que ele desconhece a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 742, e o que é mais grave, o total desconhecimento das leis que asseguram nossos direitos enquanto comunidade remanescente de quilombo, como dito, e previsto, nos Artigos 215 e 216 e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), Artigo 68 da Constituição Brasileira de 1988 e do Decreto 4.887/2003 que diz:

> "[...] a caracterização dos remanescentes dos quilombolas será atestada mediante autodefinição da própria comunidade. As terras ocupadas por remanescentes quilombolas são sua garantia de reprodução física, social, econômica e cultural, portanto, devendo ser protegidas" (REIS, 2014)

Diante do exposto, podemos afirmar que o racismo estrutural e institucional contra a população negra, nesse caso, contra nós quilombolas, opera com a mesma convicção do período escravocrata, onde nós éramos

tratados como animais e até coisas, destituídos de humanidade. Não cabe ao prefeito do Aracati e ao juiz da Justiça Federal em Limoeiro do Norte, dizer se somos quilombolas ou não, ou se temos direito à vacina como grupo prioritário. Um enquanto gestor municipal e o outro como defensor e garantidor do cumprimento das leis, tem que executar e fazer cumprir o que diz a lei. O direito à autodefinição como quilombola, é assegurado por lei e individual, cabendo ao grupo do qual fazemos parte, afirmar se somos ou não.

Mediante a situações como essas, cabe-nos indagar: se é a justiça que garante nossos direitos à vacina como grupo prioritário, por que essa mesma justiça negou o direito dos quilombolas do Cumbe? E qual a relação da questão da regularização fundiária realizada pelo INCRA, para que nós do Cumbe pudéssemos ter nosso direito à vacina respeitado? O que deve acontecer com os (in)responsáveis quando nos deparamos com situações como essas? Questões como essas e tantas outras que acontecem diariamente nos diferentes territórios quilombolas do Brasil, demonstram as violações de direitos e injustiças que recaem fortemente contra a população negra, em especial, a nós remanescentes de quilombos, como está na Constituição Brasileira.

O caso do Cumbe foi encaminhado às instâncias jurídicas estaduais e federais pela Defensoria Pública Estadual e Federal do Ceará, através da RECOMENDAÇÃO Nº 01/2021, de 27 de abril de 2021, e do documento de Ação Civil Pública pela vacinação dos quilombolas do município de Aracati, pela

Defensoria Pública da União, em 05 de Maio de 2021, solicitou que o município seguisse as orientações dadas pelo Plano Nacional de Imunização (PNI) e pelo Plano de Operacionalização Estadual de Vacinação do Estado

Ceará - Versão Março de 2021 (PNO).

Em resposta a esses dois documentos, tanto o município do Aracati como a Justiça Federal em Limoeiro do Norte, negam a vacinação aos quilombolas do Cumbe alegando questões fundiárias, através do documento da Ação Civil Pública, do dia 11 de maio de 2021. Após a decisão contrária à vacinação, a comunidade quilombola do Cumbe entra na justiça, através da Defensoria Pública da União (DPU/CE), que recorre da sentença no TRF – 5, Tribunal de Justiça Federal em Recife/Pernambuco e consegue o direito a vacinação como grupo prioritário assegurado pelo documento de AGRAVO DE INSTRUMENTO, emitido no dia 27 de maio de 2021.

Somente depois de intensas brigas judiciais a comunidade quilombola do Cumbe foi vacinada contra o COVID-19, nos dias 09 e 10 de junho, onde 178 pessoas maiores de 18 anos indicadas para recebimento da vacina, 129 foram vacinadas, e 49 não receberam a vacina, pois 13 destas testaram positivos para a COVID 19, 5 estavam viajando a trabalho, 8 não quiseram, 4 não compareceram, 1 era gestante, e 18 já haviam sido vacinadas pelos critérios gerais do PNI. Esses dados sobre a comunidade do Cumbe foram repassados pela diretoria da Associação Quilombola do Cumbe, no dia 11 de junho de 2021. Maiores informações na reportagem de Francisco Barbosa no jornal Brasil de Fato "Quilombo do Cumbe, no Ceará, conquista direito à vacina contra a COVID 19" (BARBOSA, 2021).

Assim, a Defensoria Pública Estadual (DPE), através da Ouvidoria Externa, Antônia Araújo, expediu dois ofícios e uma recomendação a três municípios cearenses (Iracema, Maranguape e Aracati), para assegurar a vacina. A prefeitura do Aracati foi a única a descumprir a ordem de vacinação, tendo os quilombolas do Cumbe recorrido a Defensoria Pública da União (DPU) no Ceará, que recorreu da decisão do juiz federal que se posicionou

contrário à vacinação como grupo prioritário. O direito à vacinação dos quilombolas do Cumbe só foi garantido no Tribunal Regional da Justiça Federal (TRF5) em Recife/Pernambuco. Vitória do povo organizado!! Como diz trecho da fala da escritora Conceição Evaristo: "Eles combinaram de nos matar, a gente combinamos de não morrer". (EVARISTO, 2016).

3. CONCLUSÕES

Foram diversos os desafios enfrentados, o caminho percorrido foi árduo, pois após a aplicação das três doses, ainda foi preciso acionar as secretarias municipais de saúde para fazer valer nossos direitos como grupo prioritários. O movimento quilombola do Ceará tem agora um novo desafio pela frente que é lutar para incluir no PNI, os desterritorializados, ou seja, as famílias quilombolas que tiveram que sair de seus territórios de origem, bem como as famílias que estão no território que ainda não se auto definiram como quilombolas, embora saibamos como é difícil ser negra/o, ainda mais quilombola no Ceará e no Brasil.

Apesar das diversas dificuldades, o movimento avalia como uma grande conquista a inclusão dos quilombolas no Plano Nacional de Imunização da Vacinação contra a COVID 19. Esta ação histórica fez com que esta população fosse reconhecida pela primeira vez, como grupo prioritário, detentor de direitos constitucionais, pelo qual, a Suprema Corte Nacional da Justiça, nos reconheceu como grupo identitário vulnerabilizadas, pelo Estado brasileiro, especialmente pelos gestores/as municipais e alguns operadores/as do direito.

Segundo a liderança Isabel Cristina Silva de Sousa (Cristina Quilombola) do Quilombo de Capuan (Caucaia - CE), no Ceará, 88

Comunidades Remanescentes de Quilombos foram atendidas com a primeira, segunda e terceira dose da vacina contra a COVID 19, como determinava o Plano Nacional de Imunização da Vacinação dos quilombolas, a partir dos 18 anos.

Em nossos territórios as famílias quilombolas, em particular as mulheres, seguem trilhando os passos de suas matriarcas, cuidando dos seus, preservando e respeitando o meio ambiente, plantando sonhos, colhendo alimentos saudáveis e lutando pela posse definitiva dos nossos territórios de uso comunitário, importantes para nossa reprodução social e bem viver, como versa Conceição Evaristo: "E quando a dor vem encostar-se a nós, enquanto um olho chora, o outro espia o tempo procurando a solução" (EVARISTO, 2016).

Como dito, os povos quilombolas seguem com os pés firmes no chão, alimentando pelas forças motrizes da mãe terra, que nos fornece alimento.

Entendemos que este é o verdadeiro caminho para a denúncia e o enfrentamento ao racismo estrutural, institucional e ambiental que devastam nossas comunidades, corpos e a vida nos nossos territórios que são invadidos pelas políticas econômicas dos governos com seus projetos de morte.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NOTA INFORMATIVA Nº 41/2021 – CGPNI/DEIDT/SVS/MS

RESPOSTA AO OFÍCIO Nº 190/2021 – COOED/ARACATI

BARBOSA, Francisco. **Quilombo do Cumbe, no Ceará, conquista direito à vacina contra a covid-19**. Jornal Brasil de Fato. CE, 2021.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. RJ: Pallas, 2016.

MELO, Maria Luisa de. **Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon**. UOL, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitim a-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm> Acesso em: 15/07/2021.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica - sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** Imprensa Oficial do estado de São Paulo. São Paulo, 2006.

REIS, Alexandro Anunciação. **Cartilha comunidades quilombolas no processo de licenciamento ambiental** / Alexandro Anunciação Reis. – Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014.

SILVA, Ana Maria Eugênio da. et al, **Notas sobre pandemia e saúde quilombola: experiências a partir do Ceará**. USP: Cadernos de Campos, vol. 29, 2020.

SOUSA, Juliane. **Uma reflexão sobre empregadas domésticas na pandemia.** GELEDES, 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/uma-reflexao-sobre-empregadas-domesticas-na-pande mia/> Acesso em: 15/07/2021.

THIOLLENT, Michel. A inserção da Pesquisa-Ação no contexto da extenção universitária. Im: **Pesquisa Participante**: a partilha do saber / Carlos Rodrigues Brandão, Danilo R. Streck (organizadores). Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM BREVE ESTUDO DA ARTE

Sara Raquel de Alencar Ferreira Ulisses[1]
Cícera Nunes[2]

RESUMO

O profissional comprometido em desenvolver uma proposta curricular que valorize as especificidades infantis, torna-se gradativamente "[...] produtor de pesquisas, isto é, alguém que gera novas ideias sobre o currículo e sobre a aprendizagem, em vez de ser meramente um "consumidor de certeza e da tradição." (EDWARDS; GANDINI; FORMAN, 1999, p. 164). Em outras palavras, a instituição na qual este profissional atua, configura o seu campo de pesquisa e orienta os seus estudos, permitindo desprender-se da zona de conforto e/ou acomodação de suas práticas pedagógicas, buscando participar da construção do projetox político-pedagógico, sugerindo e defendendo opiniões a partir de suas próprias experiências. Discutir assuntos relacionados a diversidade étnico-racial na primeira infância é compartilhar de concepções nas quais as características históricas, sociais e culturais das crianças, sejam visibilizadas na construção de sua identidade. É fundamental conhecer estudos e pesquisas já publicados nessa perspectiva. Entre estes destacam-se; Barbosa (2006); Bondioli e Sávio (2013); Cavalleiro (2000); Edwards, Gandini e Forman (1999); Moreira e Candal (2008); Munanga (2005); Passos e Pinheiro (2021) e; Silva (2018). Mediante tais estudos, esse trabalho pretende desenvolver diálogos situados no reconhecimento e valorização da identidade étnico-racial das crianças, coerentes com as DCNEI (BRASIL, 2009) e; com a Lei 10.639 (BRASIL, 2003), no Simpósio Temático Patrimônio Cultural Negro e Educação, do XIII Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra, promovendo entre os envolvidos "[...] instrumentos de "reflexão" que os tornem mais conscientes do próprio papel educativo, permitam-lhe refletir sobre as práticas e sobre as estratégias

[1] EMEI – Professora Francisca Letícia do Amaral Brasileiro
sara.raquel@urca.br
[2] Universidade Regional do Cariri-URCA,
Cicera.nunes@urca.br

utilizadas, ofereçam-lhes momentos de compartilhamento das próprias experiências,[...]" (BONDIOLI; SÁVIO, 2013, p. 69).

Palavras Chave: Relações étnico-raciais, Educação Infantil, Formação Docente.

1. INTRODUÇÃO

O estudo do estado da arte da temática diversidade étnico-racial na Educação Infantil, demonstrou a emegência em construir reflexões no meio docente, capazes de combater práticas pedagógicas racistas na primeira infância, a partir de um conjunto de mediações dialogadas com as relações étnico-raciais e com a Lei 10.639/2003.

Nesse sentido buscou-se suporte teórico em artigos introdutórios voltados à temática em questão, dentre estes destacaram-se dois: o primeiro deles intitulou-se "Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola Afro-basileira Maria Felipa (2018-2020), das autoras Maria Clara Araújo dos Passos e Bárbara Carine Soares Pinheiro (2021).

Estas, apresentam os fundamentos decoloniais do currículo da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa, localizada em Salvador-BA, a qual atende todas as crianças, sem restrições étnico-raciais, encorajando-as ao protagonismo infantil a partir do conhecimento da história de como o Brasil e o mundo se constituíram, ampliando os seus saberes nos âmbitos individual e coletivo.

As autoras também enfatizam o Projeto Político-Pedagógico da Maria Felipa (2020), o qual "[...] propicia as crianças entenderem que não somos geneticamente superiores ou inferiores por termos um determinado tom de pele, mas que socialmente foram construídas hierarquizações que precisam ser superadas rumo a uma sociedade justa e igualitaria. (PASSOS; PINHEIRO, 2021, p. 128).

Também demonstram a constante preocupação em formar os profissionais da referida instituição a partir da BNCC, contemplando aspectos relevantes a primeira infância, tais como: "[...] o brincar, o cuidar e o educar na infância, sobre Decolonialidade, Pedagogia Histórico-Crítica e

sobre questões de raça e gênero e suas articulações com o ensino, [...]". (PASSOS; PINHEIRO, 2021, p. 130).

Esse artigo proporcionou o conhecimento de uma proposta curricular para Educação Infantil compatível com a diversidade étnico-racial das crianças, buscando ampliar suas visões de mundo a partir da constituição de sua própria história e suas tradições afro-brasileiras, desenvolvendo o espírito crítico e protagonista infantil.

O segundo artigo em destaque intitulou-se: "Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares", da autora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2018), Neste, a autora investigou trabalhos sobre educação das relações étnico-raciais em instituições educacionais, encontrando 96 resultados, desmembrados em: 38 artigos, 7 teses e 51 dissertações, no período de 2003 a 2014. (SILVA, 2018). No tocante as dissertações e as teses:

Nota-se preocupação em realizar pesquisas com crianças e professores dos anos iniciais a respeito de experiências de racismo, autodeclaração a respeito de raça/cor, persistência de representação esteriotipada de negros e de cultura afro em materiais didáticos, comparação de desempenho escolar entre crianças negras e não negras. (SILVA, 2018, p. 127).

Nos artigos analisados pela autora observa-se o descaso que é feito pelos profissionais da educação frente às agressões e atitudes racistas comumente vivenciadas pelas crianças negras nas instituições escolares, deixando sérias consequências em seu desenvolvimento sócio-cultural-afetivo. "A pouca ou a ausência de intervenção causa sofrimento junto às crianças negras, intensificando a baixa autoestima, além de promover

segregação e pouca convivência entre crianças negras e não negras." (SILVA, 2018, p. 131).

A relevância dessa pesquisa para o campo educativo é emergêncial, por tratar das lacunas presentes na formação docente, frente ao respeito e a valorização das relações étnico-raciais, assim como ressignificações de suas concepções e práticas pedagógicas, para que intervenham com ações conscientes, comprometidas com a identidade étnico-racial infantil e "[...] que favoreçam a tomada de consciência da construção da nossa própria identidade cultural, no plano pessoal, situando-a em relação com os processos socioculturais do contexto em que vivemos [...]" (CANDAU, 2008, p. 25-26).

2. DADOS RELEVANTES AOS ESTUDOS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A segunda etapa de estudo do estado da arte da temática aqui proposta, apontou algumas questões importantes a serem tratadas na formação docente, a partir da investigação nos bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; Scientific Electronic Library Online – SciELO, e; Anais do Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra, mediante as seguintes palavras-chave: i) relações étnico-raciais, ii) Educação infantil e; iii) formação docente.

Vale salientar que os dois primeiros bancos de dados surtiram efeito mais abrangentes por fornecer uma quantidade maior de resultados entre artigos, dissertações e teses. O último banco de dados mencionado, caracterizou-se pelo teor mais específico com trabalhos na modalidade de artigos. Conforme a tabela:

Tabela 1: Bancos de dados da pesquisa

Bancos de dados	Resultados gerais	Ênfase à pesquisa
Artefatos da Cultura Negra	13	10
CAPES	2.718	04
SciELO	88	01

Fonte: Elaborada pela autora

Nessa pesquisa obteve-se 2.819 resultados a partir da palavra-chave "relações étnico-raciais", após acrescentar a segunda palavra-chave "Educação Infantil", restaram apenas 15 trabalhos, como visto na tabela acima.

A princípio analisou-se os trabalhos publicados nos Anais do Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra, o qual se propõem ressignificar a formação dos discentes no âmbito acadêmico, docentes da educação básica, assim como gestores, pesquisadores e demais estudiosos da área.

Em decorrência dos anos 2016 a 2020, foram encontrados dez artigos relevantes à temática aqui proposta, estes indicaram a urgência de se repensar as práticas pedagógicas na EI no tocante a diversidade étnico-racial, tendo em vista pesquisas que constataram comportamentos preconceituosos demonstrados entre os docentes e naturalizados no convívio com as crianças bem pequenas e pequenas.

Nos Anais de 2016, encontrou-se o trabalho intitulado "A cultura do preconceito: Rosa ou azul? Preta ou branca? Quais as cores da infância? Nessa pesquisa os autores Edilson de Alcantara Primo e Maria Isadora Gomes de Pinho, constataram em seus estudos que as crianças bem pequenas, demonstraram em suas experiências tendência ao racismo e ao

preconceito, mediante as imitações vinculadas ao mundo dos adultos, levando-os a perceberem a necessidade para uma intervenção a partir de brincadeiras, contação de histórias, muzicalização que retrate o negro como protagonista, revelando suas contribuições históricas, sociais e culturais.

O segundo trabalho que chamou atenção foi "Capoeira infantil e educação das relações étnico-raciais: instrumento pretagógico para abordagem dos valores civilizatórios afro-brasileiro", do autor Emerson de Melo Freitas. Este, permite refletir a grandeza de se trabalhar as relações étnico-raciais na Educação Infantil mediante a memória da ancestralidade presente na musicalidade, corporeidade, autorreconhecimento histórico e cultural.

O terceiro trabalho "Vivências do projeto consciência negra: compreensão e respeio para com a diversidade étnico-racial", das autoras Laura Martins da Silva Bernardo e Juliana Alves da Silva, constataram a pouca abordagem da história afro-brasileira na Educação Infantil e a necessidade da implementação da Lei 10.639/03 em suas práticas pedagógicas.

Nos Anais de 2017, destacou-se o trabalho intitulado "A importância do teatro no trabalho com a temática afro", da autora Simony Vieira, a qual apresentou uma proposta pedagógica articulada ao teatro, as contações de histórias e a uma literatura infantil que valorize a história e a cultura afro-brasileira, procurando romper com ideologias desconhecedoras dos nossos antepassados; colaborando com as concepções de um país homogêneo, onde não há discriminação, nem racismo contra os sujeitos.

Nos Anais de 2018, o trabalho que mais se aproximou desta temática intitulou-se "O preconceito racial presenciado em creche infantil na cidade de Cajazeiras-PB", da autora Cristina da Silva Gomes, a qual relatou sua experiência durante o Estágio Supervisionado em EI no Curso de Licenciatura

em Pedagogia, pela Universidade Federal de Campina Grande – Campus Cajazeiras, constatando práticas pedagógicas racistas e suas consequências na EI.

Outro trabalho importante, intitulou-se "Construindo aprendizados a partir do reisado: propostas de ensino baseada na Lei 10.639/2003 na Educação Infantil", das autoras Rayanne Pereira do Nascimento e Cicera Nunes. Este, caracterizou-se como resultado de um trabalho monográfico, fundamentado na Lei nº 10.639/2003 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004).

Configurou-se em uma pesquisa-ação que contemplou a Escola de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Educar SESC, localizada no Município de Juazeiro, com o projeto "Brincar reisado no nosso chão", desenvolvido em 2017, com crianças de cinco anos, mediante vivências do reisado cearence composto por valores, músicas, danças e brincadeiras relacionando a cultura local a cultura africana.

Nos Anais de 2020, mais quatro trabalhos se destacaram nesta análise, por evidenciarem relatos de experiências compatíveis com a temática tratada. Estes foram: "Educação das relações étnico-raciais e literatura na Educação Infantil: relato de experiência no Estágio obrigatório do Curso de Pedagogia da UFSC", das autoras Juliana de Sousa Barbosa e Suelen Amorim Ferreira. "A formação inicial docente para o trabalho com as relações étnico-raciais na Educação Infantil: reflexões sobre o Curso de Pedagogia da UFC", das autoras Bárbara Rainara Maia Silva e Silvia Helena Vieira Cruz.

O terceiro intitulou-se "Enrolado, cacheado, crespo: como trabalhar o respeito à diversidade racial na Educação Infantil", das autoras Andria

Magalhães Cordeiro, Mariana Cunha Castro e do autor; Antonio Flávio Maciel de Souza Júnior. Por último "Experiências formativas no Estágio Supervisionado na Educação Infantil: contando a história da boneca Abayomi no contexto escolar", de Josivando Ferreira Cruz.

Tratando-se dos trabalhos analisados na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, destacou-se mais quatro artigos: "Relações étnico-raciais e saberes docentes na Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro", pelos autores Edimilson Ferreira, José Vieira e Andréa Lopes.

O segundo trabalho denominou-se "Formação docente, relações étnico-raciais e Educação Infantil" dos autores Edmacy Souza e Nilson Dinis. O terceiro "Relações étnico-raciais e a questão da deficiência na literatura infantil brasileira: uma experiência em formação de professores", das autoras Edna Martins e Érica Lourenço. Por fim, o trabalho "Formação de professor(es): ensino de arte para as relações étnico-raciais na Educação Infantil", Por Margarete Góes e Tatiana Rosa.

O primeiro deles baseou-se em dois questionamentos: quais são as práticas pedagógicas desenvolvidas com as crianças que envolvem as temáticas: diversidade e relações étnico-raciais na Educação Infantil? Tais práticas procura estabelecer o diálogo com a Educação das relações étnico-raciais? O estudo se deu mediante uma abordagem qualitativa de pesquisa e análise documental, constatando que mesmo a Escola de Educação Infantil da UFRJ, desempenhando um papel importante na formação inicial e continuada dos/as estudantes, há uma necessidade de trocas de experiências e/ou encontros com as/os docentes para potencialização dos seus estudos no que diz respeito as questões étnico-raciais dialogadas com a primeira infância.

Em compatiblilidade com a mesma necessidade de formação continuada dos/as docentes, depreendeu-se os demais trabalhos mencionados. Por último encontramos na Scientific Electronic Library Online – SciELO, mais um trabalho pertinente ao estudo aqui elaborado, da autora Lucimar Rosa Dias, baseado em sua pesquisa de doutorado e intitulado "Formação de professores, Educação Infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo", o qual analisou duas experiências de formação continuada de professoras da primeira infância, assim como suas formas de mediações em virtude do respeito e da valorização a diversidade étnico-racial em suas práticas pedagógicas.

Nesse percurso concluiu que há muita dificuldade da diversidade étnico-racial chegar a ser desenvolvida na formação inicial e continuada dos professores(as), principalmente no tocante a Educação Infantil que ainda sofre com o "mito da democracia racial" e fortes concepções que visam a homogeneidade da essência infantil. Diante do exposto a autora chama atenção para reflexões e/ou análise crítica das nossas próprias práticas pedagógicas para o rompimento com o racismo institucional e estrutural vigorante na sociedade.

3. CONSIDERAÇÕES

A pesquisa exploratória aqui realizada de natureza qualitativa, teve como proposta de estudo os principais trabalhos publicados nos últimos anos com ênfase à diversidade étnico-racial na Educação Infantil, na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; Scientific Electronic Library Online - SciELO e nos Anais do Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra. Estes, indicaram lacunas na

formação docente, no que diz respeito ao tratamento da diversidade étnico-racial em suas concepções e as práticas pedagógicas.

Também apontaram a naturalização de comportamentos preconceituosos entre docentes partilhados com as crianças na rotina pedagógica, demonstrando a pouca abordagem que é feita da história afro-brasileira na Educação Infantil, e; a emergência de se implementar a Lei 10.639/03 na convivência com as crianças em creches e pré-escolas.

Por outro lado os trabalhos revelaram formas de mediações conscientes a partir das brincadeiras, rodas de conversas com as crianças que ressignifiquem o que sabe-se sobre os povos africanos e a raiz afro-brasileira, mediante a memória da ancestralidade e o autorreconhecimento histórico, cultural e artístico presente nas relações individuais e coletivas.

Todos os trabalhos analisados nesta pesquisa, confirmaram a necessidade de intervenções pedagógicas capazes de contribuir não somente com a formação continuada docente, mas com o fortalecimento da Educação Básica, a começar pela Educação Infantil, a qual em todos os trabalhos mencionados, demonstrou a urgência em dinamizar suas experiências no campo das relações étnico-raciais constituídas entre as crianças e os seus pares/adultos.

Vale salientar que essa pesquisa, assim como os dados coletados e o texto, serão apresentados no dia 25 de outubro de 2022, na qualificação do projeto de mestrado, intitulado: “Diversidade étnico-racial na Educação Infantil: dialogando com o projeto político-pedagógico e a formação docente”, pelo Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri (MPEDU/URCA).

4. REFERÊNCIAS

ANAIS, VII Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra. **Cosmovisão africana e afrobrasilidades, cultura, religiosidade e educação,** 19 de setembro a 23 de setembro de 2016, Crato [recurso digital] / organizadores: Cicera Nunes; Henrique Cunha Júnior, Reginaldo Ferreira Domingos – Crato-CE: Universidade Regional do Cariri, 2016. 529p.

ANAIS, VIII Artefatos da Cultura Negra**: educação, justiça social e demandas contemporâneas**, de 25 de setembro a 30 de setembro de 2017, Crato [recurso digital] / organizadores: Alexsandra Flávia B. de Oliveira, Cicera Nunes; Cicero Joaquim dos Santos, Henrique Cunha Junior, Reginaldo Ferreira Domingos. – Crato-CE: Universidade Regional do Cariri, 2017.

ANAIS, IX Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra. **Aquilombar é preciso!** 18 de setembro a 22 de setembro de 2018, Crato [recurso digital] / organizadores: José de Caldas Simões Neto; Cicera Nunes. – Crato-CE: Universidade Regional do Cariri, 2018. 14p.

ANAIS, XI Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra. **Contra a pandemia do racismo e pelo bem viver:** redes de lutas antirracistas no século XXI, 21 de setembro a 02 de outubro de 2020 / Coordenação do Caderno de Anais Cícera Nunes, Joubert de Albuquerque Arrais, Kássia Mota Sousa, diagramação Pedro Jácome de Carvalho. – Juazeiro do Norte: UFCA, 2020.

BONDIOLI, Anna; SÁVIO, Donatella. **Participação e qualidade em educação da infância:** percursos de compartilhamento reflexivo em contextos educativos. Contribuições de Francesca D' Alfonso... [et al.]; tradução de Luiz Ernani Fritoli. – Curitiba: Ed. UFPR, 2013.

BRASIL. **Lei 10.639** de 9 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.

_____. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Básica. Brasília, 17 dez. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Aceso em: 4 out. 2015.

CAVALLEIRO, E. dos S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, Lucimar Rosa. **Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial:** saberes e fazeres nesse processo . *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2012, vol.17, n.51, pp.661-674. ISSN 1413-2478. https://doi.org/10.1590/S1413-24782012000300010. Acesso em: 11 jul. 2022.

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As cem linguagens da criança.** A abordagem de Reggio Emília na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FERREIRA, E. dos S.; VIEIRA, J. J.; VIEIRA, A. L. C. **Relações étnico-raciais e saberes docentes na Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 236-252, jan./mar. 2020. e-ISSN: 1982-5587. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v14i4.10006.

GÓES, M. S.; ROSA, T. G. . **FORMAÇÃO DE PROFESSOR(ES):** ensino da arte para as relações étnico-raciais na Educação Infantil. Revista Espaço do Currículo, *[S. l.]*, v. 14, n. 1, p. 1–13, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n1.54031. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/54031. Acesso em: 11 jul. 2022.

MARTINS, E.; DE LOURENÇO, E. A. G. **Relações étnico-raciais e a questão da deficiência na literatura infantil brasileira:** uma experiência em formação de professores. Educação, *[S. l.]*, v. 38, n. 1, p. 205–218, 2013. DOI: 10.5902/198464444065. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/4065. Acesso em: 11 jul. 2022.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CÂMARA, Michelle Januário. **Reflexões sobre currículo e identidade implicações para a prática pedagógica**. In.: Moreira, Antonio Flávio, CANDAL, Vera Maria (orgs.) **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petropolis, RJ: Vozes, 2008.

MUNANGA, K. (Org.) **Superando o racismo na escola.** Brasília: MEC, 2005.

PASSOS, M. C. A. dos; PINHEIRO, B. C. S**. Do epistemicídio à insurgência:** o currículo decolonial da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa (2018-2020). Cadernos de Gênero e Diversidade, *[S. l.]*, v. 7, n. 1, p. 118–135, 2021. DOI: 10.9771/cgd.v7i1.43442. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/43442. Acesso em: 29 jul. 2022.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Vol.34, No.69: 123-150, Maio/Junho 2018.

SOUZA, Edmacy Quirina de; DINIS, Nilson Fernandes. **Formação docente, relações étnico-raciais e educação infantil.** Laplage em Revista, Sorocaba. vol. n.Especial. p.38-54, set.- dez. 2018.

REVISTA ÁFRICA NA UNILAB: APLICAÇÃO DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL GLOBAL EM FAVOR DA LEI 10.639/03

Jardel Felipe Rocha [1]
Luis Brion [2]
Rodrigo Peixoto Macedo [3]

RESUMO

De acordo com a lei 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003, o artigo 26-A prevê "nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino obrigatório sobre História e Cultura Afro-Brasileira". O Projeto África na UNILAB (ANU), desde 2018, vem realizando ações que contribuem para a implementação dessa lei, bem como para a difusão das teorias e epistemologias do Sul global, que colocam as nações historicamente colonizadas no centro do debate sobre a produção de conhecimento. Não obstante, o produto revista, que fora desenvolvido ao longo do ano de 2021, tem como objetivo apresentar à sociedade alguns fragmentos da multiculturalidade do continente africano, explicitando aspectos socioculturais, políticos, históricos, econômicos, filosóficos etc. das nações que compõem os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), auxiliando na desconstrução dos estereótipos que se tem sobre o continente africano, de modo a contribuir na difusão de informações contextuais sobre a pluralidade africana e, possibilitando aos brasileiros, o reconhecimento de muitas das suas origens históricas e culturais. Dessa maneira, a produção da revista ancora-se a quatro segmentos teóricos: Epistemologias do Sul (DE SOUSA SANTOS, 2008); Descolonização das mentes (GADOTTI; ROMÃO, 2012); África inventada (MUDIMBE, 2010); e

[1] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – jardelfr@aluno.unilab.edu.br
[2] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – ibrion84@gmail.com
[3] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – rodrigopxm@gmail.com

Pedagogia decolonial (WALSH; DE OLIVEIRA; CANDAU, 2018). Acreditamos, assim, que a revista África na UNILAB poderá ser importante ferramenta na promoção de outras realidades sobre África, e sob a ótica do Sul global, de forma mais abrangente, bem como no desenvolvimento complementar das práticas pedagógicas do ensino básico, encaixando-se nas exigências da lei 10.639/03.

Palavras-chave: África na UNILAB; Epistemologias do Sul; Lei 10.639/03.

1. INTRODUÇÃO

O Projeto África na UNILAB (doravante ANU), iniciativa do Programa de Educação Tutorial de Humanidades e Letras da UNILAB (doravante PETHL), fora criado no ano de 2018, pelas bolsistas, agora egresssas, Maria da Luz Fonseca de Carvalho, Wilma João Nancassa Quadé e Nádia Carina da Silva Melo José, com o objetivo de oferecer, por meio da mediação das/os bolsistas do PETHL, oficinas, palestras e rodas de conversas voltadas para difusão de conhecimentos sobre a África, que fossem condizentes com o contexto histórico e a experiência vivida no continente, desprovidas, portanto, de preconceitos e, sobretudo, do racismo e xenofobia contra as (os) africanas (os) negras (os), vivenciado cotidianamente quando chegam ao Brasil. Em suma, é com o intuito de conhecer a África a partir de uma perspectiva completamente diferente daquele olhar midiático ocidental, distorcido e depreciativo (Semedo, 2005) com o qual apresentavam e apresentam até hoje o continente africano (Mudimbe, 2010), que o projeto ANU vem desenvolvendo suas atividades e, entre elas, destacamos, aqui, a revista ANU, que fora produzida em 2021, como uma solução aos obstáculos causados pelo período pandêmico, que forçou a realização de atividades remotas, impossibilitando oficinas e demais ações presenciais, como eram realizadas anteriormente.

Apesar de todos os empecilhos deste período descrito, a revista ANU foi concluída e lançada no dia 19 de novembro de 2021, sendo composta por noventa e oito (98) páginas, contando com uma diversidade de temas sobre o continente africano, em especial os aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (doravante PALOP), que são Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé

e Príncipe, além da cultura Afro-brasileira. Os textos são autorais e devem ser utilizados como material didático e/ou para a difusão livre de saberes. Além disso, a distribuição e circulação desta revista é digital e totalmente gratuita, sendo proibido o seu uso comercial.

Destacamos, assim, que a revista ANU opera como importante ferramenta para a difusão das epistemologias do Sul, uma vez que trata sobre conhecimentos invisibilizados historicamente e de muito valor para o empoderamento do Sul global enquanto esse lugar simbólico-geográfico de plurais potencialidades das nações historicamente colonizadas, e também como ferramenta pedagógica que auxilia na implementação da lei 10.639/03, contribuindo, dessa maneira, para a sua exequibilidade, ao ilustrar, com foco nos PALOP, elementos da cultura e da história Africana, bem como as suas ligações com o Brasil.

1.1. OBJETIVOS

Com a produção e a distribuição gratuita da Revista ANU, ainda que, a priori, de forma *online*, devido ao pouco recurso coletivo do Programa, os nossos principais objetivos consistem em: 1) difundir conhecimentos que evoquem as epistemologias do Sul, ou seja, conhecimentos que passaram por um longo processo histórico de invisibilização e extermínio, com o processo da colonização e seus efeitos duradouros (De Sousa Santos, 2008), e 2) promover uma ferramenta pedagógica que auxilie na exequibilidade da lei 10.639/03, que diz respeito ao ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas.

2. METODOLOGIA

Pensamos na utilização da metodologia mista de pesquisa (De

Queiroz; Coutinho; Santos, 2016), expondo e integrando dados qualitativos, por meio das respostas obtidas após disponibilização *online* da revista, e quantitativos, através do levantamento de dados realizado em relatório da coordenação do projeto ANU, com a contabilização de acessos e *downloads* da revista. Não obstante, os recursos metodológicos que utilizamos para o presente trabalho são o descritivo e o bibliográfico, uma vez que compartilhamos o conteúdo da revista baseado nos próprios objetivos do Projeto ANU, destrinchando as suas premissas e potencialidades, unido a uma discussão com a bibliografia acerca das Epistemologias do Sul (De Sousa Santos, 2008); Descolonização das mentes (Gadotti; Romão, 2012); África inventada (Mudimbe, 2010); e Pedagogia decolonial (Walsh; De Oliveira; Candau, 2018), visando, assim, elaborar um trabalho robusto que abrangesse tanto as possíveis atuações em torno do produto revista, quanto um contexto histórico mais amplo que revela a necessidade dessas atuações.

Sendo assim, a discussão aqui estabelecida tem como base, como já explicitado, as próprias intenções presentes na revista, sendo uma ferramenta que pode atuar, na prática, pela difusão das epistemologias do Sul, exaltando o seu valor de reivindicação das identidades invisibilizadas e marginalizadas historicamente pelo processo de colonialismo, e na exequibilidade da lei 10.639/03, que age nesse mesmo sentido, ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira no âmbito da educação formal, contribuindo com a educação a partir de uma perspectiva decolonial, ou seja, que problematize e busque a descolonização das mentes a partir da transformação de um cenário atravessado ainda por preconceitos herdados da lógica colonial.

3. MEMÓRIA ICONOGRÁFICA

Consideramos oportuno, para melhor ilustrar o trabalho com a revista ANU, destacar a memória iconográfica de alguns importantes percursos de criação dessa ferramenta pedagógica, que passou por um encontro formativo até o evento oficial de lançamento da revista e de sua difusão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o lançamento da revista foi realizada uma atividade que aconteceu em conjunto com o 6º Novembro Afro-Brasileiro da UNILAB, em que foram convidadas para compor a mesa as idealizadoras do projeto ANU (Wilma, Nádia e Maria da Luz), além da professora Jacqueline da Silva Costa,

que escreveu, a nosso convite, o editorial. Após o evento, iniciamos a divulgação do produto nas redes sociais oficiais do PETHL e o envio do material a escolas, lideranças indígenas e educadoras (es) diversas (os), obtendo retorno positivo de todas (os).

Com isso, foi possível levantar dados qualitativos e quantitativos, que foram usados para a elaboração de relatório do projeto ANU e que serão destacados aqui, a fim de ilustrarmos os resultados específicos da revista ANU.

Para composição da revista participaram onze (11) bolsistas, a então tutora do PETHL, Jeannette Filomeno Pouchain Ramos, e a professora do Instituto de Humanidades da UNILAB Jacqueline da Silva Costa, além das (os) convidadas (os) que contribuíram com a oficina, textos, fotografias, entre outros. No evento de lançamento contamos com o total de sessenta e cinco (65) inscritas (os) e, após isto, contabilizamos que a revista foi baixada oitenta (80) vezes e obteve cinquenta e cinco (55) acessos na plataforma calaméo. Estes dados são de 2021 e se unem aos retornos, no mesmo ano, das pessoas que tiveram acesso ao material. Os dados do ano de 2022 ainda serão mensurados para relatórios e pesquisas posteriores, que ajudarão a incorporar ainda mais o nosso presente trabalho. Abaixo, deixamos algumas frases que recebemos como percepções acerca da revista:

> "Que beleza de projeto! Estão todos/as de parabéns!!! Peço licença para usar o material nas aulas que ministro e nos cursos que ofertamos no Nucli." Via e-mail, 25 de novembro de 2021.
> "Olá, saúdo a todos e parabenizo desde já pelo projeto referente à revista. Sinceramente, vocês são incríveis e mais uma vez, parabéns!" Via e-mail, 28 de novembro de 2021.
> "Esse projeto vai ser muito bem abraçado, parabéns a todes."
> Via YouTube, 19 de novembro de 2021.
> "Parabéns a toda a equipe que gestou e pariu o projeto."
> Via YouTube, 19 de novembro de 2021.
> Parabéns ao PETHL pela iniciativa, com certeza será muito útil em sala de aula e fora dela também". Via Youtube, 19 de novembro de

2021.

Podemos perceber, portanto, com esse conjunto de dados, que o início da aplicação da revista enquanto uma ferramenta pedagógica de difusão das epistemologias do Sul e de acordo com a implementação da lei 10.639/03, como pretendido, funcionou de modo promissor e potente, considerando a forma positiva dos posicionamentos recebidos acerca das ações do projeto ANU referentes ao ano de 2021. Embora não tenha sido fácil o desenvolvimento e o percurso, por uma série de questões acerca da própria organização frente a um contexto pandêmico, diante dos esforços para a publicação e lançamento da revista, acreditamos que saímos com ânimo para estabelecer novas metas para o projeto, com base na utilização da revista enquanto um instrumento valioso de conhecimento deslocado daquele ocidentalizado e ainda permeado por influências coloniais.

Consideramos, pois, que abordar os pressupostos teóricos a partir das epistemologias do Sul, enquanto epistemologias outras, "declaradas não existentes, ou descritas como reminiscências do passado, condenadas a um esquecimento inevitável" (De Sousa Santos, 2008, p. 3) nos orienta na direção da problematização da imagem universalizante do continente africano enquanto um lugar homogêneo, de extrema pobreza e esquecido, como traz Mudimbe (2010) em sua crítica que, apesar de não citar com essas palavras, nos evoca a pensar a universalização da ótica ocidental sobre o mundo e o seu consequente domínio.

Ademais, além de denunciar essa lógica dominante, refletir em torno destes pressupostos teóricos nos ajudam também a formular estratégias de descolonização das mentes (Gadotti; Romão, 2012), como as pedagogias decoloniais (Walsh; De Oliveira; Candau, 2018), que servem de resgate desses conhecimentos, visando o empoderamento dos povos marginalizados

através de seus conhecimentos invisibilizados historicamente.

Em síntese, esta discussão possibilita a compreensão de um cenário sócio-histórico que estabeleceu a lógica etnocêntrica, a partir do Ocidente, na produção de conhecimento, elevando ao grau de legítimo apenas o saber científico segundo os preceitos eurocêntricos, como nos mostra De Sousa Santos (2008) e, de modo mais específico, num contexto africano, Mudimbe (2010), com o conceito de África inventada, que revela justamente essa imagem histórica repleta de preconceitos que concebe a África como um não-lugar, composto por não-sujeitos.

5. CONCLUSÕES

Concluímos, com base na discussão teórica realizada, nos dados quantitativos e qualitativos levantados ao longo do processo criativo do produto revista até seu lançamento, e na percepção por estes embasada, reforçando que a revista é uma ferramenta pedagógica potente que pode atuar como difusor das epistemologias do Sul e no auxílio da realização de atividades que reforcem o compromisso com a lei 10.639/03.

Isto posto, não tentamos, com a criação da revista, substituir quaisquer materiais oficiais utilizados na educação formal, de modo a contemplar a referida lei, mas sim, fomentar, encorajar e desenvolver ações de complemento a estes materiais já existentes, objetivando a sua ampla utilização gratuita e, assim, somando esforços pela exequibilidade da lei, ao agir em prol de uma educação decolonial e emancipatória.

6. REFERÊNCIAS

DE QUEIROZ, Cileda; COUTINHO, Silva; CAMPOS, Celso Ribeiro. **Metodologia Quantitativa e Mista**, 2016.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 5-10, 2008.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Paulo Freire e Amílcar Cabral**: a descolonização das mentes. 2012.

MUDIMBE, Valentin-Yves. A invenção da África. **Revista Concinnitas**, v. 1, n. 16, p. 73- 81, 2010.

SEMEDO, Emerson Pimentel et al. **A construção da imagem da África pela mídia brasileira**. 2005.

WALSH, Catherine; DE OLIVEIRA, Luiz Fernandes; CANDAU, Vera Maria. Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra. **Education Policy Analysis Archives**, v. 26, p. 83-83, 2018.

TERREIRO ESPAÇO DE DISPUTA URBANA EM SÃO PAULO: O CASO DO AXÉ ILÊ OBÁ NO BAIRRO DO JABAQUARA.

Eunice Gonçalves Queiroz[1]
Henrique Cunha Junior[2]

RESUMO

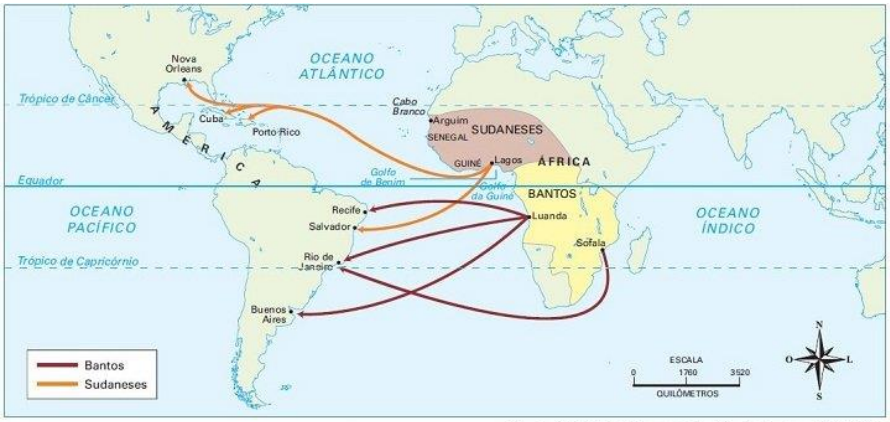
No Brasil há uma falácia corriqueira que somos um país plural que vários grupos coexistem harmonicamente. Que racismo aqui não existe. Como explicar que as populações negras não tiveram direito as terras e a instrução. Os povos negros construíram a nação desde o séc. XVI e não obtiveram tratamento igual aos europeus e japoneses vindos no séc. XX. As diferenças de tratamento geraram conflito sendo um deles no campo religioso. Existiu o projeto republicano de substituição da mão de obra de africanos pela de europeus e que produziu a desqualificação social da população negra para o trabalho da sociedade livre industrial. Sendo que um dos fatores desse projeto foi o apagamento da memória social brasileira com relação às populações negras brasileiras. A cidade de São Paulo se consagrou como centro industrial e devido a mentalidade racista e xenófoba existiu um processo de eliminação dos marcadores de patrimônios da população negra. A contestação da imagem oficial mesmo nas ciências sociais foi realizada na dissertação de mestrado de Carlos dos Santos, "Nem tudo era Italiano: São Paulo e pobreza (1890 - 1915)". Antes de 1850 a cidade de São Paulo era caracterizada por população negra e força cultural Bantu. Marcador que pode ser apreendido observado na toponímia da cidade. Esse artigo é parte de um estudo que envolve a recuperação da memória social, cultural, política e econômica da população negra na cidade de São Paulo. Focaliza o estudo de um dos terreiros de candomblé símbolos da cidade e que pouco difundido na literatura sobre a história da cidade e a importância de ter se tornado um patrimônio material e imaterial.

Palavra chave: Afrodescendente, Patrimônio, Irmandade, Diáspora.

[1] Universidade Federal da Bahia – UFBA, egqueiroz@aol.com
[2] Universidade Federal do Ceará - UFC e Universidade Federal da Bahia – UFBA, henriquecunhaafricanidade@gmail.com

1. HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO E ESCRAVIDÃO AFRICANA

É importante compreender a gigantesca engrenagem financeira que o escravismo criminoso se tornou. No artigo: Quem eram os negros da Guiné? Maria Inês Cortês de Oliveira trata das opções e motivos que tanto comerciantes, traficantes e colonos brasileiros passaram a ter em determinado período, para ter determinado escravo de determinada região africana. Uma análise do século XVI (1575) com ampliação e a expansão do tráfico negreiro, onde, a ocupação do reino de Ndongo (Angola), devido a conflitos entre os Ngolas (chefes Ambundos) e o rei do Congo pela soberania sobre o território do Ndongo e, posteriormente, conflitos entre os Ambundos e os portugueses, o qual possibilitou aos portugueses que se livrassem do controle que o rei do Congo mantinha; e chegando ao controle definitivo dos portugueses nesta região africana. Existiu resistência contra a colonização europeia na África. Pois, na realidade os Africanos lutaram contra o escravismo e sua subjugação, CUNHA JUNIOR, 2012),” entre os séculos 12 e 16, muitas das nações africanas eram mais desenvolvidas cultural e comercialmente que os europeus. [...] a escravização dos africanos não foi nada fácil; envolveu muitas guerras e lutas, os aprisionados foram sempre trazidos à força, acorrentados e fortemente vigiados. Ninguém se deixou escravizar.” (OLIVEIRA, 1997, p. 6) “Angola passaria a ser um dos mais ricos mananciais de cativos para a América portuguesa e espanhola, liderando o tráfico na África meridional, à custa do despovoamento de toda uma área onde os tentáculos desta atividade alcançou.” e se sobrepuseram em especial devido as armas de fogo. (grifo nosso)



Fonte: ATLAS histórico escolar. Rio de Janeiro: MEC, 1996.

Figura 2. Portos em Onim (Lagos), Badagri (Nigéria) e Porto Novo (Benin), na baía do Golfo do Benin – países africanos e rotas conhecidas de tráfico de escravos.
Fonte: https://cursoenemgratuito.com.br/trafico-negreiro/

2. A POSSE DE TERRAS NO BRASIL COLÔNIA

O Brasil é um país de dimensões continentais então o seu processo de posses de terras, através das sesmarias, onde o recebedor das terras deve produzir nas mesmas, caso contrários estas seriam devolvidas a coroa, trouxe consequências específicas no povoamento, onde, (AMORIN; TÁRREGA; 2019, p. 13 Apoud SILVA, 2008, p. 46). “As autoridades coloniais, entretanto, no afã de ocupar o imenso território, desprezaram na prática essas recomendações. As áreas concedidas nessa época eram imensas e constituíam verdadeiras donatarias[3], mesmo que não o fossem juridicamente”. (AMORIN; TÁRREGA; 2019; MOTTA, 2012, p.135) A posse foi tida como costume e passou [...] “o reconhecimento do sistema de posse, a partir da Lei da Boa Razão[4], fazia justiça aos inúmeros lamentos dos lavradores não sesmeiros”. Vale ressaltar que durante muitas décadas o

[3] Donatário - Termo utilizado para designar os particulares que recebiam uma doação régia da coroa. https://edittip.net/2014/02/04/donatarios/.
[4] Lei da Boa Razão - soluções para os casos onde o juiz decidirá de acordo: a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito...

Brasil ficou sem uma norma que atendesse as necessidades fundiárias, ao ser feito este movimento, muitas situações já faziam parte do contexto, então mesmo que as terras fossem devolutas, produtores pobres e negros acabaram sendo excluídos.

> A Lei de Terras de nº 601 de 1850 foi criada após um interstício de 28 anos [...], no que diz respeito às terras devolutas. Essa lei restringia o acesso à terra pela compra: "Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra". Ou seja, fica claro que somente através da compra é que se poderia obter a posse da terra, o que inviabilizava a possibilidade de muitos posseiros, pequenos produtores pobres e negros futuramente libertos de terem acesso à terra (AMORIN; TÁRREGA; 2019, p 15 Apoud ; ROCHA, Ibraim, et al. 2010, p. 62).

Face a mobilização Britânica para "Abolição da Escravatura", para o sucesso de seus planos de industrialização. A complexa engrenagem: industrialização, capitalismo e tráfico negreiro direcionaram os parâmetros nesta nova fase econômica e novas maneiras de se estar se instrumentalizaram. Onde, antes o negro era visto como mercadoria e passou a estar em um sistema econômico baseado na legitimidade dos bens privados e na irrestrita liberdade de comércio e indústria, com o principal objetivo de adquirir lucro; mas, lhe sendo negado estrutura para tal empreitada. Buainain no seu trabalho sobre: Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil, vê este momento como intencional a exclusão do negro, face a possibilidade da abolição da escravatura. (BUAINAIN, 2008, p. 21) "A Lei de Terras de 1850, cuja motivação principal era dificultar o acesso à terra por parte dos quilombolas (escravos fugidos) e dos produtores independentes", ou seja, queria-se a inviabilização do negro ao acesso à terra. (AMORIN; TÁRREGA; 2019; p.17) "a lei de terras e o fim do tráfico negreiro foram os eventos determinantes para dar início a essa nova fase,

que vem carregada de complexidade, tanto no que diz respeito ao modo de economia, quanto ao futuro do negro no Brasil".

3. PROIBIÇÕES CONTÍNUAS CONTRA A INSTRUÇÃO DOS NEGROS

Por imposições institucionais que continuamente criavam entraves e os excluíam da possibilidade de se desenvolver no campo instrucional, os negros foram forçados pela estrutura instalada a não ter possibilidades de se instruir! Então soma-se ao escravismo criminoso e toda exclusão, a mão pesada do Império e da República Brasileira excluindo aqueles que construíram esta nação. (BARROS, 2022, p. 593 Apoud RIBEIRO, 2007; MAESTRI, 2004; ARANHA, 2006). Um dos empecilhos para a escolarização negra seria a legislação que no século XIX, teria proibido a matrícula e frequência à escola, interditando a escola aos negros. Interdição esta que colocavam empecilhos que vieram a dificultar o estar negro nesta instituição.

Houveram fatores contínuos e sistemáticos excluindo africanos e afrodescendentes das possibilidades sociais e estruturais no Brasil; em especial quando se trada da escolarização e/ou instrução, a historiadora Surya de Barros nos faz uma explanação, onde nos abre horizontes: (BARROS, 2022, p. 591) Ao longo do período século XIX – escravos, não livres, libertos, pretos, filhos de africanos livres, ingênuos – nas diferentes províncias, destacam interdições para matrícula e/ou frequência negra entre 1835 e 1887.(BARROS, 2022, p. 591).

Em muitos decretos é notório que os negros eram proibidos de se matricular como também de frequentar as aulas. Foi uma interdição que se propagou país afora, com falas inclusive achando a "lei sábia". É comprovado a mão implacável da Corte nesta exclusão e o impacto do Decreto Couto

Ferraz de 1854 criando uma similaridade isonômica nas províncias ou nos estados afora, deste fato lastimável. Onde escolas renomadas como o Atheneu[5] da Cidade de Natal, o Colégio de Artes Mecânicas no Rio Grande do Sul e a Casa dos Educandos Artífices do Maranhão, entre outros, contribuíram neste ínterim; pois, ao regulamentar o ensino primário e secundário, entre outros aspectos, disseminaram leis de exclusão.

No Rio Grande do Norte, soma-se a exclusão aos negros e apoio a continuidade de trabalhos serviçal, pois para aprender prendas do lar era possível em um primeiro instante escravas frequentar a escola, onde: "Os Professores não admitirão os alunos, que não sejam livres: as Professoras podem receber escravas". [...] 1848, os primeiros Estatutos do Atheneu da Cidade de Natal [...], escravos não poderiam ser matriculados, e diversas interdições em 1830 e 1840 ocorreram. Já no Colégio de Artes Mecânicas no Rio Grande do Sul: "Não serão admittidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas: [...] §3º. Os escravos". A interdição também era para a instrução secundária: o artigo 85 o reiterava. (BARROS, 2022, p. 595 - 596).

Com finalidade semelhante à instituição maranhense, (1850, através do Colégio dos Educandos Artífices do Rio Grande do Norte[6], no seu primeiro Regulamento explicitava que:

> "Não poderão ser admitidos, ainda que se mostrem compreendidos nas disposições do artigo 2º Os escravos". Um mês depois, reiterando: os escravos eram proibidos.[...] o regulamento de 1865: "professores de escolas particulares subvencionadas são obrigados a ensinar gratuitamente os alunos reconhecidamente pobres [...] não podiam: "§ 4º Os que não forem livres" (BARROS, 2022, p. 597; 599).

[5] Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense - um tradicional colégio do Rio Grande do Norte, localizado na sua capital, Natal. Foi fundado no século XIX, em 1834, época em que o Brasil era uma monarquia. https://pt.wikipedia.org/wiki/Atheneu_Norte-Riograndense.

[6] Escolas de Aprendizes Artífices são as primeiras versões dos atuais Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Fato que se repetiu com pequenas diferenças no Rio Grande do Sul no colégio de Artes Mecânicas. Já a província de Minas Gerais que foi pioneira na proibição de que negros não tivessem acesso a instrução, fato que se iniciou em 1835 com reedições de leis e regulamentos em 1835, 1854, 1859 e 1867. Se propando nas províncias de Goiás, Espírito Santo em 1835, Pernambuco em 1837, Paraíba em 1865, Alagoas em 1853, Maranhão, Santa Catarina, Mato Grosso e Maranhão em 1854, Bahia em 1860 e 1962, e São Paulo em 1869.

Entende-se que as leis devem ser seguidas e são fator de organização da sociedade, mas, tem que se levar em consideração que as grandes atrocidades humanas também são estruturadas por um silêncio social de grupos que poderiam mediar fatores de igualdade e bem estar entre os pares, disseminando e possibilitando assim um fator humanitário.

4. VIVÊNCIAS DE MANUEL RAIMUNDO QUERINO

Nascido em 1851, onde vivenciou a “Abolição da Escravatura” e a “Proclamação da República, tendo sido órfão e acolhido pela elite baiana. Querino faz diversas e extensas pesquisa, as quais possibilitam o registro e resgate da vivência do negro. Pesquisas estas de importante valor para se entender a desestrutura proposta aos negros, pois os fatos corriqueiros são estruturais para se entender uma sociedade, onde: “Sobre os caminhos e descaminhos experimentados pelo povo trabalhador após a abolição da escravidão até a consolidação da República. [...] chega à conclusão de que o povo, além de humilhado socialmente era humilhado e discriminado culturalmente, especialmente por sua origem e raça (QUERINO, 2009 p. 21).

Entende-se que existiu uma proposta de exclusão ao negro e aos seus descendentes, o que possibilitou e possibilita um apagamento, descaracterização de suas qualidades e uma continuidade de servidão moderna, com contínuo desprestígio e inferiorização, iniciada a época colonial que se propagou na República e chega nos dias atuais reelaborada e com requinte: (QUERINO, 2009 p. 21; 23). "via uma sociedade que pouco a pouco se tornava marginal nos planos da civilização e do progresso. [...] o que assistia e experimentava fazia parte de uma política que visava o desmoronamento moral, político e cultural da sociedade, cujos principais alvos eram os pobres, os negros, o povo em geral."

5. SÃO PAULO E A CONSCIÊNCIA NEGRA DE SUA POPULAÇÃO

As histórias das cidades são feitas com dois processos, a criação da realidade desejada construtiva e com a imposição das impressões dos grupos de poder, destruindo e construindo seus ideais e escrevendo e formando a memória pelos apagamentos das histórias com a escrita de uma nova história. Quando se publica a história da cidade de São Paulo o poder do momento histórico se encontra cristalizado e as forças que construíram a cidade apagadas e sepultadas, os edifícios demolidos e o desejado construído e transformado nos marcos da transformação imposta e muitas vezes irreal como imagem da cidade na sua totalidade. Sempre existem imagens não vista, grupos sub representados e grupos de demolições não completamente demolidas porque pessoas são transportadas e relegadas a espaços geográficos novos e transformados em incógnitas.

São Paulo não tem população negra, porque os próprios negros não se sabem negros. Porque a história, a geografia, a arquitetura e o urbanismo

e a consciência da memória histórica da cidade foram transformados em modernos e italianos, depois em industriais e japoneses. São Paulo é em realidade da sua história real uma cidade de populações bantu até 1860. Tornou-se a terra do café e dos bandeirantes como marco da província entre 1890 e 1920. Virou a terra do café e dos italianos entre 1920 e 1940. Devido não apenas as imigrações italianas, mas principalmente pelo apagamento dos negros existentes anteriormente e omissão da história sobre as nossas migrações internas. Das demolições realizadas as maiores ocorreram entre 1940 e 1960, dando os símbolos as formas do industrial um movimento histórico nos sentidos irreais, mas do que é falando e transformando-o no imaginário naquilo que se quis dar sobre a história, sendo que aparecem de 1970 em diante os japoneses, não tão numerosos, mas com poder de ser parte das partes da cidade.

6. O AXÉ ILÊ OBÁ NA CIDADE DE SÃO PAULO

O Axé Ilê Obá foi o primeiro terreiro de Candomblé da cidade de São Paulo a ser tombado pelo CONDEPHAAT em 16/8/1990. À época conduzido por Mãe Sylvia de Oxalá, hoje o terreiro tem a sua continuidade sob a liderança espiritual de Mãe Paula de Yansã. Sendo um terreiro existente desde 1950. O terreiro teve início de atividades, no centro da capital paulista, com Pai Caio de Xangô. Em 1960 casa reabriu no bairro do Jabaquara devido a necessidade mais natureza, crescimento no número de filhos, e entre outros, problemas com a polícia (Delegacia de Jogos e Costumes[7]). E em 1965, com recursos próprios e ajuda dos filhos de santo, iniciou-se a construção da atual sede, então em 1975, se fundou oficialmente o Axé Ilê Obá e se

[7] Delegacia de Jogos e Costumes (1930 – 1976) Departamento Federal de Segurança Pública vinculado Ministério da Justiça. que durante muito tempo perseguiu as religiões de matrizes africanas.

transferiu suas atividades para a sua nova sede também no bairro do Jabaquara e em uma área de 4.000 m². O espaço Axé Ilê Obá, tornou-se referência pela tradição e manutenção do culto e das tradições religiosas de origem negra, assim como pela preservação da cultura brasileira.

Figura 2 e 3. Axé Ilê Obá - vista de cima e frontal
Fonte: Google Earth

7. PATRIMÔNIO

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Centro Nacional de Referência Nacional é o órgão regulatório, criado em 1937 e atual responsável pela análise dos patrimônios material e imaterial no Brasil. Nos seus primórdios era responsável pela preservação e divulgação a época somente do patrimônio material brasileiro, onde se tinha:

> [...] "pelos bens preservados que passaram a ser percebidos como instrumentos para o desenvolvimento autônomo do país contra a massificação cultural provocada pelo consumo dos produtos industrializados do primeiro mundo. [...] foram os intelectuais modernista que estiveram à frente de iniciativas na construção de patrimônio no Brasil [...]. Para os modernistas, a arquitetura barroca brasileira era [...] percursora da arquitetura brasileira

> moderna. O passado era acionado a serviço do presente e, sobretudo, do futuro." (TAMASO; LIMA FILHO; 2012, p.63 e 303).

Atualmente o IPHAN é uma autarquia federal do governo brasileiro, com diversas possibilidades referentes a análise e patrimônio material e imaterial, com funções de dar diretrizes para análise e validação do: Patrimônio Cultural ou Patrimônio Mundial e suas várias vertentes. A partir dos anos 1980 com uma nova retórica da importância do patrimônio imaterial, o IPHAN veio a se readequar a nova realidade social; uma vez que a Constituição Brasileira de1988 criou os artigos números. 215[8] e 216[9]– Bens de natureza material e imaterial; e em 1992 na convenção de biodiversidade (Eco Rio 92[10]) desencadeou debates, entre outros dos "conhecimentos tradicionais" e a UNESCO[11] - Organização das Nações Unidas - Educação, Ciência e Cultura incentiva inventários e registros de patrimônios imateriais.

Vale ressaltar que um patrimônio atualmente, pode ser motivo de uma reelaboração cultural que se iniciou em outra cidade, país ou continente. E desta reelaboração, vale analisar qual a sua nova linguagem e até que ponto se conseguirá manter a sua estrutura base ou como serão reconstruídos seus novos ditames que também podem ser de diversas possibilidades. (TAMASO; LIMA FILHO; 2012, p.65) Assistimos a uma extensa, complexa e

---

[8] Constituição Federal Seção II - Art. N. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais [...] e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas popular ... e afro-brasileiras ...

[9] Constituição Federal Seção II - Art. N 216. Patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, [...] à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver

[10] Eco Rio 92 – Conferência organizada pelas ONU de 3 a 14/06/1992 - R.J. Brasil. Seu objetivo foi debater os problemas ambientais mundiais.

[11] Conferência Geral da Organização das Nações Unidas - Educação, Ciência e a Cultura em Paris de 17 out. a 16 nov 1989, na sua 25a Reunião.

diversificada produção de patrimônios culturais que se desdobra para além (ou aquém) das fronteiras.

Quando se pensa no objeto ele pode ser a mediação e projeção da estrutura do pensamento social. Então cruzando caminhos e pensamentos simultaneamente (TAMASO; LIMA FILHO; 2012, p.113) É a projeção da estrutura do pensamento social. Então o objeto é pensamento, o objeto é documento, o objeto é performance [...] e é campo comunicativo.

Temos nos primórdios de patrimônios negros tombados pelo IPHAN no Brasil: a demarcação do Conjunto Histórico e Paisagístico de Serra da Barriga no estado de Alagoas, onde existiu o maior e mais combatido núcleo de resistência escrava o "Quilombo dos Palmares" na época do Brasil colônia; e o tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca do Engenho Velho em Salvador - Bahia, que se tornou o primeiro no seu gênero.

Quando se cita o grupo negro, pensar os seus patrimônios como entidades com atividades de acolhimento, formação, com consequências de empoderamento, melhorando a auto estima dos seus com o conhecimento das suas raízes, entre outros. De um povo descendente de africanos que foi desapropriado da sua terra natal, das suas raízes, da sua ancestralidade e seus laços imediatos. Então, quando passa a ser um símbolo de uma cultura nacional ou local, com reconhecimento político e moral das diferenças. São fatores que devem ser levados em consideração como algo positivo. Pois, ."(TAMASO; LIMA FILHO; 2012, p.300) "[...] entende que este locais estão em permanente disputa e suas significações variam de acordo com os contextos sociais específicos, onde ela é operada. E pensar atualmente sobre o termo "patrimônio cultural" os centros urbanos brasileiros remete ao processo de interação e diluição de fronteiras entre saberes e práticas".

8. PATRIMÔNIO NEGRO E CANDOMBLECISTA

O Tempo é uma divindade dentro dos parâmetros do candomblé, deve ser cuidado e cultuado, está sempre em movimento e rege as mutações (alteração, modificação), pois faz parte da essência humana. Então a nova concepção de patrimônio vai de encontro a antiga e milenar concepção africana. Considerando que o axé e sua forma de vida é uma concepção alinhada os seus momentos no tempo e o meio ambiente.

> Tais transformações consistiriam num deslocamento de um regime de representação do tempo, que se valoriza pela valorização do futuro e sua substituição por um regime no qual o "presente' é fortemente valorizado em detrimento do futuro. Neste novo regime, caracterizado por alguns como "presentista", o passado seria obsessivamente reproduzido no presente como objeto fruição. (TAMASO; LIMA FILHO; 2012, p.68 Apoud Hartog, 2003)

9. IRMANDADES – SUA HISTÓRIA E FORÇA

Entende-se que os grupos negros estão intrinsicamente ligados as irmandades que são grupos advindos da necessidade de organizar a amparar seus pares. Pois, a importância das irmandades com suas articulações, estratégias e manutenção de uma dignidade, mesmo que limitada à época da escravidão é um fator estruturante. As irmandades tiveram um papel importante nas relações entre identidade e construção de discursos políticos em meio aos conflitos, mais especialmente no momento da escravidão, sendo assim, é uma entidade de fortalecimento e pertencimento construída na lógica da oposição através do diálogo com as leis.

Já o culto a Nossa Senhora do Rosário se funde com a própria fundação de São Paulo - Capital. Então em 1721 se construiu de uma pequena capela na região onde está a Praça João Mendes, o qual se transformou em um

ponto de encontro de escravos e que naquela época não podiam frequentar locais de brancos. Em 1737 (data aproximada através dos fatos) um novo templo foi erguido com recursos de doações, na atual rua 15 de Novembro. Em paraledo erguiam-se ali pequenas casas que serviram para administração e atividades sociais da igreja.

Em 1872 o então presidente da província, decidiu demolir alguns casarios antigos, desapropriar o cemitério de escravos ali existente e criar o Largo do Rosário. Em 1903 com o argumento de ampliação e modernização da cidade, o prefeito Antônio Prado decidiu desapropriar a área da igreja e seus vizinhos. Esta área do então Largo do Rosário (atual: Praça Antônio Prado) foi completamente remodelada e os negros afastados de um local organizado e estruturado. Uma vez que havia um plano de embranquecimento do povo brasileiro pelas elites, (SANTOS, 1998, p. 359), havia trabalhadores pobres e negros suficientes para incomodar a elite e seu projeto de branqueamento, o que a levou a estabelecer políticas com o intuito de afastar esses indesejáveis das áreas centrais e dos espaços públicos mais visíveis. (NASCIMENTO, 2015) o terreno da antiga igreja, agora demolida, passou para a posse de Martinico Prado, então irmão de Antônio Prado.

Com a indenização recebida a irmandade decide erguer a igreja; a nova igreja foi erguida e inaugurada no atual Largo do Paissandu, em 22 de abril de 1908 (NASCIMENTO, 2015) “o que ocorreu com protestos dos moradores do entorno do local”. E no local da antiga igreja está atualmente um banco de mercado e futuro.

Figuras 4 e 5. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos no começo do século e atualmente
Fonte1: https://saopauloantiga.com.br/wp-content/uploads/2015/01/igrejadorosarioSP.jpg
Fonte 2: https://c8.alamy.com/comp/2A0W226/the-church-of-our-lady-of-the-rosary-of-black-men-in-so-paulo-brazil-also-known-as-the-igreja-nossa-senhora-do-rosrio-dos-homens-pretos-2A0W226.jpg

Já quando se analisa a importância deste grupo temos que Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e o espaço urbano negro na cidade de São Paulo do pós-abolição, Fabrício Forganes Santos nos relata em sua pesquisa, um grande arcabouço de forças e resistência, onde, o mesmo entende que: A igreja estaria intimamente ligada ao Estado apoiando a introdução da mão de obra escrava negra incutindo nos “gentios” os dogmas cristãos. Mas esta união foi para além das responsabilidades espirituais e se expressou também na ordenação urbanísticas. As irmandades religiosas foram associações que deram ao negro (escravizado ou livre) a possibilidade de camuflar práticas ancestrais nas diferentes formas de cumprir a ritualística católica. Tal aspecto corroborou para a preservação da identidade negra, acobertando inclusive a memória religiosa africana na diáspora. Ao redor destas igrejas haviam as casas dos alforriados ou esconderijos de escravos foragidos, favorecendo tais espaços como lugares de convivência, pequenos enclaves urbanos negros que rompiam a uniformidade da paisagem citadina colonial. A partir de 1888 a elite se apropria dos termos

"higienização e modernização" (para camuflar sua repulsa aos negros e assim) para justificar a expropriação dos terrenos onde se localizam as igrejas dos negros e seu patrimônio, cumprindo os desejos republicanos em apagar seu passado colonial.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma constante e repetitiva estrutura de disputa de espaço que paulatinamente desapropria o negro do seu espaço. Existem aspectos de um universo cultural e social diversificado podendo ser de vivências ou de histórias contadas, que sugere várias implicações, em especial com o processo histórico dinâmico, que não envolve unicamente dimensões econômicas e políticas, mas também as experiências socioculturais vivenciadas cotidianamente por seus sujeitos que são continuadas. Entende-se que existiu e existe uma proposta de exclusão ao negro e aos seus descendentes, o que possibilitou e possibilita um apagamento, descaracterização de suas qualidades, possibilitando uma continuidade de servidão moderna e contínuo desprestígio e inferiorização deste grupo. Fatos estes desde a época colonial que se propagou na República e chega nos dias atuais reelaborada e com requinte, criando várias disputas entre grupos e uma delas é a cultural. Quando se analisa a época do Brasil Colônia e a escravidão - se desapropriou o negro de suas origens o transformando em mercadoria. Mesmo existindo possibilidades no Brasil a Lei de Terras de nº 601 de 1850 foi excludente aos pequenos camponeses, pobres e livres. No tocante as leis de instrução e ser negro verifica-se uma multiplicidade leis com suas regulamentações, tipos de proibições, omissões, e também permissões ao longo deste período do Império brasileiro com suas

complexidades, mas, sempre excludente ao grupo. Com isso, não pretendemos negar o que é ser negro em uma sociedade escravista, onde viviam subsumidos à lógica senhor-escravo; Mas comprova-se uma sistemática exclusão que se propagou território afora aflorando na república, onde há, (BARROS, 2022, p. 603) "sujeitos a numerosas restrições legais ou simplesmente impregnados nos costumes de uma sociedade dominada por uma diminuta elite branca"

Manoel Querino, que vivenciou toda esta situação de exclusão do negro de maneira atenta a qual nos possibilita hoje podermos analisar os fatos com mais veracidade. Pois em torno de 1900 – (QUERINO, 2009 p. 23). "Querino explicitou a sua inquietação ao compreender que tudo o que assistia e experimentava fazia parte de uma política que visava o desmoronamento moral, político e cultural da sociedade, cujos principais alvos eram os pobres, os negros, o povo em geral.

A cidade de São Paulo sendo hoje a quinta maior capital mundial, mas negando seu povo negro que a estruturou com força, sangue e estratégia. Como exemplo o bairro: Liberdade que foi local de vivência do grupo negro e tem seu nome associado a Chaguinhas[12], mas, temos o patrimônio negro naquela localidade engolido por prédios e em situação de penúria.

Mãe Sylvia de Oxalá que com visão, força e competência conseguiu patrimonializar o Axé Ilê Obá, possibilitando a continuidade do legado de Pai Caio de Xangô e a cultura africana estrategicamente. Então, o Axé Ilê Obá é o primeiro terreiro de candomblé a se transformar em patrimônio na cidade de São Paulo; inclusive pensou na linha sucessória com sua filha que

[12] Chaguinhas - integrava o Batalhão dos Caçadores do Exército Brasileiro - foi um dos líderes da revolta por não receber salários, então em 20/set/1821, ele foi enforcado no Largo dos Enforcados (Atual entrada no metrô Liberdade em São Paulo – SP). Mas a corda que o mataria arrebentou pela terceira vez e o povo gritou: Liberdade, liberdade, liberdade...

atualmente é a Balarorixá da casa Mãe Paula de Inhasã que tem como seu braço direito na gestão do Axé seu irmão Pericles de Oxaguiã.

Os patrimônios podem passar então a ser um símbolo de uma cultura nacional ou local, podendo ser um espaço que exige reconhecimento político e moral das diferenças, sendo utilizado para reafirmar direitos e solicitar políticas públicas que são aquelas que selecionam e possibilitam, benefícios e inclusões em pesquisas e prioridades sociais. Para nós afrodescendentes ou africanos ter a possibilidade de ter nossos locais de culto patrimonializado é um suspiro face a todos os desmontes e desqualificações ao nosso grupo. E as irmandades também com suas estratégia e força, é mais uma constatação que sempre lutamos de várias maneiras e formas e não nos deixamos e não deixaremos ser subjulgados.

Existe um espaço de conflito que precis ser equilibrado, pois, se faz necessário equidade entre todos os agentes que constituem esta nação brasileira.

11. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AMORIM; Liliane Pereira de, TÁRREGA; Maria Cristina V. Blanco, **O Acesso à Terra**: a lei de terras "1850" como obstáculo ao direito territorial quilombola. Emblemas - Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais - UFG/CAC, v. 16, n. 1, 10 - 23, jan. – jun. 2019 Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/emblemas/article/download/56113/34087/270455. Acesso em 26 set 2022.

BARROS; Surya Pombo de. **Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos**: negros nas legislações educacionais do XIX. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 42, n. 3, p. 591-605, jul./set. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/9ZhqHKsrZg987cSGqd7SbNg/?lang=pt#. Acesso em 17 set. 2022.

BUAINAIN, Antônio Márcio (coord.) et al. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **História dos Afrodescendentes:** disciplina do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará. Revista Espaço Acadêmico- número 212 - Janeiro de 2022. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/069/69cunhajr.htm. Acesso em 26 set. 2022

QUERINO; Manuel Raimundo. **Seus artigos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia** - IGHB. Organizadores: Jaime Nascimento e Hugo Gama. p. 236, 2009 ISBN : 978-85-87780-09-6

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano**. São Paulo e pobreza (1890-1915). São Paulo: Fapesp/AnnaBlume, 1998, 195 p.

SANTOS Fabricio Forganes; **A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e o espaçourbano negro na cidade de São Paulo - pós-abolição**. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades. ISSN 2318 8172 v.7, n.53, 2019 p.109-124.